



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício **2017**



Presidente do CNPQ:

Mário Neto Borges

Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI:

Carlos Fortner (até 25 de outubro de 2017)

Cláudio da Siva Lima - Substituto

Diretoria de Cooperação Institucional - DCOI:

José Ricardo de Santana

Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais – DEHS:

Adriana Maria Tonini

Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde – DABS:

Marcelo Marcos Morales

ELABORAÇÃO : Assessoria de Planejamento da Presidência – APL

Rita de Cássia Scardine Assis Lopes

Marcelo Linhares Ribeiro

O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, criado pela Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, e transformado em fundação pública pela Lei nº 6.129, de 6 de novembro de 1974, vem apresentar seu **RELATÓRIO DE GESTÃO** do exercício de **2017** aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 161/2017 de 01 de novembro de 2017, DN TCU nº 163 de 06 de dezembro de 2017, Portaria TCU nº 65 de 28 de fevereiro de 2018 e ainda Portaria CGU nº 500 de 08 de Março de 2016, alterada pela Portaria nº 1921, de 05 de setembro de 2017, se propõe a prestar contas da gestão do CNPq no exercício de 2017.

Assessoria de Planejamento – APL/PRE, Brasília, 2018.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABC - Academia Brasileira de Ciências
TWAS - Academia de Ciências para o Mundo em Desenvolvimento
AGU - Advocacia-Geral da União
A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública
APA - Assessoria Parlamentar
APL - Assessoria Planejamento
ABIPTI - Associação Brasileira das Instituições Brasileiras de Pesquisa Tecnológica e Inovação
ANFAVEA - Associação dos Fabricantes de veículos automotores
ASCON - Associação dos Servidores do CNPq
ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
ANPEI - Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras
AUD - Auditoria
APV - Auxílio a Pesquisador Visitante
BSC - Balanced Score Card
BCB Banco Central do Brasil
BNDE - Banco Nacional de desenvolvimento Econômico
BDT - Bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico
PQ - Bolsa de Produtividade em Pesquisa
BE - Bolsas Especiais
BJT - Bolsas Jovens Talentos
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
CBN - Central Brasileira de Notícias
CEPI - Centro de Ensino em Período Integral
CEMEIT - Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga
CISB - Centro de Pesquisa E Inovação Sueco Brasileiro
CLAF - Centro Latino Americano de Física
CP - Centros de Pesquisa
C&T - Ciência e Tecnologia
CSF - Ciências sem Fronteiras
CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
CIAM - Colaboração Interamericana em Materiais
CATC - Comissão de Assessoramento Técnico-Científico
CGPLS - Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
COSUPI - Comissão Supervisora dos Planos dos Institutos
CTI - Comitê de Tecnologia da Informação

CAS - Comitês de Assessoramento
CEB - Companhia Energética de Brasília
CGERH - Competências da Coordenação Geral de Recursos Humanos
CONFAP - Conselho de Fundações e Amparo à Pesquisa
CD - Conselho Deliberativo
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFIO - Contábil Financeiro e Orçamentário
CGU - Controladoria Geral da União
SICOOB EXECUTIVO - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal de Brasília LTDA
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COCGC - Coordenação de Capacitação e Gestão de Carreira
COEST - Coordenação de estatística e indicadores
COFIN - Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira
COOTI - Coordenação de Operação de Tecnologia da Informação
COPEDE - Coordenação de Países em Desenvolvimento
COPRA - Coordenação de Projetos e Aplicações de Tecnologia da Informação
COPQV - Coordenação de Promoção de Qualidade de Vida
COLOG - Coordenação de Recursos Logísticos
CGNAC - Coordenação Geral de Cooperação Nacional
CGCIN - Coordenação Geral De Cooperação Internacional
CGERH - Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGCSF - Coordenação Geral do Programa Ciência Sem Fronteiras
CGEFO – Coordenação Geral de Operação do Fomento
CGETI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
DVP - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
DC - Departamento Cultural
DBT - Departamento de Biotecnologia
DGTI - Diretor da Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação
DABS - Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde
DCOI - Diretoria de Cooperação Institucional
DEHS - Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais
DEX - Diretoria Executiva
DGP - Diretório de Grupos de Pesquisa
DIIP - Diretório de Instituições e Infra - estrutura de Pesquisa
DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais -
EAD - Educação a Distância -

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo -
FAPAC - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre -
FGV - Fundação Getulio Vargas
FUMDHAM - Fundação Museu do Homem Americano -
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz -
FAP - Fundações de Amparo à Pesquisa -
FUNTEC - Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico -
FUNTEL - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GAB - Gabinete da Presidência
GLU - Global Labour University
GDT - Grupo de Trabalho
GT - Grupo Técnico
GRU - Guia de Recolhimento da União
I PND - I Plano Nacional de Desenvolvimento
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IC - Iniciação Científica
ICJ - Iniciação Científica Júnior
IES - Instituições de Ensino Superior -
IMPA - Instituto de Matemática Pura e Aplicada
IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares -
IFAL - Instituto Federal de Alagoas
IFAP - Instituto Federal de Educação Ciência e Técnico do Amapá
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia -
INCA - Instituto Nacional do Câncer
ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica
INCT - Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
IN - Instrução Normativa
LAFEX - Laboratório de Física Experimental do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
LNLS - Laboratório Nacional de Luz Síncrotron
LAI - Lei de Acesso à Informação
LOA - Lei Orçamentária Anual
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MWN - Materials World Network
MEC - Ministério da Educação -

MRE - Ministério das Relações Exteriores
MCTI - Ministério de Ciência e Tecnologia Inovação -
MPOG - Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão –
OBTV - Ordem Bancária de Transferências Voluntárias -
ONU - Organização das Nações Unidas -
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura-
AVG - Participação em Eventos Científicos -
PL - Patrimônio Líquido
PVE - Pesquisador Visitante Estrangeiro
PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável -
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação –
PPA - Plano Plurianual
PCC - Plataforma Carlos Chagas
PICC - Plataforma Integrada Carlos Chagas
PLATTES - Plataforma Lattes
PUC-Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais -
PNES - Portadores de Necessidades Especiais -
PRE - Presidência
POP - Procedimentos Operacionais Padrão
PROCAD - Programa Casadinho
IBAS - Programa de Apoio á Cooperação Científica e Tecnológica Trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul
PRONEX - Programa de Apoio a Núcleos de Excelência
PRONEM - Programa de Apoio a Núcleos Emergentes –
PRODOC - Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores
PROTAX - Programa de Capacitação em Taxonomia
PCI - Programa de Capacitação Institucional
CYTED - Programa de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento
PROÁFRICA - Programa de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com Países da África
DCR - Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional
PEC/PG - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PROEP - Programa de expansão da educação profissional
PROTEC - Programa de Expansão Tecnológica
RHAE - Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas
PISF - Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos do Projeto São Francisco

PIC-OBMEP - Programa de Iniciação Científica da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas

PICME - Programa de Iniciação Científica e Mestrado

PPGV - Programa de Pós-Graduação em Virologia

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PIPG - Programa Integrado de Pós-Graduação em Bioenergia

PLAF - Programa Latino-Americano de Física

PPP - Programa Primeiros Projetos

PPGS - Programas de Pós-Graduação

PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual

SIH/MI - Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional

SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SOF - Secretaria de Orçamento Federal

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

STN - Secretaria do Tesouro Nacional -

DAAD - Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico

SEAOC - Serviço de Apoio aos Órgãos Colegiados

SECOA - Serviço de Cobrança e Acompanhamento

SEDIA - Serviço de Desenvolvimento e Integração de Aplicações -

SEGPR - Serviço de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação -

SEGDA - Serviço de Gestão de Dados

SEGSI - Serviço de Gestão de Segurança da Informação

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

SEINF - Serviço de Infra-estrutura e Patrimônio -

SEODC - Serviço de Operação de Serviços de Data Center

SEOUS - Serviço de Operação de Serviços de Usuários

SPI - Serviço de Propriedade Intelectual -

SETCE - Serviço de Tomada de Contas Especial

SECON - Setor de Contabilidade

SALIC - Sistema de Automatização de Licitação e Contratação

SICAC - Sistema de Controle e Administração de Colegiado

SALC - Sistema de Gerenciamento de Contratos de Serviços e Produtos

SIG/MCTI - Sistema de Informações Gerenciais do MCTI

SPIUNET - Sistema de Registro dos Imóveis de uso Especial da União

STCS - Sistema de Tomada De Contas

SIFIN - Sistema Financeiro Gerencial

SIGEF - Sistema Gerencial de Fomento

SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento –
SIRH - Sistema Integrado de Recursos Humanos
SNCT - Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia
SNCTI - Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SNDCT - Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
SUS - Sistema Único de Saúde
SBM - Sociedade Brasileira de Matemática
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência –
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STF - Superior Tribunal Federal
TLP - Taxa de Limpeza Pública
TDC - Termo de Cooperação
TI - Tecnologia da Informação
TCU - Tribunal de Contas da União
UG - Unidade Gestora
UNB - Universidade de Brasília
USP - Universidade de São Paulo
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas -
UEM - Universidade Estadual de Maringá
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFFS - Universidade Federal da Fronteira do Sul
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais -
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UNIFESP - Universidade Federal De São Paulo
UFPI - Universidade Federal do Piauí
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

LISTA DE TABELAS	PÁG.
Tabela 1 – Restos a pagar processados e não processados por ano	40
Tabela 2 – Inscrição de restos a pagar não processados x despesas empenhadas	42
Tabela 3 – Cancelamento de restos a pagar não processados por ano.	43
Tabela 4 – Cancelamento de restos a pagar não processados x valores totais de restos a pagar não processados de exercícios anteriores	44
Tabela 5 – Pagamento dos restos a pagar não processados por ano	45
Tabela 6 – Restos a pagar não processados não pagos x valores de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores	46
Tabela 7 - Receita Realizada 2017	49
Tabela 8 - Receita Realizada 2017	50
Tabela 9 – Imobilizado - Composição	155
Tabela 10 – Bens Móveis - Composição	156
Tabela 11 - Bens Imóveis – Composição	157
Tabela 12 - Bens de Uso Especial – Composição	158
Tabela 13 – Intangível – Composição	159
Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição	161
Tabela 15 - Fornecedores e contas a pagar – por fornecedor	161

LISTA DE QUADROS	PÁG.
Quadro 1 – Objetivo 0497 PPA	19
Quadro 2 – Objetivo 0400 PPA	21
Quadro 3 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	29
Quadro 4 - Ação/Subtítulos – OFSS	30
Quadro 5 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	31
Quadro 6 - Ação/Subtítulos – OFSS	32
Quadro 7 - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	33
Quadro 8 - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	34
Quadro 9 - Obrigações assumidas por credor	37
Quadro 10 –Total empenhado na UG 364102 e 364150 com elemento de despesa 92	39

Quadro 11 – Despesa por Modalidade de Contratação	51
Quadro 12 – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa	53
Quadro 13 – Utilização de Suprimentos de Fundos	55
Quadro 14 – Concessão de Suprimento de Fundos	55
Quadro 15 - Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos	55
Quadro 16 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida Gasto Tributário: Leis 8.010/1990 e 10.964/2004	56
Quadro 17 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida Gasto Tributário: Lei 8.032/1990	57
Quadro 18 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas - Lei 8.010/90 e suas alterações	57
Quadro 19 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas – Lei 8.010/90 e suas alterações	59
Quadro 20 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas Lei 8.032/1990	60
Quadro 21 – Indicadores de Desempenho Monitorados	65
Quadro 22 - Planejamento Estratégico CNPq – Indicadores (em construção)	67
Quadro 23 – Força de Trabalho da UPC	84
Quadro 24 – Distribuição da Lotação Efetiva	85
Quadro 25 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	85
Quadro 26 – Custos do pessoal	87
Quadro 27 – Abono de Permanência	88
Quadro 28 – Proximidade de Aposentadorias acima de 52 e 55 anos	88
Quadro 29 – Potencial de Impacto	89
Quadro 30 – Distribuição de imóveis	92
Quadro 31 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ	93
Quadro 32 – Ocupação dos imóveis	96
Quadro 33 – Contratos mantidos pelo CNPq	108
Quadro 34 - Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	108
Quadro 35 – Despesas TI 2017	111

Quadro 36 - Sistemas de Informação e Módulos	111
Quadro 37 - Riscos TI	113
Quadro 38 – Execução Orçamento por UO	124
Quadro 39 – Execução de Restos a Pagar - 2017	126
Quadro 40 – Valores pagos e liquidados por natureza da despesa	129
Quadro 41 - Dotação Final x Execução Orçamentária	132
Quadro 42 – Receitas Correntes	151
Quadro 43 - Despesas Correntes	151
Quadro 44 – Determinações do TCU	168
Quadro 45 – Recomendações na Situação Monitorando	171
Quadro 46 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	173
Quadro 47 – Chamadas 2017	177

LISTA DE GRÁFICOS	PÁG.
Gráfico 1 – Inscrição de restos a pagar não processados x despesas empenhadas	42
Gráfico 2 – Cancelamento de restos a pagar não processados por ano.	43
Gráfico 3 – RP Cancelados e Inscrição RP não processados de exercícios anteriores	44
Gráfico 4 – Pagamento dos restos a pagar não processados por ano	45
Gráfico 5 – RP's não processados inscritos em exercícios anteriores	46
Gráfico 6 - Receita Realizada 2017	49
Gráfico 7 - Receita Realizada 2017	50
Gráfico 8 - Execução Orçamentária 2017: CNPq, FNDCT, MCTIC e Outras UO's	126
Gráfico 9 – Execução Restos a Pagar – 2017: FNDCT, MCTIC e Outras UO's	129
Gráfico 10 - Dotação Final x Execução Financeira (CNPq e FNDCT)	132
Gráfico 11 - Dotação Final x Execução Financeira	133

LISTA DE FIGURAS	PÁG.
Figura 1 - Organograma Funcional do CNPq	11
Figura 2 – Macroprocessos CNPq	12

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I – QUADRO CHAMADAS CNPQ 2017

ANEXO II – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DAS ÁREAS

SUMÁRIO

SEÇÕES/ITENS DE CONTEÚDO	PÁG.
ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS	
Capa	
Folha de rosto	II
Lista de siglas e abreviações	IV
Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras	X
Lista de anexos e apêndices	XIII
Sumário	XIV
2. APRESENTAÇÃO	1
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE	3
3.1. Finalidade e competências institucionais	3
3.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	3
3.3. Breve histórico do órgão ou da entidade	4
3.4. Ambiente de atuação	7
3.5. Organograma funcional	7
3.6. Macroprocessos finalísticos	12
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	17
4.1 Planejamento organizacional	17
4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	17
4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	26
4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	27
4.1.4. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	28
4.2 Desempenho orçamentário	29
4.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	29
4.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	35
4.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	36

4.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	40
4.2.5 Informações sobre a realização das receitas	47
4.2.6 Informações sobre a execução das despesas	51
4.2.7. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	55
4.2.8. Renúncia de receitas	56
4.3 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	61
5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	69
5.1 Descrição das estruturas de governança	69
5.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados	73
5.3 Atuação da unidade de auditoria interna	76
5.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	79
5.5 Gestão de riscos e controles internos	80
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	84
6.1 Gestão de pessoas	84
6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	84
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	87
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	88
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	89
6.1.5 Contratações de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	89
6.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura	90
6.2.1 Gestão da frota de veículos	90
6.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	91
6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União	91
6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	96
6.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros	109
6.2.6 Informações sobre a infraestrutura física	109
6.3 Gestão da tecnologia da informação	110
6.3.1 Principais sistemas de informações	110
6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI	114

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	116
6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	116
7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	120
7.1 Canais de acesso do cidadão	120
7.2 Carta de Serviços ao Cidadão	121
7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	121
7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	121
7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	122
8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	123
8.1 Desempenho financeiro do exercício	123
8.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	133
8.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	134
8.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	134
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	167
9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	167
9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	171
9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	173
9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	174
9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	174
9.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	175
10. ANEXOS E APÊNDICES	177
ANEXO I – Chamadas 2017	177
ANEXO II – Relatório de Atividades das Áreas	190

2. APRESENTAÇÃO

Este relatório, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 161/2017 de 01 de novembro de 2017, DN TCU nº 163 de 06 de dezembro de 2017, Portaria TCU nº 65 de 28 de fevereiro de 2018 e ainda Portaria CGU nº 500 de 08 de Março de 2016, alterada pela Portaria nº 1921, de 05 de setembro de 2017, se propõe a prestar contas da gestão do CNPq no exercício de 2017.

A estruturação do mesmo se deu da seguinte forma:

Os itens 1 e 2 dizem respeito a aspectos introdutórios, como lista de siglas, abreviações, tabelas e quadros e a uma apresentação sucinta do relatório. O item 3 apresenta uma visão geral da unidade, com informações destinadas a melhor caracterizar o CNPq, sua estruturação, relações com o contexto de atuação, competências e macroprocessos relacionados.

O item 4 trata, de forma abrangente, do planejamento da instituição, desempenho orçamentário, indicadores e resultados relacionados. Apresenta o estágio de implementação de seu Plano Estratégico, a aderência desse plano a outros planos e estratégias do governo, além de informar sobre instrumentos de monitoramento da execução do Plano. Além disso, detalha restos a pagar, realização das receitas e execução das despesas. Por fim, apresenta e analisa dos indicadores de desempenho institucional.

O item 5 apresenta a estrutura orgânica de governança e de autocontrole da gestão do CNPq, explicitando os controles internos e mecanismos de gestão de risco adotados no exercício. Discorre também sobre as atividades de correição e atuação da unidade de auditoria interna. O item 6 detalha algumas áreas específicas da gestão: gestão de pessoas, gestão de patrimônio e infraestrutura, tecnologia da informação, gestão ambiental e sustentabilidade.

O item 7 demonstra a existência de estruturas que garantam um canal de comunicação com a sociedade, notadamente no que se refere à acessibilidade do cidadão e à avaliação e grau de satisfação dos serviços prestados, além da transparência de informações.

O item 8 trata especificamente do desempenho financeiro do exercício de 2017 e das informações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64.

O item 9 aborda o nível de conformidade da gestão no que se refere ao atendimento de demandas oriundas de legislação específica e dos órgãos de controle, incluindo: tratamento de determinações/ recomendações do TCU e órgãos de controle interno, apuração de responsabilidades por danos ao erário, informações sobre revisão de contratos vigentes e ações de publicidade e propaganda.

Por fim, são apresentados os apêndices e anexos, contendo quadros, que ocupam mais de uma página, documentos digitalizados, documentos de comprovação ou demonstração de conteúdos, além do Relatório de Atividades Institucional, padronizado, produzido pelas diferentes áreas do CNPq.

A gestão do CNPq envolve uma atuação a partir de dois objetivos estratégicos, constantes no Plano Plurianual – PPA, sob sua responsabilidade.

Um desses objetivos trata do investimento contínuo em formação, capacitação, atualização e fixação de recursos humanos capazes de responder aos desafios intrínsecos à construção de uma nação social e economicamente desenvolvida. Esse objetivo é perseguido a partir da concessão de um variado portfólio de bolsas, no país e no exterior, incluindo Bolsas de Estímulo à Pesquisa. Internacionalização, Formação e Qualificação de Pesquisadores, Iniciação à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.

Outro objetivo, que se dá a partir do apoio a projetos de C,T&I, visa estimular áreas e setores fundamentais para a sustentação do processo de inovação e para a criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos.

Em 2017, o cenário macroeconômico continuou condicionando, a exemplo dos exercícios anteriores, o desempenho das metas desses objetivos. No entanto, é possível dizer que, mesmo nesse contexto, o percentual de execução das metas permitiu que a instituição cumprisse sua missão de forma efetiva. O item 4.1.1 deste relatório detalha esses objetivos e destaca ações executadas.

No exercício em análise foi empenhado o total dos recursos orçamentários disponíveis – mais de R\$ 1,7 bilhão, com um expressivo percentual de execução financeira, na casa dos R\$ 1,6 bilhão.

Salienta-se que o patamar de desempenho institucional alcançado no exercício deveu-se à intensificação dada pela atual gestão às ações de parceria, como estratégia de aporte de recursos orçamentários e financeiros, uma vez que, desde 2011, o orçamento próprio do CNPq não permitiu nem aumentar os quantitativos de bolsas-ano concedidas - no caso de algumas modalidades específicas pode-se observar inclusive queda no número de bolsas-ano concedidas – nem tampouco permitiu manter os níveis históricos de investimento em pesquisa.

Sendo assim, como dificuldade encontrada na gestão destaca-se uma disponibilidade de recursos orçamentários próprios aquém do necessário para o enfrentamento de desafios cada vez maiores e mais complexos que se apresentam no ambiente da C,T&I no qual a instituição se insere. Como exemplo, podemos mencionar a necessidade de apoiar um maior número de projetos inovativos e portadores de futuro, uma vez que, na conjuntura atual não conseguimos contratar nem 50% do total de projetos meritórios que são submetidos anualmente ao CNPq..

Outra dificuldade no processo de gestão que também merece destaque é o número cada vez menor do quadro de servidores, agravado pelo crescente número de aposentadorias, frente à impossibilidade de realização de concurso público.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tem por finalidade promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

De acordo com Decreto Nº 8.866, de 3 de outubro de 2016, compete ao CNPq, como entidade de fomento à pesquisa, participar com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação na formulação, execução, acompanhamento, avaliação e difusão da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e, especialmente:

I - promover e fomentar o desenvolvimento e a manutenção da pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento;

II - promover e fomentar a pesquisa científica e tecnológica e capacitação de recursos humanos voltadas às questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades específicas de setores de importância nacional ou regional;

III - promover e fomentar a inovação tecnológica;

IV - promover, implementar e manter mecanismos de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação;

V - propor e aplicar normas e instrumentos de apoio e incentivo a atividades de pesquisa e desenvolvimento, e de difusão e absorção de conhecimentos científicos e tecnológicos;

VI - promover a realização de acordos, protocolos, convênios, programas e projetos de intercâmbio e transferência de tecnologia entre entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;

VII - apoiar e promover reuniões de natureza científica e tecnológica ou delas participar;

VIII - promover e realizar estudos sobre o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - prestar serviços e assistência técnica em sua área de competência;

X - prestar assistência na compra e importação de equipamentos e insumos para uso em atividades de pesquisa científica e tecnológica, em consonância com a legislação em vigor;
e

XI - credenciar instituições para, nos termos da legislação pertinente, importar bens com benefícios fiscais destinados a atividades diretamente relacionadas com pesquisa científica e tecnológica.

3.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, foi criado pela Lei nº 1.310, de 15 de abril de 1951, e transformado em fundação pública pela Lei nº 6.129, de 6 de novembro de 1974, tem sede e foro no Distrito Federal, personalidade jurídica de direito privado e prazo de duração indeterminado.

A última atualização no Estatuto da entidade e reformulação formal no quadro de cargos em comissão se deu por meio do Decreto nº 8.866, de 3 de outubro de 2016.

De acordo com o decreto mencionado, compete ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da estrutura organizacional do CNPq, suas competências e as atribuições de seus dirigentes.

Foi constituído Grupo de Trabalho, através da Portaria nº 275, de 06/10/2016, com o objetivo de elaborar proposta de novo regimento interno para o CNPq. A proposta foi apreciada pela Diretoria Executiva, e submetida ao Conselho Deliberativo, que deliberou positivamente, e foi enviada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para aprovação final do Ministro.

O novo Regimento Interno do CNPq foi aprovado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações Substituto, por meio da publicação da Portaria nº 951, de 23 de fevereiro de 2017, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, e da atribuição que lhe confere o art. 6º do Decreto nº 8.866, de 3 de outubro de 2016.

3.3. BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE

A idéia de criar uma entidade governamental específica para fomentar o desenvolvimento científico no país surgiu bem antes da criação do CNPq. Desde os anos 20, integrantes da Academia Brasileira de Ciências (ABC) falavam no assunto ainda como consequência dos anos que sucederam a Primeira Guerra Mundial. Em 1931, a ABC sugeriu formalmente ao governo a criação de um Conselho de Pesquisas. Em maio de 1936, o então Presidente Getúlio Vargas enviou a mensagem ao Congresso Nacional sobre a "criação de um conselho de pesquisas experimentais". Nesta proposta tinha-se por objetivo a concepção de um sistema de pesquisas que viesse a modernizar e a aumentar a produção do setor agrícola especificamente. Entretanto a ideia não foi bem recebida pelos parlamentares.

Em maio de 1946, o Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva (engenheiro de formação), representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), propôs ao governo, por intermédio da ABC, a criação de um conselho nacional de pesquisa. "Em maio de 1948 um grupo de

cientistas e de amigos da ciência decidiu fundar, no Brasil, uma Sociedade para o Progresso da Ciência sem fins lucrativos nem cor político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil."

Álvaro Alberto tinha como empreitada a criação de uma instituição governamental, cuja principal função seria incrementar, amparar e coordenar a pesquisa científica nacional. Ainda em 1948, o projeto da criação do conselho era apresentado na Câmara dos Deputados, mas foi somente em 1949 que o Presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou uma comissão especial para apresentar o anteprojeto de lei sobre a criação do Conselho de Pesquisas. Depois de debates em diversas comissões, finalmente em 15 de janeiro de 1951, dias antes de passar a faixa presidencial a Getúlio Vargas, o Presidente Dutra sanciona a Lei de criação do Conselho Nacional de Pesquisas como autarquia vinculada a Presidência da República.

A Lei de criação do Conselho estabelecia como suas finalidades promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras. A missão do CNPq era ampla, uma espécie de "estado-maior da ciência, da técnica e da indústria, capaz de traçar rumos seguros aos trabalhos de pesquisas" científicas e tecnológicas do país, desenvolvendo-os e coordenando-os de modo sistemático.

Na década de 50 o Brasil viveu um momento marcante no cenário político, econômico e social. A necessidade e a importância da pesquisa científica ganharam relevância no âmbito dos governos federal e estaduais.

Em 1964, o CNPq teve seu estatuto alterado para incorporar a formulação da política científica e tecnológica nacional em conjunto com outras instituições do país.

Assim, o CNPq teve ampliada sua área de competência; além da formulação e programação da política científica e tecnológica do País, passa a abranger a coordenação, com os vários Ministérios e demais órgãos do governo, da solução de problemas relacionados à ciência e suas aplicações.

Em 1972, o CNPq passou a ser o órgão central do chamado Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cujo objetivo era consolidar programas e projetos, bem como incentivar a pesquisa no setor privado e nas chamadas economias mistas. . Em 1975 foi formalizado o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - SNDCT. Esse sistema previa a constituição de estruturas setoriais e, posteriormente, expandiu-se para estruturas estaduais.

Em 1974, no governo do Presidente Ernesto Geisel, por meio da Lei nº 6.129, de 6 de novembro de 1974, o Conselho Nacional de Pesquisas é instituído, com personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de fundação, vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, passando a denominar-se Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O CNPq ficou subordinado à Presidência da República até 15/03/1985 quando passou a integrar o Ministério de Ciência e Tecnologia, como entidade vinculada. Foi uma fase de transição no CNPq, tendo em vista a transferência de várias de suas funções para o MCT.

Nesse contexto a instituição amplia esforços na atividade de fomento científico e tecnológico, abrindo campo para a iniciativa empresarial privada. Dessa forma, foi instituída uma nova missão do CNPq: promover o desenvolvimento científico e tecnológico e executar pesquisas necessárias ao progresso social, econômico e cultural do País.

Em agosto de 1995 foi iniciado no CNPq um processo de planejamento estratégico que resultou na definição de um Plano Institucional. Em 1998, foi elaborado o documento – Construindo o Futuro, fruto desse processo.

Após 16 anos dessa experiência de Planejamento institucional, voltado para o aperfeiçoamento do processo de gestão, em 2011 foi dado início ao segundo processo de planejamento de mesma natureza.

Nesse contexto foi alterada a visão e a missão do CNPq, que passaram a ser:

Visão: Ser uma instituição de reconhecida excelência na promoção da Ciência, da Tecnologia e da Inovação como elementos centrais do pleno desenvolvimento da nação brasileira

Missão: fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.

Também foi construído o Mapa Estratégico institucional e publicado o documento ‘Planejamento Estratégico CNPq 2025’.

No exercício de 2014 foram elaborados os Planos Táticos das Diretorias e áreas selecionadas do CNPq, a partir de aplicação metodológica de desdobramento da estratégia corporativa..

Em 2015 foi o momento de elaboração do Plano Operacional. O Plano Operacional é o documento de gestão que liga a estratégia à operação, convencionalmente conhecida como ‘chão de fábrica’, ou seja, onde as coisas efetivamente acontecem. É um instrumento de gestão operacional valiosíssimo quando bem executado.

O primeiro portfólio de projetos, a ser executado no período 2016-19, foi finalizado no final de 2015, com a identificação de sete projetos transversais e 14 projetos específicos de áreas, e teve sua implementação iniciada em 2016, conforme planejado.

Até o final de 2017, pode-se dizer que os projetos específicos tiveram um nível de execução bastante significativo, e maior que o nível de execução dos projetos transversais.

O cenário macroeconômico atual, que apresenta um momento de restrições orçamentárias, o contexto de instabilidade política, com constantes mudanças nos níveis decisórios da instituição, além de uma redução cada vez maior do quadro de servidores ativos da instituição, são variáveis que devem ser consideradas ao se tentar entender o porque da não execução, no nível desejado, desse portfólio de projetos, especialmente os projetos transversais, ou seja, os mais complexos e que precisam envolver diferentes atores, setores e instituições, na sua execução.

Já está sendo iniciado um trabalho de construção de cenários como subsídio fundamental da prospectiva para a revisão e atualização do Plano Estratégico institucional, bem como seu

portfólio de projetos; e ainda, buscando discutir o papel das agências de fomento, utilizando-se da técnica da prospectiva de observação do presente a partir do futuro.

3.4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A atuação de uma instituição como o CNPq, inserida no contexto do Sistema Nacional de C,T&I, se dá num ambiente onde transitam muitos e diferenciados atores, num processo interativo cada vez mais dinâmico e complexo. Faz-se necessário otimizar esforços e recursos e ampliar as possibilidades de ação a partir de um processo de construção conjunta.

Um repensar contínuo sobre a forma de fomentar a pesquisa e a inovação que exige novos arranjos, novas atividades, novos instrumentos de financiamento e novas parcerias estratégica, ampliando e tornando cada vez mais complexo o ambiente de atuação institucional.

Facilitar o processo inovativo, onde novos produtos voltados para o bem estar social sejam gerados, implica em conectar o ambiente público e acadêmico como o ambiente privado e o setor produtivo. Portanto, o CNPq tem um papel fundamental a ser exercido nesses vários ambientes, enquanto um facilitador do processo inovativo.

Quanto maior a interação do CNPq com o ambiente, e a sociedade como um todo, melhor sua capacidade de percepção das ameaças, oportunidades e questões estratégicas que poderão afetar seus fatores-chave de sucesso.

Como exemplo dessa escuta do ambiente, podem ser mencionadas algumas oportunidades de atuação inovadora: prestação de contas social no que se refere aos resultados das aplicações de recursos públicos em políticas públicas; maior presença do Brasil no cenário internacional, favorecendo a ampliação das parcerias institucionais; pesquisas em rede e orientadas a problemas com abordagens multidisciplinares, novas metodologias de planejamento, voltadas para a transversalidade na gestão, além de alteração no marco regulatório.

No que diz respeito ao Marco Regulatório constata-se que a oportunidade de atuação inovadora foi aproveitada, A partir de um esforço conjunto dos diferentes atores envolvidos no macroambiente de atuação da C,T&I o Marco Regulatório então vigente foi alterado. 'Em 11 de janeiro de 2016 foi sancionada a Lei no. 13.243 que aprimora as medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País, nos termos da Constituição Federal.

3.5. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Resolução Normativa RN-024/2016 e suas alterações estabelecem o detalhamento organizacional e funcional da estrutura básica do CNPq aprovada pelo Decreto nº 8.866/2016, de 03 de outubro de 2016.

I - Estrutura Organizacional

- 1. Conselho Deliberativo
- 2. Presidência
 - 2.1. Gabinete da Presidência
 - 2.1.1 - Coordenação da Secretaria da Presidência
 - 2.1.1.1 - Serviço da Presidência e de Apoio Aos Órgãos Colegiados
 - 2.1.1.2 - Coordenação de Estatística e Indicadores
 - 2.1.1.3 - Coordenação de Comunicação Social
 - 2.1.2 - Coordenação de Estatística e Indicadores
 - 2.1.3 - Coordenação de Comunicação Social
 - 2.2. Procuradoria Federal
 - 2.2.0.1 - Serviço de Contencioso, Cobrança e Recuperação de Créditos
 - 2.2.1 - Coordenação de Matérias Administrativa e Finalística
 - 2.2.1.1 - Serviço de Matéria Administrativa
 - 2.3. Auditoria Interna
- 3. Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação
 - 3.0.0.1 - Serviço de Apoio Administrativo
 - 3.1 - Coordenação-Geral de Administração e Finanças
 - 3.1.1 - Coordenação de Recursos Logísticos
 - 3.1.1.1 - Serviço de Gestão de Contratos
 - 3.1.1.2 - Serviço de Gestão de Documentos
 - 3.1.1.3 - Serviço de Infraestrutura e Patrimônio
 - 3.1.1.4 - Serviço de Licitações
 - 3.1.1.5 - Serviço de Passagens, Transporte e Telefonia.
 - 3.1.1.6 - Serviço de Manutenção Predial
 - 3.1.2 - Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira
 - 3.1.2.1 - Serviço de Execução Orçamentária
 - 3.1.2.2 - Serviço de Contabilidade
 - 3.1.2.3 - Serviço de Execução Financeira
 - 3.1.3 - Coordenação de Credenciamento à Importação e Incentivo Fiscal
 - 3.1.3.1 - Serviço de Credenciamento e Incentivo Fiscal
 - 3.1.3.2 - Serviço de Importação
 - 3.1.4. - Coordenação de Prestação de Contas
 - 3.1.4.1 - Serviço de Análise Financeira
 - 3.1.4.2.- Serviço de Cobrança e Acompanhamento
 - 3.1.4.3 - Serviço de Tomada de Contas Especial

- 3.2. Coordenação-Geral de Recursos Humanos
 - 3.2.0.1 - Serviço de Cadastro, Aposentadoria e Pensão
 - 3.2.0.2 - Serviço de Folha de Pagamento
 - 3.2.1 - Coordenação de Capacitação e Gestão de Carreira
 - 3.2.1.1 - Serviço de Carreira e Acompanhamento
 - 3.2.1.2 - Serviço de Capacitação Institucional
 - 3.2.2 - Coordenação de Promoção da Qualidade de Vida e Competências
 - 3.2.2.1 - Serviço de Gestão de Competências
- 3.3. Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
 - 3.3.1 - Coordenação de Ecossistema de Informação
 - 3.3.1.1 - Serviço de Sistemas de Informações Estruturantes
 - 3.3.1.2 - Serviço de Informação de Fomento
 - 3.3.2 - Coordenação de Serviços de Tecnologia da Informação
 - 3.3.2.1 - Serviço de Operação da Tecnologia da Informação
 - 3.3.2.2 - Serviço de Gerenciamento Técnico da Tecnologia da Informação
 - 3.3.3 - Coordenação de Projetos da Tecnologia da Informação
 - 3.3.3.1 - Serviço de Inovação da Tecnologia da Informação
 - 3.3.3.2 - Serviço de Gerenciamento de Projetos da Tecnologia da Informação
- 3.4. Coordenação-Geral de Apoio Operacional
 - 3.4.1 - Coordenação de Apoio à Execução de Bolsas no Exterior
 - 3.4.1.1 - Serviço de Bolsas no Exterior
 - 3.4.1.2 - Serviço de Acompanhamento de Bolsistas Egressos
 - 3.4.2 - Coordenação de Apoio à Execução de Bolsas no País
 - 3.4.2.1 - Serviço de Bolsas de Pesquisa no País
 - 3.4.2.2 - Serviço de Bolsas de Formação no País
 - 3.4.3 - Coordenação de Apoio à Execução dos Projetos Tecnológicos e de Pesquisa
 - 3.4.3.1 - Serviço de Projetos de Pesquisa e de Bolsas de Fomento Tecnológico
 - 3.4.4 - Coordenação de Suporte às Atividades Operacionais
 - 3.4.4.1 - Serviço Central de Atendimento
- 4. Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais
 - 4.0.0.1 - Serviço de Apoio Administrativo
 - 4.1. Coordenação-Geral de Engenharia, Tecnologia e Inovação
 - 4.1.1 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Engenharias

- 4.1.2 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Energia
- 4.2. Coordenação-Geral do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
 - 4.2.1. Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais
 - 4.2.2. Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação
- 4.3. Coordenação-Geral do Programa de Pesquisa em Ciências Exatas
 - 4.3.1. Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Exatas
 - 4.3.2. Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Químicas e Geociências
 - 4.3.3. Coordenação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicações.
- 5 - Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde.
 - 5.0.0.1 - Serviço de Apoio Administrativo
 - 5.1 - Coordenação-Geral do Programa de Pesquisa em Saúde
 - 5.1.1 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Biociências
 - 5.1.2 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Saúde
 - 5.2 - Coordenação-Geral do Programa de Pesquisa em Ciências da Terra e do Meio-Ambiente
 - 5.2.1 - Coordenação do Programa de Pesquisas Oceanográficas e Impactos Ambientais
 - 5.2.2 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Gestão de Ecossistemas
 - 5.3 - Coordenação-Geral do Programa de Pesquisa em Agropecuária e Biotecnologia
 - 5.3.1 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Agropecuária e Agronegócios
 - 5.3.2 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Biotecnologia e Recursos Genéticos
- 6 - Diretoria de Cooperação Institucional
 - 6.0.0.1 - Serviço de Prêmios
 - 6.0.1 - Coordenação do Programa de Capacitação Tecnológica e Competitividade
 - 6.0.1.1 - Serviço de Suporte à Propriedade Intelectual
 - 6.1 - Coordenação-Geral de Cooperação Internacional
 - 6.1.1 - Coordenação de Negociação e Assessoramento Internacional
 - 6.1.2 - Coordenação de Gestão de Programas Internacionais
 - 6.1.3 - Coordenação de Informação e Estudos Internacionais
 - 6.2 - Coordenação-Geral de Cooperação Nacional
 - 6.2.1 - Coordenação de Apoio a Parcerias Institucionais
 - 6.2.2 - Coordenação de Parcerias Estaduais
 - 6.2.3 - Coordenação de Programas Acadêmicos

À Presidência e seu Gabinete estão vinculadas as funções de Planejamento Estratégico, de Assessoramento Parlamentar, de Ouvidoria e de Serviço de Informação ao Cidadão.

A Resolução Normativa 024/2016 entrou em vigor a partir de 25 de outubro de 2016, tendo sido alterada pelo Regimento Interno do CNPq, aprovado pela Portaria MCTIC nº 915 de 23 de fevereiro de 2017 e pelas RNs 027/2016 e 006/2017, respectivamente de 11/11/2016 e 04/07/2017.

As principais competências do CNPq estão expressas na figura abaixo.

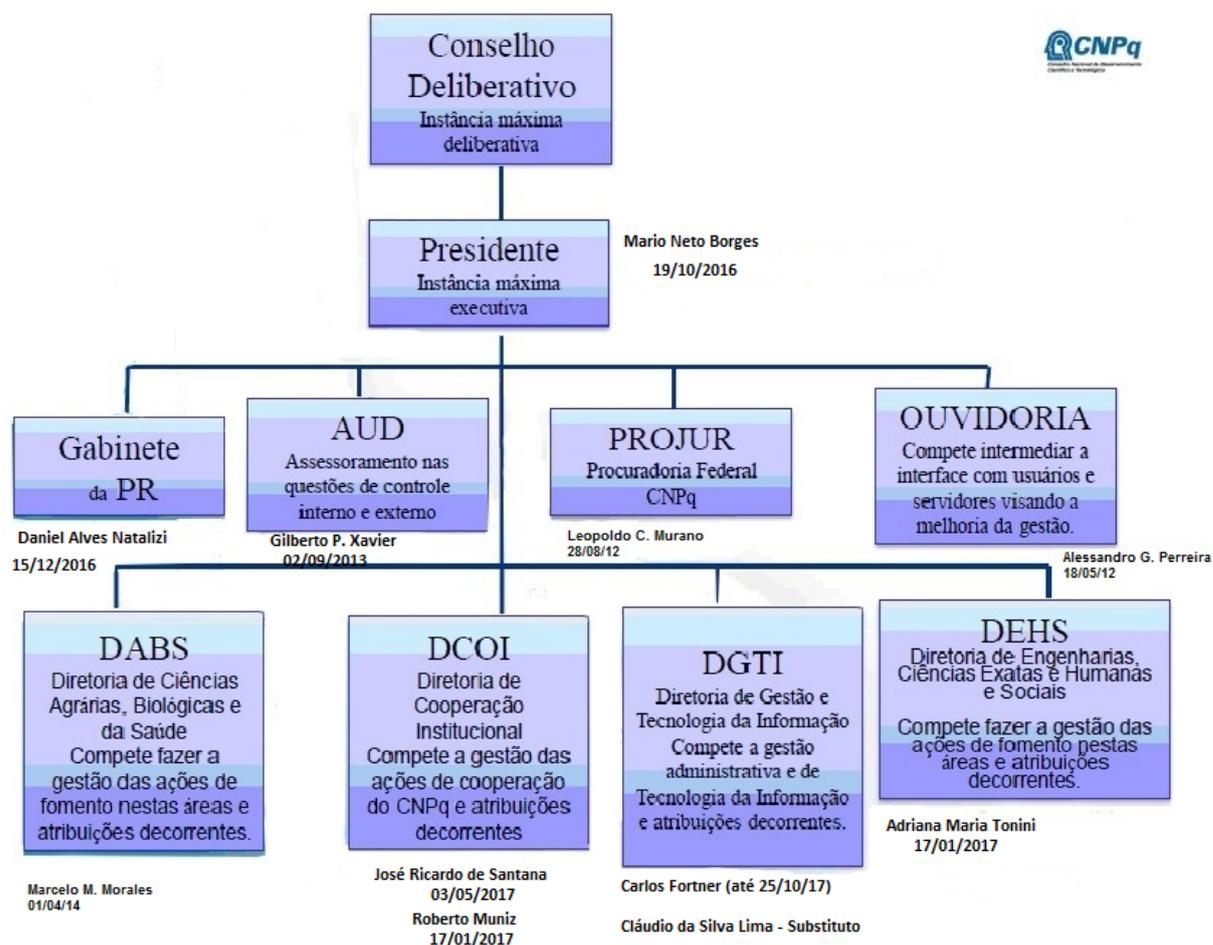


Figura 1.: Organograma Funcional do CNPq

3.6. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os Macroprocessos institucionais definidos para o CNPq são apresentados na figura abaixo. Eles foram estabelecidos tendo por base os objetivos estratégicos perseguidos pelo CNPq no cumprimento de sua missão.



Figura 2: Macroprocessos CNPq.

No exercício de 2017 a Diretoria Executiva realizou algumas mudanças na lógica de funcionamento desses macroprocessos, buscando intensificar a atuação institucional em Inovação e Internacionalização. As mudanças foram as seguintes:

- A Diretoria de Cooperação Institucional deixou de abarcar a Coordenação Geral de Cooperação Internacional, que passou a ficar diretamente ligada à Presidência. RN-003/2017;
- A Coordenação do Programa de Capacitação Tecnológica e Competitividade (COCTC) foi transferida da estrutura da Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas,

Humanas e Sociais (DEHS), para a Diretoria de Cooperação Institucional (DCOI). RN-006/2017

- O Serviço de Propriedade Intelectual (SESPI) da DCOI passou a ser subordinado à COCTC. RN-006/2017

A condução dos macroprocessos institucionais, em 2017, se deu a partir da execução de ações e projetos estratégicos e ações tradicionais de fomento, incluindo a execução dos objetivos e ações do PPA sob a responsabilidade da instituição.

MACROPROCESSOS DE DIREÇÃO

GESTÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS, BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

Gestão das Atividades de desenvolvimento científico e tecnológico relacionadas às Ciências da Terra e Meio-ambiente, Saúde, Agropecuária e Biotecnologia, garantindo a implementação permanente de pesquisa científica e tecnológica e formação de recursos humanos qualificados para C,T,I nessas áreas, mediante negociação, elaboração de políticas, definição de parcerias, ações, mecanismos e instrumentos de fomento.

Processos de apoio:

Orientar e monitorar a implementação de programas, projetos, iniciativas e processos voltados ao fomento à pesquisa, formação de recursos humanos e inovação.

- **Gestão em Ciências da Terra e do Meio-Ambiente.**
- **Gestão de Pesquisa em Saúde**
- **Gestão de Pesquisa em Agropecuária e Biotecnologia**

GESTÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA EM ENGENHARIAS E CIÊNCIAS EXATAS, HUMANAS E SOCIAIS

Gestão das Atividades de desenvolvimento científico e tecnológico relacionadas às Engenharias e Ciências Exatas, Humanas e Sociais, garantindo a implementação permanente de pesquisa científica e tecnológica e formação de recursos humanos qualificados para C,T,I nessas áreas, mediante negociação, elaboração de políticas, definição de parcerias, ações, mecanismos e instrumentos de fomento.

Processos de apoio :

Orientar e monitorar a implementação de programas, projetos, iniciativas e processos voltados ao fomento à pesquisa, formação de recursos humanos e inovação.

- **Gestão de Pesquisa em Engenharia, Tecnologia e Inovação.**

- **Gestão de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.**
- **Gestão de Pesquisa em Ciências Exatas.**

GESTÃO ADMINISTRATIVA e DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Gestão das ações de logística e infraestrutura de recursos materiais, de pessoas , de execução financeira e de tecnologia da informação.

Processos de apoio:

- **Gestão da Administração e das Finanças:**
 - Recursos logísticos;
 - Gestão orçamentária e financeira;
 - Prestação de Contas;
 - Credenciamento à Importação e Incentivo Fiscal.

- **Operação de Apoio Operacional:**
 - Suporte ao fomento,
 - Execução de projetos tecnológicos e de pesquisa,
 - Execução de bolsas no país e
 - Execução de bolsas no exterior.

- **Gestão da Tecnologia da Informação:**
 - Ecossistemas de Informação;
 - Projetos de tecnologia da informação;
 - Serviços de tecnologia da informação;

- **Gestão de Pessoas**
 - Capacitação e Gestão da Carreira de C&T;
 - Promoção da Qualidade de Vida e Competências.

GESTÃO DA COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Gestão das áreas de cooperação, fomento à inovação e parcerias nacionais assim como de diversos prêmios de estímulo à ciência brasileira, além das atividades relacionadas à propriedade intelectual.

Processos de apoio:

- **Cooperação nacional**
 - Apoio a parcerias institucionais
 - Programas acadêmicos
 - Parcerias estaduais
 - Capacitação tecnológica e competitividade

Cooperação Internacional

Fortalecer e aperfeiçoar a colaboração Internacional em C,T&I, mobilizando competências no Brasil e no exterior, contribuindo para a qualificação de pessoas e promovendo pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Processos de apoio:

- Negociação e Assessoramento Internacional
- Gestão de Programas Internacionais
- Informação e Estudos Internacionais.

Planejamento, incluindo a coordenação das ações de Estatística e Indicadores

Gestão do Planejamento Institucional, nos níveis estratégico, tático e operacional, envolvendo a elaboração de cenários, coordenação do processo de elaboração das propostas institucionais relacionadas aos Planos Plurianuais (PPA) do Governo e elaboração do Relatório de Gestão Institucional.

Monitoramento dos sistemas de informações gerenciais para coletar, compatibilizar, consolidar e disseminar dados de natureza estatística, visando subsidiar as ações de planejamento e o processo decisório do CNPq , além de fornecer dados e informações para processos externos de pesquisa, planejamento e gestão.

Obs: importante observar que o planejamento ainda continua funcionando sem aparecer na estrutura organizacional. (funciona a partir de Portaria – 101/2011)

Comunicação

Planejamento, promoção, coordenação e execução das atividades de comunicação social, observada a política de comunicação adotada pelo CNPq..

Assessoria Parlamentar

Gestão dos assuntos concernentes ao relacionamento do CNPq junto ao Poder Legislativo Federal, na defesa de seus interesses, contatos com parlamentares, assim como acompanhar a tramitação de proposições legislativas, na sua apreciação e deliberação, e os debates de temas que se enquadrem ou repercutam no leque de ações e necessidades do CNPq.

Ouvidoria

Responsável pelo fortalecimento dos princípios do diálogo, transparência e ética nas relações com todos os públicos do CNPq, como também pela coordenação das atividades que visem acolher opiniões, sugestões, elogios, críticas, reclamações e denúncias dos servidores e colaboradores.

Auditoria

Inspecionar, avaliar a eficácia, suficiência e aplicação dos instrumentos normativos das áreas contábeis, financeira, orçamentária, dos controles de bens patrimoniais, política de pessoal e salarial e folha de pagamento; verificar o cumprimento de disposições legais, regularidade das aplicações de recursos colocados à disposição do CNPq; expedir Ordens Internas sobre os assuntos de sua área de competência, assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso informação, de acordo com a Lei nº 12.527.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Planejamento Estratégico do CNPq se apresenta como um processo de aprendizagem institucional, a ser continuamente aperfeiçoado e ajustado à complexidade do ambiente. O panorama mundial indica que as mudanças irão acontecer de modo cada vez mais intenso e frequente, impondo dinamismo e flexibilidade ao sucesso do planejamento estratégico.. É preciso construir habilidades que permitam adaptação com rapidez e competência a um ambiente extremamente mutável. A Estratégia Institucional precisa seja concretizada na prática, com ações tangíveis e ordenadas, numa perspectiva de curto, médio e longo prazo, e envolver um processo contínuo de revisão que possibilite mudanças na sua concepção e possa gerar novos desafios estratégicos.

Nesse sentido, destaca-se o avanço do atual processo de planejamento estratégico do CNPq em relação ao sem antecessor, ocorrido em 1995, no que se refere ao seu desdobramento. O Plano Estratégico atual foi desdobrado em Planos Táticos e Planos Operacionais, buscando levar o planejamento ao cotidiano da instituição, diminuindo a distância entre o que é pensado, planejado e colocado no papel, do que é efetivamente executado.

O desdobramento do Plano no nível tático foi sintetizado a partir da elaboração dos chamados Mapas de Contribuição, onde foram reunidos e organizados os principais elementos norteadores da atuação das Diretorias e Assessorias do CNPq.

O desdobramento no nível operacional culminou na definição de um conjunto de projetos (alguns transversais à instituição e outros específicos de áreas) para execução no período de quatro anos, equivalentes ao período do PPA 2016-19, constantes do documento ‘Desdobramento Operacional da Estratégia’, apresentado na intranet do CNPq , aba do planejamento/documentos.

Como elemento novo ao processo de planejamento, partindo-se da premissa de que as mudanças do meio se dão de forma constante e acelerada, e que por isso, os planos táticos e, principalmente, os operacionais precisam ser revistos de tempos em tempos, menciona-se a aprovação por parte da Diretoria Executiva do CNPq da realização de um Estudo de Cenários Prospectivos.

4.1.1. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

No exercício de 2017 os objetivos institucionais, no que se refere ao planejamento estratégico estiveram voltados para dar continuidade à execução do conjunto de projetos - Portfólio de projetos. No entanto, além de dar continuidade aos já definidos, objetivou-se, conforme mencionado acima, criar estratégia para a revisão e atualização desse Portfólio.

O estudo de cenários aprovado ainda no exercício de 2017, para execução em 2018, objetiva identificar tendências e incertezas relacionadas às 7 dimensões de análise já definidas no planejamento estratégico do CNPq – modelo de gestão, transversalidade, inovação, internacionalização, integração e interação com os parceiros, compromisso social e monitoramento e avaliação – e a partir daí criar cenários , definindo um cenário normativo (aquele que queremos alcançar). O produto esperado, para a etapa já aprovada, é um documento , contendo a descrição dos cenários e um sumário executivo, publicado, para divulgação dos cenários.

Com base no cenário definido, pretende-se atualizar o portfólio de projetos transversais e específicos do CNPq, bem como iniciativas associadas, como input para a atuação institucional no período de 2019-2023, que inclui o próximo PPA.

Outro objetivo, relacionado diretamente ao Plano Estratégico, baseava-se em criar cultura institucional de monitoramento da execução do plano estratégico a partir da criação e implementação de sistemática de monitoramento e avaliação do plano estratégico do CNPq, incluindo sistema informatizado e uma ‘Sala de Situações’, voltada para a realização de reuniões de avaliação da Estratégia (as chamadas RAES). Trata-se de um Instrumento metodológico de monitoramento e avaliação da estratégia que promove visão sistêmica, estimula a gestão compartilhada e propicia a preparação de sucessores. Etapas incluídas: acompanhamento *on-line* do desempenho de indicadores e metas nos diferentes níveis da estratégia; compatibilidade com outros sistemas corporativos em uso na instituição, para integração de dados e informações; emissão de relatórios gerenciais evidenciando desempenhos de áreas e projetos; e flexibilidade para customizações e ajustes sempre que necessário à dinâmica dos desafios e atividades. Esse objetivo ainda se encontra apenas no papel, ou seja, no âmbito da teoria proclamada da instituição, sem ação efetiva para alcance do mesmo.

A seguir são apresentados os objetivos constantes do Plano Plurianual – PPA, sob a responsabilidade do CNPq no exercício em análise, as metas relacionadas, índice de alcance e considerações gerais sobre a execução e resultados .

Quadro 1 – Objetivo 0497-PPA

OBJETIVOS DO PPA EXECUTADOS PELO CNPq – Metas alcançadas em 2017				
CNPq PPA 2016 – 2019				
Programa:	2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação			
Objetivo (0497):	Promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à ciência, tecnologia e inovação.			
Metas:				
Descrição da Meta:	Meta Prevista:	Unidade de Medida	Metas Realizadas	
			2016	2017
Conceder anualmente 17.000 bolsas-ano de produtividade em pesquisa do CNPq no país.	17.000	Bolsa-ano	15.064	14.312
Alcançar o número de 22.000 bolsas de mestrado e doutorado em pesquisa pelo CNPq no país.	22.000	Bolsa-ano	17.818	17.740
Conceder 5.100 bolsas voltadas para a internacionalização do Ensino Superior e da ciência, tecnologia e inovação brasileira pelo CNPq, prioritariamente pelo Programa Ciências Sem Fronteira.	5.100	Bolsa-ano	651	171
Conceder anualmente 41.000 bolsas-ano de iniciação à pesquisa pelo CNPq no país.	41.000	Bolsa-ano	33.757	39.678

Esse objetivo visa o investimento contínuo em formação, capacitação, atualização e fixação de recursos humanos capazes de responder aos desafios intrínsecos à construção de uma nação social e economicamente desenvolvida. Ele é perseguido a partir da concessão, por parte do CNPq, de um variado portfólio de bolsas, no país e no exterior, incluindo Bolsas de Estímulo à Pesquisa, Internacionalização, Formação e qualificação de pesquisadores, iniciação à pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Ver no anexo o detalhamento do conjunto dessas bolsas.

A execução do conjunto das metas relacionadas a esse objetivo apresenta, ao longo dos anos, resultados significativos, não apenas no que se refere à reposição e ampliação das diferentes categorias de profissionais envolvidos em C,T&I , como também na identificação de lacunas e deficiências relacionadas à P&D e redirecionamento de focos de atuação, buscando melhorar o processo de mudanças qualitativas na dinâmica dos diversos setores da sociedade.

No que se refere desempenho do Objetivo por meio da execução das metas relacionadas, é possível dizer que foi bastante satisfatório o cumprimento das metas, com uma execução acima de 84 %, não levando em conta a meta relacionada ao Programa Ciência Sem Fronteiras, que foi descontinuado em 2016, tendo funcionado de forma atípica. No entanto, é fato também que as metas foram ajustadas para menos em exercícios anteriores recentes.

É importante salientar, portando, que nos últimos anos os quantitativos de bolsas-ano não aumentaram apesar de toda a pressão continuada de demanda advinda da sociedade acadêmica, uma vez que o governo atuou na abertura de novas vagas, tanto para discentes quanto para docentes em nossas universidades, o que, em tese, aumenta a demanda por bolsas de formação e de pesquisa, além de outras. No caso de algumas modalidades específicas pode-se observar queda no número de bolsas-ano concedidas ao longo dos últimos anos.

Algumas ações/resultados provenientes do esforço continuado de atuação na busca do cumprimento desse objetivo são destacadas abaixo como exemplo de uma prática consistente e com visão de longo prazo.

Financiamento de bolsas do fomento tecnológico do CNPq a projetos conduzidos por pesquisadores da Embrapa nas temáticas de desenvolvimento e produção de enzimas e leveduras para produção de etanol a partir da biomassa da cana, desenvolvimento de ferramentas biotecnológicas para aumento de biomassa e produção de etanol de segunda geração, dentre outras;

Financiamento de projetos de pesquisa interdisciplinares que envolvem a formação de recursos humanos em manejo, uso sustentável e conservação da biodiversidade, e à proteção do patrimônio cultural e dos recursos naturais em Unidades de Conservação federais e seu entorno, nos Biomas Caatinga e Mata Atlântica, O objetivo é fortalecer a inserção das Unidades de Conservação no desenvolvimento regional.

Implementação de subprogramas de Capacitação Institucional nas unidades de pesquisa do MCTIC, por meio da concessão de bolsas para a viabilizar a execução de projetos de C&T de interesse do Ministério.

Trabalho de prospecção visando indicar áreas prioritárias para a formação de recursos humanos em Biotecnologia e Recursos Genéticos e assim subsidiar o CNPq na formulação de ações estratégicas para o setor no biênio 2018/2019.

Aporte de recursos ao CEMADEN, para a implementação de bolsas de fomento tecnológico, permitindo a inserção de novos profissionais ao projeto "Desenvolvimentos científicos e tecnológicos para monitoramento e alertas de desastres naturais".

Parceria entre o CENSIPAM e o CNPq na qualificação de recursos humanos, na região Amazônica, para as áreas de monitoramento ambiental, territorial, temático e de tecnologia da informação, a partir da concessão de bolsas tecnológicas de fomento em CT&I.

Implantação do "Ciclo de Palestras sobre CT&I", ministradas pelos mais renomados pesquisadores brasileiros, no formato "TED", e voltado para estudantes secundaristas, utilizando a infraestrutura da RNP para divulgação e disseminação.

É importante dizer ainda que o êxito alcançado na relação com parceiros empresariais, na concessão de bolsas, aponta um importante caminho a ser perseguido no sentido de intensificar o processo de inovação tecnológica decorrente das pesquisas em curso no país.

O desafio para 2018 está em ampliar o número de bolsas implementadas pelo CNPq, envolvendo desafios tanto de aporte de recursos ao orçamento do CNPq, bem como de parcerias estratégicas, mas uma tentativa, ao menos, de recuperar patamares de concessão de bolsas já alcançados no passado.

Quadro 2 – Objetivo 0400 / PPA

CNPq PPA 2016 - 2019				
Programa:	2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação			
Objetivo (0400):	Fomentar, incluindo ações internacionais, o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país.			
Metas:				
Descrição da Meta:	Meta Prevista:	Unidade de Medida	Metas Realizadas	
			2016	2017
Apoiar anualmente 7.000 projetos de pesquisa pelas agências federais de fomento à ciência, tecnologia e inovação (CNPq e Finep).	7.000	Projetos apoiados	4.116*	2.577(*)

(*) se considerarmos projetos contratados, esse número sobe para 7.367.

Esse Objetivo, que tem o CNPq e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP como responsáveis, é de extrema importância no processo de agregar valor à Estratégia de expansão, modernização e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do estímulo a áreas e setores fundamentais para a sustentação do processo de inovação e para a criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos.

Em 2017, o cenário macroeconômico continua condicionando, a exemplo dos exercícios anteriores, o desempenho das metas deste objetivo. Mesmo assim, ainda é possível afirmar que o apoio a projetos de pesquisas científicas, tecnológicas e à inovação, por meio das agências de fomento do MCTIC – CNPq e FINEP – vem efetivamente contribuindo para o desenvolvimento do país, de forma regionalmente equilibrada, e com maior interação entre o sistema empresarial/produtivo e com a sociedade.

As principais ações efetivas em 2017 incluem apoio aos INCTs, ao Edital Universal , tradicionalmente lançado pelo CNPq, apoio a importantes sítios de pesquisa a partir do Programa PELD, importantes ações de Cooperação Internacional , além do esforço da FINEP em ações de infraestrutura das Instituições de Ciência e Tecnologia, bem como na manutenção do padrão de pesquisa e desenvolvimento alcançado.

Alguns resultados do fomento à pesquisa, no tempo, podem ser citados como exemplo da importância desse Objetivo no contexto da C,T&I: O Agronegócio vindo sendo o principal responsável pelo desempenho da balança comercial brasileira. Em 2017, a balança comercial do Agronegócio registrou o segundo maior superávit da série histórica, inferior apenas ao ano de 2013, sendo o setor responsável por 44,1% do total das vendas externas do Brasil. Fator decisivo para este desempenho foi o investimento de décadas em pesquisas de ponta, principalmente em biotecnologia. Os investimentos do CNPq em agropecuária e biotecnologia ocorrem tanto em chamadas universais, apoiando qualquer projeto que tenha relevância em termos científicos, assim como em ações estratégicas específicas.

Outro exemplo diz respeito ao Meio Ambiente e Biodiversidade. O Brasil possui a maior biodiversidade do planeta. Por outro lado, conhecemos muito pouco desse ativo estratégico. Um dos grandes desafios para a ciência é mapear essa biodiversidade, saber como conservá-la, protegê-la e descobrir como utilizá-la de forma sustentada para gerar emprego e renda. Ao longo dos anos, e em parceria, o CNPq vem investindo recursos em ações voltadas para o conhecimento e uso econômico e social da biodiversidade brasileira. As ações financiam de projetos individuais a redes de pesquisa.

Lançamento de Chamada para financiar projetos de pesquisa sobre insetos polinizadores. A ação visa suprir lacunas de conhecimento por meio de pesquisa integrada ao setor produtivo, com aplicação direta no desenvolvimento de metodologias de avaliação de risco de agrotóxicos, na valoração do serviço ambiental de polinização e no conhecimento sobre a biodiversidade de polinizadores no Brasil. A ação é uma parceria do CNPq com o MCTIC, o IBAMA e a Associação Brasileira de Estudos das Abelhas.

No setor da saúde podemos observar que os problemas de saúde que afetam o cidadão também afetam o desempenho da economia da nação. O CNPq vem financiando pesquisas que buscam a solução para várias enfermidades e o destaque é a parceria estratégica iniciada em 2003 com o Ministério da Saúde, em particular com seu Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT). A parceria consolidou uma forma de gestão compartilhada e inovadora de financiar projetos cujo alvo é solucionar grandes desafios que afetam a saúde da população brasileira. Pesquisas em temas sensíveis e estratégicos já foram financiadas, como câncer, hipertensão e as doenças negligenciadas, que são aquelas causadas por agentes infecciosos ou parasitas e que são consideradas endêmicas em populações de baixa renda, como é o caso da doença de Chagas, da dengue e da malária.

Esses e muitos outros resultados do fomento ao processo de geração e aplicação de novos conhecimentos podem ser apresentados. Contudo, é preciso continuar ressaltando a importância de se buscar, ao menos, o restabelecimento dos níveis históricos de investimento, tanto do CNPq quanto da FINEP, no sentido de não haver prejuízo ao desenvolvimento da C,T&I a médio e longo prazo e retrocesso nos resultados alcançados ao longo dos anos.

E ainda, no sentido de superar dificuldades e potencializar e disseminar o resultado desse Objetivo, diferentes ações estão sendo planejadas para 2018, como por exemplo: Promover seminários sobre

o cenário nacional em CT&I frente à fronteira da produção do conhecimento, e sobre a interação entre setor produtivo e a produção do conhecimento acadêmico. Inserir no Portal do CNPq um link para o "Projeto Piloto Patentes ICTs", do INPI visando estimular e apoiar os pesquisadores no processo de patenteamento, em complementação às atividades desempenhadas pelos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das ICTs brasileiras.

DESTAQUES DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Ações finalísticas

Relançamento do Prêmio Jovem Cientista, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, para sua 29ª Edição em 2018.

Financiamento de bolsas do fomento tecnológico a projetos conduzidos por pesquisadores da Embrapa nas temáticas de desenvolvimento e produção de enzimas e leveduras para produção de etanol a partir da biomassa da cana, desenvolvimento de ferramentas biotecnológicas para aumento de biomassa e produção de etanol de segunda geração, dentre outras;

Implementação de bolsas de fomento tecnológico como objetivo de inserir novos profissionais ao projeto "Desenvolvimentos científicos e tecnológicos para monitoramento e alertas de desastres naturais”;

Estabelecimento de um consórcio em articulação com renomados Centros de Síntese do exterior, de forma a estruturar no país um Centro voltado à produção de sínteses científicas de alto impacto em questões relacionadas à biodiversidade e serviços ecossistêmicos;

Trabalho de prospecção visando indicar áreas prioritárias para a formação de recursos humanos em Biotecnologia e Recursos Genéticos e assim subsidiar o CNPq na formulação de ações estratégicas para o setor no biênio 2018/2019;

Após dois anos lançando chamadas separadamente, o CNPq e a CAPES reataram a parceria que tinham na área de Editoração e lançaram, juntos, uma Chamada Pública com o objetivo de incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização em todas as áreas de conhecimento;

Realização, em parceria com a agência alemã Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, da Oficina "Conectando a Ciência à Prática: Adaptação da Metodologia NoPa". A Oficina capacitou os servidores na metodologia de implementação de novas parcerias com diversas entidades, quer de governo, academia, iniciativa privada ou terceiro setor;

Realização do evento "PELD 20 anos - Sínteses do Conhecimento", que propôs ação específica para desenvolvimento de sínteses temáticas partindo da base de conhecimento acumulada ao longo dos 20 anos do Programa PELD;

Formalização do PELD/CNPq/Brasil como membro do *International Long Term Ecological Research* (ILTER), uma associação científica sem fins lucrativos que congrega 40 países membros e suas redes nacionais visando promover a colaboração científica em pesquisa ecológica de longa duração;

Elaboração de 22 Acordos de Cooperação Técnica com as Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados no âmbito dos Programas PELD e Protax para viabilizar o cofinanciamento de projetos aprovados em duas chamadas públicas lançadas pelo CNPq;

Iniciada negociação com a RNP/UFRN para transmitir palestras ao vivo aos alunos da rede pública de ensino da grande Natal;

Iniciada negociação com a Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal a fim de que alunos da rede pública de ensino conheçam o CNPq e assistam palestras de renomados pesquisadores durante visita ao Conselho;

Realização de Oficina de Divulgação Científica que capacitou os participantes para escrever, em formato jornalístico, e para várias mídias, textos curtos sobre as pesquisas com potencial de impacto socioeconômico e midiático;

Lançamento inédito de chamada pública, durante as ações de realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, em parceria com o MCTIC, para apoio à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2017;

Apoio a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação de empresas emergentes, com até quatro anos de constituição, que desenvolvam *software*, *hardware* e serviços de tecnologias da informação ou ainda que se proponham a utilizar *software*, *hardware* e/ou serviços de TI, como elementos do seu esforço de inovação;

Aporte de recursos ao CEMADEN, para a implementação de bolsas de fomento tecnológico, permitindo a inserção de novos profissionais ao projeto "Desenvolvimentos científicos e tecnológicos para monitoramento e alertas de desastres naturais";

Parceria entre o CENSIPAM e o CNPq na qualificação de recursos humanos, na região Amazônica, para as áreas de monitoramento ambiental, territorial, temático e de tecnologia da informação, a partir da concessão de bolsas tecnológicas de fomento em CT&I;

Realização de Ciclo de Palestras sobre CT&I, ministradas pelos mais renomados pesquisadores brasileiros, no formato "TED", e voltadas para estudantes secundaristas, utilizando a infraestrutura da RNP para divulgação e disseminação;

Financiamento a projetos de pesquisa sobre insetos polinizadores. A ação visou suprir lacunas de conhecimento por meio de pesquisa integrada ao setor produtivo, com aplicação direta no desenvolvimento de metodologias de avaliação de risco de agrotóxicos, na valoração do serviço ambiental de polinização e no conhecimento sobre a biodiversidade de polinizadores no Brasil. A ação é uma parceria do CNPq com o MCTIC, o IBAMA e a Associação Brasileira de Estudos das Abelhas;

Apoio a Cursos de Cooperação Internacional em Biotecnologia, do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia – CBAB, destinados à participação dos membros brasileiros nas reuniões na Argentina e no Uruguai, e ao envio de estudantes brasileiros para participarem de Cursos em Biotecnologia nos demais países integrantes do CBAB;

Iniciados os procedimentos para celebração de cinco Acordos de Parceria com a Fundação Eliseu Alves para o financiamento de bolsas do fomento tecnológico do CNPq a projetos conduzidos por pesquisadores da Embrapa;

Financiamento ao projeto "Pesquisa e inovação para aplicação da Técnica do Inseto Estéril - TIE no controle do vetor *Aedes aegypti* em condições de semi-campo e campo", que está sendo executado pela Biofábrica Moscamed Brasil;

Continuidade do projeto “Plataforma Regional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais de Experimentação do MERCOSUL” (PREMASUL). O projeto tem o objetivo de inserir o tema "Métodos alternativos" no MERCOSUL e promover a criação de uma infraestrutura laboratorial e de cursos de capacitação para as metodologias de métodos alternativos ao uso de animais de experimentação, com participação de alunos brasileiros e de demais países do MERCOSU;

Financiamento de projetos de pesquisa interdisciplinares e formação de recursos humanos em manejo, uso sustentável e conservação da biodiversidade, e à proteção do patrimônio cultural e dos recursos naturais em Unidades de Conservação federais e seu entorno, nos Biomas Caatinga e Mata Atlântica;

Busca pelo CNPq de novas parcerias para o Programa INCT, tendo sido acertada a contratação do INCT Inclusão Social;

Negociação de novas parcerias como o IEL, destacando-se as ações Inova Tec e Inova Global;

Ampliação do programa de doutorado acadêmico industrial – DAI, com a inclusão de projetos pilotos com a UFMS e a FAPEAL – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas;

Gestão Organizacional

Parceria CNPq/CGEE para avaliação dos resultados do Programa Sisbiota Brasil e do Programa INCT, além da capacitação de analistas no uso de ferramentas e base de dados com vistas ao aprimoramento do processo de avaliação de resultados de programas;

Aprovação, por parte da Diretoria Executiva, da realização de um estudo de Cenários Prospectivos para o CNPq. Com base no cenário normativo a ser definido, pretende-se atualizar o portfólio de projetos transversais e específicos do CNPq, fruto de seu planejamento estratégico, bem como iniciativas associadas, como input para a atuação institucional no período 2019-2023, que inclui o próximo PPA;

Criação do Programa de Divulgação e Disseminação Científica de bolsas para profissionais da área de comunicação para atuarem em projetos de divulgação científica vinculados ao CNPq;

Restabelecimento da relação do CNPq com a imprensa, com envio sistemático de releases, entrevistas e artigos, além do impulso da presença do CNPq nas redes sociais;

Redução de cerca de 30% do valor do aluguel do edifício sede do CNPq com a inclusão de contratos de manutenção elétrica, sala segura, brigada de incêndio, representando uma economia de R\$ 6 milhões anuais;

Cessão onerosa de espaço físico no CNPq para uso da Finep: aluguel de cerca de R\$ 2.010,00 (dois mil e dez) m², no valor-ano de R\$ 286.205,00 (duzentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinco reais);

Implantação, a partir de 2012, do Sistema de Prestação de Contas “*On Line*”; sendo que atualmente 99% dos processos são analisados e baixados de forma virtual, eliminando assim a emissão e impressão de documentos o que levou à desativação do Arquivo Interno da Coordenação de Prestação de Contas - COPCO;

Em 2017 foram abertos 196 (cento e noventa e seis) novos processos de importação para a pesquisa; foram pagas as importações de 170 (cento e setenta) processos e foi entregue ao destinatário final o objeto de 163 (cento e sessenta e três) processos.

4.1.2. ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Antes de informar o atual estágio do Planejamento Estratégico optou-se por fazer uma breve contextualização do processo como um todo.

O Planejamento Estratégico CNPq – 2025 envolveu as seguintes etapas: Intenção Estratégica e Avaliação Diagnóstica, Plano Estratégico, Planos Táticos e Planos Operacionais. A metodologia aplicada utilizou Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica, tendo como princípio básico a possibilidade de adaptar e integrar diversas ferramentas de gestão disponíveis na literatura, além da premissa da construção coletiva. Na etapa Intenção Estratégica e Avaliação Diagnóstica foram revisitadas a visão e a missão institucional e delineadas as rotas estratégicas, visualizando uma situação desejada em 2025. A partir desse documento foi construído o Mapa Estratégico da Instituição. Em 2014 foram elaborados os Planos Táticos .As sínteses desses Planos são

apresentadas nos chamados Mapas de Contribuição, onde estão reunidos e organizados os principais elementos norteadores da atuação das Diretorias e Assessorias do CNPq.

Terminando o desdobramento da Estratégia foram elaborados, em 2015, os Planos Operacionais, com o objetivo de mobilizar o chamado “chão de fábrica”, onde as coisas efetivamente acontecem na instituição. Para a elaboração dos planos operacionais – formulados por meio de oficinas práticas – foram utilizados como documentos básicos os Portfólios de Projetos e de Iniciativas, integrantes dos Planos Táticos elaborados no ano de 2014. Foram definidos projetos (específicos e transversais) a serem executados no período de quatro anos, equivalentes ao período do PPA (2016-19).

A lógica adotada foi a definição de projetos para o período de cada PPA, com constante avaliação dos resultados, com oportunas correções de rumo e adequações, sempre com a finalidade de assegurar que o CNPq, até o horizonte temporal de 2025, alcance a visão estabelecida e cumpra, com excelência, sua missão.

Em 2017 deu-se continuidade à execução dos projetos definidos no portfólio de projetos, com uma modesta evolução em relação ao nível de execução alcançado em 2016. Certamente que vários fatores contribuíram para isso, com destaque para o seguinte: a baixa capacidade institucional de atuar em projetos que se diferenciem da rotina, agravada pelo restrito quadro de servidores, dificultou a execução do conjunto desses projetos. Agrega-se a isso a complexidade de alguns desses projetos que envolvem questões políticas e mudanças importantes na lógica de funcionamento institucional, além da inadequada estruturação da área de planejamento, responsável pela coordenação do processo de execução da Estratégia e ainda a inadequada infraestrutura de sistemas informatizados, não evoluído para atender as especificidades de monitoramento de um plano estratégico.

De qualquer forma, houve avanços e agregação de valor ao processo de gestão institucional, embora também seja importante mencionar que, de maneira geral, o servidor ainda não internalizou o planejamento no seu dia a dia e na sua lógica de trabalho, e que a tomada de decisão no CNPq ainda não estão adequadamente vinculadas ao Plano Estratégico Institucional.

4.1.3. VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

Os temas estratégicos que nortearam a elaboração do plano estratégico institucional referem-se a diferentes dimensões de atuação que, conectadas, dão a linha base de atuação do CNPq enquanto agência de fomento que tem a *missão de fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional*.

Essas dimensões são as seguintes: internacionalização, modelo de gestão, interação e integração com os parceiros, inovação, monitoramento e avaliação, transversalidade e compromisso social.

O portfólio de projetos definidos no nível operacional do Plano contemplam essas dimensões. Considera-se que, na busca institucional por melhores resultados, uma adequada execução desses projetos, especialmente do conjunto dos sete projetos transversais e os considerados estruturantes - que dizem respeito à arquitetura organizacional, à gestão integrada e à transversalidade, especialmente no fomento à formação de recursos humanos e no apoio à pesquisa e à inovação - irá promover uma revitalização do processo de gestão institucional que capacitará o CNPq para o enfrentamento das aceleradas e complexas alterações do ambiente, tanto interno como externo.

Os resultados apresentados no item 4.1.1 deste relatório, no que diz respeito à execução dos objetivos do PPA sob a responsabilidade do CNPq e, portanto, de competência do CNPq, também contribuem para demonstrar a vinculação do que a instituição planeja e os resultados que alcança com suas competências e o Plano Plurianual do Governo, o PPA.

4.1.4 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

Todos os projetos financiados pelo CNPq são monitorados por meio de Sistema Informatizado e passam por algum tipo de avaliação, interna e externa, tanto do ponto de vista financeiro como dos resultados alcançados.

No que diz respeito ao monitoramento e avaliação das ações e metas executadas pelo CNPq, no âmbito do Plano Plurianual, são realizados de forma sistemática, culminando na inserção de informações em Sistema de Informações específico – SIOP, gerenciado pelo MP.

Já em relação aos projetos e iniciativas estabelecidas no planejamento estratégico, constantes do ‘Portfólio de Projetos Institucionais’, a forma, mecanismos e instrumentos de monitoramento desses projetos ainda não estão sendo realizados como desejado. De qualquer forma, o acompanhamento é realizado pela Assessoria de Planejamento, dentro das condições possíveis no momento.’

A proposta para avançar na adequação desses instrumentos é a implementação de sistemática de Monitoramento e Avaliação do Plano Estratégico do CNPq (incluindo sistema informatizado), estabelecendo uma Sala de Situações, onde sejam realizadas reuniões de avaliação da Estratégia Institucional (RAES), com acompanhamento regular da execução dos projetos transversais e específicos. Como já mencionado anteriormente, trata-se de um Instrumento metodológico de monitoramento e avaliação da estratégia que promove visão sistêmica, estimula a gestão compartilhada e propicia a preparação de sucessores. Etapas incluídas: acompanhamento *on-line* do desempenho de indicadores e metas nos diferentes níveis da estratégia; compatibilidade com outros sistemas corporativos em uso na instituição, para integração de dados e informações; emissão de relatórios gerenciais evidenciando desempenhos de áreas e projetos; e flexibilidade para customizações e ajustes sempre que necessário à dinâmica dos desafios e atividades.

4.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO –

4.2.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Quadro 3 - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação							
Código		00LV		Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL			
Título		Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para C, T&I					
Iniciativa							
Objetivo		Código:					
Programa		Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		24201 - CNPq					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
1.252.024.327	1.166.616.564	1.170.303.478	955.323.793	954.525.619	798.174	214.979.684	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade medida	de	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Bolsa concedida			Unidade		176.773	82.000	80034
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida	de Realizada	
277.990.604	205.623.199	5.756.247					

Nota: A diferença entre a Dotação Final e a Despesa Empenhada refere-se a Variação Cambial tendo em vista despesas no exterior.

O orçamento do CNPq, destinado a Bolsas foi executado na sua integralidade, em diferentes modalidades.

Quadro 4 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	00LV			Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL			
Descrição	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para C, T&I						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	24201 - CNPq						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001		708.342					
7002	100.000	100.000					
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0000	Bolsa Concedida	Unidade					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
0001	297.000	295.320					
0012	166.400	164.800					
7000	81.711	58.950					

Nota: Refere-se a Emenda Parlamentar.

Quadro 5 - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação							
Código		20US			Tipo: ATIVIDADE		
Título		Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores.					
Iniciativa							
Objetivo		Código:					
Programa		Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		24201 - CNPq					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
115.251.022	112.421.022	112.215.006	62.658.659	59.098.193	3.560.465	49.556.346	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade medida	de	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado			Unidade		5.053	5.053	2.478
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida	de Realizada	
11.066.482	11.816.572	1.047.796	Unidade			1	

FONTE: CONSIAFI

Quadro 6 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20US			Tipo: ATIVIDADE			
Descrição	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores.						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	24201 - CNPq						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	0	259.538	259.538				259.538
0035	600.000	600.000					
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
00	Projeto Apoiado		Unidade				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0041	200.000	200.000	0				
0053	8.980	8.980	0				

NOTA: refere-se à emendas parlamentares, despesas correntes e investimentos consecutivamente, não há meta física para investimento .

Quadro 7 - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código		6147			Tipo: ATIVIDADE	
Título		Cooperação Internacional em C, T&I				
Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		24201 - CNPq				
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.936.663	23.527	23.811	23.811	23.811	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida	de	Meta	
					Prevista	Reprogramada
Projeto Apoiado			Unidade	5	5	9
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida	de Realizada
1.498.586	1.501.604	0				

Quadro 8 - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação							
Código		6702		Tipo: ATIVIDADE			
Título		Apoio a projetos e eventos de educação, divulgação e popularização da C, T&I					
Iniciativa							
Objetivo		Código:					
Programa		Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		24201 - CNPq					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
3.496.107	8.090.000	8.090.000	8.090.000	8.090.000	0	0	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade medida	de	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto Apoiado			Unidade		100	0	152
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida	de Realizada	
951.500	852.500	10.000					

4.2.2 - Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Em referência ao orçamento disponibilizado ao CNPq no valor de R\$ 1.299.761.429,90 **(excluindo-se os recursos de Pessoal, Benefícios e Doações)**, o órgão enfrentou um **contingenciamento bastante expressivo e atípico em agosto/17 no total de R\$ 523.798.140,00** (em torno de 40%), que atingiu de modo linear todas as ações orçamentárias do CNPq (bolsas, fomento e administração) fato este que causou bastante preocupação ao órgão, considerando todos os compromissos a serem cumpridos até o fim do exercício.

Em referência aos recursos, inicialmente contingenciados, devemos destacar as duas ações de fomento LOA 2017 denominadas **6702-Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnol. e Inovação e 6147-Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação**, pois os respectivos valores correspondentes à R\$ 2.916.107,00 e R\$ 2.913.136,00 foram **objetos de cancelamento de dotação causando prejuízos aos processos/projetos de pesquisa individuais que haviam sido selecionados no âmbito de Editais e/ou Chamadas do CNPq e que foram financiados.**

Vale um destaque quanto ao **contingenciamento bastante expressivo de recursos orçamentários do CNPq, ocorrido em agosto/17, que alcançou o total de R\$ 523.806.482,00** (em torno de 40%) que acabou atingindo de **modo linear todas as ações orçamentárias do CNPq (bolsas, fomento e administração)** fato este que causou preocupação ao órgão ao considerar todos os compromissos a serem cumpridos nos próximos quatro últimos meses do exercício.

A liberação (descontingenciamento) de valores, **principalmente aqueles relativos à ação 00LV(BOLSAS), ocorreu de maneira gradativa durante o período de setembro à novembro de 2017** de modo a atender as necessidades mensais do órgão, exceto os valores de R\$ 84.407.762,00, originado de saldo do Programa Ciência sem Fronteiras que já se encontrava em fase de finalização e de R\$ 5.829.243,00 relativo às ações de fomento 6147 e 6702, acima já informados, **pois foram objetos de cancelamento acarretando redução da Dotação Inicial do CNPq de R\$ 1.299.761.429,99 para a Dotação final correspondente à R\$ 1.209.524.424,97.**

Ressalta-se que algumas variações orçamentárias ocorreram junto ao total disponibilizado ao CNPq(LOA), **principalmente junto à ação de bolsas (ação 00LV)**, em decorrência de recomposições o valor necessário aos pagamentos mensais de bolsas e que foram resultados dos pedidos de remanejamentos de PO'S (Plano Orçamentários), solicitados pelo CNPq no âmbito do SIOP-SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO FEDERAL no total de R\$ 67.600.000,00, resultando assim numa alteração significativa das Dotações Iniciais e Finais juntos aos respectivos PO'S , de acordo com o disposto abaixo:

REMANEJADO DO PO-PLANO ORÇAMENTÁRIO	VALOR R\$
PO 0001 – ESTÍMULO À PESQUISA	33.000.000,00
PO 0002 - CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS	19.600.000,00
PO 0004 - INICIAÇÃO CIENTÍFICA	15.000.000,00

DESTINADO AO PO-PLANO ORÇAMENTÁRIO	VALOR R\$
PO 0003 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	51.500.000,00
PO 0005 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	16.100.000,00

No ano de 2017 o CNPq recebeu uma dotação na ação 00F8, que havia sido criada especificamente para alocar recursos no total de R\$ 750 mil a ser liberado em prol da SBPC-Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (convênio) destinado à sua manutenção e funcionamento.

Como a demanda de 2017 implicava num total de recursos bastante superior, destinado a eventos específicos da instituição que alcançava R\$ 7.580.000,00, **o MCTIC disponibilizou R\$ 4 milhões de sua própria dotação orçamentária junto à ação 6702(Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnol. e Inovação)**, que conforme argumento expedido pelo Ministério, encontrava em melhor alinhamento diante dos gastos a serem executados através da SBPC.

Nessa mesma direção, **o CNPq procedeu aos remanejamentos (SIOP) dos valores de R\$ 2.830.000,00 da ação 20US e R\$ 750.000,00 para a ação 6702**, alcançando assim o total de recursos que foram executados em sua totalidade através de pagamento emitido no âmbito do convênio firmado com a SBPC.

4.2.3.- Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

No ano de 2017 não foi registrado tempestivamente nenhum passivo por insuficiência de créditos.

No início de 2017 é que foram encaminhadas despesas que não foram processadas na época própria, e os compromissos foram reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente. As despesas foram pagas com elemento de despesa 92- Despesa de Exercícios Anteriores, em cumprimento a Portaria Interministerial STN/SOF n 163/01 e ao art. 37 da Lei n 4.320/64, que dispõe:

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para os quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processados na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

O reconhecimento dessas obrigações de pagamento das despesas com exercícios anteriores foi feito conforme modelo abaixo .

Para o reconhecimento do passivo abertura de processo contendo as seguintes informações:

- ⇒ importância a pagar;
- ⇒ dados do credor (nome, CPF ou CNPJ e endereço)
- ⇒ data de vencimento do compromisso (se for o caso);
- ⇒ causa da inobservância do empenho;
- ⇒ relatório da despesa ocorrida;
- ⇒ documentação que originou tal situação (se for o caso).
- ⇒ termo de reconhecimento de dívida, elaborado pelo ordenador de despesa, conforme modelo:

Termo de Reconhecimento de Dívida	
Em conformidade com o art. 100 da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964,	reconheço a dívida no valor de R\$ _____ (por _____ extenso) junto a _____ (especificar o credor),
CNPJ/CPF nº _____,	situada à _____ (especificar endereço comercial) pelos _____ (especificar os serviços/aquisições que motivaram o pagamento).
Informo que o passivo foi reconhecido sem o correspondente recurso orçamentário	_____ (justificativa dos motivos pela ausência de cobertura orçamentária).
Memória de cálculo da estimativa do valor contábil do passivo (se for o caso)	_____

	Local, ____ de _____ de ____.
	Ordenador de Despesas Assinatura e Carimbo

Quadro 9 – Obrigações assumidas por credor

Natureza Detalhada	Credor	VALORES POR ANO NE RP LIQUIDAR	EMPENHADO TOTAL 2017	TOTAL PAGOS 2017
3190.92.01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS		0,00	7.203,49	7.203,49
	364102/36201 - CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO	0,00	7.203,49	7.203,49
3190.92.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		0,00	8.820,67	8.820,67
	364102/36201 - CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO	0,00	8.820,67	8.820,67
3191.92.13 - OBRIGACOES PATRONAIS		0,00	1.916,88	1.916,88
	170010/00001 - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL-RFB	0,00	1.916,88	1.916,88
3390.92.01 - APOSENTADORIAS E REFORMAS		0,00	8.800,00	8.800,00
	742.121.097-00 - MARCIA CRISTINA NASCIMENTO DOURADO	0,00	8.800,00	8.800,00
3390.92.18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		26.464,00	381.008,00	354.544,00
	011.085.980-48 - DAYANA BONFANTTI	0,00	8.200,00	8.200,00
	063.052.587-08 - EELCO VAN DUINKERKEN	0,00	24.600,00	24.600,00
	072.969.191-83 - MARIA FERNANDA TOLEDO	0,00	4.000,00	4.000,00
	364102/36201 - CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO	0,00	14.876,00	14.876,00

364150/36201 - CNPQ - ATIVIDADES NO EXTERIOR	26.464,00	26.464,00	0,00
EX3640529 - UNIVERSIDADE DO ALGARVE	0,00	5.932,07	5.932,07
EX3640839 - OAKLAND UNIVERSITY	0,00	27.178,53	27.178,53
EX3643243 - TEXAS A&M UNIVERSITY-TAMU	0,00	25.711,46	25.711,46
EX3643325 - UNIVERSITY OF OTTAWA	0,00	14.966,25	14.966,25
EX3643382 - QUEENSLAND UNIVERSITY OF TECHNOLOGY/QUT	0,00	39.562,59	39.562,59
EX3643388 - UNIVERSIDADE DE COIMBRA	0,00	2.517,95	2.517,95
EX3643393 - UNIVERSIDADE DE LISBOA	0,00	10.751,23	10.751,23
EX3645412 - UNIVERSITY OF STRATHCLYDE	0,00	5.074,47	5.074,47
EX3645468 - THE UNIVERSITY OF WESTERN AUSTRALIA	0,00	11.094,07	11.094,07
EX3645584 - UNIVERSITY OF ALBERTA	0,00	4.946,22	4.946,22
EX3645657 - UNIVERSITY OF QUEENSLAND/UQ	0,00	42.525,99	42.525,99
EX3645658 - UNIVERSIDADE DO MINHO	0,00	8.061,07	8.061,07
EX3646171 - UNIVERSITY OF GUELPH	0,00	16.903,95	16.903,95
EX3646321 - KINGS COLLEGE LONDON	0,00	87.642,15	87.642,15
3390.92.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	463.271,66	2.276.315,15	1.813.043,49
01.427.728/0001-67 - INOVA TECNOL. DE INF. E REPRES. LTDA	0,00	10.546,73	10.546,73
01.644.731/0001-32 - CTIS TECNOLOGIA S.A	463.271,66	1.312.246,06	848.974,40
21.246.699/0001-44 - ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.	0,00	93.055,77	93.055,77
EX3640025 - CONCORDIA UNIVERSITY	0,00	15.148,75	15.148,75
EX3640381 - UNIVERSITY OF ADELAIDE	0,00	42.556,39	42.556,39
EX3640441 - ROYAL COLLEGE OF SURGEONS IN IRELAND	0,00	42.044,28	42.044,28
EX3640596 - UNIVERSITA DEGLI STUDI DI ROMA	0,00	21.537,00	21.537,00
EX3641886 - LEIDEN UNIVERSITY/LEIDEN	0,00	40.141,92	40.141,92
EX3641942 - UNIVERSIDAD DE BARCELONA	0,00	46.279,58	46.279,58
EX3643393 - UNIVERSIDADE DE LISBOA	0,00	7.243,46	7.243,46
EX3643410 - JOHNS HOPKINS BLOOMBERG SCHOOL OF PUBLIC	0,00	42.664,93	42.664,93
EX3643415 - WORCESTER POLYTECHNIC INSTITUTE	0,00	14.022,61	14.022,61
EX3645350 - UNIVERSITU OF WISCONSIN SYSTEM/WISCONSIN	0,00	42.043,36	42.043,36
EX3645366 - PERDUE UNIVERSITY	0,00	50.757,95	50.757,95
EX3645368 - MCGILL UNIVERSITY	0,00	19.387,29	19.387,29
EX3645377 - CARNEGIE MELLON UNIVERSITY	0,00	60.387,54	60.387,54
EX3645378 - COLORADO STATE UNIVERSITY - TEXAS	0,00	35.079,92	35.079,92
EX3645381 - STATE UNIVERSITY OF NEW YORK	0,00	40.195,11	40.195,11
EX3645395 - UNIVERSITY OF WARWICK	0,00	82.422,13	82.422,13
EX3645468 - THE UNIVERSITY OF WESTERN AUSTRALIA	0,00	84.553,37	84.553,37
EX3645469 - THE UNIVERSITY OF SIDNEY	0,00	66.725,01	66.725,01
EX3645584 - UNIVERSITY OF ALBERTA	0,00	14.372,80	14.372,80
EX3645635 - UNIVERSITY OF TASMANIA	0,00	31.141,94	31.141,94
EX3645658 - UNIVERSIDADE DO MINHO	0,00	10.179,54	10.179,54
EX3645891 - UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA/UBC	0,00	15.433,11	15.433,11
EX3646297 - LUND UNIVERSITY	0,00	3.657,85	3.657,85
EX3646432 - HELMHOLTZ-ZENTRUM GEESTHACHT	0,00	32.490,75	32.490,75
3390.92.46 - AUXILIO-ALIMENTACAO	0,00	748,00	748,00
806030/17205 - SERPRO - SEDE - BRASILIA	0,00	748,00	748,00

TOTAL	489.735,66	2.684.812,19	2.195.076,53
--------------	-------------------	---------------------	---------------------

Quadro 10: Total Empenhado na UG 364102 e 364150 com elemento de despesa 92

TOTAL EMPENHADO NA UG 364102 e 364150– com elemento de despesa 92		
Natureza Detalhada	EMPENHADO 2017	TOTAL
3190.92.01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	7.203,49	
3190.92.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.820,67	
3191.92.13 - OBRIGACOES PATRONAIS	1.916,88	
3390.92.01 - APOSENTADORIAS E REFORMAS	8.800,00	
3390.92.18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	381.008,01	
3390.92.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	2.276.315,17	
3390.92.46 - AUXILIO-ALIMENTACAO	748,00	
TOTAL	2.684.812,22	

Com referencia aos maiores valores apresentados nessa tabela, a grande maioria dos empenhos emitidos foram na conta 33909239- Outros Serviços de Terceiros, temos a CTIS , INOVA e ALGAR Empresas de Informática com faturas apresentadas de anos anteriores dos serviços prestados como também tivemos as faturas do ano anterior das Universidades do Exterior que só foram apresentadas para pagamento no ano seguinte.

Com relação a conta de salários rubricas 31909201 ; 31909211; 31919213 e 33909201 temos rubrica na folha de pagamento que referem-se a pagamentos á servidores de anos anteriores

Fundamentação Legal

Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício. A Administração do CNPq reconheceu um direito a pagar, previsto em lei, mas exigido em exercício posterior ao de início de vigência deste direito..

As despesas de exercícios anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas para as quais não existe empenho inscrito em restos a pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercícios financeiros anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Assim, conforme especifica o Art. 37 da Lei nº 4.320/64, poderão ser pagas a conta de dotação específica consignada no orçamento da entidade devedora e discriminadas por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica:

- ⇒ as despesas de exercícios encerrados, para os quais o orçamento respectivo consignou crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria;
- ⇒ Os restos a pagar com prescrição interrompida;
- ⇒ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro.

DE ACORDO COM O § 2º DO ART 22 DO DECRETO 93.872/86, CONSIDERA-SE:

- despesas que não tenham sido empenhadas em época própria – aquelas cujo o empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido o credor tenha cumprido sua obrigação;
- Restos a Pagar com prescrição interrompida – a despesa cuja inscrição em Restos a Pagar tenha sido cancelada, mas em relação à qual ainda vige o direito do credor;
- Compromisso reconhecido após o encerramento do exercício – a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

Aquelas dívidas que dependem de requerimento do favorecido para reconhecimento do direito do credor, prescreverão em cinco anos, contados da data do ato ou fato que tiver dado origem ao respectivo direito.

O reconhecimento da dívida, a ser paga a conta de despesas de exercícios anteriores, cabe à autoridade competente empenhá-la, devendo o processo conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- ⇒ importância a pagar;
- ⇒ nome, CPF ou CGC e endereço do credor;
- ⇒ data do vencimento do compromisso;
- ⇒ causa da inobservância do empenho, se for o caso.

“A autorização de pagamento de despesas de exercícios anteriores deverá ser dada no próprio processo de reconhecimento de dívida”. (IN/DTN nº 10/91)

4.2.4.- Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Tabela 1 – Restos a pagar processados e não processados por ano

Restos a pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2017
2012	48.405.370,27	1.841.254,29	31.693,10	46.532.422,88

2013	109.786.668,78	5.388.320,03	1.086.072,51	103.312.276,24
2014	38.338.061,13	720.416,07	749.309,74	36.868.335,32
2015	144.888.634,92	8.715.867,53	421.053,82	135.751.713,57
2016	8.048.539,32	6.408.757,46	243.171,37	1.396.610,49
TOTAL	349.467.274,42	23.074.615,38	2.531.300,54	323.861.358,50

Fonte: SIAFI

Restos a pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	de Montante em 1º de janeiro de 2017	Liquidado a Pagar	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2017
2013	14.849.093,05	7.072.154,42	2.754.135,99	0,00	12.094.957,06
2014	68.498.574,53	1.014.076,93	25.741.578,44	2.319.827,34	40.437.168,75
2015	175.556.179,40	54.639.432,44	71.185.399,51	7.665.354,56	96.705.425,33
2016	422.236.237,31	817.948,73	190.890.544,34	3.915.068,57	227.430.624,40
TOTAL	681.140.084,29	63.543.612,52	290.571.658,28	13.900.250,47	376.668.175,54

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

No exercício de 2017, o valor total dos restos a pagar contabilizados para pagamento monta R\$ 1.030.607.358,71, sendo R\$ 349.467.274,42 atinentes a Restos a Pagar Processados, e R\$ 681.140.084,29, relativos a Restos a Pagar Não-Processados. Como se vê, ao longo do exercício em análise, pagou-se R\$ 23.074.615,38 (6,60%) relativos à primeira das rubricas, e R\$ 290.571.658,28 (42,66%) na segunda das rubricas, sendo que junta as duas rubricas somam o montante de R\$ 16.431.551,01 (1,59%), a título de restos a pagar cancelado; remanescendo a importância de R\$ 700.529.533,74 a ser paga ou cancelada para o exercício de 2018 e seguintes, se for o caso; restando mencionar que a existência de saldo nas respectivas rubricas de restos a pagar, nos diversos exercícios, obedece, inclusive, a peculiaridades insertas em legislação específicas.

Tabela 2 – Inscrição de restos a pagar não processados x despesas empenhadas:

Restos a pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Valor Empenhado	Despesa Empenhada	Inscrito em RP Não processado	Inscrição de RP's Não Processados
2013	3.465.470.653,83	24,29%	827.412.038,43	24,17%
2014	3.732.532.995,49	26,16%	927.619.094,34	27,10%
2015	3.215.485.037,09	22,54%	874.805.571,35	25,56%
2016	1.939.401.134,82	13,59%	421.431.101,14	12,31%
2017	1.915.126.935,45	13,42%	371.954.550,20	10,87%
TOTAL	14.268.016.756,68	100,00%	3.423.222.355,46	100,00%

A figura 1 demonstra que, com relação à despesa empenhada, a inscrição dos restos a pagar não processados representou em 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017: 24,17%; 27,10%; 25,56%, 12,31% e 10,87% respectivamente. Esses percentuais mostram que, em média, 20,00% das despesas empenhadas não foram liquidadas até o final do exercício. Destaca-se o fato desse percentual ter sido maior em 2014, devido a crise econômica do País. Pode perceber também que os valores empenhados nos anos de 2016 e 2017 decresceram em relação aos anos anteriores.

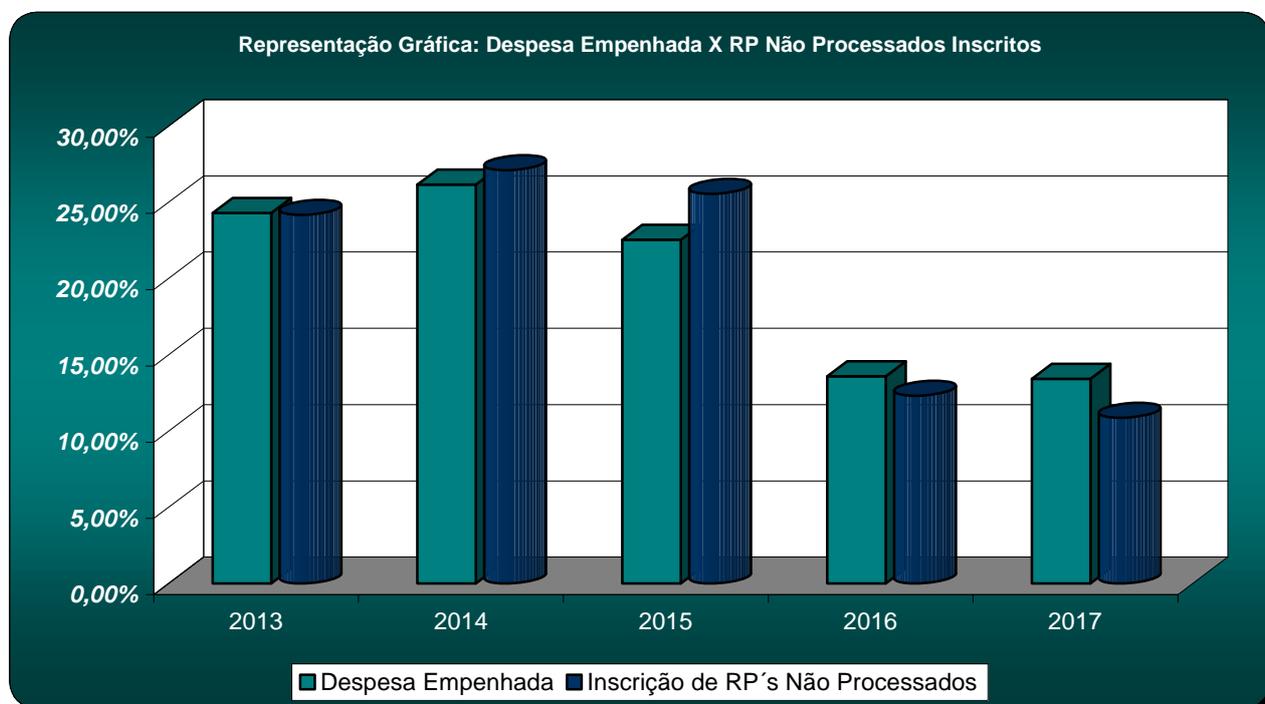


Gráfico 1 – Inscrição de restos a pagar não processados x despesas empenhadas

Tabela 3 – Cancelamento de restos a pagar não processados por ano.

Restos a Pagar Não Processados		
Ano de Inscrição	Cancelamento	RP Não Processados Cancelados
2013	0,00	0,00%
2014	2.319.827,34	16,69%
2015	7.665.354,56	55,15%
2016	3.915.068,57	28,17%
TOTAL	13.900.250,47	100,00%

Os dados constantes na tabela 2, representam os valores de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e cancelados em 2013, 2014, 2015 e 2016. Pode-se verificar que em 2013 não houve cancelamentos. Para evidenciar melhor, é importante comparar esses cancelamentos com os totais inscritos.

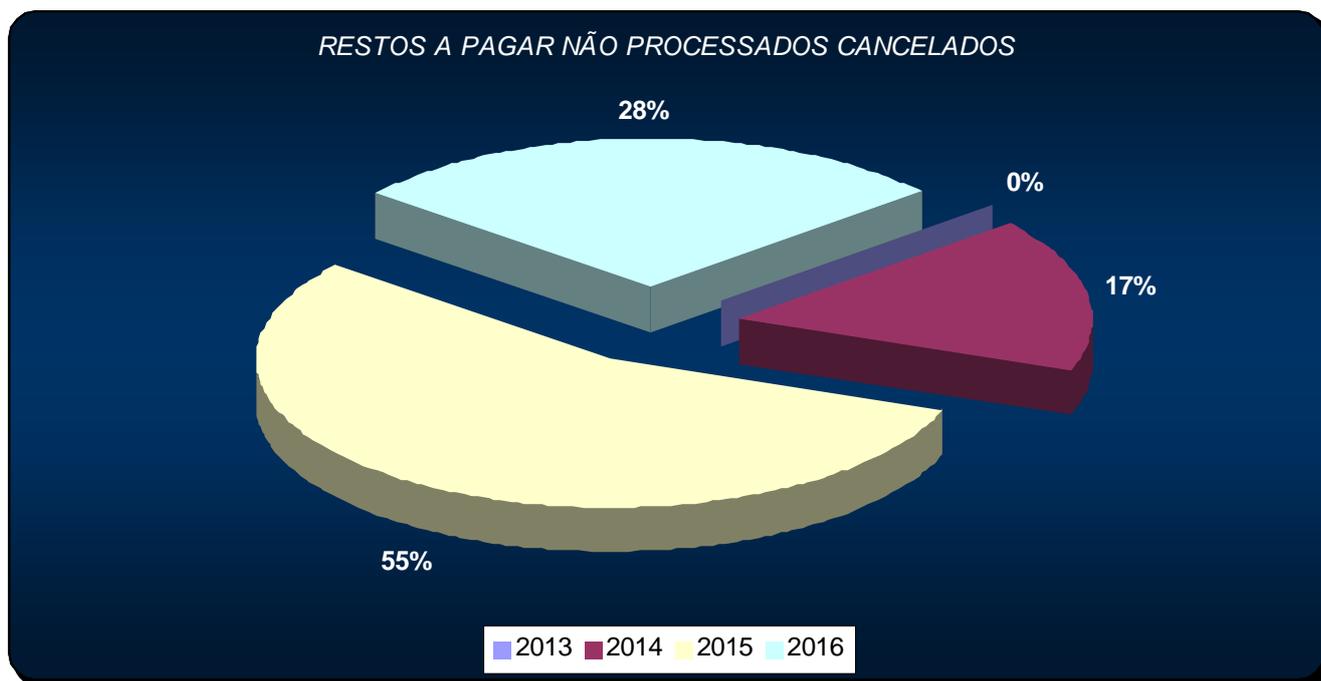


Gráfico 2 – Cancelamento de restos a pagar não processados x valores totais de restos a pagar não processados de exercícios anteriores.

Tabela 4– Cancelamento de restos a pagar não processados x valores totais de restos a pagar não processados de exercícios anteriores

Restos a pagar Não Processados				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>RP Não Processamentos Cancelamento</i>	<i>RP Cancelado</i>	<i>RP Não processado Insc. de Exerc. Anteriores</i>	<i>Insc.de RP Não Proc. de Exec. Anteriores</i>
2013	0,00	0,00%	14.849.093,05	2,18%
2014	2.319.827,34	16,69%	68.498.574,53	10,06%
2015	7.665.354,56	55,15%	175.556.179,40	25,77%
2016	3.915.068,57	28,17%	422.236.237,31	61,99%
TOTAL	13.900.250,47	100,00%	681.140.084,29	100,00%

A figura 2 demonstra que, comparado com os demais exercícios em análise, 2015 foi o ano no qual ocorreu o maior volume de cancelamento de restos a pagar não processados representando 55,15% em relação aos demais anos.

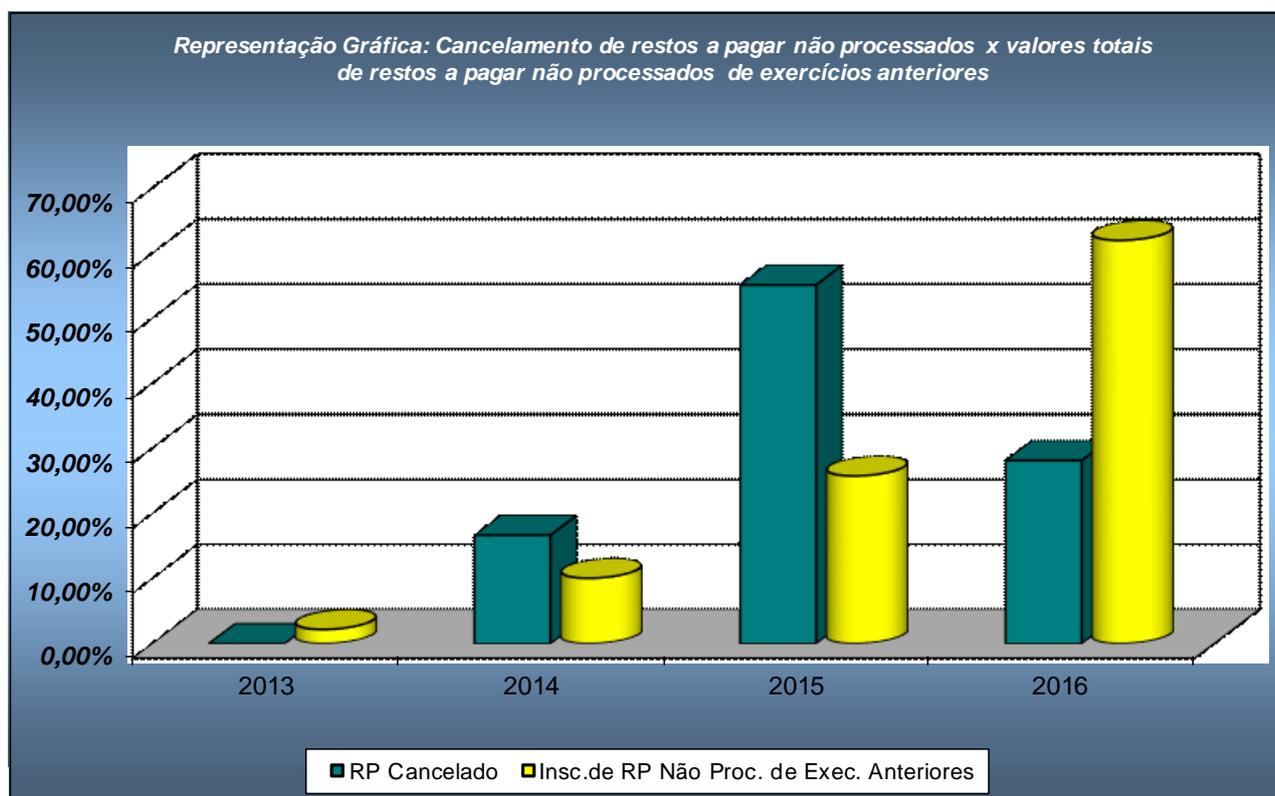


Gráfico 3 – RP Cancelados e Inscrição RP não processados de exercícios anteriores

Esse percentual de cancelamentos em 2015 tão elevado referiu-se a maioria de empenhos que completaram 5 anos e portanto tiveram que ser cancelados após aprovação das áreas técnicas responsáveis.

Tabela 5 – Pagamento dos restos a pagar não processados por ano

Restos a pagar Não Processados		
Ano de Inscrição	Pagamentos	RP Não Processados - Pagamentos
2013	2.754.135,99	0,95%
2014	25.741.578,44	8,86%
2015	71.185.399,51	24,50%
2016	190.890.544,34	65,69%
TOTAL	290.571.658,28	100,00%

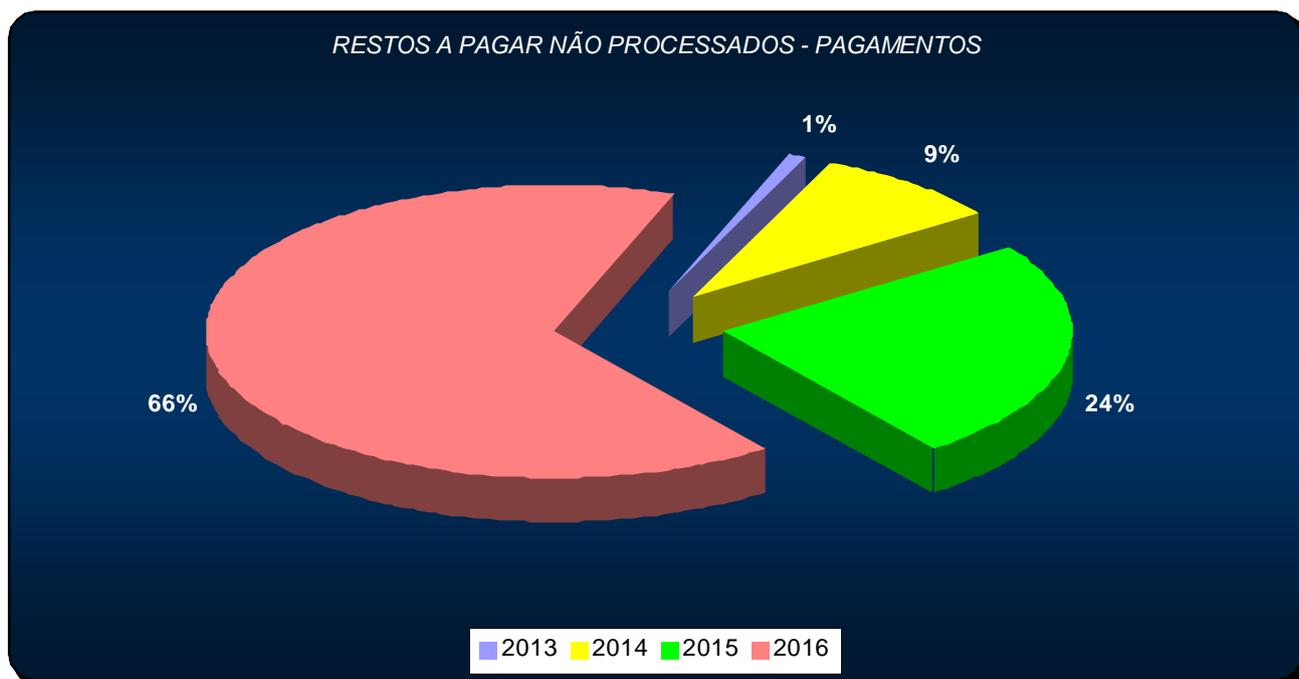


Gráfico 4 – Pagamento dos restos a pagar não processados por ano

Na tabela 3, são apresentados os valores pagos, em cada exercício, de restos a pagar não processados, sendo possível apurar que 2016 foi o ano em que houve o maior desembolso de recursos com pagamento de restos a pagar não processados.

Em percentuais, eles representaram em 2013, 2014, 2015 e 2016, respectivamente, o pagamento de 0,95%, 8,86%, 24,50% e 65,69% dos valores de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Figura 3 – Restos a pagar não processados não pagos x valores de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

Tabela 6 – Restos a pagar não processados não pagos x valores de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

Restos a pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	RP Não Processamentos – não pagos	RP Não Pagos	RP Não processado Insc. de Exec. Anteriores	Insc.de RP Não Proc. de Exec. Anteriores
2013	12.094.957,06	3,21%	14.849.093,05	2,18%
2014	40.437.168,75	10,74%	68.498.574,53	10,06%
2015	96.705.425,33	25,67%	175.556.179,40	25,77%
2016	227.430.624,40	60,38%	422.236.237,31	61,99%
TOTAL	376.668.175,54	100,00%	681.140.084,29	100,00%

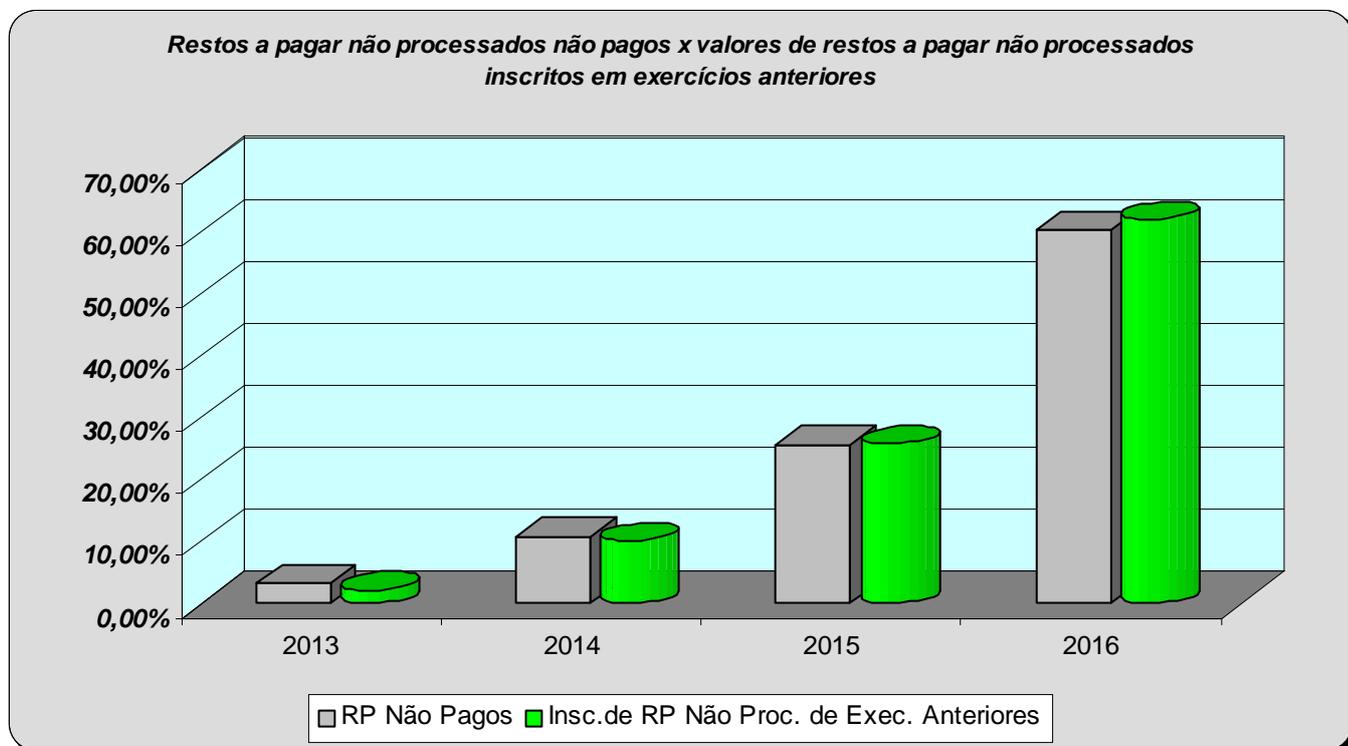


Gráfico 5 – RP's não processados inscritos em exercícios anteriores

A figura 3 representa qual a porcentagem dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores não foram pagos no período de 2013 a 2016. O maior índice foi em 2016, onde R\$ 227.430.624,40, ou 60,38% dos restos a pagar não processados não foram pagos.

4.2.5 - Desempenho da Receita no exercício de 2017

- A Execução Orçamentária da Receita define-se, basicamente, como os ingressos financeiros aos cofres públicos. Dividem-se em dois grupos denominados categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- As Receitas Correntes correspondem a ingressos financeiros destinados a financiar os objetivos definidos nos planos de governo, sejam através de programas ou ações orçamentárias, visando satisfazer as necessidades públicas. São exemplos de Receitas Correntes os ingressos provenientes de tributos, contribuições, exploração do patrimônio estatal, exploração das atividades econômicas, dentre outros.
- As Receitas de Capital são provenientes do recebimento de recursos oriundas da constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos (venda), e demais recursos recebidos destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
- As Receitas orçamentárias são aquelas pertencentes ao ente público, arrecadados exclusivamente para aplicação em programas e ações governamentais.

Desempenho de receitas financeiras e arrecadação de receitas Patrimoniais

A tabela abaixo ilustra a participação de cada uma das receitas que compõem a Receita Orçamentária .

Percebe-se que a Receitas Correntes corresponde a 100 % do total das receitas arrecadadas, em 2017 pois não tivemos Receitas de Capital.

Portanto, apenas com a soma das três receitas correntes alcança-se o percentual de 100 % da receita total.. A tabela abaixo apresenta de forma detalhada as categorias econômica de Receitas Correntes e Receitas de Capital constante da LOA/2017. Com uma previsão de R\$ 183.681.778,00 , ao término do exercício foi registrado o montante de valor negativo de R\$ 93.118.107,72 ou seja (50,70)% da previsão.

As participações mais expressivas, no conjunto das receitas, couberam as receitas correntes, no grupo Outras Receitas Correntes em Indenizações e Restituições que somaram R\$ 31.771.342,91, essas Receitas são devolvidas diretamente para o Tesouro Nacional , não ficando no CNPq nada do financeiro recebido , pois são recursos devolvidos para a fonte tesouro de exercícios anteriores a variação foi de 12992,68%.

As receitas de valores mobiliários, inicialmente prevista de R\$ 31.836.339,00 obteve uma arrecadação inferior ao previsto de R\$ 28.980.350,07 e refere-se a aplicações no mercado financeiro , que obtendo uma variação negativa de (8,97)% da previsão , ficando um montante de R\$ 2.855.988,93 negativo.

Já na receita de multas e juros, o CNPq, tivemos uma variação positiva de 150,49%, entre a previsão e arrecadação R\$ 98.762,00 X R\$ 247.390,71 , ficando um montante de R\$ 148.628,71 positivo.

Nas transferências correntes, também tivemos uma variação negativa de (80,56)% entre a previsão e arrecadação R\$ 151.399.836,00X R\$ 29.437.430,60, ficando um montante negativo de R\$ 121.962.405,40.

TÍTULO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTÍTULO:	20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO		
ÓRGÃO SUPERIOR:	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO		
EXERCÍCIO:	2017		
PERÍODO:	Anual		
EMISSÃO:	02/02/2018		

UNIDADE MONETÁRIA: VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	RECEITAS REALIZADAS	DIFERENÇA	VARIAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	183.681.778,00	90.563.670,28	-93.118.107,72	-50,70%
Receita Patrimonial	31.836.339,00	28.980.350,07	-2.855.988,93	-8,97%
Valores Mobiliários	31.836.339,00	28.980.350,07	-2.855.988,93	-8,97%
Receitas de Serviços	104.176,00	127.155,99	22.979,99	22,06%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	104.176,00	127.155,99	22.979,99	22,06%
Transferências Correntes	151.399.836,00	29.437.430,60	-121.962.405,40	-80,56%
Outras Receitas Correntes	341.427,00	32.018.733,62	31.677.306,62	9277,91%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	98.762,00	247.390,71	148.628,71	150,49%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	242.665,00	31.771.342,91	31.528.677,91	12992,68%
SUBTOTAL DE RECEITAS	183.681.778,00	90.563.670,28	-93.118.107,72	-50,70%

Comportamento da Receita ao longo do exercício e em comparação com exercícios anteriores e principais fatores que impactaram as receitas

Tabela 7 - Receita Realizada 2017

2016 - RECEITA REALIZADA	
Remuneração de Dep. Bancários	53.995.195,05
Transf. de Instituições Privadas	13.429.170,30
Restituições de Convenios - Primários	100.090,50
Recuperação de Desp. de Exerc. Ant.	30.833.266,61
Outras Receitas	180.791,16

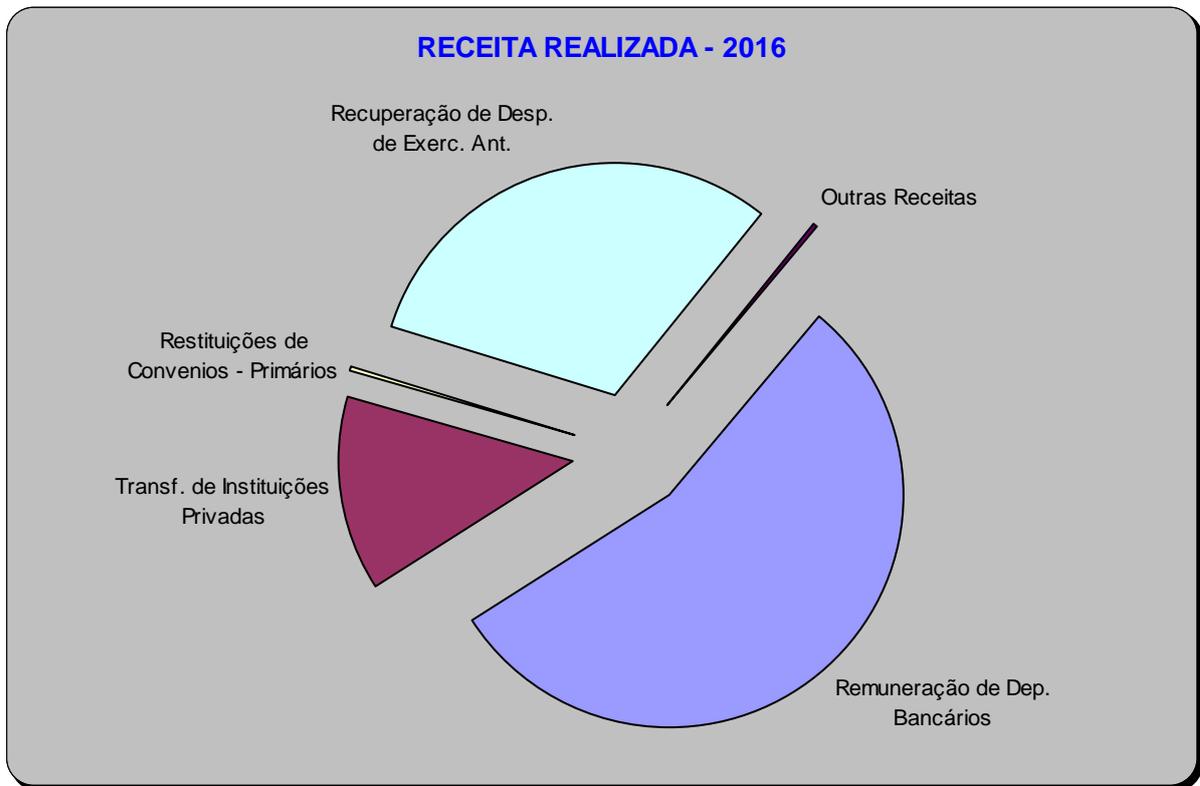


Gráfico 6 - Receita Realizada 2017

Tabela 8 - Receita Realizada 2017

2017 - RECEITA REALIZADA	
Valores Mobiliários	28.980.350,07
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	127.155,99
Transferências Correntes	29.437.430,60
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	247.390,71
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	31.771.342,91

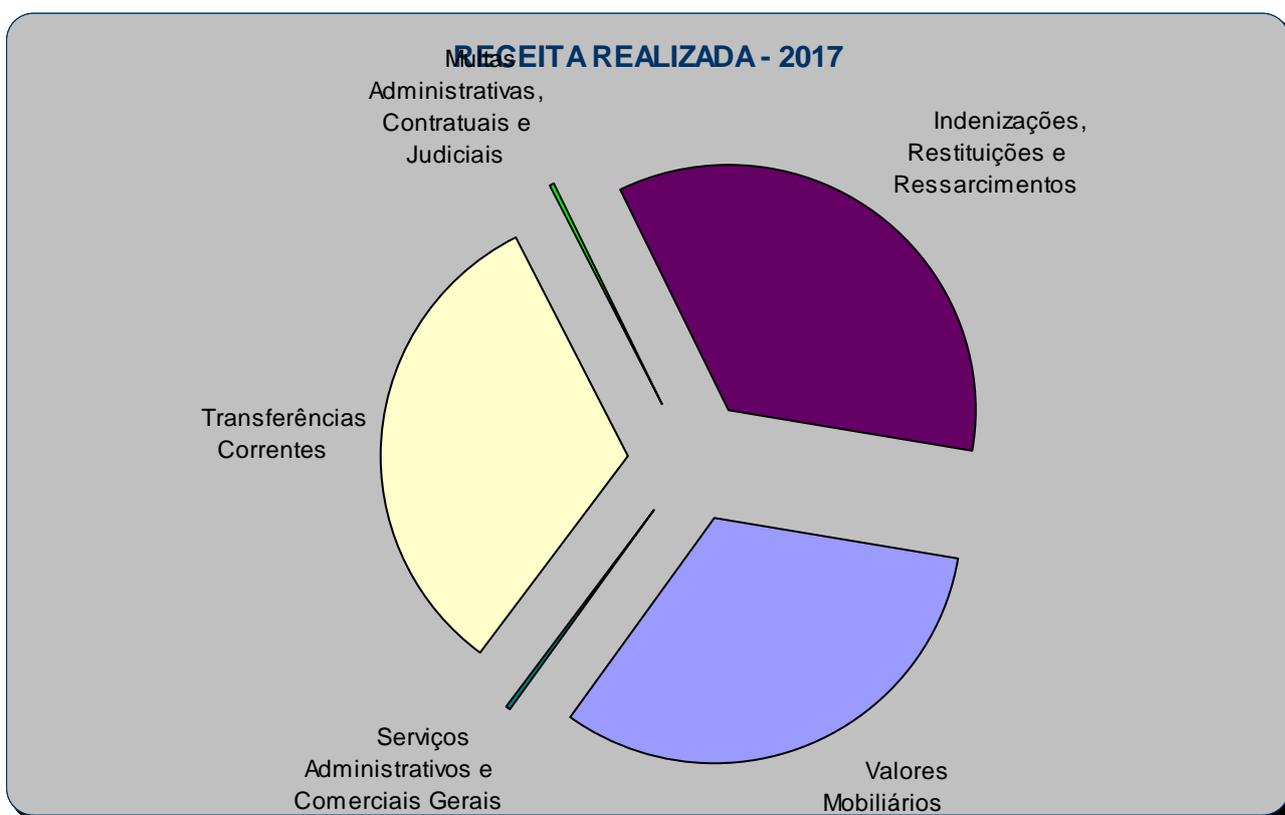


Gráfico 7 - Receita Realizada 2017

Maiores variações:

- ⇒ As receitas de valores mobiliários de 2017, teve um comportamento negativo comparado a 2016 no montante de R\$ 25.014.844,98 negativo.
- ⇒ As receitas de transferência de Instituições Privadas de 2017, teve um comportamento positivo comparado a 2016 no montante de R\$ 16.008.260,30.
- ⇒ As principais fontes de receitas em 2016 e 2017 foram a Receita de Convênios (0281), e as de rendimentos no mercado financeiro (0280).
- ⇒ As outras receitas arrecadadas de 2017, também teve o seu valor positivo com referência a 2016 de R\$ 66.599,55 e R\$ 938.076,30 respectivamente.

4.2.6 - Demonstrativo da execução das despesas

Modalidade de Contratação

Quadro 11 – Despesa por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2017	2016	2017	2016
1. Mod. de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	27.486.741,49	27.700.373,43	27.460.210,71	27.696.794,22
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	27.486.741,49	27.700.373,43	27.460.210,71	27.696.794,22
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Reg.Diferenciado de Contrat. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	21.379.030,76	22.856.915,46	21.379.030,76	22.843.385,66
h) Dispensa	18.849.936,42	20.664.626,42	18.849.936,42	20.664.626,42
i) Inexigibilidade	2.529.094,34	2.192.289,04	2.529.094,34	2.178.759,24
3. Regime de Execução Especial	4.485,95	13.254,89	4.485,95	13.254,89
j) Suprimento de Fundos	4.485,95	13.254,89	4.485,95	13.254,89
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	210.793.872,09	197.863.400,50	210.792.214,78	197.861.743,19
k) Pagamento em Folha	210.678.556,16	197.754.065,32	210.676.898,85	197.752.408,01
l) Diárias	115.315,93	109.335,18	115.315,93	109.335,18
5. Outros	1.283.508.254,96	1.269.536.089,40	1.252.822.650,50	1.261.506.316,40
6. Total (1+2+3+4+5)	1.543.172.385,25	1.517.970.033,68	1.512.458.592,70	1.509.921.494,36

Análise crítica da execução da despesa (quadro acima):

Observando-se o quadro que apresenta as despesas totais por modalidade de contratação, percebe-se que a única modalidade de licitação empregada pelo CNPq foi o Pregão. Sua execução expressa uma diminuição nominal, em 2017, de R\$ 213.631,94 em relação ao exercício anterior. Também, a execução das contratações diretas apresentou uma redução nominal de R\$ 1.814.690,00 na Dispensa em relação a 2016, por sua vez houve um aumento de R\$ 336.805,30 na Inexigibilidade em relação a 2016. Também houve decréscimo nos valores executados com despesas com suprimento de fundos de R\$ 8.768,94, e um aumento de diárias de R\$ 5.980,75 em relação a 2016.. O aumento de R\$ 12.924.490,84 observado, em 2017, na execução com “pagamento em folha” decorre especialmente: Das despesas decorrentes da incorporação do percentual de aumento dado na remuneração dos servidores do CNPq . Com relação aos dados apresentados no quadro de despesas por grupo e elemento de despesa, percebe-se um aumento nos valores empenhados a título de “outros serviços de terceiros”, no valor de R\$ 13.972.165,56.

Quadro 12 – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa

Despesas Correntes

Grupos de Despesa	Empenhada			Liquidada			RP não processados			Valores Pagos		
	2017	2016	%	2017	2016	%	2017	2016	%	2017	2016	%
1. Pessoal	210.678.556,16	197.835.360,45	6,49%	210.678.556,16	197.754.065,32	6,54%	0,00	81.295,13	-100,00%	210.676.898,85	197.752.408,01	6,54%
3190.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.250.037,17	80.536.431,51	-0,36%	80.250.037,17	80.513.006,51	-0,33%	0,00	23.425,00	-100,00%	80.249.270,23	80.512.239,57	-0,33%
3190.01 - APOSENT. RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	100.347.590,21	86.954.456,22	15,40%	100.347.590,21	86.922.232,83	15,45%	0,00	32.223,39	-100,00%	100.346.699,84	86.921.342,46	15,45%
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	30.080.928,78	30.344.472,72	-0,87%	30.080.928,78	30.318.825,98	-0,78%	0,00	25.646,74	-100,00%	30.080.928,78	30.318.825,98	-0,78%
3. Outras Despesas Correntes	1.581.265.670,51	1.673.250.471,65	-5,50%	1.225.709.850,37	1.270.003.373,97	-3,49%	355.555.820,14	403.247.097,68	-11,83%	1.205.405.372,07	1.262.821.410,22	-4,55%
3390.18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.223.104.233,55	1.341.051.846,03	-8,80%	989.908.415,13	1.021.306.565,57	-3,07%	233.195.818,42	319.745.280,46	-27,07%	988.911.120,12	1.020.700.899,69	-3,11%
3390.20 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	178.226.630,85	181.723.050,20	-1,92%	143.520.981,44	158.066.162,04	-9,20%	34.705.649,41	23.656.888,16	46,70%	124.560.314,38	151.506.973,18	-17,79%
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	179.934.806,11	150.475.575,42	19,58%	92.280.453,80	90.630.646,36	1,82%	87.654.352,31	59.844.929,06	46,47%	91.933.937,57	90.613.537,35	1,46%

Despesas de Capital

Grupos de Despesa	Empenhada			Empenhada			Empenhada			Valores Pagos		
	2017	2016	%	2017	2016	%	2017	2016	%	2017	2016	%
4. Investimentos	123.182.708,78	68.315.302,71	80,31%	106.783.978,72	50.212.594,38	112,66%	16.398.730,06	18.102.708,33	-9,41%	96.376.321,78	49.347.676,12	95,30%
4490.20 - AUXILIO FINANCEIRO PESQUISADORES A	99.468.907,88	43.349.474,01	129,46%	89.754.359,07	34.644.265,68	159,07%	9.714.548,81	8.705.208,33	11,59%	79.633.055,75	33.779.347,42	135,74%
4432.20 - AUXILIO FINANCEIRO PESQUISADORES A	8.903.929,07	9.297.500,00	-4,23%	2.855.499,65	0,00	0,00%	6.048.429,42	9.297.500,00	-34,95%	2.569.146,03	0,00	0,00%
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	14.809.871,83	15.668.328,70	-5,48%	14.174.120,00	15.568.328,70	-8,96%	635.751,83	100.000,00	535,75%	14.174.120,00	15.568.328,70	-8,96%

Análise Crítica da Realização da Despesa-Quadro 12

Em 2017 como pode ser observado no gráfico acima, as despesas empenhadas com aposentados aumentou em 15,40%, diminuindo em 0,36% os gastos com Ativos.

Em janeiro de 2018, os bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq receberam pagamento antecipado que deveria ser efetuado no início de janeiro de

2018. O repasse soma por volta R\$ 100 milhões.

Os beneficiários de bolsa no país receberam um montante aproximado de 82 milhões, nas diversas modalidades. As bolsas no exterior, com pagamento realizado no início de cada trimestre receberam os valores referentes a esses vencimentos, que somam R\$ 17 milhões.

O Item de outras despesas correntes em auxílio financeiro a estudantes teve uma queda de 8,80% com relação a 2016. Os auxílios de fomento tiveram uma queda de 1,92%, mas os demais itens do grupo teve uma alta de 19,58% com relação da 2016.

O itens de investimentos EMPENHADOS em 2017 teve uma alta significativa em capital de 129,46% no item 449.0.20 em relação a 2016.

4.2.7 - Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 13 – Utilização de Suprimentos de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	364102	CNPq/AC			17	156,20	4.329,75	4.485,95
2016	364102	CNPq/AC			28	1.232,02	12.422,63	13.654,65

Fonte: SIAFI Operacional

Quadro 14 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
	Código	Nome ou Sigla	Conta Tipo B		Cartão de Pagt. Do Governo Federal		
			Quantidade	Valor	Quantidade	Valor Total	
2017	364102	CNPq/AC			2	4.485,95	8.000,00
2016	364102	CNPq/AC			1	13.654,65	8.000,00

Fonte: SIAFI Operacional

Quadro 15 - Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos

Código	Nome	Natureza da Despesa	Natureza da Despesa Detalhada	Empenhos Pagos
364102	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	3390.30.00	3390.30.01 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	159,22
		MATERIAL DE CONSUMO	3390.30.09 - Material Farmacológico	214,40

		3390.30.10 - Material Odontológico	1.069,90
		3390.30.16 - Material de Expediente	502,70
		3390.30.17 - Material de Processamento de Dados	139,80
		3390.30.23 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos	80,00
		3390.30.24 - Material P/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	648,70
		3390.30.25 - Material P/ Manutenção de Bens Moveis	173,86
		3390.30.26 - Material Elétrico e Eletrônico	467,17
		3390.30.29 - Material P/ Audio, Video e Foto	135,00
		3390.30.36 - Material Hospitalar	30,00
	3390.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-DE	3390.39.59 - Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	48,00
		3390.39.63 - Serviços Gráficos e Editoriais	669,00
		3390.39.66 - Serviços Judiciais	148,20

Fonte: Siasi Operacional

Análise Crítica – Suprimento de Fundos

Os recursos geridos pelos supridos que utilizaram o CPGF no exercício de 2017 e anterior demonstrados no Quadro do item 4.3.10, as prestações de contas apresentadas estão em conformidade com a legislação vigente, bem como aos controles internos de acompanhamento, as quais foram analisadas nos prazos devidos e aprovadas, não havendo prestações de contas vencidas e não analisadas.

Esclarecemos que a UJ somente utilizou para os suprimentos de Fundos concedidos, o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.

Quanto a necessidade de utilização do Suprimento de Fundos/Cartão de Pagamentos pela UJ, a mesma ocorre diante de necessidades emergenciais e caracterizadas pela sua **excepcionalidade**.

É importante ressaltar que não é prática deste Órgão extrapolar ou usar os valores permitidos na sua totalidade.

4.2.8 RENÚNCIA DE RECEITAS

Abaixo constam os quadros relativos a renúncia de receitas e respectivas contrapartida conforme lei 8.010/1990 e suas alterações e Lei 8.032/1990:

Quadro 16 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida Gasto Tributário: Leis 8.010/1990 e 10.964/2004

Gasto Tributário: Leis 8.010/1990 e 10.964/2004						
Valores	2017		2016		2015	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Renúncia (R\$ milhões)	883,8	685,2	499,1	216,9	545,9	350,7
Contrapartida	Não se aplica					
Medidas de Compensação	Não se aplica					

Fonte: COCIF/CGADM/DGTI/CNPq

Quadro 17 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida Gasto Tributário: Lei 8.032/1990

Gasto Tributário: Lei 8.032/1990						
Valores	2017		2016		2015	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Renúncia (R\$ milhões)	0,0	0,0	1,3	0,6	2,5	1,9
Contrapartida	Não se aplica					
Medidas de Compensação	Não se aplica					

Fonte: COCIF/CGADM/DGTI/CNPq

No que se refere aos “Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida” o TCU exige ainda esclarecimento sobre:

- Quantificação e análise crítica dos benefícios financeiros e creditícios:

A questão relativa a benefícios financeiros e creditícios não se aplica no caso das importações autorizadas pelo CNPq ao amparo da Lei 8.010, de 29 de março de 1990 e suas alterações, que trata apenas da renúncia fiscal em prol da pesquisa científica.

-Contribuintes beneficiados pela Renúncia
 Renúncia de receitas pessoas físicas e jurídicas
 Lei 8.010/90 e suas alterações – (R\$ - milhões)

Quadro 18 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas - Lei 8.010/90 e suas alterações

Gasto Tributário: leis 8.010/1990 e 10.964/2004 (R\$ milhões)						
UF	2017		2016		2015	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	3	0,04	1	0,00	2	0,00
AP	1	0,002	2	0,00	0	0,00
AM	4	0,04	2	0,01	3	0,02
BA	3	0,17	12	0,23	11	0,1
CE	1	0,01	6	0,02	5	0,00
DF	7	0,06	6	0,02	5	0,02
ES	6	0,26	7	0,07	10	0,2

GO	5	0,06	7	0,04	5	0,02
MA	0	0,006	3	0,06	7	0,2
MT	0	0,00	3	0,01	2	0,01
MS	1	0,02	3	0,02	4	0,1
M G	25	0,43	24	0,12	34	0,2
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PB	4	0,06	8	0,03	9	0,4
PR	8	0,14	13	0,26	9	0,1
PE	6	0,07	10	0,06	11	0,2
PI	0	0,00	0	0,00	2	0,00
RJ	22	0,72	50	1,10	56	1,2
RN	0	0,00	5	0,01	6	0,03
RS	11	0,13	27	0,07	15	0,04
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	12	0,03	23	0,11	13	0,1
SP	34	3,74	65	1,82	71	4,9
SE	3	0,01	3	0,01	2	0,00
TO	0	0,00	1	0,00	0	0,00
<input type="checkbox"/>						

Fonte: COCIF/CGADM/DGTI/CNPq

Quadro 19 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas – Lei 8.010/90 e suas alterações

Gasto Tributário: Leis 8.010/1990 e 10.964/2004 (R\$ milhões)						
UF	2017		2016		2015	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	1	2,1	2	0,6	2	1,0
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AM	2	2,0	7	2,0	8	5,1
BA	7	19,0	5	5,1	7	8,9
CE	8	7,0	5	2,2	6	3,3
DF	7	40,7	5	15,5	6	29,7
ES	2	2,5	3	0,6	3	2,2
GO	4	5,35	3	1,6	6	6,9
MA	2	0,78	3	2,2	2	1,1
MT	2	5,54	2	1,7	3	1,5
MS	3	0,15	2	0,8	5	2,2
M G	31	49,3	30	20,8	32	34,8
PA	4	4,1	3	1,5	7	3,3
PB	2	1,6	4	3,6	4	3,9
PR	18	31,5	17	13,6	14	19,3
PE	6	23,0	7	4,1	9	9,5
PI	2	5,1	2	1,7	4	1,1
RJ	17	96,0	21	38,1	26	66,6
RN	5	5,2	4	3,0	5	5,5
RS	15	34,0	19	18,2	18	24,1
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	10	18,9	9	10,7	10	9,1
SP	61	337,5	58	65,2	63	101,9
SE	3	1,3	3	1,1	2	0,6
TO	1	0,33	1	0,2	1	0,2
□	213	692,95	215	215,1	243	0

Fonte: COCIF/CGADM/DGTI/CNPq

Lei 8.032/1990 (R\$ - milhões)

Quadro 20 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas Lei 8.032/1990

Gasto Tributário: Leis 8.032/1990 (R\$ milhões)						
UF	2017		2016		2015	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0	0	0,00	0	0,00
AL	0	0	0	0,00	0	0,00
AP	0	0	0	0,00	0	0,00
AM	0	0	0	0,00	0	0,00
BA	0	0	0	0,00	0	0,00
CE	0	0	0	0,00	0	0,00
DF	0	0	0	0,00	0	0,00
ES	0	0	0	0,00	0	0,00
GO	0	0	0	0,00	0	0,00
MA	0	0	0	0,00	0	0,00
MT	0	0	0	0,00	0	0,00
MS	0	0	0	0,00	0	0,00
M G	0	0	0	0,00	0	0,00
PA	0	0	0	0,00	0	0,00
PB	0	0	0	0,00	0	0,00
PR	0	0	0	0,00	0	0,00
PE	0	0	0	0,00	0	0,00
PI	0	0	0	0,00	0	0,00
RJ	0	0	0	0,00	0	0,00
RN	0	0	0	0,00	0	0,00
RS	0	0	0	0,00	1	0,00
RO	0	0	0	0,00	0	0,00
RR	0	0	0	0,00	0	0,00
SC	0	0	0	0,00	0	0,00
SP	0	0	1	0,6	1	1,9
SE	0	0	0	0,00	0	0,00
TO	0	0	0	0,00	0	0,00
□	0	0	0	0,00	0	0,00

Fonte: COCIF/CGADM/DGTI/CNPq

- Comunicações à RFB

Não há registros a serem reportados de que entidades e pesquisadores credenciados neste Conselho nos termos da Lei 8.010/90 e suas alterações descumpriram a legislação na utilização dos bens importados, portanto não foram realizadas comunicações à Receita Federal do Brasil.

- Indicadores de Gestão da renúncia de receitas

No que se refere aos indicadores de gestão, o CNPq acompanha por meio do controle e distribuição da cota de importação, em sistema próprio do órgão e por meio do registro das licenças de importação no Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, pelas entidades e pesquisadores credenciados nos termos da Lei 8.010/1990 e suas alterações.

Em função das restrições orçamentárias não foram realizadas visitas de verificação no exercício de 2017.

- Análise crítica sobre a importância da renúncia de receitas no contexto de atuação da unidade.

As isenções da Lei 8.010, de 29 de março de 1990 e suas alterações representam estratégia essencial de suporte e viabilização das pesquisas realizadas no país, uma vez que propiciam acesso a equipamentos essenciais com a maximização dos recursos destinados a esse fim. A isenção executada nos termos da legislação incentivam o desenvolvimento científico e tecnológico e reduzem sobremaneira os custos dos materiais importados por Universidades, Centros de Pesquisa e pesquisadores.

4.3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Embora a instituição reconheça a importância do conjunto de seus indicadores de desempenho institucional e tenha, inclusive, já se debruçado na definição de novos indicadores, que procuram agregar valores mais qualitativos à observação dos resultados, ainda não foi possível utilizá-los, tendo em vista que para estabelecer as métricas e a dosimetria desses indicadores, dados e informações customizadas precisam ser construídos, para o que, a atuação da área de informática é essencial. Questões relacionadas à carência de pessoas na área de TI, e à falta de regularidade e continuidade nos contratos de prestação de serviços de TI, são variáveis que estão dificultando avançar no desenvolvimento desses indicadores.

Abaixo são apresentados os indicadores já existentes, relacionados ao desempenho da missão institucional, que estão sendo monitorados, e na sequência os novos indicadores identificados.

INDICADORES MONITORADOS

1. Taxa de Produtividade da Instituição

Utilidade: permite verificar o grau de eficiência da instituição na execução das atividades em relação ao custo específico com servidores ativos do seu quadro de pessoal.

Tipo: indicador de eficiência.

Fórmula de cálculo: relação percentual entre o volume de recursos aplicados na remuneração de pessoal ativo do quadro, benefícios, administração, sentenças judiciais, pessoal cedido e o volume total de recursos executados pela instituição na atividade fim no exercício.

Método de aferição: Ao final do ano, verifica-se o total dos recursos empenhados no SIAFI, por categoria, relacionando o gasto com a remuneração de pessoal ativo ao gasto total executado pela instituição.

Área responsável pelos dados: Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI.

Área responsável pelos cálculos: Assessoria de Planejamento – APL.

Resultado do indicador no exercício 2017: 8.1 %

Praticamente não houve variação no índice apurado em relação ao exercício anterior (8,3), ou seja, o custo realtivo da atividade fim por servidor ficou inalterado. É necessário esclarecer que, por um erro de digitação não detectado na ocasião, o índice apresentado no Relatório de Gestão 2016 foi o de 5,3.

2 Taxa de Produtividade dos Servidores em Cargos Efetivos no CNPq

Utilidade: permite verificar o desempenho da instituição no que concerne à execução da atividade fim relacionada.

Tipo: indicador de eficiência.

Fórmula de cálculo: relação entre o número de processos (solicitação de propostas, reconsiderações, prorrogações e suplementações, análises de indicações de bolsistas, pré-seleção, e outros tipos de pareceres conexos) somados ao número de pareceres emitidos em 2016 (pré-seleção, Ad-hoc, recomendação, deliberação final e outros) analisados pelas áreas técnicas do CNPq e o número de ocupantes de cargos efetivos.

Método de aferição: Ao final do ano é realizada uma consulta aos dados cadastrados no Sistema de Informações Gerenciais da Instituição, de onde são extraídos os números de pedidos que deram entrada no protocolo do CNPq, que são relacionados ao número de servidores em exercício.

Área responsável pelos dados: Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI.

Área responsável pelos cálculos: Assessoria de Planejamento – APL.

Índice do indicador no exercício 2017: 779 processos/pareceres analisados por servidor no ano.

O índice observado, em relação ao de 2016 (743), apresentou um pequeno incremento. Isso se explica pela redução do número de servidores ativos, especialmente por conta das aposentadorias, sem reposição do quadro. Em 2016 eram 517 servidores ativos, enquanto que no final de 2017 eram apenas 462. Considerando-se as previsões de novas aposentadorias, esse índice tende a aumentar ainda mais em 2018.

3. Evolução dos Investimentos (em valores de projetos apoiados) do CNPq no Conjunto das Regiões CO, N e NE em relação às Regiões Sul e Sudeste

Utilidade: permite verificar o investimento da Agência no conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contempladas pela Lei nº 9.993, de 24/07/2000 e Lei nº 10.332, de 19/12/2001.

Tipo: indicador de efetividade.

Fórmula de cálculo: Apuração do índice de investimento do CNPq (valores pagos a projetos) nas regiões CO+N+NE em relação ao somatório de todas as regiões.

Método de aferição: análise e comparação de dados a partir das estatísticas elaboradas pela área responsável na Instituição.

Área responsável pelos dados: Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI.

Área responsável pelos cálculos: Assessoria de Planejamento – APL.

Índice = Somatório dos recursos (em mil R\$) de projetos apoiados (auxílios e bolsas) das regiões CO+N+NE / CO+N+NE+ SU+SE = 303.844,00/1.118.304,99=0,27

Resultado do indicador no exercício 2017: 27%

O índice observado em 2017 , embora abaixo do índice do exercício anterior, 2016, manteve-se bem próximo ao nível mínimo desejado de investimento nessas regiões.

Quadro 21 – Indicadores de Desempenho Monitorados

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Taxa de Produtividade da Instituição	7,34%	< 10 %	8,1	Anual	Recursos gastos com pessoal e benefícios / recursos executados na atividade fim * 100
Taxa de Produtividade dos Servidores em Cargos Efetivos no CNPq	1.014	≈ 1.000	779	Anual	Relação entre o número de processos (solicitação de propostas, reconsiderações, prorrogações ...) somados ao número de pareceres emitidos (pré-seleção, Ad-hoc, recomendação ...) analisados pela Área Técnica do CNPq divididos pelo número de servidores em exercício na entidade
Evolução dos Investimentos (em número de projetos apoiados) no conjunto das regiões CO, N e NE frente ao total nacional	32,3%	> 30%	27%	Anual	Apuração do índice de investimento (em projetos apoiados) nas regiões CO, N e NE em relação ao total de projetos aportados nacionalmente * 100

Quadro 22 - Planejamento Estratégico CNPq – Indicadores (em construção)

OBJETIVO	INDICADOR	PERIODICIDADE
CIDADÃOS QUALIFICADOS EM CT&I	Número de cidadãos bolsistas pelo CNPq	Anual
MOBILIDADE INTERNACIONAL DE ESTUDANTES E PESQUISADORES	Bolsas no exterior	Anual
	Bolsas para estrangeiros, no Brasil	Anual
GERAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS, PRODUTOS E PROCESSOS INOVADORES	cidadãos com produção intelectual, segundo a qualidade do curso, no Brasil e no Exterior.	Anual
	Índice de Produção (C&T) de bolsistas e ex-bolsistas, no País e no exterior.	Anual
	Índice de produção (patentes) de bolsistas e ex-bolsistas, no País e no exterior.	Anual

	Produção qualitativa de artigos científicos	Anual
BRASIL EM DESTAQUE ENTRE OS PAÍSES INOVADORES	Índice Bloomberg de inovação em comparação com as maiores economias mundiais.	Anual
C,T&I IMPULSIONANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E A SUSTENTABILIDADE	Índice de editais de avaliação dos impactos	Anual
TRANSVERSALIDADE NA PROMOÇÃO DA PESQUISA E NA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	Índice de transversalidade dos projetos apoiados.	Anual

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Este item se propõe a evidenciar, conforme orientação do TCU, as instâncias que constituem a estrutura de governança do CNPq normatizada em seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº. 8.866 de 3 de outubro de 2016.

A estrutura de governança no CNPq é a seguinte: Conselho Deliberativo; Diretoria-Executiva; Procuradoria Federal; Auditoria Interna; Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação; Diretoria de Cooperação Institucional; Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais; Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde; bem como, pelos Comitês de Assessoramento (CAs), Comitês Temáticos, Consultores Ad Hoc e Comissão Permanente de Avaliação de Recursos (COPAR) em situações específicas cuja demanda se faz necessária.

O Estatuto normatiza as seguintes instâncias:

Conselho Deliberativo, com as seguintes competências:

- Formular propostas e opinar sobre questões relevantes para o desenvolvimento científico e tecnológico do País;
- Aprovar a proposta da Diretoria-Executiva no tocante a prioridades e orientação geral das atividades do CNPq, sua implementação e divulgação;
- Aprovar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de auxílios à pesquisa, bolsas e outras modalidades de apoio ao desenvolvimento da ciência e tecnologia no País;
- Apreciar a proposta da Diretoria-Executiva do CNPq sobre os valores das bolsas de pesquisa e de formação;
- Apreciar a proposta orçamentária do CNPq, as solicitações de créditos suplementares e de outros recursos;
- Opinar sobre a participação do CNPq em organismos de natureza científica e tecnológica, nacionais e internacionais, e propor essa participação;
- Aprovar o relatório anual de atividades do CNPq e a execução orçamentária;
- Apreciar propostas de alterações do Estatuto e do regimento interno do CNPq, ouvida a Diretoria-Executiva, que se manifestará por meio de parecer conclusivo;
- Deliberar sobre propostas de estrutura básica do CNPq e suas alterações;
- Aprovar as normas de funcionamento dos colegiados do CNPq e suas alterações;
- Estabelecer a estruturação, constituição e composição dos comitês de assessoramento, indicando periodicamente seus novos membros;
- Criar, regulamentar ou extinguir prêmios de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico;

- Indicar os integrantes das comissões de que o CNPq deva participar para atribuições de prêmios, nacionais e internacionais; e
- Apreciar os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria-Executiva ou por qualquer dos Conselheiros.

Diretoria-Executiva:

- Conceber, propor e implementar programas de desenvolvimento científico e tecnológico de relevância econômica, social e estratégica para o País, em consonância com as políticas de ciência e tecnologia;
- Coordenar e supervisionar os programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação de recursos humanos nessas áreas e editar os atos implementadores desses programas;
- Coordenar as atividades interdisciplinares do CNPq;
- Planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades do CNPq;
- Submeter ao Conselho Deliberativo do CNPq, em consonância com as políticas de ciência e tecnologia: a orientação geral das atividades do CNPq; as propostas orçamentárias do CNPq, as solicitações de créditos suplementares e de outros recursos; as propostas de alteração do Estatuto, do regimento interno do CNPq, e de sua estrutura básica; os valores das bolsas de pesquisa e de formação; e o relatório anual das atividades do CNPq e a execução orçamentária;
- Aprovar os atos relativos ao funcionamento do CNPq;
- Regulamentar e autorizar operações financeiras e a movimentação de recursos, nos termos da legislação em vigor e em conformidade com o regimento interno do CNPq;
- Estabelecer e executar a política de pessoal do CNPq, em consonância com a legislação em vigor;
- Autorizar a contratação de consultores ou organizar comissões técnicas para a realização de estudos e elaboração de pareceres, de acordo com necessidades específicas, em consonância com a legislação em vigor.

Procuradoria Federal:

- Representar judicial e extrajudicialmente o CNPq, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;
- Orientar a execução da representação judicial do CNPq, quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;
- Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do CNPq, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993;
- Auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e certeza de créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do CNPq, para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança;

- Zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanadas pelos poderes públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal; e
- Encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus respectivos membros.

Auditoria Interna:

- Acompanhar, orientar tecnicamente, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos, e acompanhar os trabalhos dos órgãos de controle interno e externo do CNPq.

Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação:

- Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Organização e Inovação Institucional, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, de Pessoal Civil da Administração Federal, de Planejamento e Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira e de Serviços Gerais.

Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais:

- Coordenar as atividades de desenvolvimento científico e tecnológico relacionadas a Engenharia, Capacitação Tecnológica e Inovação, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Sociedade da Informação, e fomentar a capacitação de recursos humanos e a implementação permanente de pesquisa científica e tecnológica, mediante ações, mecanismos e instrumentos de fomento.

Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde:

- Coordenar as atividades de desenvolvimento científico e tecnológico, relacionadas a Saúde, Agropecuária, Biotecnologia e Ciências da Terra e do Meio Ambiente, e fomentar a capacitação de recursos humanos e a implementação permanente de pesquisa científica e tecnológica, mediante ações, mecanismos e instrumentos de fomento.

Diretoria de Cooperação Institucional:

- Promover e participar das negociações de acordos e convênios federais, estaduais, distritais ou municipais de cooperação nacional de caráter técnico-científico; e
- Promover e participar das negociações de acordos e convênios internacionais de cooperação técnico-científica e intercâmbio, no âmbito das ações e dos programas de fomento do CNPq, em articulação com os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, das Relações Exteriores e outros órgãos governamentais.

Comitês de Assessoramento

Os Comitês de Assessoramento destinam-se a prestar assessoria ao CNPq na formulação de políticas e na avaliação de projetos e programas relativos a sua área de competência, bem como, na apreciação das solicitações de bolsas e auxílios.

Compete aos Comitês de Assessoramento:

- I - participar do processo de planejamento, avaliação, acompanhamento e análise das ações relativas às áreas do conhecimento em que atuam;
- II - contribuir para a formulação de programas e planos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação;
- III - contribuir para a formulação de recomendações à Diretoria Executiva de ações de fomento em sua área de atuação;
- IV - analisar as solicitações de bolsas e auxílios submetidas ao CA, emitindo parecer fundamentado quanto ao mérito científico-tecnológico e à adequação orçamentária das solicitações;
- V - auxiliar na definição de critérios específicos de julgamento das solicitações de bolsas e auxílios analisadas pelo CA;
- VI - emitir pareceres claros e consistentes, apresentando, de forma fundamentada os motivos da recomendação ou não para concessão e, ao final, uma conclusão coerente com os motivos apresentados;
- VII - atuar sempre de forma colegiada, mesmo no espaço virtual;
- VIII - analisar os pareceres dos consultores ad hoc, verificando se são consistentes, a fim de avaliar a conveniência da continuidade do pesquisador como parecerista ou solicitar outros pareceres ou justificativas para opiniões emitidas por um dado consultor;
- IX- agir de forma imparcial com grupos, pessoas e instituições;
- X - analisar o mérito técnico-científico de recursos interpostos contra decisões do CNPq em demandas avaliadas pelo CA, respeitados os prazos previstos nos dispositivos normativos; e
- XI - cumprir as determinações dos dispositivos normativos do CNPq.

Comitês Temáticos

Os Comitês Temáticos (CT) destinam-se a prestar assessoria ao CNPq na formulação de políticas e na avaliação de projetos e programas relativos às ações especiais desenvolvidas pela Agência.

Os Comitês Temáticos terão perfil, composição e mandato definidos especificamente para cada necessidade.

Consultoria Ad Hoc

Os pedidos de bolsas e auxílios, quando julgado apropriado pela Diretoria Executiva (DEX), serão enviados a consultores ad hoc, que emitirão parecer circunstanciado sobre o mérito acadêmico e técnico da demanda.

Os Órgãos de Assessoramento fazem suas recomendações finais à DEX com base nos pareceres dos consultores ad hoc.

Comissão Permanente de Avaliação de Recursos (COPAR)

A COPAR tem como objetivo avaliar os recursos interpostos pelos pesquisadores contra decisões tomadas pelo CNPq relativas a solicitações de bolsas e auxílios, e encaminhar suas recomendações à Diretoria Executiva (DEX).

A COPAR é composta pelos seguintes membros titulares: o Diretor de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais (DEHS); Diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde (DABS); Diretor de Cooperação Institucional (DCOI); e Chefe do Gabinete da Presidência (PRE).

No julgamento de recurso relacionado a projeto financiado pelo CNPq em parceria com outros órgãos ou ministérios, a Comissão poderá ter a participação de outros membros, representantes destes órgãos ou ministérios.

5.2 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

a) Conselho Deliberativo do CNPq

O Conselho Deliberativo (CD) foi instituído pelo estatuto do CNPq publicado pelo decreto nº 7.899 de 4 de fevereiro de 2014 da Presidência da República.

O artigo 6º do referido estatuto define as competências do CD:

I - formular propostas e opinar sobre questões relevantes para o desenvolvimento científico e tecnológico do País;

II - aprovar a proposta da Diretoria-Executiva no tocante a prioridades e orientação geral das atividades do CNPq, sua implementação e divulgação;

III - aprovar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de auxílios à pesquisa, bolsas e outras modalidades de apoio ao desenvolvimento da ciência e tecnologia no País;

IV - apreciar a proposta da Diretoria-Executiva do CNPq sobre os valores das bolsas de pesquisa e de formação;

V - apreciar a proposta orçamentária do CNPq, as solicitações de créditos suplementares e de outros recursos;

VI - opinar sobre a participação do CNPq em organismos de natureza científica e tecnológica, nacionais e internacionais, e propor essa participação;

VII - aprovar o relatório anual de atividades do CNPq e a execução orçamentária;

VIII - apreciar propostas de alterações do Estatuto e do regimento interno do CNPq, ouvida a Diretoria-Executiva, que se manifestará por meio de parecer conclusivo;

IX - deliberar sobre propostas de estrutura básica do CNPq e suas alterações;

X - aprovar as normas de funcionamento dos colegiados do CNPq e suas alterações;

XI - estabelecer a estruturação, constituição e composição dos comitês de assessoramento, indicando periodicamente seus novos membros;

XII - criar, regulamentar ou extinguir prêmios de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico;

XIII - indicar os integrantes das comissões de que o CNPq deva participar para atribuições de prêmios, nacionais e internacionais; e

XIV - apreciar demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria-Executiva ou por qualquer dos Conselheiros.

O artigo 15º do estatuto define que o CD deverá ser composto por 18 membros sendo 5 natos e 13 designados por ato do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Os cinco membros natos deverão ser os seguintes:

- O Presidente do CNPq – será também o presidente do CD
- O Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI
- O Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
- O Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
- O Presidente do Conselho de Fundações e Amparo à Pesquisa – CONFAP

Os treze membros designados deverão ser escolhidos da seguinte forma:

- Seis representantes da Comunidade Científica Nacional – nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação tomando por base cinco listas tríplices elaboradas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência -SBPC e uma pela Academia Brasileira de Ciências – ABC.
- Três representantes da Comunidade Tecnológica Nacional - nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação tomando por base três listas tríplices elaboradas pela Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras - ANPEI, Associação Brasileira das Instituições Brasileiras de Pesquisa Tecnológica e Inovação ABIPTI e Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC.
- Três representantes da Comunidade Empresarial Nacional - nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Um representante dos Servidores do CNPq - nomeado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação tomando por base lista tríplice elaborada pela Associação dos Servidores do CNPq – ASCON.

No ano de 2017 o Conselho Deliberativo do CNPq teve a seguinte composição:

Membros Natos:

- Mario Neto Borges – Presidente do CNPq
- Elton Santa Fé Zacarias – Secretária Executiva do MCTI
- Abílio Afonso Baeta Neves – Presidente da CAPES
- Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque – Presidente da FINEP
- Sérgio Luis Gargioni (até 03/2017) – Presidente do CONFAP
- Maria Zaira Turchi (a partir de 03/2017) – Presidente do CONFAP

Membros Designados:

- Walter Ribeiro Terra – representante da Comunidade Científica Nacional
- Walter Colli - representante da Comunidade Científica Nacional

- Luciano Mendes de Faria Filho - representante da Comunidade Científica Nacional
- Sergio França Adorno de Abreu - representante da Comunidade Científica Nacional
- Antonio José da Silva Neto - representante da Comunidade Científica Nacional
- João Fernando Gomes de Oliveira - representante da Comunidade Científica Nacional
- Luciana Harumi Hashiba Maestrelli Horta (até 06/2017) - representante da Comunidade Tecnológica Nacional
- Renato de Aquino Faria Nunes - representante da Comunidade Tecnológica Nacional
- Arthur João Catto - representante da Comunidade Tecnológica Nacional
- Luis Fernando Dagnone Cassinelli - representante da Comunidade Empresarial Nacional
- Ruben Arnoldo Soto Delgado - representante da Comunidade Empresarial Nacional
- Sebastião Lauro Nau - representante da Comunidade Empresarial Nacional
- Raphael Dorsa Neto - representante dos Servidores do CNPq

b) Diretoria Executiva do CNPq

O Conselho Deliberativo (CD) foi instituído pelo estatuto do CNPq publicado pelo decreto nº 7.899 de 4 de fevereiro de 2014 da Presidência da República.

O artigo 6º do referido estatuto define as competências do CD:

I - conceber, propor e implementar programas de desenvolvimento científico e tecnológico de relevância econômica, social e estratégica para o País, em consonância com as políticas de ciência e tecnologia;

II - coordenar e supervisionar os programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação de recursos humanos respectivos, e editar os atos implementadores;

III - coordenar as atividades interdisciplinares do CNPq;

IV - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades;

V - submeter ao Conselho Deliberativo do CNPq, em consonância com as políticas de ciência e tecnologia:

- a) a orientação geral das atividades do CNPq;
- b) as propostas orçamentárias do CNPq, as solicitações de créditos suplementares e de outros recursos;
- c) as propostas de alteração do Estatuto, do regimento interno do CNPq e de sua estrutura básica;
- d) os valores das bolsas de pesquisa e de formação; e

e) o relatório anual das atividades do CNPq e a execução orçamentária;

VI - aprovar os atos relativos ao funcionamento do CNPq;

VII - regulamentar e autorizar operações financeiras e a movimentação de recursos, nos termos da legislação em vigor e em conformidade com o regimento interno do CNPq;

VIII - estabelecer e executar a política de pessoal do CNPq, em consonância com a legislação em vigor; e

IX - autorizar a contratação de consultores ou organizar comissões técnicas para a realização de estudos e elaboração de pareceres, de acordo com necessidades específicas, em consonância com a legislação em vigor.

O Artigo 16º do estatuto define que a Diretoria Executiva deverá ser composta pelo presidente do CNPq e pelos seus diretores.

No ano de 2017 a Diretoria Executiva teve a seguinte composição:

- Mario Neto Borges – Presidente do CNPq
- Adriana Maria Tonini – Diretora da Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais – DEHS/CNPq
- Marcelo Marcos Morales – Diretor da Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde – DABS/CNPq
- José Ricardo de Santana – Diretor da Diretoria de Cooperação Institucional – DCOI/CNPq
- Carlos Roberto Fortner – Diretor da Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI/CNPq

5.3 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Com vista a atender ao disposto na DN TCU nº 161 de 01/11/2017, TCU nº 163 de 06/12/2017 e PORTARIA-TCU Nº 65, de 28/02/2018, apresentamos a seguir informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna:

a) A Auditoria Interna do CNPq atua à similitude do órgão de controle interno do Poder Executivo Federal, porque pertence a uma entidade da Administração Pública Federal Indireta, nos termos do art. 4º, inciso II, alínea “d” do Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. Sendo que, internamente, a Auditoria possui como norte seu Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa (RN) nº 044/2014, de 09/12/2014, anexa, cujo excerto do art. 1º traz-se à colação:

“**Art. 1º** A Auditoria Interna, órgão de controle interno do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ligada diretamente ao Presidente do CNPq é dirigida pelo Auditor-Chefe, ...”

b) No que diz respeito à sua independência e demais atributos, traz-se os testemunhos do Decreto nº 8.866/2016, que aprova o Estatuto do CNPq, que, por inferência, permite visualizar o posicionamento da Auditoria Interna, bem como da referida RN nº 044/2014, que regulamenta internamente as ações da unidade de auditoria. Assim, com base na vinculação diretamente ao dirigente máximo, ante a ausência de conselho de administração e nas citadas normas, combinadamente, é lícito depreender que os critérios de independência estão objetivamente contemplados, como corrobora o organograma da entidade visualizado em <http://cnpq.br/organograma/> demonstrando o posicionamento da Auditoria Interna no organograma da entidade, bem como pelos ditames dos arts. 1º, 8º, 9º, 11, 12, 16, 17 e 18 da RN nº 044/2014, que assim rezam:

“Art. 1º A Auditoria Interna, órgão de controle interno do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ligada diretamente ao Presidente do CNPq é dirigida pelo Auditor-Chefe,...

Art. 8º Os integrantes da Auditoria Interna, terão acesso irrestrito a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de auditoria.

Art. 9º Todas as Unidades do CNPq deverão prestar as informações solicitadas pela Auditoria Interna, de forma tempestiva, bem como todo o apoio que os Auditores necessitarem.

(...)

Art. 11 Aos servidores em exercício na Auditoria Interna é vedada a participação em comissões de licitação, de sindicância, de processos administrativos disciplinares, de avaliação de bens ou em outras assemelhadas, salvo aquelas constituídas no âmbito da própria unidade de auditoria interna e nos casos permitidos em lei específica.

Art. 12 Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonogado aos servidores da Auditoria Interna, quando no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.

(...)

Art. 16 As demandas de informações e providências emanadas da Auditoria Interna terão, na medida do possível, prioridade administrativa no âmbito da entidade, e sua recusa ou atraso, sem justificativa plausível, implicará representação para o Presidente;

Art. 17 É obrigatório o atendimento e a manifestação do contraditório pelos agentes envolvidos, relativamente às recomendações e aos apontamentos expressos em relatório de auditoria e/ou outros documentos derivados dos trabalhos de auditoria interna, ou a justificativas da impossibilidade de fazê-las, nos prazos estipulados no dito documento, sob pena de responsabilidade dos gestores.

Art. 18 É vedada a realização de quaisquer atividades típicas de gestão pela Auditoria, porquanto não se coaduna com as atribuições definidas nas normas aplicáveis à prática profissional de auditoria interna.”

c) Atendendo ao comando quanto a unidades subordinadas e subunidades, informa-se que esta entidade **não** possui unidades ou subunidades descentralizadas.

d) A unidade de auditoria interna da entidade, conforme previsto no Art. 2º da RN nº 044/2014, é composta, apenas, com uma função DAS-4. Por conseguinte, no ano de 2017 todo o corpo técnico foi composto por dois servidores, estando subordinado diretamente ao Auditor-Chefe, cuja dinâmica de nomeação e exoneração, considerando que a entidade não tem conselho de administração, obedece aos ditames do § 5º, do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000, com a redação dada pelo Decreto 4.304/2002, e também pelo disposto na ementa do anexo da RN 044/2014, e no art. 2º do citado diploma legal, que assim prescrevem:

“(…) A nomeação ou exoneração do Auditor-Chefe será submetida pelo Presidente do CNPq à aprovação da Controladoria-Geral da União (CGU).

(…)

Art. 2º A Auditoria Interna do CNPq possui a seguinte estrutura:

I - Auditor-Chefe;

II - Auditor-Chefe Substituto;

III - Corpo Técnico.”

O corpo técnico da unidade de auditoria interna do CNPq foi, proporcionalmente aos recursos geridos pela entidade, insuficiente e precário para se incumbir de todas as suas atribuições com o fito de alcançar os objetivos definidos pelas normas aplicáveis à matéria. Nesta data, como já dito, compõe-se de apenas dois servidores, excetuando-se o Auditor-Chefe, e conta com apenas uma função de DAS 4.

Nesse sentido, é salutar que a unidade de auditoria interna passe a contar com uma estrutura mais robusta com vistas a permitir atrair outros talentos, ampliar competências, e até mesmo gerar concorrência qualificada na unidade, além da necessidade de incorporar mais servidores de nível superior, com formação acadêmica alinhada às tarefas inerentes à unidade de auditoria.

Relativamente ao seu posicionamento, na estrutura da entidade, a unidade de Auditoria Interna, conforme se demonstra abaixo, derivado do item 2, subitem 2.3 da RN 024/2016 constantes da *intranet* da entidade, está subordinada à Presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq:

“2. Presidência

(…)

2.3. Auditoria Interna

(…)”

e) Nessa direção, certifica-se que a alta administração toma conhecimento das recomendações da Auditoria Interna por intermédio do dirigente máximo, que as recebe a partir dos relatórios de auditoria, nota técnica, nota de Auditoria, e-mail e memorandos, além de relatórios gerenciais.

f) Relativamente à descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência, a comunicação se dá, também, quando for o caso, por meio de notas de auditoria e, periodicamente, por intermédio de relatório gerencial e/ou plano de providência permanente, e ainda por memorandos encaminhados diretamente ao dirigente máximo, alertando para adotar providências junto aos gestores com vistas a atender às recomendações de suas respectivas áreas de atuação, porquanto a entidade não dispõe de conselho de administração e/ou comitê de auditoria.

g) No que tange a eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes, não há informações sobre esse item a ser registrada. Portanto, a unidade de auditoria da entidade carece, urgentemente, de reestruturação, com vistas a caminhar na direção da valorização da atividade de auditoria, no âmbito da administração pública indireta, inclusive com incremento de funções comissionadas e da própria força de trabalho existente, como já se mencionou anteriormente, para, se adequar à realidade de uma entidade do porte do CNPq, bem como se adequar às rigorosas exigências atuais da legislação em vigor.

5.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

As atividades de correção e de apuração de ilícitos administrativos desenvolvidas pelo CNPq foram conduzidas dentro da cultura preventiva, baseada na disseminação do conhecimento, como forma de promover ações norteadoras de licitude. A prevenção, pautada no papel educativo e orientador conduziu ao mote das ações no período, onde, “Punir é muito fácil, o importante é educar os servidores a fim de evitar a prática de ações incorretas”.

Foi dado início à estruturação de um núcleo para assuntos disciplinares de forma a centralizar as ações de correção, sendo alocados 2 (dois) servidores para as tarefas relacionadas (temporariamente denominado Núcleo de Correção). Proposta de resolução normativa que regule a matéria está em análise pelo Gabinete da Presidência.

Trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Correção:

- Levantamento dos servidores capacitados, desde 2014, para atuar em comissões de processo administrativo, sendo localizados 5 (cinco) servidores;
- Cadastramento de novos administradores no CGU-PAD e CGU-PJ, nomeados pela PO 224 de 22/09/2017. Os administradores deram início ao saneamento e à atualização das informações constantes do sistema CGU-PAD, tarefa que deve ser completada em 2018;

- Retomados os trabalhos no processo 01300.000563/2016-51 com a nomeação de nova comissão. Este processo está na fase de instrução;
- Iniciado um novo processo, 01300.006466/2017-53, para a apuração de eventuais irregularidades atribuíveis a dois servidores do CNPq, após análise dos indícios e emissão de juízo positivo de admissibilidade. Este processo foi encerrado pela comissão e aguarda julgamento pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Análise sumária dos 25 (vinte e cinco) processos aguardando apuração. Destes, foram emitidos juízo de admissibilidade positivo para 2 (dois) processos (01300.001901/2014-19 e 01300.000601/2016-76), atualmente aguardando decisão da autoridade instauradora;
- Análise de um processo aguardava julgamento pela Presidência do CNPq, após a conclusão dos trabalhos de comissão de processo administrativo disciplinar (01300.000430/2015-02). Após análise do relatório conclusivo da comissão foi encaminhada nota técnica à Presidência do CNPq para que esta efetuasse o julgamento do relatório da comissão;

Suporte à CGRH nos concursos internos quanto à consulta da situação dos candidatos no sistema CGU-PAD.

5.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.

O CNPq tem avançado no processo de aprofundar, no ambiente institucional, tanto a cultura de gestão de riscos e controles internos, como a sistematização desse controle. O objetivo é buscar o fortalecimento e adequação da gestão para uma atuação efetiva no alcance dos objetivos e metas institucionais.

Buscando o prosseguimento desse esforço de adequação, O CNPq aderiu ao Programa de Fomento à Integridade Pública (PROFIP) do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC), instituído pela Portaria nº 784, de 28 de abril de 2016, por meio do Ofício PR. 0393/16, de 02 de agosto de 2016,

Em 2017, foi criado no CNPq um Grupo de Trabalho (GT), pela Portaria 129/2017, datada de 21/06/2017, objetivando desenvolver ações necessárias à construção e implementação de um Programa de Integridade Pública no CNPq, com o auxílio de equipe técnica da Secretaria de Transparência e Prevenção à Corrupção (STPC/CGU).

O GT, ainda em vigência, é formado por cinco servidores efetivos e três suplentes, indicados pelos Diretores e Presidência. A previsão inicial era de que os trabalhos do GT fossem concluídos em 180 dias, a contar da data de publicação da mesma. No início do mês de dezembro/2017 solicitou-se a prorrogação dos trabalhos por mais 180 dias.

Os trabalhos do GT iniciaram ainda no final de junho/2017 com a definição de reuniões semanais. As atas e lista de presença estão disponíveis no processo SEI

01300.003196/2017-29. O GT também fez pesquisa documental para levantamento de dados sobre exemplos de programas de integridade que estão em andamento em outras instituições públicas.

O GT participou de duas capacitações, sendo uma Oficina conduzida pela CGU e um Curso de Gestão de Risco. Também acertou com a Coordenação de Comunicação Social – COCOM uma série de pequenos *banners de divulgação* a serem disponibilizados na intranet do CNPq.

O GT fez o exercício inicial de desenhar uma política de integridade, riscos e controles internos para subsidiar um programa de integridade para o CNPq, baseado na política implementada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Elaborou-se uma primeira versão da Política citada que foi alterada por um relator designado. Essa segunda versão está em fase final de análise pelo GT. No entanto, para a conclusão dos trabalhos, que só irá ocorrer em 2018, o GT entende que ainda serão necessárias as seguintes etapas:

- Finalização da minuta de Política de gestão de riscos, integridade e controles internos;
- Apresentação da proposta de política para a Diretoria Executiva;
- Reunião com todos os servidores e colaboradores, com a participação da Diretoria Executiva, para apresentação da proposta de política;
- Abertura de prazo para consulta pública para o documento;
- Sistematização das contribuições;
- Elaboração da versão final da política;
- Aprovação da política pela Diretoria Executiva do CNPq e
- Definição do cronograma e da equipe para detalhamento dos programas de integridade riscos e controles internos.

De qualquer forma, é fato que a instituição já atua na mitigação de riscos e no controle interno. No Relatório de Gestão de 2016 vários riscos à atuação institucional e ações adotadas naquele exercício foram apresentados.

No contexto do exercício de 2017 a ocupação do CNPq se apresenta mais fortemente focada nos riscos relacionados à área de TI, além de um risco, já apresentado em 2016, relacionado à área de Gestão de Pessoas.

O risco que se refere à gestão de pessoas e desempenho institucional se caracteriza pela necessidade premente de recomposição do quadro de pessoal. O risco iminente é um quadro de pessoal insuficiente para executar as ações institucionais necessárias ao alcance dos objetivos traçados, frente à missão do órgão. Risco com altíssima probabilidade de ocorrer e com gravíssimo e danoso impacto.

Na área de Tecnologia da Informação, uma variável com alto potencial de causar dano institucional é a criticidade dos sistemas de informação que suportam os principais processos de negócio da instituição. A Plataforma Integrada Carlos Chagas - P ICC tem apresentado disfunções em transações internas e externas, gerando situações que podem implicar perdas de prazo para bolsistas que estão indo para o exterior. A instabilidade atual da P ICC tem gerado atrasos e problemas com usuários externos, demandando providências para sua estabilização.

Outro problema existente é a deficiência das interfaces de usuário para intervenções nos fluxos de fomento. Por exemplo, para mudanças de datas de vigência de bolsas, mudança de orientador e coisas do gênero, as áreas técnicas dependem da intervenção da TI, pois há carência de ferramentas para que o próprio técnico do fomento possa fazer as alterações necessárias. Tal situação sobrecarrega a TI e gera tempos de espera muitas vezes incompatíveis com a necessidade de presteza na modificação. Para esse risco existe uma ação prevista no PDTIC (página 52) que tem sido objeto de análise da equipe de acompanhamento do PCTIC composta por representação de todas as diretorias. De qualquer forma, faz-se necessário uma iniciativa para priorizar e dinamizar os esforços nessas ações já previstas, elencando uma ordem de execução.

A área depende de contratos de TI para resolver os problemas específicos de desenvolvimento, infraestrutura (mensageria, banco de dados, antispam, antivírus, internet, hardware, software, redes, etc) , segurança e qualidade dos processos, testes, etc. Entretanto, haja vista que nos últimos três anos o CNPq e até os dias atuais está descoberto de vários desses contratos, tal situação tem comprometido o bom funcionamento dessa área e conseqüentemente os serviços do CNPq, principalmente pela carência de pessoal (servidores) de TI para realizar as atividades obrigatórias previstas nas diversas legislações que regulam o setor, pois atualmente essa área conta apenas com 35,4% da equipe mínima necessária para prestar o serviço, conforme detalhamento constante no PDTIC 2017-2020.

Portanto, os riscos relacionados à TI ainda são considerados graves, apesar de todo esforço institucional que vem sendo realizado para sanar esses riscos. Uma das soluções apresentadas no contexto institucional é a implementação de um plano emergencial de recuperação das condições operacionais de TI. Proposta que ainda será analisada no âmbito da Diretoria Executiva.

Uma ação importante de mitigação de riscos, iniciada em 2017, relacionada ao macroprocesso planejamento, diz respeito à aprovação pela Diretoria Executiva da realização de um Estudo de Cenários prospectivos para o CNPq. Além de outros objetivos mais sistêmicos relacionados a essa ação, um deles diz respeito a ajudar a mitigar o risco de não execução do Plano Estratégico , ou seja, o risco de ter um belo plano elaborado que não sai papel e não muda a realidade institucional. Isso porque o Estudo de Cenários também

será utilizado para uma revisão e atualização do Portfólio de projetos institucionais, vislumbrando atuar no âmbito do novo PPA (20-23).

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de Pessoas

O CNPq contava, em 31/12/2017, com um quadro de pessoal de 462 servidores efetivos vinculados a este Conselho, sendo que destes, 91 servidores (19%) possuem doutorado ou pós-doutorado e 102 (22%) possuem mestrado. Trata-se de pessoal altamente qualificado, sendo que 32 servidores participaram do programa de capacitação in company.

Entretanto, devido à defasagem remuneratória das Carreiras de C&T face a outras carreiras dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Federal, que se tornam mais atrativas, inclusive considerando a possibilidade de carga horária de 7 (horas) corridas, bem como tendo em vista a iminente de alteração nas regras previdenciárias, o CNPq vem sofrendo com o esvaziamento do seu quadro, sem que haja sinalização do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP da necessária autorização para realização de concurso público

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

O último concurso realizado por este Conselho ocorreu em 2010/2011, sendo que dos 147 servidores que ingressaram por meio deste, 40 (13 Analistas e 27 Assistentes) já pediram vacância ou exoneração, sendo que 02 destes em 2017. Além disso, 52 servidores aposentaram-se, 01 servidora foi redistribuída e 01 servidor veio a óbito durante o ano de 2017, reduzindo o quantitativo total de 517 para 462 servidores.

O panorama traçado acima demonstra a situação crítica em que se encontra o quadro de pessoal do CNPq, uma vez que este Conselho concluiu o ano de 2017 com 11% de servidores a menos que no início de 2016. Levando em consideração os mesmos fatores apontados acima, a evasão dos servidores deste Conselho nos últimos doze anos é de aproximadamente 40%, sendo que em dezembro de 2005 o efetivo era de 743 servidores e ao final de 2017 contávamos com 462 servidores, ressaltando-se a realização de um concurso nesse íterim.

Além disso, a previsão é de agravamento da situação da Força de Trabalho, pois há a possibilidade de aposentadoria iminente de mais 80 servidores que já recebem abono permanência, o que reduziria o quadro de pessoal de 462 para 382 servidores, sem mencionar outras possibilidades de aposentadoria, vacâncias, exonerações etc. Essa situação é suficientemente representativa para demonstrar que, mantendo-se este cenário de perda de servidores, o esvaziamento do quadro de pessoal do CNPq, sem a necessária recomposição, inviabilizará o cumprimento de suas metas governamentais.

A partir de 2013 o CNPq tem sistematicamente justificado junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, a premência da autorização para a realização de novo concurso para suprir as vagas existentes e disponíveis. Em 2017 foi formalizado o Processo nº 01300.000364/2017-24, por meio do qual foi apresentado pedido de autorização para realização de concurso para preenchimento de 112 vagas, mas até o presente momento, não houve qualquer manifestação quanto ao pleito por aquele Ministério.

Apresentamos os quadros a seguir relativos à situação de pessoal.

Quadro 23 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação	Ingressos	Egressos	no
-----------------------	---------	-----------	----------	----

	Autorizada	Efetiva	no exercício	exercício
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	807	473	04	56
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	807	473	04	56
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	807	462	01	56
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	07	00	00
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	04	03	00
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00
3. Servidores aposentados	00	03	01	01
4. Total de Servidores (1+2+3)	807	476	05	57

Fonte: SECAC/COGC/CGERH

Nota: Lotação autorizada – Cargos vagos somados a cargos ocupados e Lotação efetiva – cargos ocupados.

Quadro 24 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias do Cargo	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	297	176
1.1 Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4+ 1.1.5)	297	176
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão (*)	230	173
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	07	00
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	01	03
1.1.5. Servidores cedidos ou em exercício provisório em outros órgãos e afastados	59	00
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00
3. Servidores sem vínculo com a Administração pública	03	00
4. Total de Servidores (1+2+3)	300	176

Fonte: SECAC/COGC/CGERH -Nota: Área Meio – Presidência e DGTI; e Área Fim – DABS, DEHS, DCOI.

Quadro 25 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	23	22	06	07
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	23	22	06	07
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	13	03	03
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	03	00	00
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e	00	03	02	02

Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo	00	00	00	01
1.2.5. Aposentados	00	03	01	01
2. Funções Gratificadas	79	76	24	25
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	73	22	25
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	03	02	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	00	00	00	00
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	102	98	30	32
Fonte: SECAC/COCGC/CGERH				
Nota 1: Lotação autorizada – Cargos vagos somados a cargos ocupados e Lotação efetiva – cargos ocupados.				
Nota 2: Grupo Direção e Assessoramento Superior – DAS; Funções Gratificadas – FCPE.				

6.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 26 – Custos do Pessoal

Quadro 26 – Custos do pessoal										
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2017	Não há								
	2016									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada -Ativo										
Exercícios	2017	33.232.777,36	2.777.752,24	4.896.890,45	27.634.566,73	2.461.517,59	3.139.616,24	367.573,41	8.820,67	74.519.514,69
	2016	33.364.533,54	2.367.254,66	5.156.218,51	27.735.823,10	2.747.193,66	3.148.827,03	477.067,95	317714,68	75.314.633,13
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada - Requisitados + cargos em comissão + Carreira descentralizada										
Exercícios	2017	78.917,28	887.142,05	145.699,70	43.004,45	188.498,92	0	21.750,52		1.365.012,92
	2016	426.284,42	771.953,79	63.163,82	62.768,74	154.958,81	0	22.320,01		1.501.449,59
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2017	Não há								
	2016									
Servidores cedidos com ônus - Cedidos										
Exercícios	2017	4.702.750,07	0	936.161,67	3.541.412,88	232.864,00	345.271,77			9.758.460,39
	2016	5.042.689,64	-	845.599,31	3.290.957,41	257.191,08	390.707,63			9.827.145,07
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2017	Não há								
	2016									

Fonte: SEFPG/CGERH/COFIN - Exercícios 2016 e 2017

Obs 1: Foram considerados Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da Unidade: requisitados, servidores de carreira em exercício descentralizado, serv em carreira em exercício provisório e servidores aposentados de outros órgãos no exercício de cargo/função comissionada.

Legenda:

Vencimentos e Vantagens Fixas: Vencimentos, anuênios e incorporação de quintos.

Gratificações: Gratificação natalina e Instrutoria

Adicionais: GDACT + insalubridade +noturno + adic férias

Indenizações: Aux Alimentação + Assist. Pré escolar + transporte + ajuda custo + aux moradia + diárias

Benefícios Assistenciais e Previdenciários: Assistência médica + Abono permanência + Aux. Natalidade + Aux Funeral.

Demais despesas: Substituição.

Desp de exercícios anteriores:

Decisões judiciais:

6.1.3 Gestão de riscos relacionados aos servidores

O quadro abaixo retrata o quantitativo de servidores que percebem o abono de permanência e podem requerer suas aposentadorias de forma imediata. Mostra, ainda, o impacto gerado em cada área.

Quadro 27 – Abono de Permanência

IMPACTO RELATIVO / ABONO				
Área	Unidade	Total Servidores	Total Abono Permanência	Impacto Relativo (%)
PRE		58	6	15,4
Área Meio DGTI	CGADM	74	16	34
	CGETI	17	2	11,7
	CGEAO	39	4	10,3
	CGERH	40	8	20
Área Fim	DCOI	29	8	16,7
	DEHS	69	7	10,1
	DABS	74	7	9,5
Total		400	58	14,5

Fonte: COPQV/CGERH

O próximo quadro, apresenta a perspectiva de servidores em função da proximidade de suas aposentadorias.

Foram selecionados servidoras e servidores acima de 52 e 55 anos, respectivamente.

Quadro 28 – Proximidade de Aposentadorias acima de 52 e 55 anos

IMPACTO CURTO/MÉDIO PRAZO					
Área	Unidade	Quantidade *			% Total da Unidadd
		NS	NI	Total	
PRE		7	1	8	20,5
Área Meio DGTI	CGADM	6	4	10	13,5
	CGETI	0	1	1	5,9
	CGEAO	0	3	3	7,7
	CGERH	2	3	5	12,5
Área Fim	DCOI	6	5	11	22,9
	DEHS	7	2	9	13
	DABS	5	2	7	9,5
Total		33	21	54	13,5
* Mulheres com 52 anos ou mais					
* Homens com 55 anos ou mais					

Fonte: COPQV/CGERH

O quadro seguinte evidencia o potencial de impacto gerado pelas duas situações descritas nos quadros anteriores.

Quadro 29 – Potencial de Impacto

TOTAL IMPACTO POSSÍVEL		
Área	Unidade	Impacto total por Unidade (%)
PRE		35,9
Área Meio DGTI	CGADM	47,5
	CGETI	17,6
	CGEAO	18
	CGERH	32,5
Área Fim	DCOI	39,6
	DEHS	23,1
	DABS	19
Total		28

Fonte: COPQV/CGERH

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

ESTAGIÁRIOS

A política de contratação de estagiários do CNPq é realizada diretamente pela área de gestão de pessoas mediante a formalização de termo de regulamentação de estágio firmado com faculdades/universidades, em conformidade com a Lei 11.788/08.

Em 2017 foram firmados 03 Termos de Regulamentação de Estágio Não-obrigatório com as instituições FACIPLAC, IESB e UNIEURO, totalizando 25 Termos de Regulamentação em vigência.

Em dezembro de 2017, o CNPq contava com 53 vagas de estágio de nível superior ocupadas.

Registra-se que, embora este Conselho disponha de 119 vagas, sendo 11 destinadas a pessoas com deficiência, há a dificuldade de contratação de estagiários tendo em vista o baixo valor da bolsa vigente, de R\$ 520,00, correspondente a uma carga horária de 6 horas diárias, conforme previsto no Anexo I da ON 02/2016 da SEGEP/MP.

6.1.5 Contratações de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Em 2017 não houve contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

O Projeto 914 BRZ 2002 – “Fortalecimento da Capacidade Institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em seus Processos de Planejamento e Avaliação do Fomento em C&T&I” encerrou em 2016 e não houve renovação.

O referido projeto permitiu grandes avanços no âmbito da gestão de pessoas, tais como:

1. Capacitação de gestores e substitutos em conteúdos gerenciais (liderança, trabalho em equipe, competências conversacionais, modelos mentais e noções de coaching organizacional) a fim de contribuir na construção de competências voltadas para a capacidade de mudança e adesão a novos processos de gestão.

2. Ações de Mapeamento de Processos:

Repasse de metodologia para gerenciamento de processos visando à manutenção e atualização dos processos do CNPq;

Elaboração de proposta metodológica para o gerenciamento de processos adequado ao CNPq.

3. Ações de Mapeamento de Competências:

Atualização e validação das competências organizacionais;

Identificação e validação das competências individuais necessárias – gerenciais, técnicas e transversais, com a indicação de conhecimentos, habilidades e atitudes;

Proposição metodológica de identificação de lacunas de competências individuais com indicação dos requisitos básicos para sua implantação.

4. Ações de Dimensionamento da Força de Trabalho, considerando a previsão de aposentadorias.

A interrupção da contratação de consultores por meio da cooperação com organismos internacionais prejudicou a continuidade e consolidação do Mapeamento de Processos e do Dimensionamento da Força de Trabalho.

Dessa forma, sugere-se que o CNPq envide esforços para uma nova contratação de consultoria, visando dar seguimento e efetivar os projetos referentes à gestão de pessoas.

6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

6.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

Em que pese, o contrato firmado entre o CNPq e a antiga empresa prestadora de serviços de locação de veículos automotores encerrou em 02/03/2015.

Diante do exposto e em virtude deste Conselho não possuir frota própria de veículos, bem como atendendo ao que dispõe o Decreto nº 8.541/2015, que versa sobre medidas de racionalização do gasto público no uso de veículos oficiais, especialmente o disposto no art. 2º, § 2º, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) disponibilizou 5 (cinco) veículos, sendo 1 (um) executivo e 4 (quatro) básicos, decorrente do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Nº 02.0010.00/2014, firmado entre a União, por intermédio do MCTIC e a empresa INVESTCAR VEÍCULOS LTDA – ME.

A legislação que regula a constituição, bem como a forma de utilização da frota de veículos são os Decretos nº 2.271/97, IN Nº 02 de 2008, IN Nº 03 de 2008, ambas editadas pela SLTI/MPOG, Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, uma vez que o objeto enquadra-se na categoria de serviços comuns, bem como subsidiariamente a Lei 8.666/93 e a Instrução de Serviço de cunho interno deste Conselho que dispõe sobre as

regras e forma de utilização dos veículos institucionais do CNPq, disponível a todos os servidores na Intranet. Ademais, após a última edição da referida norma, foi encaminhado às Diretorias e Gabinete da Presidência cópia para Conhecimento e divulgação em suas áreas.

A importância da prestação do serviço de transporte é embasada no atendimento a necessidade de deslocamento, a serviço, de funcionários e autoridades as unidades descentralizadas, bem como a outros destinos que se fizerem necessários. A locação faz - se necessária dado que este Conselho não possui frota própria de veículos, nem profissionais em seu quadro para atendimento à demanda, considerando - se esse serviço como atividades acessórias, instrumentais ou complementares compreendidos no art. 1º do Decreto nº 2.271/97, bem como no art. 7º da IN nº 02 de 2008 e as determinações constantes da IN nº 03/2008.

O CNPq dispõe, atualmente, de 4 (quatro) veículos institucionais, sendo: 3 (três) veículos básicos oficiais (cedidos pelo MCTIC), Classificação IV (IN 02/2008 - SLTI) e 1 (um) veículo executivo, cedido também pelo MCTIC, decorrente do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Nº 02.0010.00/2014, firmado entre a União, por intermédio do MCTIC e a empresa INVESTCAR VEÍCULOS LTDA – ME, Classificação III (Instrução 03/2008 – SLTI);

A estimativa anual de quilômetros rodados pelos veículos utilizados pelo CNPq, tendo como base o período de janeiro a dezembro de 2017 (12 meses), é de 38.694 km para os veículos básicos e 26.911 km para o veículo executivo.

O valor repassado à empresa INVESTCAR já engloba as despesas associadas à manutenção da frota, como: combustível, seguro, lubrificantes, revisões, motoristas, prepostos, entre outros, sendo obrigação da Contratada o pagamento a Contratante do valor total resultante da prestação de serviço, não sendo, portanto, este valor fracionado do preço global ordenado à empresa.

O CNPq possui uma gestão e fiscalização formada por dois servidores, especialmente designada para tal, sendo um titular e um substituto consistindo na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato e redução, no máximo possível, dos gastos empreendidos. Além disso, salienta - se que a disponibilização dos veículos por parte do MCTIC trouxe uma economia significativa para este Conselho, além de atender ao modo compartilhado instituído pela Casa Civil, por meio do Decreto nº 8.541/2015.103

6.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

6.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

A gestão do patrimônio nesta UG (Unidade Gestora) se dá no âmbito do Serviço de Infraestrutura e Patrimônio (SEINF), da Coordenação de Recursos Logísticos (COLOG) do CNPq. Nessa rotina de controle e gestão, ocorre o registro patrimonial das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e contato com os órgãos cessionários dos imóveis.

Cabe registrar que, no âmbito do CNPq, foi instituído um grupo de trabalho, PO 033/2016, com o objetivo de analisar as viabilidades legal, administrativa e econômica de proposição para criação de fundo patrimonial imobiliário, a ser composto por bens imóveis deste Conselho e gerenciado estatutariamente com a finalidade de apoiar a missão e os programas e projetos do CNPq.

A distribuição geográfica dos imóveis do CNPq ocorre conforme quadro abaixo.

Quadro 30 – Distribuição de imóveis

IMÓVEIS PERTENCENTES AO CNPq			
Estado	número de imóveis*	Município/UF	Valores reavaliados (INPC) em 26/10/2017
Amazonas	1	Tefé/AM: 1	R\$ 214.561,71
Rio de Janeiro	1	Niterói/RJ: 1	R\$ 42.912.206,65
São Paulo	13	Campinas/SP: 12	R\$ 360.506.653,73
São Paulo		São José dos Campos/SP: 1	R\$ 1.170.109,00
Brasília	2	Brasília/DF: 2	R\$ 19.569.413,66
Total	17		R\$ 424.372.944,75

* Imóveis atualmente cedidos no regime de “uso em serviços público” para instituições federais

O registro de ocorrências, assim como realização de benfeitorias são devidamente realizados no SPIUnet, assim como é realizada a reavaliação dos imóveis de acordo com a periodicidade estabelecida pelo próprio sistema (a cada dois anos). Abaixo, segue quadro com apresentação dos dados da última reavaliação, ocorrida em 26/10/2017. A próxima reavaliação está prevista para 26/10/2019. O parâmetro aplicado na última avaliação foi o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Os números relacionados aos imóveis são apresentados nas tabelas abaixo.

No que se refere às despesas envolvidas, essas não ocorrem no âmbito do CNPq, assim como não há despesas com a manutenção desses imóveis, pois essas despesas são de responsabilidade dos entes cessionários.

No âmbito do SEINF, ocorre o registro patrimonial, conforme descrito acima. O registro contábil é realizado no âmbito do Serviço de Contabilidade do CNPq.

Quanto aos riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los, entende-se como necessária a implementação de rotina de vistorias periódicas nos imóveis cedidos de forma a proporcionar registros cadastrais, relatórios fotográficos e laudos técnicos com o propósito de assegurar a regularidade das ocupações, as condições de segurança e de infraestrutura das edificações visando a manutenção dos imóveis. Tem-se que considerar a localização desses imóveis, visto que, em sua maioria, estão localizados em outros estados, o que implica em custos para a implementação dessa rotina.

QUADRO 31 – DISCRIMINAÇÃO DOS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Item	UG	RIP DO IMÓVEL	OCUPANTE	Endereço	UF	Tipo de Destinação	Valor do Imóvel		
							Data da Avaliação	Valor Antigo	Valor Reavaliado
001	364102	0281 00048.500-3	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Rua Olavo Bilac - Margem direita do Lago Tefé - Centro	Amazonas - AM	Terrenos / Glebas	26/10/2017	R\$ 193.413,91	R\$ 214.561,71
002	364102	6001 02626.500-2	Universidade Federal Fluminense	Rua Visconde do Rio Branco - Centro - Niterói	Rio de Janeiro - RJ	Terrenos / Glebas	26/10/2017	R\$ 38.548.062,64	R\$ 42.912.206,65
003	364102	6291 00059.500-3	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Campinas - SP	Laboratórios	26/10/2017	R\$ 31.039.924,47	R\$ 32.018.132,35
004	364102	6291 00060.500-9	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Campinas - SP	Edifício / Prédio	26/10/2017	R\$ 26.747.779,15	R\$ 27.239.071,67
005	364102	6291 00061.500-4	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Campinas - SP	Armazéns Galpões	26/10/2017	R\$ 27.896.605,12	R\$ 28.518.225,20
006	364102	6291 00062.500-0	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia -	Campinas - SP	Armazéns Galpões	26/10/2017	R\$ 26.072.552,87	R\$ 26.487.245,03

				Cidade Universitária					
007	364102	6291 00063.500-5	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS	Rua Máximo Scolfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Campinas - SP	Edifício / Prédio	26/10/2017	R\$ 26.801.471,79	R\$ 27.298.855,42
008	364102	6291 00064.500-0	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS	Rua Máximo Scolfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Campinas - SP	Laboratórios	26/10/2017	R\$ 24.923.167,35	R\$ 25.207.468,36
009	364102	6291 00065.500-6	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS	Rua Máximo Scolfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Campinas - SP	Laboratórios	26/10/2017	R\$ 73.152.575,47	R\$ 78.908.219,90
010	364102	6291 00066.500-1	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS	Rua Máximo Scolfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Campinas - SP	Edifício / Prédio	26/10/2017	R\$ 33.575.028,47	R\$ 34.840.832,37
011	364102	6291 00067.500-7	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS	Rua Máximo Scolfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Campinas - SP	Edifício / Prédio	26/10/2017	R\$ 24.550.560,47	R\$ 24.792.593,64

012	364102	6291 00068.500-2	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Campinas - SP	Edifício / Prédio	26/10/2017	R\$ 24.415.406,47	R\$ 24.642.104,99
013	364102	6291 00069.500-8	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Campinas - SP	Imóveis Residenciais	26/10/2017	R\$ 24.482.983,47	R\$ 24.717.348,20
014	364102	6291 00070.500-3	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Campinas - SP	Laboratórios	26/10/2017	R\$ 5.221.007,38	R\$ 5.836.556,60
015	364102	7099 00495.500-2	INPE	Avenida Central 1, Quadra 11 Lote 03 - Chácaras Reunidas	São José dos Campos - SP	Armazéns / Galpões	26/10/2017	R\$ 1.050.891,53	R\$ 1.170.109,00
016	364102	9701 19578.500-4	IBICT	Setor Quadra 05 Lote 06, 06 Setor de Autarquias Sul	Brasília - DF	Edifício / Prédio	26/10/2017	R\$ 8.800.913,00	R\$ 9.018.412,60
017	364102	9701 19579.500-0	DESOCUPADO - Sob a responsabilidade do CNPq	Av W3 Norte Quadra 507 - Edifício Sede	Brasília - DF	Edifício / Prédio	26/10/2017	R\$ 9.476.004,00	R\$ 10.551.001,06

Fonte: SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - consulta realizada em Dez/2017. Nova avaliação somente em 2019.

6.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Os imóveis do CNPq estão cedidos no regime de ‘uso em serviço público’, cessão gratuita a órgãos federais; portanto, não há valores recebidos pelo CNPq em decorrência dessas cessões.

No que se refere aos atos de formalização dessas cessões, no âmbito do SEINF, o CNPq dispõe em seus arquivos dos Termos de Cessão dos seguintes imóveis:

RIP 7099.00495.500-2, localizado na Quadra 11, Lote 03, Chácaras Reunidas, São José dos Campos/SP – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE): firmado em março de 2012, constituído como cessão gratuita, a título precário e provisório;

RIP 9701.19578.500-4, localizado na SAS Quadra 05, Lote 06, Asa Sul, Brasília/DF – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência Tecnologia (IBICT): firmado em dezembro de 2002, constituído como cessão gratuita, a título precário e provisório;

RIP 9701.19579.500-0, localizado na SEPN, Quadra 507, Bloco B, Asa Norte, Brasília/DF: firmado em outubro de 2011, constituído como cessão gratuita, a título precário e provisório, oportuno ressaltar que esta cessão findou-se no dia 09/08/2017, conforme o Termo de Rescisão da Cessão de Uso, Precário e Gratuito e Termo de Entrega e Recebimento do Imóvel, constantes no processo SEI nº 01300.002073/2017-71.

Quanto aos demais termos de cessão, o SEINF está empreendendo esforços no sentido de identificá-los junto ao MCTI.

Abaixo, segue lista dos imóveis em tela com identificação do respectivo instituto/laboratório de pesquisa ocupante do imóvel.

QUADRO 32 – OCUPAÇÃO DOS IMÓVEIS

Item	Número do RIP	UF	Cidade	Endereço	Ocupante
001	0281 00048.500-3	AM	Amazonas	Rua Olavo Bilac - Margem direita do Lago Tefé - Centro	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
002	6001 02626.500-2	RJ	Niterói	Rua Visconde do Rio Branco - Centro - Niterói	Universidade Federal Fluminense
003	6291 00059.500-3	SP	Campinas	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS
004	6291 00060.500-9	SP	Campinas	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS

				Universitária	
005	6291 00061.500-4	SP	Campinas	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Laboratório Nacional de Luz Síncotron – LNLS
006	6291 00062.500-0	SP	Campinas	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Laboratório Nacional de Luz Síncotron – LNLS
007	6291 00063.500-5	SP	Campinas	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Laboratório Nacional de Luz Síncotron – LNLS
008	6291 00064.500-0	SP	Campinas	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Laboratório Nacional de Luz Síncotron – LNLS
009	6291 00065.500-6	SP	Campinas	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Laboratório Nacional de Luz Síncotron – LNLS
010	6291 00066.500-1	SP	Campinas	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Laboratório Nacional de Luz Síncotron – LNLS
011	6291 00067.500-7	SP	Campinas	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Laboratório Nacional de Luz Síncotron – LNLS
012	6291 00068.500-2	SP	Campinas	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS
013	6291 00069.500-8	SP	Campinas	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade Universitária	Laboratório Nacional de Luz Síncotron – LNLS
014	6291 00070.500-3	SP	Campinas	Rua Máximo Solfaro, 10000 - Antigo Sítio São Martinho - Pólo II de Alta tecnologia - Cidade	Laboratório Nacional de Luz Síncotron – LNLS

				Universitária	
015	7099 00495.500-2	SP	São José dos Campos	Avenida Central 1, Quadra 11 Lote 03 - Chácaras Reunidas	INPE
016	9701 19578.500-4	DF	Brasília	Setor Quadra 05 Lote 06, 06 Setor de Autarquias Sul	IBICT
017	9701 19579.500-0	DF	Brasília	Av W3 Norte Quadra 507 - Edifício Sede	DESOCUPADO - Sobre a responsabilidade do CNPq

O CNPq não arca com despesas de manutenção dos imóveis. Essa despesa fica a cargo do órgão cessionário.

Cessão de espaços internos do Edifício Santos Dumont (sede)

RESTAURANTE

Processo: 01300.001.743/2014-99.

Normas e regulamentos do tema:

LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Identificação do imóvel:

Espaço coberto do Edifício Sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, localizado no SHIS QI 01 - Lago Sul, Brasília – DF, para fins de exploração comercial dos serviços de RESTAURANTE.

Identificação do Cessionário:

Nome razão Social: RBA Comércio de Refeições LTDA-ME. CNPJ: 07.624.142/0001-79.

Atividade ou Ramo de Atuação: Prestação de serviços de alimentação.

Caracterização da cessão:

Forma de seleção do Cessionário: Concorrência nº 001/2014.

Critério de seleção da empresa vencedora: maior valor ofertado para a Taxa Mensal de Ocupação da área destinada ao restaurante.

Finalidade do uso do espaço cedido: Exploração comercial de serviços de alimentação.

Prazo da Cessão: Vigência de 12 meses, contada da data da publicação do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos moldes do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

Vigência: 07/01/2016 a 07/01/2017.

Caracterização do espaço cedido: Trata-se de espaço localizado no pavimento térreo do bloco A do edifício sede do CNPq, correspondente a área 43,00 m², munido de instalações hidros sanitárias e elétricas, sistemas de exaustão e de prevenção e combate a incêndio, além de bancadas e componentes arquitetônicos próprios de instalações destinadas à atividade de restaurante.

Benefícios pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: O Cessionário recolhe em favor do CNPq, mensalmente, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, o valor da taxa mensal de ocupação da respectiva área, além dos valores referentes ao ressarcimento de despesas proporcionais à área ocupada.

Taxa mensal de ocupação do RESTAURANTE: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Os valores correspondentes à taxa de ocupação e ao ressarcimento de despesas de consumo, recebidos pelo CNPq, são registrados na conta contábil 433.110.100 (Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Serviços) e o financeiro na conta limite de saque na Fonte 0250360050-400.

Rateio dos gastos, quando cessão parcial: Para efeito de ressarcimento, o Cessionário compartilha com o CNPq os seguintes gastos:

Despesas com água e esgoto;

Despesas com energia elétrica e iluminação;

Despesas com Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

Despesas com limpeza e conservação;

Despesas com manutenção do sistema de climatização;

Despesas com manutenção do sistema elétrico;

Despesas com manutenção predial;

Despesas com manutenção de elevadores;

Despesas com prevenção e combate a incêndio;

Despesas com vigilância desarmada.

Despesas com vigilância eletrônica.

Despesas com seguro contra incêndio.

As despesas de energia elétrica e iluminação pública, água e esgoto do Cessionário são aferidas por meio de wattímetros e hidrômetros individualizados.

Os demais valores ressarcidos pelo Cessionário são calculados com base em percentual correspondente à área concedida, aplicado sobre as despesas pagas pelo CNPq.

Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC: O fornecimento de refeições no CNPq assegura a comodidade dos usuários de sua sede, tendo em vista sua localização em região desprovida de estabelecimentos no ramo da alimentação, apresentando-se como alternativa de atendimento às necessidades básicas em alimentação de servidores, colaboradores do CNPq e seus demais usuários, que somam cerca de 1.500 (um mil e quinhentas) pessoas a cada dia útil.

LANCHONETE

Processo: 01300.001.743/2014-99.

Normas e regulamentos do tema:

LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Identificação do imóvel:

Espaço coberto do Edifício Sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, localizado no SHIS QI 01 - Lago Sul, Brasília – DF, para fins de exploração comercial dos serviços de LANCHONETE.

Identificação do Cessionário: CNPJ 07.624.142/0001-79.

Nome razão Social: RBA Comércio de Refeições LTDA-ME Atividade ou Ramo de Atuação: Alimentação

Caracterização da cessão:

2.3.1 Forma de seleção do Cessionário: Concorrência nº 001/2014.

Critério de seleção da empresa vencedora: maior valor ofertado para a Taxa Mensal de Ocupação da área destinada ao restaurante.

Finalidade do uso do espaço cedido: Exploração comercial dos serviços de alimentação.

Prazo da Cessão: Vigência de 12 meses, contada da data da publicação do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos moldes do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

Vigência: 07/01/2016 a 07/01/2017.

Caracterização do espaço cedido: Trata-se de espaço destinado à atividade de lanchonete, correspondente à área 14,21 m², localizado no pavimento térreo do bloco D do edifício sede do CNPq, munido de instalações hidros sanitárias e elétricas, sistemas de exaustão e de prevenção e combate a incêndio, além de bancadas e componentes arquitetônicos próprios de instalações destinadas à atividade de lanchonete.

Benefícios pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: O Cessionário recolhe em favor do CNPq, mensalmente, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, o valor da taxa mensal de ocupação da respectiva área, além dos valores referentes ao ressarcimento de despesas proporcionais à área ocupada.

Taxa mensal de ocupação do Lanchonete: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Os valores correspondentes à taxa de ocupação e ao ressarcimento de despesas de consumo, recebidos pelo CNPq, são registrados na conta contábil 433.110.100 (Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Serviços) e o financeiro na conta limite de saque na Fonte 0250360050-400.

Rateio dos gastos, quando cessão parcial: Para efeito de ressarcimento, o Cessionário compartilha com o CNPq os seguintes gastos:

Despesas com água e esgoto;

Despesas com energia elétrica e iluminação;

Despesas com Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

Despesas com limpeza e conservação;

Despesas com manutenção do sistema de climatização;

Despesas com manutenção do sistema elétrico;

Despesas com manutenção predial;

Despesas com manutenção de elevadores;

Despesas com prevenção e combate a incêndio;

Despesas com vigilância desarmada.

Despesas com vigilância eletrônica.

Despesas com seguro contra incêndio.

As despesas de energia elétrica e iluminação pública, água e esgoto do Cessionário são aferidas por meio de wattímetros e hidrômetros individualizados.

Os demais valores ressarcidos pelo Cessionário são calculados com base em percentual correspondente à área concedida, aplicado sobre as despesas pagas pelo CNPq.

Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC: O fornecimento de refeições no CNPq assegura a comodidade dos usuários de sua sede, tendo em vista sua localização em região desprovida de estabelecimentos no ramo da alimentação, apresentando-se como alternativa de atendimento às necessidades básicas em alimentação de servidores, colaboradores do CNPq e seus demais usuários, que somam cerca de 1.500 (um mil e quinhentas) pessoas a cada dia útil.

BANCO DO BRASIL

Processo 01300.001.747/2014-2.

Normas e regulamentos do tema:

Enquadramento da contratação no caput do art. 25, da Lei 8.666/93 art. 17, § 2º Inciso I da Lei 8.666/93, no art. 79, § 3º Decreto-Lei 9.760/46, na Lei nº 9.636/98, em seus artigos 18 e seguintes, regulamentada pelo Decreto nº 3.725/2001 nos arts. 12 e 13, Portaria SPU nº 05/2001 e a Portaria nº 144/2001 do MPOG.

Identificação do imóvel:

Espaço coberto do Edifício Sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, localizado no SHIS QI 01 - Lago Sul, Brasília – DF, para a prestação dos serviços de atendimento bancário aos servidores e clientes deste Conselho.

Identificação do Cessionário: CNPJ 000.000.000/0001-91.

Nome razão Social Banco do Brasil S.A.

Atividade ou Ramo de Atuação: Serviços bancários.

Caracterização da cessão:

3.3.1 Forma de seleção do Cessionário: Cessão de uso gratuita nº 132/2014 - Contrato por inexigibilidade.

Finalidade do uso do espaço cedido: Prestação dos serviços de atendimento bancário.

Prazo da Cessão: Vigência de 24 meses, contada da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos moldes do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

Vigência: 26/08/2014 à 26/08/2016.

Caracterização do espaço cedido: Trata-se de espaço destinado ao funcionamento de posto bancário, correspondente à área 82,57 m², localizado no 1º subsolo do bloco A do edifício sede do CNPq.

Benefícios pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: O Cessionário recolhe em favor do CNPq, mensalmente, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, os valores relativos ao ressarcimento de despesas proporcionais à área ocupada.

Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Os valores correspondentes ao ressarcimento de despesas de consumo, recebidos pelo CNPq, são registrados na conta contábil 433.110.100 (Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Serviços) e o financeiro na conta limite de saque na Fonte 0250360050-400.

Rateio dos gastos, quando cessão parcial: Para efeito de ressarcimento, o Cessionário compartilha com o CNPq os seguintes gastos:

Despesas com água e esgoto;

Despesas com energia elétrica e iluminação;

Despesas com prevenção e combate a incêndio.

Os valores ressarcidos pelo Cessionário são calculados com base em percentual correspondente à área concedida, aplicado sobre as despesas pagas pelo CNPq.

Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC: Dentre as atividades institucionais desenvolvidas pelo Banco do Brasil que beneficiam diretamente o CNPq, estão a manutenção das rotinas de pagamentos mensais de bolsistas e pesquisadores, através do Cartão Pesquisador CNPq e do CARTÃO BB AMÉRICA para Bolsistas no Exterior, estes desenvolvidos especialmente para atender a comunidade científica favorecida com recursos financeiros concedidos

por este Conselho (composta de aproximadamente 175 mil beneficiários). A presença de um posto de serviços de atendimento bancário na sede do CNPq traz ainda comodidade e segurança aos servidores deste Conselho. Configurando ainda a legitimidade na pactuação da cessão de uso do espaço físico em comento, cabe destacar que o Banco do Brasil custeia todas as despesas com suas instalações, manutenção e adequação ambiental, arcando com as próprias despesas em infraestrutura material e humana, além de segurança e vigilância.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal de Brasília LTDA – SICOOB EXECUTIVO

Processo: 002.440/2012-1. Normas e regulamentos do tema:

Enquadramento da contratação no caput do art. 25, da Lei 8.666/93 art. 17, § 2º Inciso I da Lei 8.666/93, no art. 79, § 3º Decreto-Lei 9.760/46, na Lei nº 9.636/98, em seus artigos 18 e seguintes, regulamentada pelo Decreto nº 3.725/2001 nos arts. 12 e 13, Portaria SPU nº 05/2001 e a Portaria nº 144/2001 do MPOG.

Identificação do imóvel:

Espaço coberto do Edifício Sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, localizado no SHIS QI 01 - Lago Sul, Brasília – DF, para a prestação de serviços de atendimento aos servidores e clientes deste Conselho.

Identificação do Cessionário: CNPJ 000.694.877/0001-20.

Nome Razão Social: SICOOB EXECUTIVO.

Atividade ou Ramo de Atuação: Cooperativa de economia e crédito mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal de Brasília.

Caracterização da cessão:

4.3.1 Forma de seleção do Cessionário: Cessão de uso gratuita nº 075/2015 - Contrato por inexigibilidade.

Finalidade do uso do espaço cedido: Prestação dos serviços de atendimento a associados.

Prazo da Cessão: Vigência de 12 meses, contada da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos moldes do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

Vigência: 08/07/2015 à 08/07/2016.

Caracterização do espaço cedido: Trata-se de espaço destinado ao funcionamento de posto de atendimento, correspondente à área 39,00 m2, localizado no 1º subsolo do bloco A do edifício sede do CNPq.

Benefícios pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: O Cessionário recolhe em favor do CNPq, mensalmente, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, os valores relativos ao ressarcimento de despesas proporcionais à área ocupada.

Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Os valores correspondentes ao ressarcimento de despesas de consumo, recebidos pelo CNPq, são registrados na conta contábil 433.110.100 (Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Serviços) e o financeiro na conta limite de saque na Fonte 0250360050-400.

Rateio dos gastos, quando cessão parcial: Para efeito de ressarcimento, o Cessionário compartilha com o CNPq os seguintes gastos:

- Despesas com água e esgoto;
- Despesas com energia elétrica e iluminação;
- Despesas com Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;
- Despesas com limpeza e conservação;
- Despesas com manutenção do sistema de climatização;
- Despesas com manutenção do sistema elétrico;
- Despesas com manutenção predial;
- Despesas com manutenção de elevadores;
- Despesas com prevenção e combate a incêndio;
- Despesas com vigilância desarmada;
- Despesas com vigilância eletrônica;
- Despesas com seguro contra incêndio.

Os valores ressarcidos pelo Cessionário são calculados com base em percentual correspondente à área concedida, aplicado sobre as despesas pagas pelo CNPq.

Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC: A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal de Brasília LTDA – SICOOB EXECUTIVO, constitui, segundo seu Estatuto, sociedade de pessoas de responsabilidade limitada, de natureza civil, instituição não bancária, sem fins lucrativos. Desde sua criação, em 20/12/1982, a SICOOB EXECUTIVO tem por objetivo primordial o desenvolvimento de programa de assistência financeira e de prestação de serviços aos associados, visando oferecer adequado atendimento às respectivas necessidades de crédito, direcionando sua filosofia básica para a educação cooperativista. Atualmente, a SICOOB EXECUTIVO é a única Cooperativa regularmente constituída que

representa os interesses dos servidores do CNPq. Desse modo, a exemplo de várias entidades públicas do Poder Executivo, o CNPq firmou contrato de cessão de uso visando o interesse da coletividade, considerando que a presença de posto de serviços de atendimento em sua sede traz comodidade e segurança a seus servidores.

Associação dos Servidores do CNPq/ASCON

Processo: 002.441/2012-8. Normas e regulamentos do tema:

Enquadramento da contratação no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, art. 18, § 5º da Lei nº 9.636/98, e em observância às demais disposições da Lei 8.666 e do Decreto nº 99.509/1990.

Identificação do imóvel:

Espaço coberto do Edifício Sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, localizado no SHIS QI 01 - Lago Sul, Brasília – DF, para atendimento aos servidores deste Conselho.

Identificação do Cessionário: CNPJ 00.521.989/0001-89.

Nome Razão Social: Associação dos Servidores do CNPq / ASCON.
Atividade ou Ramo de Atuação: Associação de servidores.

Caracterização da cessão:

5.3.1 Forma de seleção do Cessionário: Cessão de uso gratuita nº 120/2015 - Contrato por inexigibilidade.

Finalidade do uso do espaço cedido: Prestação dos serviços de atendimento a servidores do CNPq.

Prazo da Cessão: Vigência por prazo indeterminado, contado da data de assinatura do contrato, tendo em vista que o CNPq pode a qualquer momento reaver a posse do espaço cedido.

Caracterização do espaço cedido:

Trata-se de espaço destinado ao funcionamento da Associação dos Servidores do CNPq, correspondente à área 28,12 m², localizado no 1º subsolo do bloco B do edifício sede do CNPq.

Benefícios pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: Não há cobrança de taxa de ocupação e ressarcimento de despesas.

Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Não se aplica. 5.3.7) Rateio dos gastos, quando cessão parcial: Não se aplica.

5.3.8) Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC: A Associação dos Servidores do CNPq/ASCON foi criada estatutariamente em 17 de março de 1978, sem fins lucrativos, e com a finalidade de representar, intermediar e administrar os Convênios (auxílio transporte, auxílio alimentação, seguros de vida em grupo etc.), os Planos de Saúde e outros assuntos de interesse dos servidores. Atualmente, participa ativamente no aprimoramento do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, bem como em ações por melhoria das condições de trabalho e da remuneração para os servidores do CNPq, por meio de reivindicação sindical e negociações governamentais, integrando, para tanto, o Fórum das Entidades em C,T&I. Desempenha ainda importante função social em parceria com a Coordenação de Promoção de Qualidade de Vida e Competências da Coordenação Geral de Recursos Humanos - COPQV/CGERH do CNPq.

EDIFÍCIO SANTOS DUMONT

Processo: 000.680/2010-9.

Normas e regulamentos do tema:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei nº 8.245 de 18 de outubro de 1991 que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes

Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Identificação do imóvel: EDIFÍCIO SANTOS DUMONT.

Endereço: SHIS QI I, Lote B, Lago Sul – Brasília/DF. Área construída: 27.430,56 m²

Identificação do Locador: Locador: Construtora Luner LTDA. CNPJ: 00.670.588/0001-90.

Identificação do contrato:

Contrato nº 0059/2010, assinado em 25/06/2010.

Valores pagos pela locação no exercício de 2017:

O aluguel mensal sofreu redução significativa, após negociação com a construtora proprietária do imóvel, o que representa importante benefício para a economicidade. Até o mês de junho de 2017, o valor mensal era de R\$ 1.743.648,48 (um milhão setecentos e quarenta e três mil seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), reduzido para R\$ 1.399.500,00 (um

milhão trezentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), a partir de julho de 2017.

Assim, o Total anual reduziu-se de R\$ 20.923.781,73 (vinte milhões novecentos e vinte e três mil setecentos e oitenta e um reais e setenta e três centavos), para R\$ 16.794.000,00 (dezesesseis milhões e setecentos e noventa e quatro mil reais).

Vigência: 26/06/2011 á 24/06/2021

O prazo de vigência da locação é de 10 (dez) anos, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos através de celebração de termos aditivos, mantidos com todas as suas cláusulas e condições avençadas, se houver interesse das partes e observada a legislação aplicável.

Despesas com manutenção e benfeitorias:

O CNPq, enquanto locatário, não arca despesas com reformas e transformações do imóvel. Estas ações, quando necessárias, são custeadas pelo Locador. Caso venham a ocorrer, o contrato prevê a indenização do locatário pelo custeio de benfeitorias necessárias no imóvel.

A cargo do CNPq, conforme prevê o contrato de locação, estão as despesas de telefone, consumo de força, luz e gás, água e esgoto, despesas de conservação e administração do edifício locado, Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e a Taxa de Limpeza Pública (TLP).

Quadro 33 – Contratos mantidos pelo CNPq

CONTRATOS MANTIDOS PELO CNPq	VALOR ANUAL DOS CONTRATOS - 2017
ÁGUA E ESGOTO	R\$ 246.323,56
ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO	R\$ 1.580.393,66
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 1.619.310,40
*IPTU:	R\$ 191.124,44
MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO	R\$ 258.598,44
MANUTENÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO	R\$ 650.924,88
MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$ 307.320,91
MANUTENÇÃO DE ELEVADORES (THYSSEN):	R\$ 59.880,00
TOTAL	R\$ 4.913.876,29

Quadro 34 - Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional
--

UG	RIP	Localização dos Imóveis	Valor do Imóvel			Data da próxima avaliação
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	
364102	9701 32577500-3	Lago Sul – DF/Bem de Terceiro	R\$ 240.000.000,00	26/10/15	R\$ 259.752.001,00	26/10/18

Fonte: SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - consulta realizada em Jan/2017.

6.2.5. Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Há um único imóvel locado de terceiros, o qual abriga a sede do CNPq. O contrato de locação foi estabelecido em 2010, de forma a atender às necessidades reais para funcionamento do órgão, estruturando, em um mesmo endereço, todas as diretorias e serviços de pesquisa a elas inerentes, bem como arquivo permanente, que anteriormente se distribuía em três edificações distintas.

6.2.6. Informações sobre a infraestrutura física

Identificação do imóvel: EDIFÍCIO SANTOS DUMONT. Endereço: SHIS QI I, Lote B, Lago Sul – Brasília/DF. Contrato de locação nº 0059/2010.

Locador: Construtora Luner LTDA.

O CNPq ocupa edificação de 27.430,56 m² de área construída, disposta em quatro blocos de cinco pavimentos, os quais se integram aos níveis do térreo e do 1º subsolo, constituindo área de uso comum, e ao nível do 2º subsolo, comportando garagem com 200 vagas.

A circulação vertical é feita por 4 elevadores de serviço com capacidade para 1200 kg ou 16 ocupantes e 4 elevadores sociais com capacidade para 1125 kg ou 15 ocupantes.

Cada pavimento tipo é composto por vão livre de cerca de 1.000,00 m², onde se acomodam as Diretorias técnicas e administrativas e a Presidência do CNPq. Cada pavimento de bloco é provido sanitário feminino, masculino e de portadores de necessidades especiais (PNEs), além de fan coils, sala técnica, copa e depósito para material de limpeza.

O 1º subsolo, além das instalações de escritório, comporta duas áreas destinadas à guarda de documentação, sendo 150,00 m² destinados ao Arquivo Corrente e 160,00 m² ao Arquivo de Documentação Histórica/SEDOC. Nesse pavimento se acomodam também as atividades de TI, incluindo uma sala segura onde se armazenam as informações eletrônicas e dados institucionais.

Além de grupo gerador próprio, a sede do CNPq possui sistema eletrônico de segurança, No Breaks de última geração e sistema de climatização e de iluminação automatizados.

Todos os pavimentos, exceto garagem, são dotados de piso elevado por onde se distribui o sistema de climatização e calhas estruturadas de passagem de cabos elétricos, voz e dados.

A edificação dispõe ainda de auditório para 350 pessoas com recursos tecnológicos atuais, cerca de 50 salas de reuniões, além de espaços para restaurante e lanchonete.

Área construída: 27.430,56 m²

Área útil (privativa): 19.430,56 m²

Área de jardins: 1.568,24 m²

Área total: 28.998,80 m²

6.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6.3.1 Principais sistemas de informações

A maior parte dos processos da área finalística do CNPq encontram-se informatizados. Desta forma o Órgão alcança alta eficiência e produtividade na execução de suas atividades e se mantém alinhado ao cumprimento de sua missão institucional. Essa produtividade é alcançada com a utilização de mais de 44 sistemas e subsistemas de informação que atuam desde a solicitação de bolsas e auxílios, a avaliação técnica dos pedidos, o julgamento das solicitações de forma presencial e remota, a emissão de pareceres por consultores no Brasil e exterior, a contratação de bolsas e auxílios, a implementação desses benefícios, o pagamento, a prestação de contas e envio de relatórios técnicos.

A implementação de fluxos de trabalho automatizados, que acompanham a execução das atividades pelos responsáveis e a integração com outros sistemas do Governo Federal, fornecem um ambiente que tem permitido ao CNPq ampliar sua área de atuação junto à Sociedade, com a realização de parcerias com outros órgãos, empresas públicas e instituições internacionais, sempre com o objetivo de cumprir sua missão estratégica.

Para garantir a disponibilidade do ambiente tecnológico do CNPq, a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGETI) mantém servidores públicos atuando nas funções de planejamento, governança e gestão. As atividades de manutenção adaptativa, perfectiva, corretiva e evolutiva dos sistemas, bem como a manutenção dos ativos físicos e lógicos, e as atividades de manutenção de sistemas de informação e da infraestrutura tecnológica e atendimento a usuários são realizados, em grande parte, por empresas contratadas, seguindo a legislação em vigor e as orientações do órgão central do

Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP – e dos órgãos de controle.

Para alcançar seus objetivos e prover os serviços demandados pela instituição, a área de Tecnologia da Informação dispõe e gerência mais de 30 contratos. Durante o ano de 2017 foram empenhados cerca de 16,3 milhões de reais para a execução dos contratos, conforme detalhamento a seguir:

Quadro 35 – Despesas TI – 2017

NATUREZA DA DESPESA	EMPENHADO	PAGO	EMPENHADO E PAGO
3390.30.17 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS			R\$ 139,80
3390.39.08 - MANUTENCAO DE SOFTWARE	R\$ 96.459,50	80.529,50	
3390.39.56 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	R\$ 320.954,52	R\$ 226.627,32	
3390.39.57 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	R\$ 11.964.722,81	R\$ 1.782.890,42	
3390.39.97 - COMUNICACAO DE DADOS	R\$ 53.972,88	R\$ 0,00	R\$ 11.100,00
Total	R\$ 12.436.109,71	R\$ 226.627,32	R\$ 11.239,80

O Catálogo de Sistemas de Informação e Módulos (ou submódulos) do CNPq, possui mais de 44 itens. Nesse sentido apresentam-se os 10 principais sistemas que contribuem de forma relevante com a missão, negócio e objetivos do órgão.

Quadro 36 – Sistemas de Informação e Módulos

#	Sistema de Informação/ Módulos	Objetivos	Principais Funcionalidades
1	Plataforma Lattes – PLattes	Base de dados de currículos, instituições e grupos de pesquisa da área de ciência e tecnologia no Brasil. Utilizado pelo CNPq, agências federais e estaduais de apoio à pesquisa, instituições de ensino superior, Ministérios e órgãos governamentais.	Currículo Lattes / Diretório de Grupo de Pesquisas / Diretório de Instituições
2	Currículo Lattes – CVLattes	Sistema que registra a vida pregressa e atual dos pesquisadores, professores e alunos, composta por dados pessoais, formação acadêmica, áreas de atuação, projetos e linhas de pesquisa, produção técnica, produção bibliográfica, produção cultural, orientações, participações em bancas, e participações e promoções de eventos científicos	Cadastrar currículo/ Dicionário de Autores / Exportação de Produções/ Dicionário de Palavras-chave/ Dicionário de Áreas do Conhecimento/ Dicionário de Instituições/ Totais da produção/ Gráficos/ Exportar para arquivo (RTF, XML)/

			Importar produções de outro currículo/ Imprimir/ Publicar Currículo/ Dicionário de Autores/ Dicionário de Palavras-chave/ Dicionário de Áreas
3	Diretório de Instituições – DI	Componente da Plataforma Lattes concebido para promover as organizações do Sistema Nacional de CT&I à condição de usuárias da Plataforma e para ampliar as oportunidades de interação entre elas e o CNPq.	Sistemas de Gestão do Diretório de Instituições - SIGEDI Sistemas - cliente:Cadastro de Informações Institucionais (CADI)/ Pós-Doutorado Empresarial (PDI) e Doutorado - Sanduíche Empresarial (SWI)
4	Diretório de Grupos de Pesquisa – DGP	Constitui-se em bases de dados que contém informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. O Diretório mantém uma base corrente, cujas informações são atualizadas continuamente pelos líderes de grupos, pesquisadores, estudantes e dirigentes de pesquisa das instituições participantes, e o CNPq realiza censos	Base Corrente e Censos bi- anuais, que são fotografias dessa base corrente.
5	Plataforma Integrada Carlos Chagas – P ICC	Automatizar os fluxos de trabalho relacionados aos processos de fomento à pesquisa e formação de recursos humanos financiados pelo CNPq. Integrar as atividades executadas pelos diversos setores do CNPq, abrangendo todos os processos de negócio, desde a submissão, julgamento e concessão de bolsas de formação e produtividade, passando pela contratação de editais com recursos próprios e de fundos setoriais e o pagamento dessas ações com interação direta com o SIAFI, até a prestação de contas e o acompanhamento de projetos.	Fluxo de Avaliação de Propostas e Pedidos /Fluxo de Contratação de Projetos, Auxílios e Bolsas/ Fluxo de Execução de Projetos/ Fluxo de Relatório Técnico e Prestação de Contas/ Fluxo de Gestores Institucionais/Fluxo de Cotas Institucionais de Mestrado e Doutorado/ Fluxo de Cotas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica / Fluxo de Avaliação dos Projetos e Programas PIBIC e PIBIT e Perfis Individuais.
6	Sistema Gerencial de Fomento – SIGEF	Gerenciar a execução das ações de fomento à pesquisa e formação de recursos humanos	Cadastrar processos de fomento /Julgar /Implementar /Pagar bolsas e auxílios.
7	Sistema Financeiro Gerencial – SIFIN	Gerencial Prover dados gerenciais consolidados para a área financeira e cadastrar de informações orçamentárias.	Movimento Financeiro /Gerir dados Orçamentários
8	Sistema SIACE PJ / PF / Anuente / Importação / Aval	Manter informações de Pesquisadores e Instituições que necessitam efetuar importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários necessários à execução de projetos de pesquisa científica e/ou tecnológica. Entre as	Habilitar e Credenciar Pesquisador e Instituição para importação /Gerenciar Cotas /Gerenciar Produtos Importados

		informações mantidas destacamos o controle das Cotas de Importações destinadas as Instituições	
9	Fomento Lattes	Sistema integrado para gestão dos processos relacionados às atividades de fomento. Foram desenvolvidas aplicações que contemplam os processos de Submissão e Análise e Julgamento	Config. Modelos de Parecer/ Config. Modelos Mensagens/ Config. Chamadas/ Form.de Propostas/ Form. de Reformulações/ Form. de Reconsideração/ Carga de propostas/ Monit.da Carga/ Emis. de Documentos/ PDF Manager/ Gerador de PDF/ Impr. em Item/ Impr. de propostas/ Remanejamento/ Relat. de Conferência de demanda/ Relat. de Conferência de parecer/ Relat. de Proc.por Consultor/ Consult. Ad Hoc (Indicação, Solic.de dispensa, Envio de documentos, etc)/ Emissão e disponibilização de parecer (Pré-seleção, Ad Hoc, Recomendação, Aprovação)
10	Data Warehouse	Sistema gerencial para auxílio na tomada de decisão. Principais sistemas do CNPq (bases gerenciais).	Data Mart de Acompanhamento de Processos do Ciência sem Fronteiras / Data Mart de Atuação e Formação / Data Mart do Censo do Diretório de Grupos / Data Mart de Pagamento / Data Mart de Pagamento Agencias / Data Mart de Pagamento Processo Ano / Data Mart de Prestação de Contas / Data Mart do Questionario de Prestação de Contas / Data Mart de Solicitação e Atendimento / Site de Investimentos em CT&I / Site do Censo dos Grupos de Pesquisa

Tendo em vista a quantidade e a criticidade dos sistemas de informação que suportam os principais processos de negócio da instituição, faz-se necessária a gerência de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos serviços, bem como as medidas para mitigá-los. Listam-se 4 principais riscos.

Quadro 37 – Riscos TI

Risco	Ação para eliminar ou mitigar
Risco 1: Incapacidade das contratadas na execução dos serviços.	1. Definição de níveis de serviços baseados nas prospecções feitas no mercado e em projetos similares de outros órgãos públicos; 2. Acompanhamento periódico das atividades com verificação de

	<p>2. Acompanhamento periódico das atividades com verificação de cumprimentos de requisitos e da qualidade especificada.</p> <p>3. Aplicação das sanções previstas em contrato;</p> <p>4. Substituição ou contratação de empresas mais experientes e que possam prestar serviços de melhor qualidade;</p>
Risco 2: Atrasos na execução dos serviços contratados.	<p>1. Cobrança dos prazos informados nas ordens de serviço a serem cumpridos, bem como os pontos de controle e aferição;</p> <p>2. Aplicação das sanções administrativas à empresa contratada até que a execução dos serviços seja realizada de acordo com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e nos demais instrumentos legais aplicáveis;</p> <p>3. Aplicação de metodologias de acompanhamento, monitoramento e controle dos projetos e ações de TI para se antecipar aos problemas de entrega;</p> <p>4. Gestão de contratos efetivo;</p>
Risco 3: Baixa qualidade na prestação dos serviços contratados.	<p>1. Disponibilização de solução automatizada para o registro e controle das Solicitações de Serviço / Ordens de Serviço possibilitando a análise da situação e a comparação dos serviços realizados em relação ao previsto; atraso na execução dos serviços, relatórios gerenciais com informações de ocorrências de atendimento às demandas; controle de prazo, custo e níveis mínimos de serviço;</p> <p>2. Ação de Contingência;</p> <p>3. Aplicação das sanções administrativas à empresa contratada até que a execução dos serviços seja realizada de acordo com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e nos demais instrumentos legais aplicáveis;</p> <p>4. Aplicação das metodologias de acompanhamento, monitoramento e controle dos projetos e ações de TI, principalmente no gerenciamento da qualidade preventiva;</p>
Risco 4: Indisponibilidade da infraestrutura necessária para o funcionamento dos sistemas.	<p>1. Monitoramento dos serviços, dos servidores, dos ativos de rede, dos bancos de dados e dos link de comunicação;</p> <p>2. Redundância de serviços e ativos tecnologia da informação;</p> <p>3. Realização de contratações de soluções em TI;</p> <p>4. Implementação de políticas mais efetivas de articulação com outros órgãos da Administração Pública Federal para auxiliar na resolução de problemas relacionados a indisponibilidade da infraestrutura.</p>

6.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC

O CNPq desempenha papel primordial na formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação. Conforme o Planejamento Estratégico, publicado em seu portal, tem como missão “Fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional” e visão “Ser uma instituição de reconhecida excelência na promoção da Ciência, da Tecnologia e da Inovação como elementos centrais do pleno desenvolvimento da nação brasileira”.

No cumprimento de sua missão e na busca pela melhoria contínua de processos institucionais – finalísticos e de apoio – o CNPq apoia-se em recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, para fomentar, promover e facilitar a participação de pesquisadores na formação e consolidação das bases científicas brasileiras.

Compete à área de TIC do CNPq as atribuições de administrar, de gerir e de executar as atividades afetas aos ativos de TIC no sentido de apoiar o CNPq no cumprimento de suas competências sendo elemento fundamental na promoção, implantação e manutenção de mecanismos de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre o desenvolvimento da ciência e tecnologia; e na difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Desta forma, o PDTIC do CNPq2017/2020 será o instrumento mestre para o planejamento e a execução das ações de TIC, sempre em constante evolução da instituição. É ele que possibilitará o melhor aproveitamento dos recursos aplicados em TIC, reduzindo desperdícios, permitindo controles e aplicando os recursos nas ações definidas pelo órgão como relevantes para sociedade, Estado e serviço público.

Ao reconhecer o Planejamento Estratégico do CNPq 2025 e o seu desdobramento em Planos Operacionais, este Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações tem por objetivo alinhar as expectativas entre as diversas áreas do órgão.

O PDTIC do CNPq reconhece a Estratégia de Governança Digital – EGD, como instrumento de planejamento estratégico e busca o alinhamento integral aos objetivos estratégicos e metas propostas. Também está aderente ao entendimento governamental de instituir a Política de Governança Digital – PGD, nos órgãos da Administração Pública Federal.

Para atender ao disposto no Decreto nº 8.638, o CTI do CNPq é considerado estrutura equivalente ao Comitê de Governança Digital, artigo 10º:

“Art. 10º A edição dos instrumentos de planejamento de que trata o art. 8º dependerá de prévia manifestação favorável do Comitê de Governança Digital ou da estrutura equivalente.”

Desta forma, o CTI orientou que o PDTIC cumpra as regras vigentes e estabeleça metas e ações compatíveis às necessidades do CNPq e ao desenvolvimento das ações da CGETI.

Consideram-se para a elaboração deste PDTIC, diversos fatores motivacionais, entre eles:

- orientar as ações de TIC em alinhamento às estratégias do CNPq;
- dar visibilidade para a organização a respeito das ações de TIC;

- fornecer uma visão do ambiente e das ações de TIC do CNPq;
- atender ao Decreto-Lei nº 200/67 quanto à necessidade de um processo de planejamento que organize as estratégias, as ações, os prazos, os recursos financeiros, humanos e materiais, a fim de eliminar a possibilidade de desperdício de recursos públicos e de prejuízo ao cumprimento dos objetivos institucionais;
- alinhar o CNPq aos objetivos e às iniciativas da EGD, a fim de manter no PDTIC metas, ações e iniciativas relativas à governança digital que contribuam para o alcance de seus objetivos e propiciem o aprimoramento de suas práticas, atendendo ao disposto no Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016;
- planejar e contratar em conformidade com as instruções normativas emitidas e em atenção às orientações para contratação de soluções de TI dispostas na PORTARIA Nº 20, DE 14 DE JUNHO DE 2016, da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O PDTIC para o período de 2017-2020, resultado de um trabalho que contou com participação das áreas de negócio, área de TI e da Alta Direção, visa a consolidação e ampliação dos ganhos já obtidos pela Organização com seu processo de informatização e modernização, constituindo-se em um instrumento fundamental para garantir continuidade à missão institucional do CNPq, com riscos mitigados e aceitáveis.

6.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

6.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade

Para o CNPq, o conceito de sustentabilidade é amplo, ultrapassa os limites da simples preservação da natureza e mesmo o tripé econômico/social/ambiental. Abrange, principalmente, um grande esforço no sentido de promover mudanças culturais e comportamentais no conjunto dos seus servidores e colaboradores, que resultem evidentemente em vantagens para a instituição, mas que, sobretudo, impactem positivamente todos os ambientes por eles frequentados, em sua vida pessoal. O CNPq considera que o servidor público pode ser agente de mudança e construtor de um novo pensar ecológico e sustentável. O fator humano assume, assim, grande importância nas decisões e ações que norteiam a elaboração anual do Plano de Gestão de Logística Sustentável do CNPq (PLS-CNPq).

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

O CNPq aderiu à Rede A3P, recebendo sistematicamente notícias e participando de eventos organizados pela Agenda.

c) Se na unidade ocorre a separação de resíduos recicláveis descartados...

Há separação de resíduos sólidos, com coletores múltiplos colocados em todos os andares de todos os blocos. O material coletado é encaminhado a duas cooperativas de catadores do DF, com as quais o CNPq firmou contratos.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos pelo Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente.

Em consonância com os Termos de Referência este Conselho utiliza cláusula editalícia sobre sustentabilidade ambiental onde os critérios são observados, de acordo com o objeto a ser contratado. Segue como exemplo:

5 DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

5.1 Esta contratação observará as orientações e normas relativas à sustentabilidade ambiental, mais especificamente, as Instruções Normativas nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e nº 02, de 30 de abril de 2008:

IN 01 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

IN 02 – Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não. Os materiais e componentes especificados deverão respeitar as seguintes recomendações, quando couber:

5.1.1 Ser constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.1.2 Atender os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.1.3 Devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.1.4 Não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs).

5.3 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO - abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000;

5.4 Certificados e comprovação exigida:

5.4.1A comprovação do disposto no presente item será feita mediante apresentação dos laudos, certificações e declarações listados no item 8 – DOS LAUDOS e CERTIFICAÇÕES. As licitantes que não apresentarem esta documentação terão suas propostas desclassificadas.

e) Se a unidade possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

i) Em cumprimento o que preconizam o Dec. 7.746/2012 e a IN nº 10/2012 MPOG, relativo à SUSTENTABILIDADE, o CNPq instituiu, via PO-078/2013, sua Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS-CNPq), que passou a tratar das ações sustentáveis no âmbito do Conselho, incluindo a elaboração e implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS- CNPq), devidamente aprovado pela Diretoria Executiva (DEx).

ii. O PLS-CNPq foi submetido à apreciação e aprovação da DEx, em reunião ordinária de 13/06/2013.

iii. O PLS-CNPq compõe o programa CNPq-Sustentável, que dispõe de página específica na Intranet da unidade, onde são publicados todos os documentos afins.

iv. O CNPq tem como Missão fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional. Sendo assim, numerosos projetos de pesquisa fomentados pelo órgão têm a sustentabilidade como mote e base. Já as informações internas sobre os resultados da implementação do PLS-CNPq ainda estão em fase de organização para publicação no sítio da unidade na Internet.

v. O CNPq adota continuamente procedimentos que visam:

a) Redução do consumo de papel, por meio de:

- Aquisição de papel A4 reciclado;
- Adoção da opção frente-e-verso como padrão nas impressoras disponibilizadas nas diversas áreas;
- Conscientização dos colaboradores para uso mínimo e correto do recurso de impressão, por meio de palestras associadas ao PLS-CNPq;
- Alteração de procedimentos básicos com vistas à redução do consumo de papel.
- Implantação de contrato de *outsourcing* de impressão.
- Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-CNPq).

b) Redução do consumo de energia elétrica. Nessa matéria, destacam-se as seguintes ações:

- Instalação de interruptores (múltiplos, quando é o caso) em todos os ambientes;
- Conscientização dos colaboradores, por meio de chamadas na Intranet e de palestras associadas ao PLS-CNPq, para que adquiram o hábito de desligar seus equipamentos e as luzes ao deixarem seus ambientes de trabalho;

- Adequação da demanda especificada no contrato com a concessionária de energia (CEB) à real utilização no edifício-sede;
 - Adoção de procedimentos especiais para o uso dos elevadores e para o funcionamento do sistema de ar condicionado;
 - Acompanhamento permanente da conta mensal apresentada pela concessionária;
 - Realização de estudos com vistas ao uso racional dos elevadores.
- c) Uso racional e reuso da água, com revisão e acompanhamento dos procedimentos para verificação de eventuais desperdícios na utilização de água tratada e para uso racional da água da chuva coletada para aguar os jardins.
- d) Outros procedimentos e ações adotados, relevantes para o cumprimento da Política de Gestão de Logística Sustentável:
- Implementação da Coleta Seletiva Solidária, com a contratação de duas cooperativas de catadores do Distrito Federal;
 - Instalação de coletores de pilhas e baterias para efeito de logística reversa.

A avaliação geral da Administração é que o programa CNPq-Sustentável tem surtido efeitos muito positivos, não só no uso racional dos recursos do Conselho (com conseqüente economicidade), mas principalmente na conscientização dos servidores e colaboradores. Sem esquecer, naturalmente, que qualquer programa nesse campo é, na verdade, um processo em permanente construção e ajuste.

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Pelo portal do CNPq (www.cnpq.br) é possível ao cidadão ter contato direto com a instituição.

O CNPq possui uma Central de Atendimento, acessível pelo endereço eletrônico <http://cnpq.br/web/guest/central-de-atendimento>, pela qual é possível ao cidadão enviar mensagem e encaminhar as demandas aos diversos setores desta Fundação e, posteriormente, oferecer respostas diretamente ao solicitante. A Central de Atendimento atende também pelo telefone 61 3211 4000 e pelo PABX 61 3211 9000. Em geral, a Central de Atendimento responde a solicitações sobre pedidos de bolsas ou auxílios, dúvidas sobre andamento de processos, acesso a Plataforma Lattes e Diretórios de Grupos de Pesquisa e informações sobre o funcionamento do CNPq.

A Central de Atendimento do CNPq efetuou cerca de 330.000 atendimentos, divididos entre ligações telefônicas e mensagens eletrônicas. Cerca de 15% das mensagens foram repassadas e resolvidas diretamente nas diversas áreas do CNPq, as quais, após solução, devolveram à Central de Atendimento para resposta ao cidadão.

O CNPq possui também a Ouvidoria, que recebe reclamações, denúncias, sugestões e elogios, cujo acesso se dá pelo website do CNPq em <http://cnpq.br/apresentacao-ouvidoria/>

A Ouvidoria está ligada diretamente à presidência do CNPq e recebe demandas pelo canal E-OUV, vinculado à Controladoria Geral da União – CGU. Basta que a pessoa acesse o portal www.ouvidorias.gov.br, efetue um cadastro e escolha o CNPq.

A Ouvidoria recebe também demandas pelo e.mail ouvidoria@cnpq.br, pelo telefone 61 3211 9642 e também pessoalmente, no endereço:

CNPq/Ouvidoria

SHIS QI 01, Conj. B, Bl. C, sala 103.

Edifício Santos Dumont

Lago Sul, Brasília - DF 71.605-001

A Ouvidoria do CNPq recebeu em 2017 um total de 575 demandas, sendo que a maior parte (cerca de 95%) são de usuários do público externo, ou seja, cidadãos interessados em um melhor atendimento pelo CNPq. Cerca de 20% das demandas foram solucionadas dentro da própria Ouvidoria, uma vez que vieram de questões já resolvida ou que não demandaram muita complexidade. As outras demandas foram encaminhadas às áreas competentes para análise e solução.

O CNPq possui também o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, em atenção à lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e ao decreto 7.724/2012, o qual recebe demandas diretas dos cidadãos por meio do canal E-SIC, vinculado também à Controladoria Geral da União – CGU, pelo portal www.sic.gov.br

Por este sistema o cidadão efetua um cadastro, escolhe o CNPq e encaminha seu pedido de acesso à informação pública.

No ano de 2017 o CNPq recebeu 403 pedidos de acesso à informação no âmbito da LAI.

Atendendo ainda ao previsto na LAI e, ainda, visando facilitar o acesso do cidadão às informações mais demandadas, o CNPq vêm aprimorando seus mecanismos de transparência ativa, divulgando informações mais completas na aba Acesso à Informação, no portal www.cnpq.br

O Portal de Dados Abertos, disponível em http://cnpq.br/dados_abertos/, e também o Portal de Investimentos do CNPq, acessível em <http://cnpq.br/investimentos-cnpq-em-cte/>, facilitam o relacionamento do cidadão com este Conselho, uma vez que reúne informações importantes sobre o fomento e a gestão em transparência ativa.

O CNPq disponibiliza, ainda, a ferramenta Lattes Extrator às Instituições que solicitam ao CNPq. Desta forma, grande parte da busca por dados institucional a este Conselho se dá por meio de uma parceria materializada em um acesso on-line à nossa Base de Dados, conforme verificado no item EXTRAÇÃO DE DADOS, na página <http://lattes.cnpq.br>

7.2 CARTA DE SERVIÇO AO CIDADÃO.

O CNPq possui uma Carta de Serviços ao Cidadão, publicada no portal www.cnpq.br, por meio do acesso ao item SERVIÇOS neste portal. Esta carta apresenta os serviços prestados pelo CNPq e como estes são oferecidos, como o cidadão pode demandá-los e sob quais condições.

7.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS- USUÁRIOS.

A Ouvidoria respondeu 100% de suas demandas em 2017, repetindo 2016, esclarecendo aos cidadãos os resultados de seus pedidos. Foram ao todo 575 demandas em 2016, além de 403 pedidos de acesso à informação no âmbito da lei 12.527/2011.

O sistema e-SIC gera uma pesquisa avaliativa com os cidadãos, em cada demanda respondida. Em 2017, das 403 demandas, cerca de 70% responderam ao questionário. Deste universo, cerca de 75% avaliou como positiva a resposta dada pelo CNPq.

7.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.

A Ouvidoria, dentro da nova política de dados abertos e por meio da atuação no Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC, focou-se em criar mecanismos de maior transparência pública e de acesso às informações produzidas pelo CNPq. Nesse sentido, contribuimos em trabalhos que resultaram melhorias em nossa página de Dados Abertos (http://cnpq.br/dados_abertos/) e na página de Acesso à Informação (<http://cnpq.br/apresentacao-acesso-a-informacao/>). Este trabalho está divulgado em atas do CSIC. No que tange aos Dados Abertos, a Ouvidoria participa do grupo de trabalho que atuou para elaborar a Política de Dados Abertos – PDA do CNPq.

7.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

O Ed. Santos Dumont, atualmente ocupado pelo CNPq, já dispõe de uma considerável infraestrutura física voltada para prover acessibilidade, com equipamentos como piso tátil e indicações em Braille nas botoeiras dos elevadores. Além disso, por meio da infraestrutura de tecnologia da informação do Conselho, são disponibilizados recursos técnicos para que colaboradores que sejam portadores de deficiência visual (moderada ou radical) possam desempenhar, em igualdade de condições com os demais colegas, suas atividades profissionais. Apesar disso, estudos são permanentemente feitos no sentido de aprimorar essas infraestruturas, elevando o grau de acessibilidade do prédio, malgrado o fato de não ser sede própria, o que sempre exige negociação com a empresa proprietária. Em 2017, nenhuma alteração significativa foi introduzida na arquitetura com vistas a melhorias na acessibilidade, cuidando-se apenas da manutenção das facilidades já disponíveis. Entretanto, uma ação importante foi realizada no âmbito do Programa de Qualidade de Vida do CNPq, que foi a implementação de procedimento especial, voltado para portadores de deficiência visual, na ginástica laboral praticada diariamente nos setores.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Desempenho Financeiro do Exercício

Em 2017 a execução financeira do CNPq e outras UO's foi significativa ao alcançar em torno de R\$ 1.512.458.592,70, abrangendo a dotação do exercício bem como R\$ 313.646.273,66 do total de Restos a Pagar de exercícios anteriores inscritos do CNPq e outras UO's.

Em referência aos recursos originados através do *Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (FNDCT)/ FINEP, relativos à TED'S firmados com o CNPq, cuja execução financeira alcançou 88%, há de se ressaltar um grande decréscimo de recursos liberados ao considerarmos anos anteriores, principalmente no que se refere à modalidade de fomento (projetos individuais de auxílios à pesquisa e institucionais).

No que tange, ainda ao FNDCT, ressaltamos que além dos recursos financeiros executados para pagamento de bolsas (diversas modalidades), recebemos valores necessários apenas para ressarcimento ao CNPq de despesas previstas no âmbito do Edital Universal 2014 e atendimento ao Programa INCT, para atendimento de demandas atrasadas.

Para recursos recebidos de outros órgãos/UG'S , identifica-se uma execução financeira reduzida (34,5%) frente aos recursos orçamentários recebidos que, também, haviam sido objetos de redução.

Quanto aos TED'S firmados com o MCTIC-Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, a execução financeira alcançou 47,10% até o fim do exercício.

Observa-se que a execução financeira de Restos a Pagar relativa aos recursos CNPq, não atingiu um índice satisfatório em função de que há empenhos emitidos em anos anteriores através da fonte de recursos 0281 (recursos disponibilizados ao CNPq para atendimento de Acordos firmados com empresas) na rubrica de bolsas cujos desembolsos previstos ocorrem mensalmente, atingindo mais de um exercício.

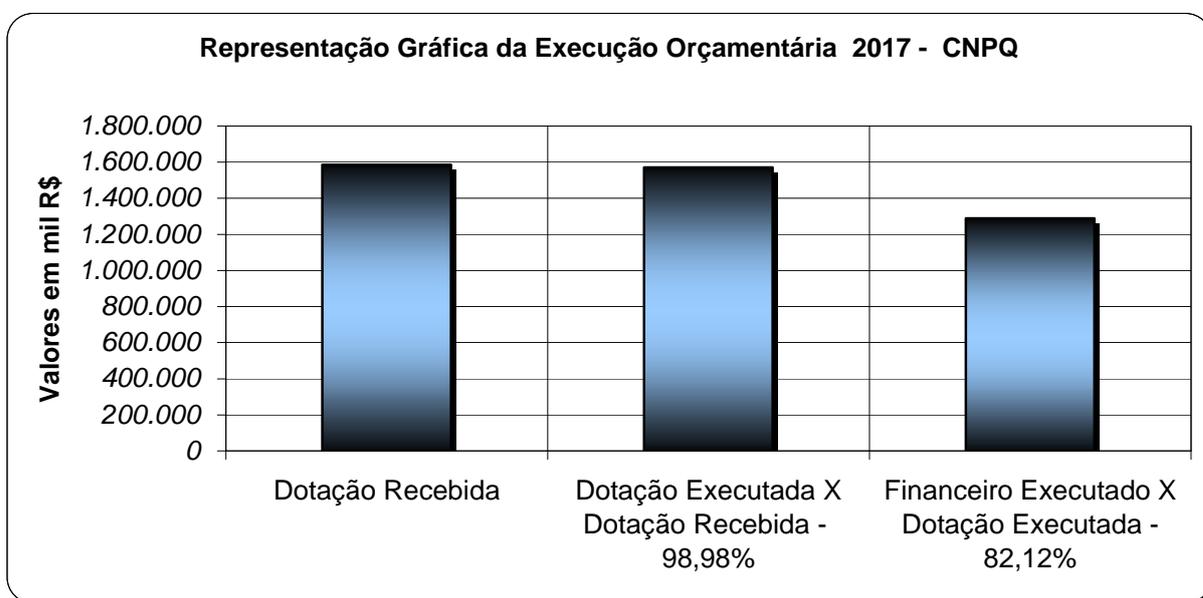
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

Quadro 38 – Execução Orçamento por UO

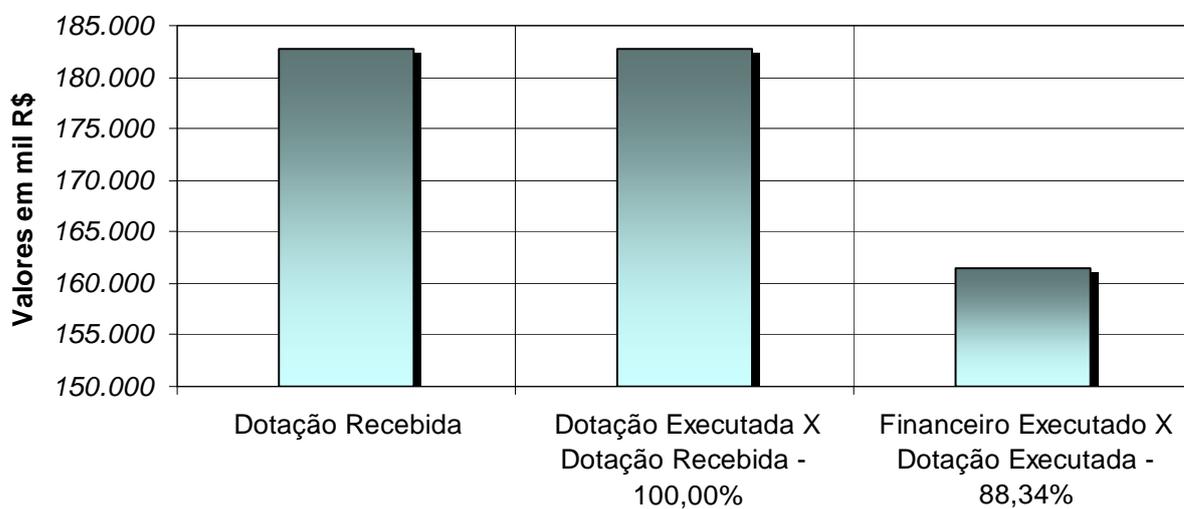
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 2017

Atualizado em: 31/12/2017

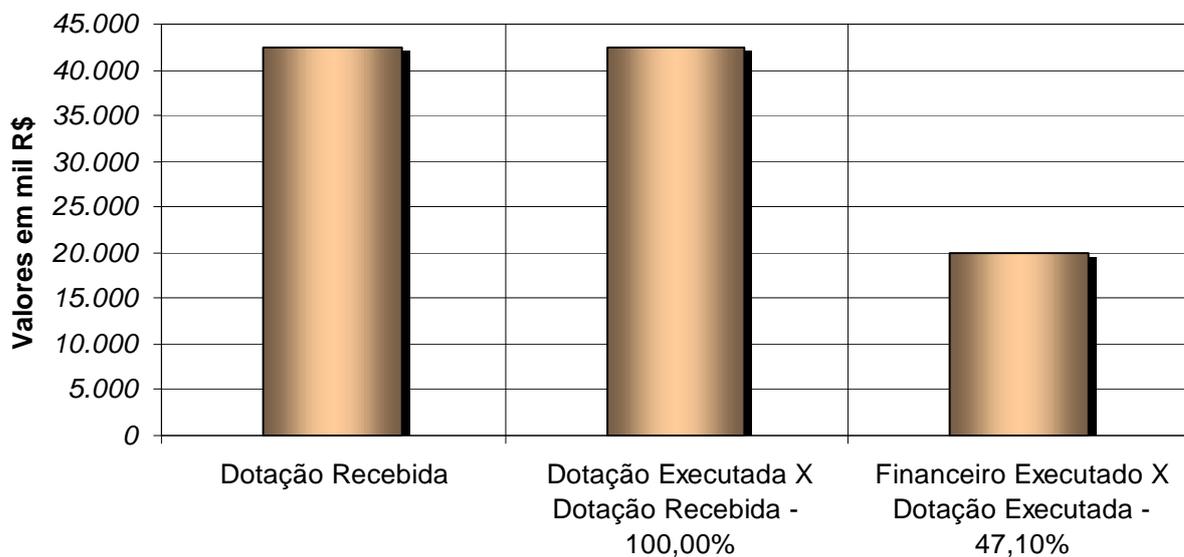
<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Dotação Recebida</i>	<i>Dotação Executada</i>	<i>Financeiro Executado</i>
24201 - CONSELHO NAC.DE DESENV.CIENTIF.E TECNOLÓGICO	1.586.521.478,97	1.570.313.008,22	1.289.536.517,12
24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENTIF.E TECNOLÓGICO	182.815.591,80	182.819.279,54	161.500.804,83
24101 – MIN. DA CIENCIA, TECNOL., INOVACAO E COMUNICAÇÃO	42.456.173,93	42.456.173,93	19.997.741,12
OUTRAS UNIDADES	119.538.473,77	119.538.473,76	41.423.529,63
TOTAL	1.931.331.718,47	1.915.126.935,45	1.512.458.592,70



Representação Gráfica da Execução Orçamentária 2017 - FNDCT



Representação Gráfica da Execução Orçamentária 2017 - MCTIC



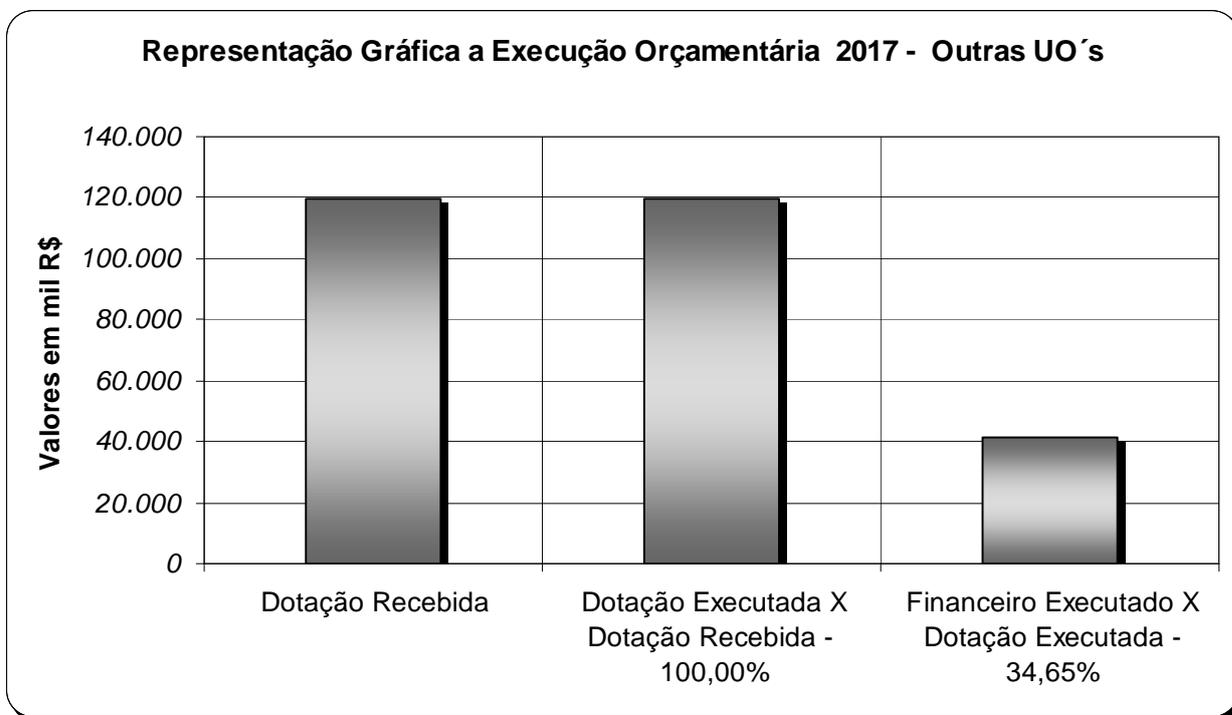


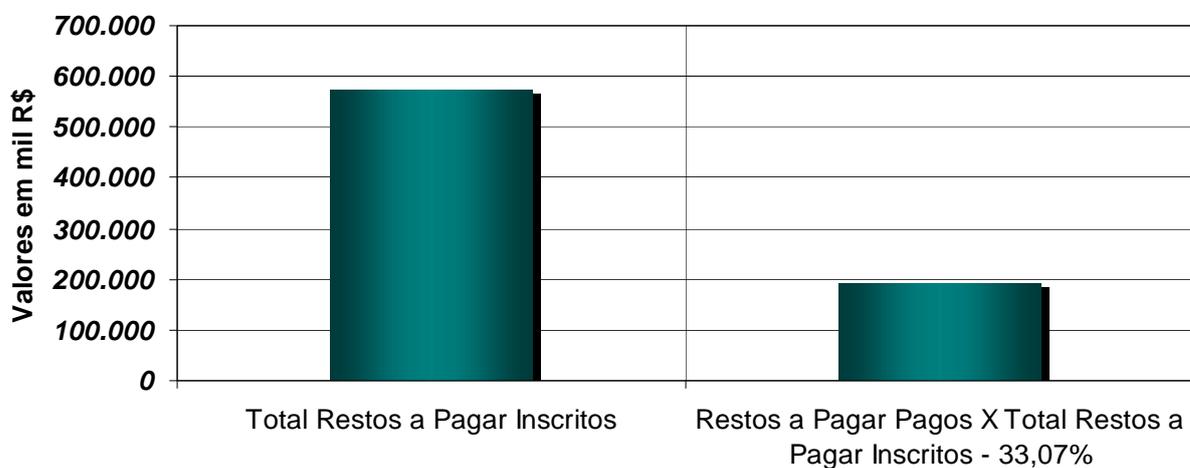
Gráfico 8 - Execução Orçamentária 2017: CNPq, FNDCT, MCTIC e Outras UO's

QUADRO 39 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - 2017

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

1.1.1.1 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - 2017		
Atualizado em: 31/12/2017 – Fonte CONSIAFI		
Unidade Orçamentária	Total RP Inscritos	Total RP Pagos
24101 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVACAO E COMUNICAÇÃO	36.198.971,57	15.614.135,41
24201 - CONSELHO NAC.DE DESENV.CIENTIF.E TECNOLOGICO	574.895.724,21	190.144.102,34
24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO	332.780.475,22	54.695.227,83
OUTRAS UNIDADES	100.632.438,19	53.192.808,08

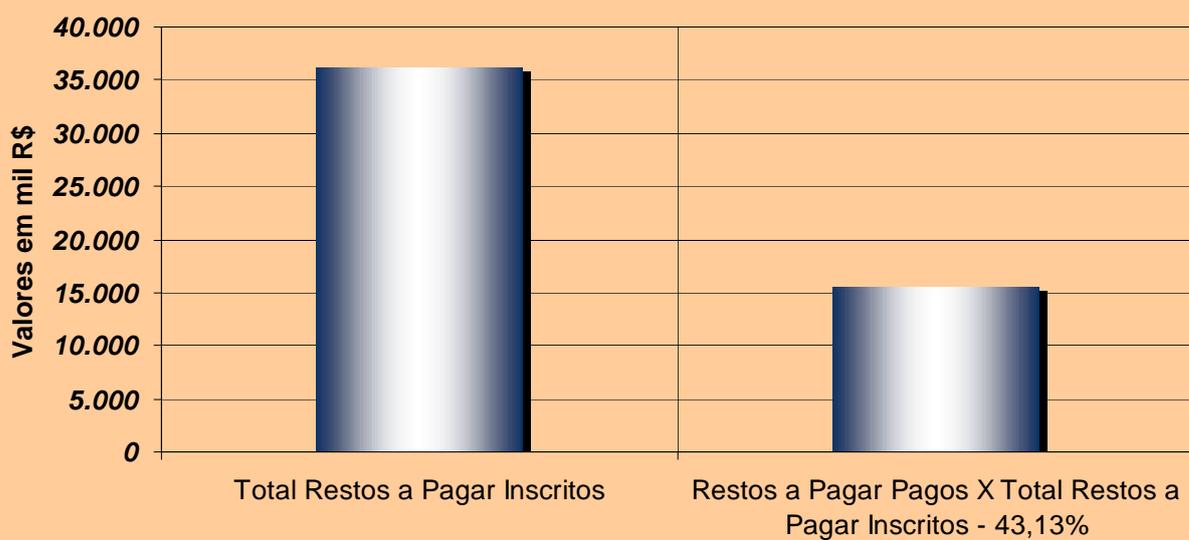
Representação Gráfica da Execução de Restos a Pagar 2017 - CNPQ



Representação Gráfica da Execução de Restos a Pagar 2017 - FNDCT



Representação Gráfica da Execução de Restos a Pagar 2017 - MCTiC



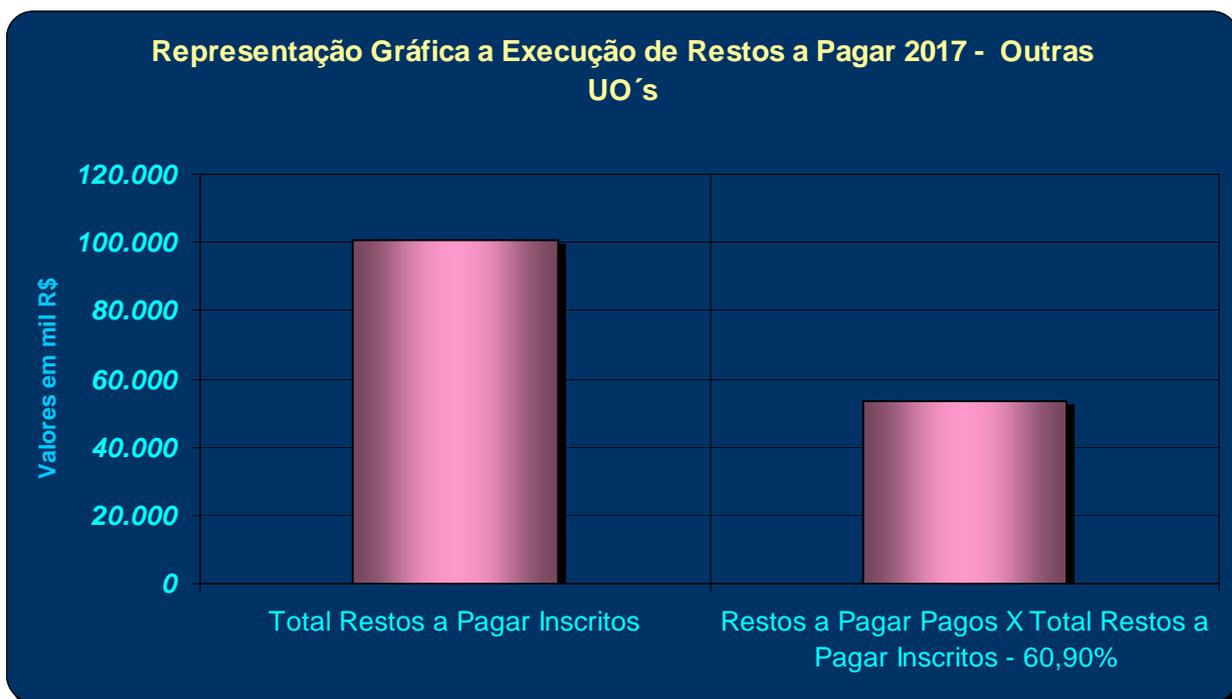


Gráfico 9 – Execução Restos a Pagar – 2017: FNDCT, MCTIC e Outras UO's

Abaixo destacamos os valores pagos e liquidados por modalidade de despesa, dados esses disponíveis no sítio da transparência do governo, esses valores foram empenhados, contabilizados e maioria pagos, nesse quadro podemos destacar, que a modalidade de auxílio financeiro a estudantes foram as despesas que mais foram empenhadas e pagas.

QUADRO 40 – VALORES PAGOS E LIQUIDADOS POR NATUREZA DA DESPESA

Natureza da Despesa	VALORES EMPENHADOS - R\$	VALORES LIQUIDADOS - R\$	VALORES PAGOS - R\$	LIQUIDADOS X PAGOS - %
3190.01.00 - APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	100.347.590,21	100.347.590,21	100.346.699,84	100,00%
3190.03.00 - PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	13.333.391,00	13.333.391,00	13.333.391,00	100,00%

3190.07.00 - CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	5.732,08	5.732,08	5.732,08	100,00%
3190.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.250.037,17	80.250.037,17	80.249.270,23	100,00%
3190.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	389.323,93	389.323,93	389.323,93	100,00%
3190.91.00 - SENTENCAS JUDICIAIS	231.579,67	231.579,67	231.579,67	100,00%
3190.92.00 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	16.024,16	16.024,16	16.024,16	100,00%
3190.96.00 - RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	57.946,31	57.946,31	57.946,31	100,00%
3191.13.00 - OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	16.045.014,75	16.045.014,75	16.045.014,75	100,00%
3191.92.00 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.916,88	1.916,88	1.916,88	100,00%
3332.20.00	26.260.549,66	1.709.891,66	1.394.868,21	81,58%
3350.14.00 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.287.945,26	225.000,00	225.000,00	100,00%
3350.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	3.058.952,79	420.000,00	420.000,00	100,00%
3350.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.110.649,95	100.000,00	100.000,00	100,00%
3350.36.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.604.686,61	60.000,00	60.000,00	100,00%
3350.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.456.090,05	7.275.000,00	7.275.000,00	100,00%
3380.41.00 - CONTRIBUICOES	1.349.664,00	9.924,00	4.962,00	50,00%
3390.08.00 - OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	235.879,10	235.879,10	235.879,10	100,00%
3390.14.00 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	108.770,52	108.770,52	108.770,52	100,00%
3390.18.00 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.103.573.956,08	920.447.675,28	919.647.499,27	99,91%
3390.20.00 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	56.772.176,53	46.147.810,50	43.645.646,20	94,58%
3390.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.009.236,21	573.345,39	573.345,39	100,00%
3390.31.00 - PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	117.496,23	117.496,23	117.496,23	100,00%
3390.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	136.401,79	135.949,04	135.949,04	100,00%
3390.34.00 - OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	8.513.995,96	8.513.995,96	8.513.995,96	100,00%
3390.36.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	488.506,30	474.867,35	474.867,35	100,00%

TERCEIROS - PESSOA FISICA				
3390.37.00 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	11.537.694,60	10.907.696,68	10.881.165,90	99,76%
3390.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	93.404.544,03	52.748.230,11	52.748.230,11	100,00%
3390.46.00 - AUXILIO-ALIMENTACAO	2.518.836,39	2.518.836,39	2.518.836,39	100,00%
3390.47.00 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	14.661,13	9.417,01	9.417,01	100,00%
3390.49.00 - AUXILIO-TRANSPORTE	165.888,86	165.888,86	165.888,86	100,00%
3390.92.00 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.659.171,17	2.169.435,51	2.169.435,51	100,00%
3390.93.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.160.867,28	2.160.850,73	2.160.850,73	100,00%
3390.96.00 - RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	12.751,77	11.687,22	11.687,22	100,00%
3391.39.00 - OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	484.344,91	229.096,76	229.096,76	100,00%
3391.47.00 - OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	1.347.097,91	1.347.097,91	1.347.097,91	100,00%
4432.20.00	8.408.429,07	2.855.499,65	2.569.146,03	89,97%
4450.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	629.352,88	-	0,00	0,00%
4490.20.00 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	22.678.818,07	21.556.349,09	21.104.386,57	97,90%
4490.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	11.100,00	11.100,00	11.100,00	100,00%
4490.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.398,95	-	0,00	0,00%
T O T A L	1.569.803.470,22	1.293.925.347,11	1.289.536.517,12	99,66%

QUADRO 41 - DOTAÇÃO FINAL X EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES. CIENT. E TECNOLÓGICO

Atualizado em: 31/12/2017

Unidade Orçamentária	DOTAÇÃO 2017	FINAL	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2017	EXECUÇÃO FINANCEIRO 2017 (INCLUINDO RESTOS A PAGAR)
24201 (CNPq)	1.586.521.479		1.570.313.008	1.479.680.619
24901 (FNDCT)	182.815.592		182.819.280	216.196.033
TOTAL	1.769.337.071		1.753.132.288	1.695.876.652

Fonte: CONSIAFI

A diferença entre totais da dotação final x execução orçamentária é resultante do fator variação cambial. Diante disso, podemos considerar que o CNPq empenhou 100% do seu orçamento.

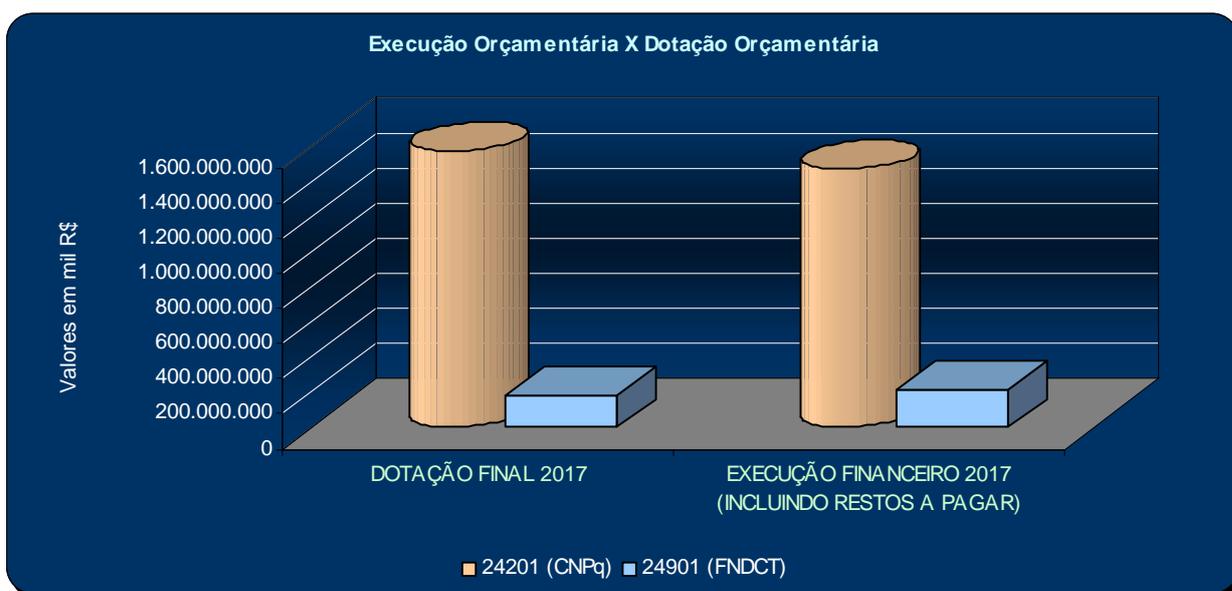


Gráfico 10 - Dotação Final x Execução Financeira (CNPq e FNDCT)

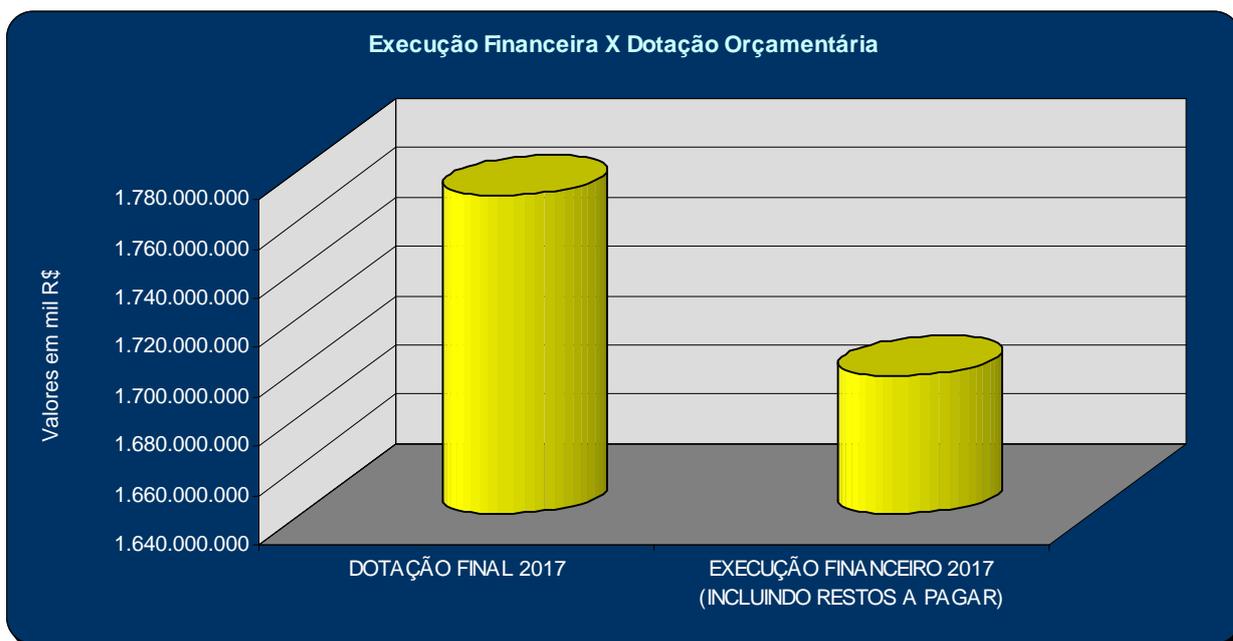


Gráfico 11 - Dotação Final x Execução Financeira

8.2 - Tratamento contábil da depreciação da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Nos anos de 2011 a 2013, foi implantado um cronograma de adequação de valores, através da depreciação, para tornar o Patrimônio Público mais condizente com as variações geradas pelo decorrer do tempo e por seu uso o que tornou as informações ainda mais precisas. No ano de 2017 seguimos o que foi analisado dando prosseguimento ao processo contínuo de depreciação e amortização.

No período em que foi feita a avaliação, mensuração e cálculo dos valores de depreciação e amortização dos ativos do CNPq, foram aplicadas como parâmetro as normas que regulam a matéria, especialmente as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, quais sejam NBCT 16.9 e 16.10, e, sobretudo a macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Ainda seguindo as normas citadas e os processos com valores, análises e laudos feitos pela CR3D, foram feitos os lançamentos mensais referentes tanto à depreciação como a amortização. E para os bens que foram adquiridos no decorrer do ano, foi utilizado o valor da aquisição ou produção. Tal procedimento também foi adotado para os estoques.

Vários bens chegaram ao seu valor residual durante o ano de 2017 e tiveram seus lançamentos mensais de depreciação encerrados.

Todo o procedimento – do cálculo ao lançamento - referente à depreciação e amortização dos bens adquiridos no decorrer do exercício por este Órgão foi feito de forma

manual, visto que o sistema existente hoje na área de patrimônio não nos entrega uma informação confiável, tempestiva e precisa no que se refere aos valores a serem registrados. Pelo montante que hoje se tem nas contas afetadas pelo procedimento de Depreciação e Amortização (R\$ 18.132.049,07 e R\$ 531.884,79 respectivamente), torna-se necessário um sistema que seja eficiente, que calcule os valores de depreciação e amortização, seja capaz de emitir demonstrativos confiáveis e que se possa incluir os resultados dos testes de recuperabilidade.

Todos os processos contendo os valores, cálculos e parâmetros utilizados encontram-se com cópia arquivada no Setor de Contabilidade bem como planilhas com os valores relativos a depreciação mensal cujos bens não foram alvo de reavaliação por não estarem dentro do período analisado. A conformidade contábil do almoxarifado é feita pela análise mensal dos relatórios RMA e RMB, emitidos pelo SEINF e comparado com seus registros no SIAFI. No ano de 2017 os valores do Inventário Geral de Bens Patrimoniais estão em concordância com o DVP - Demonstrativo da Variação Patrimonial, *EXCETO*, o da conta 1.2.3.1.1.99.02 (bens em poder de terceiros) pois no mês 12/2017, não houve o envio total dos valores lançados no Sistema de Patrimônio (ASI) para o SIAFI, mas esta diferença será sanada no mês 01/2018, o valor da diferença foi de R\$ 390.288,77. Os intangíveis não são avaliados por não terem vida útil definida.

8.3 – Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

No que tange à matéria custos, na Administração Pública Federal, nos termos do art. 3º da Portaria/STN 157/2011, os integrantes dos Sistemas de Custos são a STN, os Ministérios e a Advocacia-Geral da União, conforme especificado abaixo.

"Art. 3º Integram o Sistema de Custos do Governo Federal:

I - a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, como órgão central; e

II - os órgãos setoriais.

§1º Os órgãos setoriais são as unidades de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União, responsáveis pelo acompanhamento de custos no Sistema de

Informações de Custos – SIC.

§2º As unidades de gestão interna do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União poderão integrar o Sistema de Custos do Governo Federal como órgãos setoriais."

Sendo assim, o CNPq não tem uma estrutura própria que contemple o gerenciamento de custos, estando as informações relacionadas a essa matéria sob a responsabilidade do Ministério ao qual se vincula, MCTIC.

8.4 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	90.563.670,28	98.538.523,22	Despesas Orçamentárias	1.915.126.935,45	1.939.401.134,82
Ordinárias	31.631.322,47	30.316.942,35	Ordinárias	440.909.411,23	1.432.011.302,00
Vinculadas	64.938.614,85	118.363.466,33	Vinculadas	1.474.217.524,22	507.389.832,82
Doações		22.564,10	Educação	9.625.941,94	6.406.236,40
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	64.938.614,85	118.340.902,23	Seguridade Social (Exceto RGPS)	74.781.066,49	38.024.040,62
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-6.006.267,04	-50.141.885,46	Operação de Crédito	1.018.886.092,89	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	196.892.599,36	242.277.272,03
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	174.031.823,54	220.682.283,77
Transferências Financeiras Recebidas	3.270.472.525,88	4.185.433.856,06	Transferências Financeiras Concedidas	1.562.780.439,92	1.982.504.451,80
Resultantes da Execução Orçamentária	2.948.872.320,69	3.039.955.678,03	Resultantes da Execução Orçamentária	1.416.996.492,81	1.606.678.620,84
Repasse Recebido	1.532.152.323,76	1.434.301.913,01	Repasse Concedido	276.495,94	311.716,47
Sub-repasse Recebido	1.416.719.996,93	1.604.940.625,65	Sub-repasse Concedido	1.416.719.996,87	1.604.940.625,63
Sub-repasse Devolvido		713.139,37	Repasse Devolvido		713.139,37
Independentes da Execução Orçamentária	321.600.205,19	1.145.478.178,03	Sub-repasse Devolvido		713.139,37
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	315.623.140,79	1.095.388.030,23	Independentes da Execução Orçamentária	145.783.947,11	375.825.830,96
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.977.064,40	50.090.147,80	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	108.310.262,68	295.513.609,45
Aporte ao RPPS	-	-	Demais Transferências Concedidas		251,38
Aporte ao RGPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	37.473.684,43	80.311.970,13
			Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	438.010.456,51	458.250.364,04	Despesas Extraorçamentárias	340.394.781,49	958.680.745,34
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	30.713.792,55	8.048.539,32	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	23.074.615,39	221.385.840,79
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	371.954.550,20	421.431.101,13	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	290.571.658,26	656.015.034,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31.364.524,39	28.770.228,98	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	26.748.507,83	40.222.133,01
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.977.589,37	494,61	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,01	41.057.737,42
Arrecadação de Outra Unidade	2.816,67		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		573,75
Valores em Trânsito		494,61	Pagamento de Passivos Recebidos	0,01	0,02
Ajuste Acumulado de Conversão	130.493,94		Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		10.793,72
Demais Recebimentos	3.844.278,76		Variação Cambial		3.904,37
			Ajuste Acumulado de Conversão		6.397.949,23
			Demais Pagamentos		34.644.516,33
Saldo do Exercício Anterior	264.307.409,24	402.670.997,88	Saldo para o Exercício Seguinte	245.051.905,05	264.307.409,24
Caixa e Equivalentes de Caixa	264.307.409,24	402.670.997,88	Caixa e Equivalentes de Caixa	245.051.905,05	264.307.409,24
TOTAL	4.063.354.061,91	5.144.893.741,20	TOTAL	4.063.354.061,91	5.144.893.741,20

SANDRA REGINA COSTA ALVES
CPF 223.108.001-04
Contador Responsável
CRC/DF 7.292
PO-178/01



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	183.681.778,00	183.681.778,00	90.563.670,28	-93.118.107,72
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	31.836.339,00	31.836.339,00	28.980.350,07	-2.855.988,93
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	31.836.339,00	31.836.339,00	28.980.350,07	-2.855.988,93
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	104.176,00	104.176,00	127.155,99	22.979,99
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	104.176,00	104.176,00	127.155,99	22.979,99
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	151.399.836,00	151.399.836,00	29.437.430,60	-121.962.405,40
Outras Receitas Correntes	341.427,00	341.427,00	32.018.733,62	31.677.306,62
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	98.762,00	98.762,00	247.390,71	148.628,71
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	242.665,00	242.665,00	31.771.342,91	31.528.677,91
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	183.681.778,00	183.681.778,00	90.563.670,28	-93.118.107,72
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	183.681.778,00	183.681.778,00	90.563.670,28	-93.118.107,72
DEFICIT			1.824.563.265,17	1.824.563.265,17
TOTAL	183.681.778,00	183.681.778,00	1.915.126.935,45	1.731.445.157,45
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.630.327.153,00	1.544.004.104,97	1.791.944.226,67	1.436.388.406,53	1.416.082.270,92	-247.940.121,70
Pessoal e Encargos Sociais	218.204.212,00	217.900.289,00	210.678.556,16	210.678.556,16	210.676.898,85	7.221.732,84
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.412.122.941,00	1.326.103.815,97	1.581.265.670,51	1.225.709.850,37	1.205.405.372,07	-255.161.854,54
DESPESAS DE CAPITAL	42.767.374,00	42.517.374,00	123.182.708,78	106.783.978,72	96.376.321,78	-80.665.334,78
Investimentos	42.767.374,00	42.517.374,00	123.182.708,78	106.783.978,72	96.376.321,78	-80.665.334,78
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.673.094.527,00	1.586.521.478,97	1.915.126.935,45	1.543.172.385,25	1.512.458.592,70	-328.605.456,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.673.094.527,00	1.586.521.478,97	1.915.126.935,45	1.543.172.385,25	1.512.458.592,70	-328.605.456,48
TOTAL	1.673.094.527,00	1.586.521.478,97	1.915.126.935,45	1.543.172.385,25	1.512.458.592,70	-328.605.456,48

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	253.563.868,57	404.133.528,96	335.973.524,15	274.129.062,31	12.087.465,35	371.480.869,87
Pessoal e Encargos Sociais	2.150.885,53	81.295,13	4.992,11	4.992,11	2.222.777,48	4.411,07
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	251.412.983,04	404.052.233,83	335.968.532,04	274.124.070,20	9.864.687,87	371.476.458,80
DESPESAS DE CAPITAL	5.339.978,40	18.102.708,33	18.141.746,63	16.442.595,95	1.812.785,12	5.187.305,66
Investimentos	5.339.978,40	18.102.708,33	18.141.746,63	16.442.595,95	1.812.785,12	5.187.305,66
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	258.903.846,97	422.236.237,29	354.115.270,78	290.571.658,26	13.900.250,47	376.668.175,53

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	131.779.021,00	183.668.489,50	18.781.832,61	1.829.771,73	294.835.906,16
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.657,31	1.657,31	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	131.779.021,00	183.666.832,19	18.780.175,30	1.829.771,73	294.835.906,16
DESPESAS DE CAPITAL	31.444.729,52	2.575.034,41	4.292.782,78	701.528,81	29.025.452,34
Investimentos	31.444.729,52	2.575.034,41	4.292.782,78	701.528,81	29.025.452,34
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	163.223.750,52	186.243.523,91	23.074.615,39	2.531.300,54	323.861.358,50


SANDRA REGINA COSTA ALVES
CPF 223.108.001-04
Contador Responsável
CRC/DF 7.292
PO-178/01



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSION 02/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-531.884,79	-437.577,99			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	43.365,85	43.365,85			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	43.365,85	43.365,85			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.742.619.488,10	2.325.272.408,24	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.742.619.488,10	2.325.272.408,24

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	245.051.905,05	264.307.409,24	PASSIVO FINANCEIRO	1.122.039.807,78	1.040.557.543,79
ATIVO PERMANENTE	1.497.567.583,05	2.060.964.999,00	PASSIVO PERMANENTE	834.971,44	933.838,30
			SALDO PATRIMONIAL	619.744.708,88	1.283.781.026,15

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	714.737.204,45	757.164.288,56	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	253.158.240,49	244.975.390,42
Execução dos Atos Potenciais Ativos	714.737.204,45	757.164.288,56	Execução dos Atos Potenciais Passivos	253.158.240,49	244.975.390,42
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.557.147,99	2.793.798,07	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	694.146.758,96	737.337.192,99	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	182.618.837,67	190.357.726,58
Direitos Contratuais a Executar	17.033.297,50	17.033.297,50	Obrigações Contratuais a Executar	70.539.402,82	54.617.663,84
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	714.737.204,45	757.164.288,56	TOTAL	253.158.240,49	244.975.390,42

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-116.980.897,68
Recursos Vinculados	-760.007.005,05
Educação	-12.339.092,12
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-53.184.051,20
Operação de Crédito	-54.513.940,29
Doações	-92.433.397,74
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-466.883.142,89



EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-80.653.380,81
TOTAL	-876.987.902,73


SANDRA REGINA COSTA ALVES
CPF 223.108.001-04
Contador Responsável
CRC/DF 7.292
PO-178/01



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 02/02/2018	PÁGINA 1
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	72.002.830,29	-59.099.904,35
INGRESSOS	3.396.378.309,92	4.312.743.102,87
Receitas Derivadas e Originárias	61.126.239,68	85.109.352,92
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	127.155,99	100.099,50
Remuneração das Disponibilidades	28.980.350,07	53.995.195,05
Outras Receitas Derivadas e Originárias	32.018.733,62	31.014.058,37
Transferências Correntes Recebidas	29.437.430,60	13.429.170,30
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	29.437.430,60	13.429.170,30
Outros Ingressos das Operações	3.305.814.639,64	4.214.204.579,65
Ingressos Extraorçamentários	31.364.524,39	28.770.228,98
Transferências Financeiras Recebidas	3.270.472.525,88	4.185.433.856,06
Arrecadação de Outra Unidade	2.816,67	-
Valores em Trânsito	-	494,61
Ajuste Acumulado de Conversão	130.493,94	-
Demais Recebimentos	3.844.278,76	-
DESEMBOLSOS	-3.324.375.479,63	-4.371.843.007,22
Pessoal e Demais Despesas	-1.662.316.795,01	-2.234.284.811,89
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-3.124.950,00
Defesa Nacional	-12.300,00	-79.120,00
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-575.000,00
Assistência Social	-	-78.880,00
Previdência Social	-113.919.764,37	-99.829.402,08
Saúde	-20.739.808,88	-17.315.294,11
Trabalho	-1.060.021,00	-3.589.769,73
Educação	-5.799.476,46	-19.661.605,80
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-1.165,00
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-2.554.334,86	-3.792.629,85
Ciência e Tecnologia	-1.509.851.294,94	-2.050.613.019,47



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Agricultura	-2.952.970,00	-3.082.335,00
Organização Agrária	-3.436.285,00	-32.197.291,10
Indústria	-775.971,30	-70.800,00
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-1.214.568,20	-
Desporto e Lazer	-	-272.976,00
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-573,75
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-72.529.736,86	-73.774.446,85
Intergovernamentais	-31.722.026,24	-27.144.615,54
A Estados e/ou Distrito Federal	-31.722.026,24	-27.144.615,54
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-17.694.857,51	-16.638.289,63
Outras Transferências Concedidas	-23.112.853,11	-29.991.541,68
Outros Desembolsos das Operações	-1.589.528.947,76	-2.063.783.748,48
Dispêndios Extraorçamentários	-26.748.507,83	-40.222.133,01
Pagamento de Passivos Recebidos	-0,01	-0,02
Transferências Financeiras Concedidas	-1.562.780.439,92	-1.982.504.451,80
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-10.793,72
Variação Cambial	-	-3.904,37
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-6.397.949,23
Demais Pagamentos	-	-34.644.516,33
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-91.258.334,48	-79.263.684,29
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-91.258.334,48	-79.263.684,29
Aquisição de Ativo Não Circulante	-100.000,00	-1.594.538,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-91.158.334,48	-77.669.146,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-19.255.504,19	-138.363.588,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	264.307.409,24	402.670.997,88
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	245.051.905,05	264.307.409,24


SANDRA REGINA COSTA ALVES
CPF 223.108.001-04
Contador Responsável
CRC/DF 7.292
PO-178/01



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.782.029.837,47	4.464.772.271,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	127.155,99	100.099,50
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	127.155,99	100.099,50
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	85.115.701,44	98.889.681,25
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3.188,73	2.130,08
Variações Monetárias e Cambiais	54.591.381,71	36.064.339,36
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	30.521.131,00	62.823.211,81
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	3.310.207.879,19	4.210.838.201,12
Transferências Intragovernamentais	3.270.477.406,06	4.187.831.635,80
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	29.437.430,60	13.429.170,30
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	10.293.042,53	9.577.395,02
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	81.915.868,04	110.659.073,74
Reavaliação de Ativos	17.424.597,19	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	60.699.866,68	23.180.320,09
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.791.404,17	87.478.753,65
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	304.663.232,81	44.285.215,51
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 02/02/2018	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	304.663.232,81	44.285.215,51
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.512.050.662,02	4.503.974.338,05
Pessoal e Encargos	103.125.751,75	103.601.666,31
Remuneração a Pessoal	81.051.542,92	81.961.181,79
Encargos Patronais	17.417.992,14	16.298.409,91
Benefícios a Pessoal	4.592.236,55	5.019.389,15
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	63.980,14	322.685,46
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	113.969.591,87	99.918.118,31
Aposentadorias e Reformas	100.563.526,09	87.382.807,46
Pensões	13.356.238,28	12.446.594,62
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	49.827,50	88.716,23
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	61.864.959,05	59.302.360,93
Uso de Material de Consumo	516.221,12	469.316,19
Serviços	58.410.716,40	56.445.983,23
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.938.021,53	2.387.061,51
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	28.053.786,36	70.723.659,02
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	28.046.066,11	70.723.187,95
Descontos Financeiros Concedidos	7.720,25	471,07
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.592.341.237,05	2.074.520.667,61
Transferências Intragovernamentais	1.564.002.537,34	1.984.381.085,92
Transferências Intergovernamentais	12.246.815,92	48.659.115,34
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	294.629,67	1.792.911,64
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	15.797.254,12	39.687.554,71
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	142.974.534,14	83.046.743,54
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	5.847,98	794.125,80
Incorporação de Passivos	42.851,95	34.991.033,69
Desincorporação de Ativos	142.925.834,21	47.261.584,05



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	40.598,52	252.446,74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	40.033,70	248.493,83
Contribuições	564,82	3.952,91
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.469.680.203,28	2.012.608.675,59
Premiações	82.000,00	50.850,10
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	1.469.598.003,28	2.007.966.404,43
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	200,00	4.591.421,06
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	269.979.175,45	-39.202.066,93

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016


SANDRA REGINA COSTA ALVES
 CPF 223.108.001-04
 Contador Responsável
 CRC/DF 7.292
 PO-178/01

NOTA 1- CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, criado pela Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951 e transformado em fundação pública pela Lei nº 6.129, de 6 de novembro de 1974, com sede e foro no Distrito Federal localizada no Setor de Habitações Individuais Sul Blocos A, B, C, D - Lago Sul, Brasília - DF, 71605-001, personalidade jurídica de direito privado e prazo de duração indeterminado.

O CNPq tem por finalidade promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

NOTA 2- PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Processo de convergência às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público .

1. A Portaria nº 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional -STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade –CFC. Em setembro de 2016 o CFB aprovou a NBC TSP 16.6- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público que, estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) destinados às entidades do setor público. Além disso, tais conceitos são aplicáveis à elaboração e à divulgação formal dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs).

O Decreto nº 6.976/2009 atribuiu a STN a competência de promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público –MCASP.

A Portaria STN nº 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público–PCASP, determinando que a Parte II –Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

Diante do exposto, o CNPq iniciou o processo de convergência a partir de janeiro de 2012 adotando novos procedimentos contábeis de acordo com o MCASP, o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Fizemos a implantação também no Sistema

Interno do CNPq, que se chama CONFIO, e através desse Sistema que enviamos as documentações para empenho, contabilização e pagamento.

2.2. Critérios e Políticas Contábeis

Moeda funcional e de apresentação

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras A moeda funcional da União é o Real. Temos uma UG no Exterior (364150) que opera em moeda estrangeira. O saldo em moeda estrangeira é convertido para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere ao saldo inicial de Caixa e Equivalente de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Essa dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária.

A variação cambial do saldo em moeda estrangeira tem seu efeito ajustado diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

Depreciação

A administração pública direta da União, suas autarquias e fundações, nesse contexto, o CNPq, também começaram a efetuar os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão a partir do exercício contábil de 2010, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida.

Vale destacar que a administração pública federal não praticava até o exercício de 2010 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação..

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a administração pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, em casos cujo custo de registro seja pequeno, tendo em vista o benefício da informação, ou quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O deverá ser seguido a tabela de vida útil, estabelecida para cada grupo de bens a ser depreciado. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis. Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também será padronizado e deverá seguir o especificado na tabela.

No período em que foi feita a avaliação, mensuração e cálculo dos valores de depreciação e amortização dos ativos do CNPq, foram aplicadas como parâmetro as normas que regulam a matéria, especialmente as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, quais sejam NBCT 16.9 e 16.10, e, sobretudo a macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Ainda seguindo as normas citadas e os processos com valores, análises e laudos feitos pela CR3D, foram feitos os lançamentos mensais referentes tanto à depreciação como a amortização. E para os bens que foram adquiridos no decorrer do ano, foi utilizado o valor da aquisição ou produção

Tal procedimento também foi adotado para os estoques. Vários bens chegaram ao seu valor residual durante o ano de 2017 e tiveram seus lançamentos mensais de depreciação encerrados.

Todo o procedimento – do cálculo ao lançamento - referente à depreciação e amortização dos bens adquiridos no decorrer do exercício por este Órgão foi feito de forma manual, visto que o sistema existente hoje na área de patrimônio não nos entrega uma informação confiável, tempestiva e precisa no que se refere aos valores a serem registrados. Pelo montante que hoje se tem nas contas afetadas pelo procedimento de Depreciação e Amortização (R\$18.132.049,07 e R\$ 531.884,79 respectivamente), torna-se necessário um sistema que seja eficiente, que calcule os valores de depreciação e amortização, seja capaz de emitir demonstrativos confiáveis e que se possa incluir os resultados dos testes de recuperabilidade.

Todos os processos contendo os valores, cálculos e parâmetros utilizados encontram-se com cópia arquivada no Setor de Contabilidade bem como planilhas com os valores relativos a depreciação mensal cujos bens não foram alvo de reavaliação por não estarem dentro do período analisado.

2.3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2017 foram elaboradas em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis instituído pela Resolução CFP nº 010/2007.

As demonstrações contábeis exigíveis a partir de 2015 e disponíveis no SIAFI para as: Administração Direta, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes são:

- ❑ Balanço Orçamentário;
- ❑ Balanço Financeiro;
- ❑ Balanço Patrimonial;
- ❑ Demonstração das Variações Patrimoniais;
- ❑ Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- ❑ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- ❑ Notas Explicativas

I - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário , definido pela Lei nº4.320/1964 demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. A análise e a verificação do Balanço Orçamentário têm como objetivo preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão orçamentária.

- O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Deste modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Quadro 42 – Receitas Correntes

Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas realizadas	Saldo
183.681.778	183.681.778	90.563.670	-93.118.107

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Quadro 43 – Despesas Correntes

Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Desp. Empenhadas	Desp.Liquidas	Desp.Pagas	Saldo da Dotação
1.673.094.527	1.586.521.478	1.915.126.935	1.543.172.385	1.512.458.592	-328.605.456

Assim, considerando os grandes grupos do demonstrativo, uma das análises possíveis foi relacionar, em se tratando de receita, a coluna da Previsão Inicial no valor de R\$ 183.681.778,00 com a coluna do lado da despesa Dotação Inicial o valor de R\$ 1.673.094.527,00, e, também, do lado da receita, a coluna da Previsão Atualizada no valor de R\$183.681.778,00, e da Receita Realizada no valor de R\$ 90.563.670,28, onde se verifica que a receita prevista por ser maior que a receita realizada/arrecadada, gerou insuficiência/déficit na arrecadação de R\$ 93.118.107,72 e que a coluna de Dotação Atualizada com R\$ 1.586.521,478,97 e Despesa Empenhada no valor de R\$ 1.915.126,935,45; gerou um déficit de R\$ 328.605.456,48. Tal situação em se falando de orçamento público, segundo a doutrina dominante, seria impossível ,entretanto, esta entidade executa boa parte de seu orçamento no exterior constatação que, em parte, pode explicar tal ocorrência..

Na comparação do desempenho das receitas e das despesas, que é outra análise que pode ser feita no Balanço Orçamentário, verifica-se que a Receita Arrecadada/Realizada no valor de R\$ 90.563.670,28, é menor que a Despesa Executada no valor de R\$ 1.915.126.935,45 , gerando um Déficit Orçamentário de R\$ 1.824.563.265,17.

Anexo I- Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados.

De acordo com as exigências legais e com as boas práticas contábeis, foram realizados procedimentos para que não fossem inscritos indevidamente Restos a Pagar. Desse modo, as áreas demandantes do CNPq foram contatadas, formalmente, no final do mês de novembro e no decorrer do mês de dezembro , para que informassem se os saldos de empenhos seriam executados dentro do exercício e, caso contrário, se poderiam ser anulados.

Nesse relatório estão espelhados os Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores, na importância de R\$ 258.903.846,97 e os Restos a Pagar Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior no valor de R\$ 422.236.237,29. Somadas as duas rubricas perfazem o montante de R\$ 681.140.084,26 . Disso, deduzidos o valor pago de R\$ 290.571.658,26 e o valor de restos a pagar cancelados de R\$ 13.900.250,47 , remanesce um saldo de R\$ 376.668.175,53, a título de Restos a Pagar Não Processados.

Anexo II- Demonstrativo de execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados

Nesse relatório, a importância inscrita nos exercícios anteriores é de R\$ 163.223.750,52 ; sendo que o montante inscrito , em 31 de dezembro do exercício em referência , foi de R\$ 186.243.523,91 . Ou seja, as duas rubricas somam R\$ 349.467.274,43 que deduzidos R\$ 23.074.615,39 a título de valor pago , e R\$ 2.531.300,54 de Restos a Pagar Cancelados, tem-se um saldo de R\$ 323.861.358,50 a título de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.

II - Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/64, O Balanço Financeiro demonstrará as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

- O resultado financeiro representa o confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.
- No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

No Balanço, temos um desequilíbrio financeiro no valor de R\$ 19.255.504,19 , e derivado do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte no valor de R\$ 245.051.905,05 menos o Saldo em Espécie do Exercício Anterior no valor de R\$ 264.307.409,24.

Os regimes contábeis da despesa e da receita orçamentária são diferentes, conforme estabelecido pela lei n.4320/64, sendo que o reconhecimento da despesa se dá em um momento no empenho e a receita no momento do seu efetivo recebimento. Portanto não há como conciliar os valores dentro de um mesmo exercício.

Para se chegar aos valores reais de ingressos e dispêndios, seria necessário apurar os movimentos exclusivos de reflexo no caixa ou equivalentes de caixa da União, de modo a não permitir a influência de saldos de exercícios anteriores, estornos e outras regularizações contábeis. Contudo, devido à complexidade operacional, a forma de apresentação do Balanço Financeiro da União utiliza a metodologia de saldos.

III - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, conforme o MCASP, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os Atos Potenciais, registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A seguir, serão demonstrados os saldos dos grupos contábeis presentes no Balanço Patrimonial.

Ativo Circulante

a) Caixa e Equivalente de Caixa

As disponibilidades do CNPq são compostas por valores registrados em conta única e em aplicações financeiras de baixo risco , e no Exterior são feita em moeda estrangeira por conta corrente bancária .

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original . As aplicações financeiras foram atualizadas pelos rendimentos até 31/12/2017.

Os valores registrados nas contas de bancos e aplicações financeiras foram conciliados com os extratos bancários.

<i>Ativo Circulante</i>	<i>2017</i>	<i>2016</i>
<i>Caixa e Equivalente de caixa</i>	245.051.905,05	264.307.409,24

b) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os saldos inscritos nesse grupo do Ativo referem-se a créditos realizáveis até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. São compostos por adiantamentos concedidos a servidores que são o 13º Salário e Adiantamento de Férias e notadamente por valores financeiros a receber da Unidade tais como : créditos por dano ao Patrimônio, créditos parcelados, dívida da Petrobrás, etc.

<i>Ativo Circulante</i>	<i>2017</i>	<i>2016</i>
<i>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</i>	83.546.976,95	921.268.305,01

A variação de valores entre 2016 e 2017 foi na conta contábil 1.1.3.1.10.400-Adiantamento de Transferencias Voluntárias que para atender ao Acórdão 1320/TCU, o saldo anterior de setembro de 2017 no valor de R\$ 738.073.808,81 foi então zerado.

c) Estoques

Os estoques do CNPq são compostos por itens de almoxarifado (material de consumo e itens de material para premiação)

Esses itens são mensurados pelo valor de aquisição.O inventário dos itens de almoxarifado foi realizado no dia 31/12/2017 por Comissão formalmente instituída e composta por pessoa responsável pelo controle dos referidos itens, obedecendo ao princípio da segregação de funções e foi levantado no RMA- Relatório Mensal de Almoxarifado o montante de R\$ 492.758,13 registrados no Balanço Anual.

Ativo Não Circulante

a) Ativo Realizável a Longo Prazo

Os créditos a longo prazo registrados na conta contábil de R\$ 155.272.215,32, refere-se a Inscrição na Dívida Ativa Não Tributária, de mais de 365 dias de dívida advinda de pesquisadores que não prestaram contas ao CNPq no prazo e apesar de terem sido cobrados diversas vezes não reembolsaram ao CNPq os valores recebidos, esses valores registrados são mensalmente corrigidos, tivemos que nos adequar a essa conta por conta de uma norma da STN.

No caso dos créditos vencidos de autarquias e fundações públicas, o encaminhamento para a inscrição configura a existência de valores que se encontram em processo de cobrança. Não há transferência de responsabilidade na cobrança de ativos dentro do mesmo Ente Público, entre o órgão ou unidade de origem do crédito e o órgão ou unidade competente para inscrição. No CNPq temos a SETCE –Serviço de Tomada de Contas Especial é quem esse encaminhamento aos órgãos competentes.

b) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/12/2017, o Órgão 20501 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq apresentou um saldo de R\$ 1.221.578.135,81 (Um bilhão, duzentos e vinte e um milhões, quinhentos e setenta e oito mil, cento e trinta e cinco reais e oitenta e um centavos) relacionados a imobilizado no quarto trimestre de 2017.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2016 e o quarto trimestre de 2017.

Tabela 9 – Imobilizado – Composição.

R\$ milhares

	30/12/2017	31/12/2016	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	815.069.240,13	745.869.021,70	9,278
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(17.280.844,31)	(15.139.027,73)	14,148
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	
Total	797.788.395,82	730.729.993,97	9,177
Bens Imóveis			

(+) Valor Bruto Contábil	424.640.944,75	407.216.347,56	4,279
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(851.204,76)	(149.306,61)	470,105
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	
Total	423.789.739,99	407.067.040,95	4,108

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 20501 em 30/12/2017 totalizavam R\$ 797.788.395,82 (Setecentos e noventa e sete milhões, setecentos e oitenta e oito mil, trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos) e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 10 – Bens Móveis - Composição

R\$ milhares

	30/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.396.021,69	1.384.921,69	0,801
Bens de Informática	20.956.657,92	20.956.657,92	0
Móveis e Utensílios	6.563.156,17	6.709.108,26	-2,175
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	833.988,50	833.988,50	0
Equipam./Utensílios Médicos, Odonto., Lab. e Hosp.	88.842,45	88.842,45	0
Equipamento de proteção, segurança e socorro	107.731,44	107.731,44	0
Mobiliário em geral	6.318.086,55	6.318.086,55	0
Veículos	8.789,48	8.789,48	0
Aparelhos de Medição e Orientação	5.308,82	5.308,82	0
Aparelhos e equipamentos de comunicação	1.016.742,35	1.005.642,35	1,104
Maquinas e equipamentos e industriais	44.643,09	44.643,09	0
Maquinas e equipamentos e energéticos	14.472,40	14.472,40	0
Maquinas e equipamentos e gráficos	70.305,70	70.305,70	0
Maquinas, ferramentas e utensílios de oficina	3.251,73	3.251,73	0
Maquinas e utensílios agropecuários/rodoviários	4.091,56	4.091,56	0
Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	32.494,15	32.494,15	0
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	699.658,56	699.658,56	0
Coleções e matérias bibliográficos	134.329,94	134.329,94	0
Equipamentos hidráulicos e elétricos	8.138,00	8.138,00	0

Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	-
Bens Móveis em Andamento	3.367.833,88	1.864.500,56	80,629
Bens Móveis em Almoxarifado	-	-	-
Armamentos	-	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	-	-	-
Demais Bens Móveis	781.942.792,49	714.257.007,38	9,476
Depreciação / Amortização Acumulada	-17.280.844,31	-15.139.027,73	14,148
Redução ao Valor Recuperável			
Total	806.336.492,56	739.412.942,80	9,051

Fonte: SIAFI, 2016 e SIAFI, 2017.

De acordo com a tabela anterior, os Bens Móveis em Andamento nesse caso representado pelo item de importações em andamento foi um dos itens que teve um maior percentual de crescimento em relação ao ano anterior de 80,629% , de todos os bens móveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 20501, perfazendo o montante de R\$ 3.367.833,88 em 30/12/2017 a valores brutos, justificando que nosso Setor de Importação está em fase andamento nesses processos que ainda não foram finalizados.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 30/12/2017 totalizavam R\$ 423.789.739,99 (Quatrocentos e vinte e três milhões, setecentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos) estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 11 - Bens Imóveis – Composição.

R\$ milhares

	30/06/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens de Uso Especial	424.372.944,75	406.948.347,56	4,282
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	
Bens Dominicais	-	-	
Bens Imóveis em Andamento	-	-	
Instalações	268.000,00	268.000,00	0
Demais Bens Imóveis	-	-	
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	-	-	
Redução ao Valor Recuperável	-	-	

Depreciação / Amortização Acumulada	-851.204,76	-149.306,61	470,105
Total	423.789.739,99	407.067.040,95	4,108

Fonte: SIAFI, 2016 e SIAFI, 2017.

Em síntese, os bens de uso especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Terrenos, Glebas, Armazéns/Galpões, Laboratórios/Observatórios, Edifícios, Imóveis Residenciais e Comerciais.

Tabela 12 - Bens de Uso Especial – Composição

R\$ milhares

	30/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas			
Terrenos, Glebas	43.126.768,36	38.741.476,55	11,319
Aquartelamentos	-		
Imóveis de Uso Educacional	-		
Armazéns/Galpões	56.175.579,23	55.020.049,52	2,1
Laboratórios/Observatórios	141.970.377,21	134.336.674,67	5,683
Edifícios	158.382.871,75	154.367.163,35	2,601
Complexos, Fábricas e Usinas	-	-	
Imóveis Residenciais e Comerciais	24.717.348,20	24.482.983,47	0,957
Aeroportos, Estações e Aeródromos	-	-	
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	-	-	
Total	424.372.944,75	406.948.347,56	4,282

Fonte: SIAFI, 2016 e SIAFI, 2017.

(a) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(b) Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado - Bens Móveis

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico apresentou saldos na UG 364102/36201 de R\$ 726.741.390,69; 364301/36201 R\$ 53.318.653,57; 364303/36201 R\$ 436.751,69 em 31.12.2017 totalizando R\$ 780.496.795,95 que representa os resultados da apropriação da conta de bens em poder de terceiros, que é nada menos que o registro dos bens que estão com os nossos pesquisadores nas Universidades e Institutos. Ressalta-se, ainda, que os valores são de exercícios distintos, e que esse imobilizado somente é baixado dessa conta na prestação de contas efetuada pela unidade de pesquisa/pesquisador, quando a maioria desses bens são doados para as Universidades nas quais os pesquisadores fazem suas pesquisas.

Foram identificadas divergências entre o saldo inventariado e o saldo contábil na conta de Bens em poder de terceiros na UG 364102, pois no mês 12/2017, não houve envio total dos valores lançados no Sistema de Patrimônio (ASI) para o SIAFI, mas essa diferença será sanada no mês 01/2018, conforme envio de lançamentos dos bens de comodato. Segue tabela abaixo demonstrando a diferença.

Bens em poder de outra unidade ou terceiros na UG 364102

ASI- SEINF	R\$ 727.131.679,46
DVP- SIAFI	R\$ 726.741.390,69
DIFERENÇA	R\$ 390.288,77

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Em 30/12/2017, o Órgão 20501 Órgão 20501 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq apresentou um saldo de R\$ 1.007.789,66 relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2016 e dezembro de 2017.

Tabela 13 – Intangível – Composição.

R\$ milhares

	30/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	1.496.308,60	1.496.308,60	0
Software com Vida Útil Indefinida	-	-	
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida			
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	
Marcas e Patentes Industriais	11.041,01	11.041,01	0
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	
Concessão de Direito de uso de Comunicação	32.324,84	32.324,84	0
Amortização Acumulada	-531.884,79	-437.577,99	21,552
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	
Total	1.007.789,66	1.102.096,46	-8,557

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Passivo Circulante

a) Obrigações Trabalhista, Previdenciária e Assist.a pagar Curto Prazo.

Nesse grupo contábil estão registrados os Passivos relativos a valores de folha de pagamento do CNPq.

Conta	Descrição	2017	2016
2.1.1.1.10.102	13º salario a pagar	520.544,57	554.199,59
2.1.1.1.10.103	Férias a pagar	114.426,87	179.638,71
TOTAL		634.971,44	733.838,30

b) Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/dez/2017, o Órgão CNPq apresentou um saldo em aberto de R\$ 10.701.619,70 (Dez milhões, setecentos e um mil, seiscentos e dezenove reais e setenta centavos) relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo que o mesmo valor refere-se a fornecedores em contas a pagar a curto prazo correspondente a fornecedores nacionais e estrangeiros.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

R\$ milhares (ou R\$)

	30/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Circulante	10.701.619,70	10.613.484,13	0,830
Nacionais	41.945,57	29.088,16	44,202
Estrangeiros	10.659.674,13	10.584.395,97	0,711
Não Circulante	0,00	0,00	
Nacionais	0,00	0,00	
Estrangeiros	0,00	0,00	
Total	10.701.619,70	10.613.484,13	0,830

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Tabela 15 - Fornecedores e contas a pagar – por fornecedor.

R\$ milhares (ou R\$)

	30/09/2017	AV (%)
Fornecedor A - ATIVIDADES NO EXTERIOR	10.658.174,13	99,562
Fornecedor B - EX3643425 ASOCIACION CIENTIFICA PARA LA INVESTIGACION ECOLOGICA	1.500,00	0,046
Fornecedor C - DUTCH COMBINED LOGISTICS - TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNAIONAIS	39.500,00	0,369
Fornecedor D - J. M. TORRES JORNAIS E REVISTAS LTDA - EPP	1.445,57	0,014
Fornecedor E - APOIO PRODUCOES E TELEMARKEITING LTDA - EPP	1.000,00	0,009
Total	10.701.619,70	100,00

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

Em relação aos fornecedores, A e B representam 99,608,% do total a ser pago e o Fornecedor C representa 0,369% do total a pagar. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Fornecedor A: PARA ATENDER TAXAS ESCOLARES DE BOLSAS NO EXTERIOR.
- (b) Fornecedor B: APROPRIAÇÃO DE PAGAMENTO DA ANUIDADE DE 2017 A ORGANISMOS INTERNACIONAIS - INTERNATIONAL LONG TERM

ECOLOGICAL RESEARCH E PARA ATENDER TAXAS ESCOLARES DE BOLSAS NO EXTERIOR.

- (c) Fornecedor C: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO E TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGAS AÉREAS DE BENS IMPORTADOS.
- (d) Fornecedor D: PRESTACAO DE SERVICOS DE ENTREGA DOS PERIODICOS JORNALISTICOS NA SEDE DO CNPQ.
- (e) Fornecedor E: APROPRIAÇÃO EM FORNECEDORES REFERENTE A APOIO PRODUÇÕES ,CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTACAO DE SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO NA AREA DE MANUTENCAO DE SISTEMAS DE INFORMACAO.

c) Demais Obrigações a Curto Prazo

Esse grupo contempla os valores restituíveis tais como- Deposito Retido de Fornecedores-Depositos Judiciais-Depositos a Efetuar por determinação Judicial-Depositos Recebidos por Determinação Judicial-Depositos não Judiciais-Depositos e cauções recebidos-Depositos Especiais-Depositos a Transferir-Depositos de Terceiros- Depósitos por Importação

d) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido, também chamado de Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial, é o valor residual dos Ativos da entidade depois de deduzidos todos seus Passivos. O resultado deficitário do exercício de 2017 no montante de - R\$876.987.902,73 (oitocentos e setenta e seis milhões novecentos e oitenta e sete mil novecentos e dois reais e setenta e três centavos) negativos, e foi evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

e) Atos Potenciais Ativos e Passivos

O Quadro das Contas de Compensação, a seguir, expõe os Atos Potenciais do Ativo e do Passivo a Executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. De acordo com o MCASP, os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados.

Esse quadro foi elaborado utilizando-se a classe 8” (Controles Credores) do PCASP.

<i>Atos Potenciais Ativos</i>	<i>31/12/2017</i>	<i>31/12/2016</i>
<i>Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar</i>	<i>3.557.147,99</i>	<i>2.793.798,07</i>
<i>Direitos Conveniados e Outros Instrumentos</i>	<i>694.146.758,96</i>	<i>737.337.192,99</i>
<i>Direitos Contratuais a Executar</i>	<i>17.033.297,50</i>	<i>17.033.297,50</i>

<i>TOTAL</i>	714.737.204,45	757.164.288,56
--------------	----------------	----------------

Atos Potenciais Passivos	31/12/2017	31/12/2016
Congêneres a Liberar	182.618.837,67	190.357.726,58
Obrigações Contratuais a Executar	70.539.402,82	54.617.663,84
TOTAL	253.158.240,49	244.975.390,42

Dentre os Atos Potenciais Ativos, estão compreendidas no grupo de garantias recebidas as fianças bancárias e as apólices de seguro, cujo valor aumentou em 2017 pelo fato de terem sido celebrados mais contratos, como pode ser verificado no Grupo de Atos Potenciais

Passivos–Obrigações Contratuais

No Grupo de Atos Potenciais Passivos as obrigações contratuais sofreram acréscimo em 2017 por terem sido celebrados novos contratos de fornecimento e não totalmente executados. A execução de grande parte dos contratos somente ocorrerá em 2018. Também houve acréscimo no Saldo a Executar de contratos de serviços em virtude do reajuste de preços dos contratos de prestação continuada

Demonstrativo das Variações Patrimoniais- DVP

- A Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP, evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).
- As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.
- As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Os quadros resumidos das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) encontram-se a seguir.

Conta	Descrição das VPAs	31/12/2017	31/12/2016
4.3	Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	127.155,99	100.099,50
4.4	Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	85.115.701,44	98.889.681,25
4.5	Transferências e Delegações Recebidas	3.310.207.879,19	4.210.838.201,12
4.6	Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação.de Passivos	81.915.868,04	110.659.073,74
4.9	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	304.663.232,81	44.285.215,51
TOTAL		3.782.029.837,47	4.464.772.271,12

Os destaques para análise foram:

Conta 4.5, em transferências de Instituições Privadas com Fins Lucrativos, tivemos um aumento devido a novos convênios firmados, entretanto as transferências Intragovernamentais decresceu no ano de 2017 devido ao corte no orçamento.

Conta 4.6, ganhos com incorporação de ativos teve um aumento na conta devido aos juros do novo calculo de recursos à nota técnica COPCO/GADM n.01/2017 Processo SEI N. 01300.000161/2017-38 relativo ao protocolo de Cooperação CNPQ/CAPES/PETROBRAS no período compreendido entre 01/11/2017 a 05/12/2017. Na reavaliação de Ativos, em dezembro de 2017 o SPIUNET reavaliou os bens Imóveis do CNPq, tendo sido acrescentado o valor de R\$ 17.424.597,19 na conta 4.6.1.1.1.02.00.

Conta 4.9, o aumento de um ano para o outro se deu principalmente nas restituições de bolsistas e também a incorporação da conta 4.9.9.1.04.05 da Dívida Ativa Tributária não Previdenciária atualização monetária ajuizadas pelo SETCE no registros contábeis.

<i>Conta</i>	Descrição das VPDs	31/12/2017	31/12/2016
3.1	<i>Pessoal e Encargos</i>	<i>103.125.751,75</i>	<i>103.601.666,31</i>
3.2	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	<i>113.969.591,87</i>	<i>99.918.118,31</i>
3.3	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	<i>61.864.959,05</i>	<i>59.302.360,93</i>
3.4	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	<i>28.053.786,36</i>	<i>70.723.659,02</i>
3.5	Transferências e Delegações Concedidas	<i>1.592.341.237,05</i>	<i>2.074.520.667,61</i>
3.6	Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	<i>142.974.534,14</i>	<i>83.046.743,54</i>
3.7	<i>Tributárias</i>	<i>40.598,52</i>	<i>252.446,74</i>
3.9	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	<i>1.469.680.203,28</i>	<i>2.012.608.675,59</i>
TOTAL		<i>3.512.050.662,02</i>	<i>4.503.974.338,05</i>

Os destaques para análise foram:

Conta 3.5- Transferências e Delegações Concedidas, teve uma queda em transferências intergovernamentais, devido a diminuição no pagamento de convênios em relação á 2016.

Conta 3.6-Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos, teve uma alta considerável em desincorporação de ativos, tendo em vista baixa na conta créditos inscritos em dívida ativa por recebimento ou baixa de valores a receber.

Conta 3.9 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas em Incentivos, que com o corte no orçamento o grupo 3.9.4.1.1.01.00 Bolsas de Estudos no País e também 3.9.4.11.0200 Bolsas de Estudos no Exterior foram prejudicados e tiveram uma queda nas despesas

Finalmente o Resultado Patrimonial da entidade corresponde á diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas , no valor de R\$ 3.782.029.837,47 e Variações Patrimoniais Diminutivas no valor de R\$ 3.512.050.662,02, gerando o Resultado Patrimonial do Exercício ou do Período positivo no valor de R\$ 269.979.175,45.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa em cada um dos fluxos: atividades operacionais e de investimentos (aquisição de ativo permanente)

De acordo com as normas contábeis, a DFC foi elaborada pelo método direto. A soma dos três fluxos corresponde à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa do exercício em relação ao saldo do exercício anterior.

No exercício de 2017 as disponibilidades aumentaram em R\$ 72.002.830,29 (setenta e dois milhões dois mil oitocentos e trinta reais e vinte e nove centavos) em relação a 2016, uma vez que os ingressos foram maiores que os dispêndios, isso somente nas atividades operacionais .

A DFC é composta pelo Quadro Principal, pelo Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, pelo Quadro de Transferências Recebidas , Outros Ingressos das Operações e pelo Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função, Juros e Encargos da Dívida, Transferências Concedidas, Outros Desembolsos das Operações.

Tal demonstrativo soa de menor importância para a entidade que recebem transferência a partir de orçamento de seguridade social, pois que as informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa bem como suas necessidades de liquidez, que no caso de fundação pública essa dinâmica consiste basicamente em apresentar as necessidades financeira, periodicamente, ao ministério, que as equaciona segundo as disponibilidades de caixa do tesouro nacional.

No exercício em análise , considerando que Caixa e Equivalente de Caixa Inicial era de R\$ 264.307.409,24 e que o Caixa e Equivalente de Caixa Final foi de R\$ 245.051.905,05 , a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa foi desfavorável em R\$ 19.255.504,19 Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No exercício de referência do Relatório de Gestão - 2017, identificou-se que a expedição de acórdãos, relativamente ao CNPq, em sua maioria se relaciona à Tomada de Conta Especial derivadas de apoio a projetos concedidos aos pesquisadores.

No âmbito desta entidade, os acórdãos são recepcionados na Presidência deste Conselho e direcionados às unidades responsáveis pela matéria, sob acompanhamento do Gabinete da Presidência do CNPq.

Com o fito de apresentar a visão geral sobre as deliberações feitas pelo TCU, em acórdãos do exercício de referência, importa mencionar que foram registrados no exercício de 2017, 03 (três) acórdãos, cujas deliberações do Tribunal resultaram em 08 (oito) determinações/recomendações para o CNPq, como discriminado abaixo:

Quadro 44 – Determinações do TCU para o ano base de 2017

Processo	Acórdão	Item da Determinação	Providência Gestor
<p>TC 011.376/2008-9 Pensão Civil (PCIV)</p> <p>Ofício 7118/2017-TCU/Sefip, de 28/12/2017</p>	<p>Acórdão 11239/2017-Primeira Câmara</p>	<p>9.3. determinar ao órgão de origem que:</p> <p>9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, comunicando ao Tribunal, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.3.2. emita novos atos pensionais livres da irregularidade ora apontada, disponibilizando-os no Sisac, para oportuna deliberação do Tribunal;</p> <p>9.3.3. informe aos interessados o teor deste acórdão, encaminhando ao Tribunal, no prazo de trinta dias, comprovante da data de sua ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução - TCU 170/2004, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desse recurso</p> <p>9.3.4. observe os termos da IN 55/2007.</p>	<p>O CNPq encaminhou resposta à Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União – TCU por meio do Ofício CGERH nº 01/2018, de 30/01/2018, com a seguinte descrição:</p> <p><i>“Em atendimento ao ofício acima referenciado, encaminhado a esta Coordenação-Geral de Recursos Humanos, por meio do qual V.Sa solicita providências pertinentes ao Acórdão 11239/2017- Primeira Câmara, encaminhamos em anexo, cópias das Fichas financeiras referente o mês de fevereiro comprovando a exclusão da rubrica DIFERENÇA VENCIMENTO LEI 8.691/93 das pensões instituídas em favor de Heraldo Tinoco da Luz, Maria José da Silveira Correia, Janete Carvalho Morais e Onete Carvalho de Morais.”</i></p> <p>Adicionalmente, o CNPq encaminhou por meio do Ofício CGERH nº 691/2018, de 21/02/2018 com a seguinte descrição:</p> <p><i>“ Em complemento ao Ofício CGERH nº 01/2018, em resposta ao Ofício acima referenciado, encaminhado a esta Coordenação Geral de Recursos Humanos por meio do qual V.Sa. solicita providências pertinentes ao Acórdão 11239/2017 - Primeira Câmara, encaminhamos em anexo cópias dos AR's (Aviso de Recebimento), comprovando o envio da correspondência aos interessados Heraldo Tinoco da Luz, Maria José da Silveira Correia, Janete Carvalho Morais e Onete Carvalho de Morais.”</i></p> <p>Conforme informou a COLOG/CGADM/DGTI:</p> <p><i>“- quanto ao subitem 9.3.4 cabe esclarecer que rotineiramente os técnicos do SECAP/CGERH atentam para a melhor observância às orientações da IN TCU nº 55/2007).”</i></p>

<p>Processo TC-026.109/2014-0 (Tomada de Contas Especial)</p> <p>OF 1568/2017 TCU/SECEX -PR</p>	<p>Acórdão de Relação 8526/2017 Segunda Câmara,</p>	<p>de</p> <p>1.7.1. determinar ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com fundamento nos artigos 10, § 1º, da Lei 8.443/92; 157 e 201, § 1º, do Regimento Interno, que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, analise a documentação encaminhada pelo Sr. Ramón Sigifredo Cortes Paredes a título de prestação de contas e relatório técnico final do projeto de pesquisa (peças 16 a 42) dos recursos recebidos para implementação do Projeto Desenvolvimento de Revestimentos à Corrosão e Desgaste a Elevadas Temperaturas (Processo 400613/2004-2), e encaminhe a este Tribunal, ao final do prazo concedido, parecer conclusivo contendo, além das informações relativas à apreciação da documentação, manifestação sobre o fato de ter havido liberação de recursos, ao mesmo responsável, para o projeto Otimização dos Processos de Aspersão Térmica para Depositar Revestimentos de Nióbio e de Ligas a Base de NBAL (Processo 307739/2007-4), sem que a análise do Processo 400613/2004-2, objeto dos presentes autos, tivesse sido concluída, em desacordo com a cláusula 7.4 das Condições Gerais do Termo de Concessão e Aceitação de Apoio ao Financiamento de Projeto de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica, de 1/9/2004;</p> <p>1.7.3. determinar o monitoramento do cumprimento da determinação contida no item 1.7.1. precedente;</p> <p>1.7.4. sobrestar a apreciação do presente processo, com fundamento nos artigos 10, §1º, e 11 da Lei 8.443/1992; e 157 e 201, §1º do Regimento Interno, durante o prazo concedido ao CNPq no item 1.7.1. para análise da prestação de contas e encaminhamento de seus resultados ao TCU.</p>	<p>O CNPq encaminhou resposta à Secretário de Controle Externo no Estado do Paraná - SECEX/PR, Tribunal de Contas da União - TCU por meio do Ofício DGTI nº 5025/2017, de 11/12/2017, com a seguinte descrição:</p> <p>“De ordem do Senhor Presidente deste Conselho, reportamo-nos ao Ofício nº 1568/2017-TCU/SECEX- PR, de 05/10/2017, recebido neste Conselho em 20/10/2017, mediante o qual essa Secretaria solicita análise e emissão de parecer conclusivo quanto à prestação de contas apresentada pelo senhor Ramón Sigifredo Cortes Paredes, referente ao processo técnico nº 400613/2004-2.</p> <p>Sobre o assunto, informamos que após análise das áreas responsáveis deste CNPq, da documentação técnica e financeira, constantes do CD rom, foram exarados pareceres, conforme anexos, que descrevemos sucintamente abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prestação de contas financeira: aprovando parcialmente as contas financeiras. - Prestação de contas técnica: favorável. <p>Acerca do processo nº 307739/2007- 4, de acordo com levantamento feito por este Conselho, o mesmo encontra-se encerrado nessa Administração, conforme parecer em anexo que atesta a regularidade técnica das atividades desenvolvidas no âmbito da bolsa.</p> <p>Para celeridade na troca de informações, e caso julgado necessário, maiores esclarecimentos podem ser obtidos diretamente junto à chefia do nosso Serviço de Tomada de Contas Especial – SETCE/COPCO/CGADM/DGTI, Sra. Medge Torres de Brito Santos, que atende no telefone nº (61) 3211-9074, e no e-mail: setce@cnpq.br.”</p> <p>Conforme informou a COLOG/CGADM/DGTI:</p> <p>“- quanto às determinações dos subitens 1.7.3 e 1.7.4, entendemos, s.m.j., que se destinam à SECEX-PR, haja vista que, encerradas as diligências sob responsabilidade do CNPq (SETCE/COPCO), e quando</p>

			já inserido na fase de julgamento de contas, o processo sai da alçada deste Conselho.”
--	--	--	--

9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Em regra, as recomendações da Controladoria-Geral da União são registradas no Sistema MONITOR, para acompanhamento e manifestação do gestor da unidade responsável pela matéria. Enfatiza-se que o controle é realizado por intermédio do relatório gerencial encaminhado ao dirigente máximo do CNPq, demonstrando a situação das recomendações expedidas pelos órgãos de controle interno, informando a quantidade de recomendações atendidas e não atendidas, bem como as recomendações pendentes de atendimento, com a indicação de prazo para atendimento.

No exercício de referência do Relatório de Gestão, o sistema Monitor não retornou informação sobre o Relatório Anual de Contas em relação ao exercício de 2016. Entretanto, conforme consulta ao Sistema Monitor no campo: “Filtro de Achado de Controle”, Tipo: “Documentos CGU – SEI”, o sistema retorna 5 (cinco) recomendações referente a Nota Técnica nº 2204//2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC, de 23/11/2017, em relação à elaboração do PAINTE 2018. As citadas recomendações foram respondidas pela Unidade de Auditoria por meio da Nota Técnica AUD nº 0164306/2017, de 27.12.2017, SEI 1300.011941/2017-11.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Quadro 45 – Recomendações na Situação Monitorando

Documento	Identificação / Prazo de atendimento	Recomendação	Resposta através da Nota Técnica AUD nº 0164306/2017
Nota Técnica nº 2204/2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC c/c Ofício nº 20753/2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC-CGU	175033 (15/01/2018)	Considerando a Nota Técnica nº 2204//2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC, de 23/11/2017, em relação à elaboração do PAINTE 2018, deverá o CNPq dedicar mais tempo de trabalho para o acompanhamento das ações finalísticas priorizadas.	A Nota Técnica AUD nº 0164306/2017 informou: “(...) no que diz respeito ao item 3.6, onde a CGU propôs acertadamente alteração das horas estimadas para o acompanhamento das ações prevista no PLOA/2018, considerando os recursos humanos e materiais disponíveis na unidade, procedeu-se à readequação das horas estimadas, em quantidade que julgou suficiente e proporcional para atender às necessidades deste Conselho e as orientações do Órgão de Controle Interno; situação em que, a ação 7 - Fomento à Pesquisa – Projetos e Bolsas passou de 421 para 1050 horas estimadas; além de se ter inserida a Ação nº 6 Transferência Voluntárias - Convênios com 800 horas estimadas, fazendo com que as ações finalísticas somem 1.850 horas estimadas, ou seja 38,60% das horas estimadas no PAINTE/2018.
Nota Técnica nº 2204/2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC c/c Ofício nº 20753/2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC-	175034 (15/01/2018)	Considerando a Nota Técnica nº 2204//2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC, de 23/11/2017, em relação à elaboração do PAINTE 2018, deverá o CNPq revisar os temas de ações de auditoria, a fim de	A Nota Técnica AUD nº 0164306/2017 informou: “Ademais, no entendimento da Auditoria, os trabalhos empreendidos nas ações: 1 – Licitações e Contratos; 2 – Diárias e Passagens /Suprimento de Fundos; 4 – Avaliação de controles e Registros Contábeis acabam resvalando, de certo modo, em

CGU		que todas as ações prioritizadas sejam acompanhadas, conforme os critérios estabelecidos pela Auditoria Interna.	componentes das anteditas ações finalísticas. Ademais, enquanto estratégico, reservou-se contigencialmente 648 horas a título de reserva técnica, para ser usada em ações com esta finalidade, se for o caso.”
Nota Técnica nº 2204/2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC c/c Ofício nº 20753/2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC-CGU	175035 (15/01/2018)	Considerando a Nota Técnica nº 2204/2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC, de 23/11/2017, em relação à elaboração do PAINTE 2018, deverá o CNPq revisar o escopo das auditorias, a fim de se evitar apenas análises quanto ao aspecto formal, a exemplo do escopo proposto para o objeto Fomento à Pesquisa - Projetos e Bolsas;	A Nota Técnica AUD nº 0164306/2017 informou: “Já no que tange ao escopo da auditoria propor unicamente aspecto formal, faz-se necessário comentar que: conforme exaustivamente apresentado no RELATÓRIO DE AUDITORIA no- 04/2017 (Ação no- 09 – Fomento) – Constatação 1, que adentrar nos aspectos meritórios de “compatibilidade e na efetividade dos resultados apresentados aos objetivos do CNPq” por esta unidade de auditoria, seria no mínimo contraproducente, em face de indisponibilidade de recursos, e também pelo que foi constatado, e agora disponibilizado para a CGU por meio do relatório citado, cujo resultado revela que o CNPq vem retardando tais análises, prejudicando, em último caso, a prestação de contas à sociedade no que se refere à necessária transparência, publicidade e visibilidade dos resultados para a sociedade.”
Nota Técnica nº 2204/2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC c/c Ofício nº 20753/2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC-CGU	175036 (15/01/2018)	Considerando a Nota Técnica nº 2204/2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC, de 23/11/2017, em relação à elaboração do PAINTE 2018, deverá o CNPq incluir capacitações relacionadas a, pelo menos, um dos seguintes temas: convênios, <i>accountability</i> e/ou governança	A Nota Técnica AUD nº 0164306/2017 informou: “Ainda, tem-se que, suplementar/complementarmente, devido a importância do tema para este Conselho, uma vez que esta Auditoria não possui expertise instalada, porquanto o arco de competências/de conhecimento exigidos são amplo, indo de economia à agronomia, de química fina à geografia humana, ações adicionais de auditoria da CGU com enfoque em resultados, com sua notória especialização para o assunto, poderiam reforçar o entendimento desta Unidade Interna, em face dos atuais recursos escassos e por vezes insuficientes nesta unidade de auditoria.”
Nota Técnica nº 2204/2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC c/c Ofício nº 20753/2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC-CGU	175036 (15/01/2018)	Considerando a Nota Técnica nº 2204/2017/DCIT/CGTIC/DE/SFC, de 23/11/2017, em relação à elaboração do PAINTE 2018, deverá o CNPq incluir ações que contemplem ao menos um dos seguintes temas: convênios, gestão de riscos, <i>accountability</i> e governança.	A Nota Técnica AUD nº 0164306/2017 informou: “No que tange a temas que a CGU julgou importantes, no 3.7, que foram deixados de fora da proposta de PAINTE, nesta oportunidade, a título de revisão, fez-se incluir a ação de auditoria nº 06 alusivas a Transferências Voluntárias – Convênios com 800 horas estimadas, que será realizada com o grau de expertises instalada no seio da unidade organizacional. Frise-se, outrossim, que, nunca foi feito concurso específico para selecionar auditores para a unidade que é composta por uma equipe, que além diminuta, teve oportunizada treinamentos aquém da necessidade com vista a contemplar temas constantes da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, bem como inerente à IN/CGU nº 03/2017. Insiste-se que apesar das reiteradas cobranças desta Unidade aos setores

			responsáveis, não se conseguiu até o momento prioridade institucional para acesso aos recursos com fito de garantir a formação continuada (e desejada) da equipe de auditores. Neste sentido foram inseridas enquanto ações de desenvolvimento institucional/capacitação as temáticas Gestão de Riscos e Auditoria baseada na avaliação de riscos no setor público, bem como <i>Accountability</i> e governança, ampliando, assim, o potencial de criticidade em auditoria da equipe, como sugerido pela CGU. Entretanto, oportuniza-se enfatizar que nesta entidade não foi ainda sistematizado o "Programa de Integridade", bem como o de "Gerenciamento de Risco Corporativo", que neste último caso caberia a Auditoria proceder à sua avaliação."
--	--	--	--

9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

O CNPq tem utilizado cada vez mais modelos de editais e contratos preconizados pela Procuradoria Federal no CNPq, bem como listas de checagem, como estratégia primária de controle administrativo. A própria estrutura do CNPq favorece a revisão do processo em várias instâncias, com as delegações de competências bem definidas. Com relação à apuração de possíveis ilícitos administrativos, esta instituição tem instaurado processos de apuração quando identificada a inconformidade tanto pela Auditoria como pela Procuradoria Federal no CNPq, tendo em vista a identificação da ocorrência de ilícito ou danos ao erário. Esses processos seguem o procedimento normatizado na legislação.

Quadro 46 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 100.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento**			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito**				Não Comprovação	Débito < R\$ 100.000			
988	803	0	94	32	-	19	-	40

* Especificar razões
SECOA/SETCE

Fonte:

OBSERVAÇÃO DO QUADRO

* Processos devolvidos por falta de pressupostos de instauração.

Dentro do quadro acima, temos que incluir 32 **processos que foram instaurados, mas foram **arquivados** por apresentação da prestação de contas e outros motivos.

9.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

A Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGADM) mantêm o seguinte fluxo para o pagamento de faturas:

- (1) O Serviço de Gestão de Contratos (SEGES) recebe a fatura ou nota fiscal de serviços ou aquisição e a envia para o ateste pelo gestor do contrato.
- (2) Internamente, o SEGES registra em controle próprio, as etapas do fluxo de pagamento e as informações relativas ao processamento do pagamento, tais como data de entrada da Nota Fiscal, data de encaminhamento e de ateste por parte do gestor, valor estimado e valor líquido, entre outras informações.
- (3) O SEGES recebe a nota atestada, realiza a conferência dos dados e das condições de adimplência da empresa prestadora do serviço, e preenche o "Atestado de Execução Negocial" (AEN), que é conferido e assinado pelo SEGES e pela Coordenação de Recursos Logísticos (COLOG), e ato contínuo, encaminhado para a CGADM;
- (4) Na CGADM se confere as informações e procedimentos realizados e se autoriza o pagamento da nota fiscal;
- (5) O AEN com as assinaturas e autorizações é encaminhado à Coordenação de Orçamento e Finanças (COFIN) para pagamento. Na COFIN, o Serviço de Execução Orçamentária (SEEOR) confere os dados orçamentários e saldo dos empenhos, encaminhando para o Serviço de Contabilidade (SECON) para o registro contábil da nota.
- (6) Após as conferências, o pagamento propriamente dito é realizado pelo Serviço Financeiro (SEFIN). Em condições normais de disponibilidade financeira, o pagamento é realizado dentro dos cinco dias úteis previstos na legislação.
- (7) Assim, como padrão, o CNPq segue a legislação e as normas vigentes para a realização de pagamentos de obrigações, com segregação de funções e delegação de competências, formatando controles internos adequados ao perfil institucional, de modo que o fluxo e a participação de cada área no processo de pagamento seja processado corretamente, conforme se atestou em exames de Auditoria em exercícios anteriores.

9.5. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Não se verifica contrato vigente firmado com empresa beneficiada pela desoneração da folha de pagamento que tenha necessidade de revisão.

Todas as situações identificadas em exercícios anteriores, conforme se consignou em trabalhos de Auditoria e em relatórios de gestão, foram objeto de revisão, registrando-se sucesso em 2 casos de cobranças administrativas com êxito no ressarcimento integral, mediante acordo para quitação dos valores devidos e os demais casos nos quais se esgotaram sem sucesso as cobranças administrativas, se encontram em discussão nas Cortes Judiciais e de Contas da União, em procedimentos nos quais o CNPq mantém os esforços de busca de ressarcimento ao erário.

9.6. INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) não possui agências prestadoras de serviço de publicidade e propaganda contratadas, estando suas ações com esse propósito limitadas à produção de material gráfico de divulgação institucional, confeccionado por gráficas contratadas via processo licitatório. A licitação da gráfica foi finalizada em 12/07/2017, quando passamos a utilizar os serviços contratados com as empresas LM Comunicação Visual de Projetos LTDA e A.L.F.S. Monteiro ME.

Até então, as necessidades de impressão de material de divulgação foram supridas utilizando-se do parque gráfico e materiais próprios do CNPq.

Dentre os pagamentos, há, apenas, um empenho em nome das empresas supracitadas para impressão de adesivos e banners voltados à exposição de fotos que compôs a participação do CNPq na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em 2017, exposição de fotos de servidores e fundo de palco, contemplando atividades de celebração de fim de ano da Agência.

Não há gastos, no âmbito do setor de comunicação, com publicidade legal e nem com publicidade mercadológica, tendo em vista a finalidade da instituição.

Publicidade Institucional

Produtos:

Folder Prata da Casa; Cartaz Prêmio Melhor Ideia; Diplomas para os Prêmios Pesquisador Emérito e Almirante Álvaro Alberto; Medalha para o Prêmio Almirante Álvaro Alberto Boletim para SBPC, exposições e banner institucional.

Publicidade de Utilidade Pública

Folder Prêmio; Cartaz Prêmio IC; Cartaz Prêmio Mercosul.

Recursos orçamentários oriundos da Administração. Os pagamentos realizados em 2017 são:

1.LM COMUNICAÇÃO VISUAL DE PROJETOS LTDA - PROC. SEI ACOMPANHAM.E FISCALIZAÇÃO 01300.008573/2017-16 - AEN 704/17 (NOTA FISCAL 009.329) VALOR PAGO R\$ 2.008,08 DATA 18.12.17

2. LM COMUNICAÇÃO VISUAL DE PROJETOS LTDA - PROC. SEI ACOMPANHAM.E FISCALIZAÇÃO 01300.008573/2017-16 - AEN 705/17 (NOTA FISCAL 009.406) VALOR PAGO R\$ 999,91 DATA 18.12.17

3. A.L.F.S MONTEIRO - ME - PROC. SEI ACOMPANHAM.E FISCALIZAÇÃO 01300.008578/2017-49 - AEN 553/17 (NOTA FISCAL 939) VALOR PAGO R\$ 1.400,00 DATA 04.10.17

10 – ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I - Quadro 47- Chamadas 2017

Chamada	Objetivo	Recursos Financeiros Previstos (Mi R\$)		Nº- de Projetos Submetidos	Nº- de Projetos Aprovados
Chamada MCTIC/CNPq/F INEP/FNDCT Nº 01/2017 - Auxílio à Promoção de Eventos Científicos, Tecnológicos e/ou de Inovação - ARC	Apoiar eventos nacionais ou mundiais que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País.	CNPq 17.000.000,00	Parceiros	2.751	697
CHAMADA MCTIC/CNPq Nº 02/2017 SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SNCT 2017	Selecionar e apoiar projetos de eventos de divulgação e popularização da ciência, particularmente da matemática, de abrangência regional ou estadual/distrital, em todas as Unidades Federativas, para execução durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT 2017, sob a temática “A Matemática está em Tudo”, em consonância com as comemorações do “Biênio da Matemática 2017-2018” no Brasil.	5.540.000,00		462	189

<p>CHAMADA CNPq/TWAS Nº 03/2017</p>	<p>Selecionar jovens pesquisadores provenientes de países em desenvolvimento (à exceção do Brasil), nas áreas abaixo descritas, para realizar parte de sua formação no Brasil, em nível de Doutorado Pleno ou Pós-Doutorado.</p>	<p>3.030.240,00</p>		<p>413</p>	<p>30</p>
<p>Chamada CNPq nº. 04/2017 Edital CAPES nº 15/2017</p>	<p>O objeto da presente chamada/edital é a formação de docentes e pesquisadores de alto nível e a consolidação da cooperação científica entre Brasil e Alemanha, em todas as áreas do conhecimento.</p>	<p>Não tem recurso financeiro</p>		<p>415</p>	<p>30</p>
<p>Chamada MCTIC/CNPq Nº 05/2017</p>	<p>Selecionar até 10 (dez) jovens pesquisadores e empreendedores para a participação em Treinamento no Programa “Academy Industry Training” (AIT).</p> <p>Trata-se de uma iniciativa conjunta entre MCTIC, CNPq e swissnex Brasil para apoiar jovens pesquisadores a estabelecerem parcerias com a indústria para fundarem empresas <i>spin-offs</i> ou <i>startups</i>, construindo, assim, possíveis parcerias internacionais.</p> <p>A partir da identificação das necessidades e lacunas para o fomento do empreendedorismo em ambientes acadêmicos de excelência tanto na Suíça quanto no Brasil, decidiu-se criar um programa intensivo para abrir oportunidades para pesquisadores de ambos os países que visam desenvolver suas</p>	<p>150.000,00</p>		<p>25</p>	<p>6</p>

	<p>pesquisas e introduzi-las no mercado para benefício da sociedade.</p> <p>O AIT oferece uma introdução intensiva ao empreendedorismo, incluindo workshops para construção de um plano de negócios, cenários e modelos para entrada no mercado, estratégias de financiamento e aulas de técnicas de promoção de vendas e marketing empresarial, além de uma visão geral dos mercados brasileiro e suíço. Para contemplar esta agenda são previstas visitas a instituições-chave, conferências e também eventos voltados para <i>networking</i>, maximizando o contato entre os participantes suíços e brasileiros com importantes <i>stakeholders</i> em ambos os países.</p> <p>O programa consiste em uma combinação de módulos de formação e reuniões com empresas, agências de financiamento e potenciais parceiros. Para fomentar a cultura empreendedora em ambientes de excelência acadêmica no Brasil e promover o contato de pesquisadores com empresas e indústrias, o programa AIT fornece uma gama de ferramentas para que os pesquisadores participantes possam identificar com muita clareza aquilo que é necessário para que suas respectivas pesquisas possam ter aplicabilidade prática no mercado.</p>				
<p>Chamada CNPq PEC- PG Nº 06/2017</p>	<p>Selecionar estudantes provenientes de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia, conforme listagem a seguir, para realizar sua formação de pós-graduação no Brasil, em todas as áreas do conhecimento, em nível de Mestrado Acadêmico e Doutorado.</p>	<p>8.914.720,00</p>		<p>714</p>	<p>-</p>

<p>Chamada CNPq/MCTIC/C BAB Nº 07/2017 Centro Brasileiro- Argentino de Biotecnologia Cursos de Cooperação Internacional em Biotecnologia</p>	<p>Apoiar projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País, na área de Biotecnologia, através da seleção de cursos em três modalidades: (a) presencial de curta duração; (b) presencial no modelo de Escola de Inverno e (c) à distância.</p>	<p>500.000,00</p>		<p>29</p>	<p>7</p>
<p>Chamada CNPq/Farmangu inhos-Fiocruz Nº 08/2017</p>	<p>Apoiar projetos de pesquisa na Vice-diretoria de Ensino, Pesquisa e Inovação (VDEPI), em Farmanguinhos, que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação do País, na área de P&D&I de fármacos e medicamentos, de origem sintética e da biodiversidade, nas seguintes doenças crônicas e/ou degenerativas e infectocontagiosas: câncer, malária, leishmaniose, tuberculose, doença de Chagas e esquistossomose.</p>	<p>3.400.000,00</p>		<p>36</p>	<p>16</p>
<p>Chamada CNPq Nº 09/2017 – Bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão</p>	<p>A presente Chamada tem por finalidade selecionar propostas de pesquisadores com perfis e projetos voltados ao desenvolvimento tecnológico, indução e disseminação de inovação e empreendedorismo de base tecnológica com vistas à concessão de apoio financeiro.</p>	<p>11.500.000,00</p>		<p>901</p>	<p>-</p>

Inovadora –					
Chamada CNPq/MS/SCTI E/DECIT/SAS/D AB/CGAN Nº 10/2017 Revisões Sistemáticas em Alimentação e Nutrição	Apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País, nas seguintes áreas: alimentação e nutrição, por meio da realização de Revisões Sistemáticas da literatura.	400.000,00		109	13
Chamada CNPq/MS/SCTI E/DECIT/SAS/D AB/CGAN Nº 11/2017 Inquérito Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil	Selecionar proposta para apoio financeiro a um inquérito nacional de avaliação do consumo alimentar, estado nutricional e carências de micronutrientes em crianças brasileiras menores de cinco anos.	15.000.000,00		6	1
Chamada CNPq Nº 12/2017 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa - PQ	Valorizar pesquisadores que possuam produção científica, tecnológica e de inovação de destaque em suas respectivas áreas do conhecimento e incentivar o aumento da produção científica, tecnológica e de inovação de qualidade.	334.070.400,00		10.211	-

<p>Chamada CNPq/MS/SCTI E/DECIT/SAS/D AB/CGAN Nº 13/2017 Pesquisas em Alimentação e Nutrição</p>	<p>Apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País, nas seguintes áreas: Pesquisa em Alimentação e Nutrição.</p>		<p>/DAB/SA S/MS, sendo 2.800.000, 00</p> <p>1.200.000, 00</p> <p>1.600.000, 00</p>	<p>391</p>	<p>38</p>
<p>Chamamento Público MS- SCTIE-Decit/ MCTIC- SEPEDDEPPD/ CNPq Nº 14/2017 Prospecção de ensaios clínicos e pré-clínicos</p>	<p>Identificar ensaios pré-clínicos concluídos, ou em fase de conclusão, e ensaios clínicos fases I, II ou I/II, em andamento ou finalizados, que apresentem potencial de desenvolvimento de tecnologias em saúde estratégicas para o SUS e que contribuam com o complexo industrial da saúde, para eventual financiamento.</p>	<p>Não tem recursos financeiros</p>		<p>162</p>	<p>-</p>
<p>Chamada</p>	<p>Apoiar projetos que visem contribuir significativamente para o</p>	<p>1.000.000,00</p>	<p>1.000.000,</p>	<p>33</p>	<p>14</p>

CNPq/MCTIC/ MEC Nº 15/2017 - Olimpíadas Científicas	desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação no País e utilizar o conhecimento científico como mecanismo de empoderamento e transformação social, por meio da realização de Olimpíadas Científicas de âmbito nacional ou internacional sediada no Brasil.		00 MCTIC 1.500.000, - MEC,		
Chamada CNPq/Fiocruz PROEP/PEC Nº 16/2017	Apoiar projetos de pesquisa clínica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação do País, na área de pesquisa clínica, no âmbito do Programa de Excelência em Pesquisa – Pesquisa e Ensaios Clínicos (PROEP/PEC) nas Unidades Técnico-Científicas da Fiocruz.	2.422.500,00		54	9
Chamada CNPq/ANVISA Nº 17/2017 – Pesquisa em Vigilância Sanitária	Apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País em Vigilância Sanitária.	2.850.000,00		118	18

<p>Chamada CNPq/ICMBio/F APs Nº 18/2017 Pesquisa em Unidades de Conservação da Caatinga e Mata Atlântica</p>	<p>Apoiar projetos de pesquisa interdisciplinares que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País e a formação de recursos humanos relacionados ao manejo, uso sustentável e conservação da biodiversidade e à proteção do patrimônio cultural e dos recursos naturais em Unidades de Conservação federais e seu entorno nos Biomas Caatinga e Mata Atlântica, fortalecendo a inserção das Unidades de Conservação no desenvolvimento regional.</p>		<p>4.013.184, 25 ICMBio,</p>	<p>252</p>	<p>24</p>
<p>Chamada MCTIC/CNPq Nº 19/2017 – NEXUS I: Pesquisa e Desenvolvimento em Ações Integradas e Sustentáveis para a Garantia da Segurança Hídrica, Energética e Alimentar nos Biomas Caatinga e Cerrado</p>	<p>Apoiar projetos de pesquisa que contribuam para o desenvolvimento de soluções sustentáveis para garantir, de forma integrada, as seguranças hídrica, energética e alimentar nos biomas Caatinga e Cerrado, promovendo sinergia e complementaridade entre ações dos setores governamentais, acadêmicos, empresariais e da sociedade civil organizada, envolvidos no desenvolvimento de sistemas produtivos mais sustentáveis e adaptados à realidade regional, à mudança do clima e à preservação e recuperação da biodiversidade.</p>		<p>R\$ 5.904.000, 00 MCTIC</p>	<p>132</p>	<p>15</p>
<p>Chamada MCTIC/CNPq</p>	<p>Apoiar projetos de pesquisa que contribuam para o desenvolvimento de soluções sustentáveis para garantir de</p>		<p>R\$ 5.904.000,</p>	<p>96</p>	<p>17</p>

<p>Nº 20/2017 – NEXUS II: Pesquisa e Desenvolvimento em Ações Integradas e Sustentáveis para a Garantia da Segurança Hídrica, Energética e Alimentar nos Biomas Pampa, Pantanal e Mata Atlântica</p>	<p>forma integrada a segurança hídrica, energética e alimentar nos biomas Pampa, Pantanal e Mata Atlântica, promovendo sinergia e complementaridade entre ações dos setores governamentais, acadêmicos, empresariais e da sociedade civil organizada envolvidos no desenvolvimento de sistemas produtivos mais sustentáveis e adaptados à realidade regional, à mudança do clima e à preservação e recuperação da biodiversidade.</p>		<p>00 MCTIC,</p>		
<p>Chamada Pública MCTIC/CNPq - Nº 21/2017 – Pesquisa e Desenvolvimento em Ações Integradas e Sustentáveis nas Baías do Brasil</p>	<p>O objeto dessa ação é o apoio a projetos de pesquisa científica, tecnológica e inovação, de alto mérito técnico-científico, interdisciplinares e multi-institucionais, passíveis de apoio futuro e rápida mobilização, que objetivem produzir e agregar conhecimento sobre as Baías do Brasil, identificando os desafios de gestão sustentável e suas potenciais soluções, aliando aspectos científicos, sociais e econômicos.</p>		<p>3.920.000,00 MCTIC</p>	<p>92</p>	<p>9</p>
<p>Chamada MCTIC/CNPq Nº 22/2017 – Curso de Educação à Distância para Capacitação no</p>	<p>A Rede Nacional de Biotérios de Produção de Animais para Fins Científicos, Didáticos e Tecnológicos (REBIOTERIO), visa o atendimento às normas e legislações pertinentes, a otimização de recursos financeiros e humanos aplicados, bem como a busca da excelência e fortalecimento do conhecimento sobre as espécies animais comumente usadas em pesquisas e ensino, a fim de atender à demanda nacional e ao bem-estar</p>	<p>100.000,00</p>		<p>16</p>	<p>1</p>

Uso e Manejo de Animais de Laboratório	animal para que o país se torne referência nessa área.				
Chamada MCTIC/CNPq N° 23/2017 - Apoio a Redes de Pesquisa em Biodiversidade na Amazônia Legal	Apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, articulando as competências regionais para que o conhecimento sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros seja ampliado e disseminado de forma planejada e coordenada, por meio de Redes de Pesquisa voltadas à gestão do conhecimento sobre a biodiversidade, padrões e processos relacionados, monitoramento, impactos, produtos e o uso sustentável da biodiversidade na Amazônia Legal.	960.000,00	1.960.000,00 MCTIC	137	10
Chamada pública CNPq/MCTIC/SEPIN N° 24/2017 Programa Start-Up Brasil	Apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País e que desenvolvam e/ou utilizem ferramentas de software, hardware e/ou serviços de TI como parte da solução, produto ou serviço proposto.		9.700.000,00 MCTIC	446	-
Chamada CNPq/CAPES/MEC/MCTIC/SEPED N° 25/2017 Feiras de Ciências e Mostras	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, bem como para o uso do conhecimento científico como mecanismo de empoderamento e transformação social, por meio da realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas.	750.000,00	1.500.000,00 SEPED/MCTIC,	236	107

Científicas			1.000.000,00 SEB/MEC		
Chamada CNPq/CAPES Nº 26/2017 – Programa	Apoiar propostas que visem incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização em todas as áreas de conhecimento de forma a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País.	4.500.000,00		220	186

<p>Chamada CNPq/MTb- SENAES Nº 27/2017 Incubadoras de Empreendiment os Econômicos Solidários</p>	<p>Apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País nas áreas de economia solidária e incubação tecnológica.</p>	<p>4.000.000,00</p>		<p>296</p>	<p>146</p>
<p>Chamada CNPq/MCTIC/B RICS 29/2017</p>	<p>Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País, no âmbito da cooperação CNPq/BRICS-STI, nas seguintes áreas temáticas: - Recursos hídricos e tratamento da poluição; - Energias novas e renováveis e eficiência energética; - Biotecnologia e biomedicina incluindo saúde humana e neurociências; - Tecnologias de informação e computação de alta performance; e - Ciências dos materiais incluindo nanotecnologia. 1.1 – São objetivos desta Chamada i) consolidar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e os demais países integrantes do BRICS para alcançar resultados técnicos e científicos de nível mundial; ii) apoiar o desenvolvimento de projetos conjuntos de investigação realizados por grupos de pesquisa dos países participantes que contribuam para melhoria da qualidade de vida das respectivas sociedades; iii) promover a mobilidade e o desenvolvimento dos investigadores por meio dos projetos conjuntos de pesquisa; iv) selecionar propostas de projetos conjuntos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação nas áreas elencadas nesta Chamada que contribuam para a formulação de políticas públicas dos países envolvidos; e v) fortalecer o</p>	<p>1.850.000,00</p>		<p>308</p>	<p>-</p>

	vínculo de pesquisadores dos países participantes nas áreas propostas.				
CHAMADA PÚBLICA Nº 31/2017 - APOIO À INSERÇÃO DE PESQUISADORES NAS EMPRESAS INCUBADAS	Apoiar projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que visem contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação no Brasil, nas áreas de inovação e empreendedorismo, por meio da inserção de pesquisadores em empresas privadas vinculadas às incubadoras de empresas em operação no País, certificadas ou que estejam em processo de obtenção da Certificação Cerne (http://anprotec.org.br/cerne/).	1.500.000,00		170	-
CHAMADA CNPQ/MCTIC/IBAMA/ASSOCIAÇÃO ABELHA Nº 32/2017	Apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País, na área de insetos polinizadores.	2.800.000,00		1	-

NOTA: Dados gerados em 13 de março de 2018.

Relatório de Atividades CNPq 2017

Brasília, março de 2018

SUMÁRIO

Apresentação.....	p.6
Serviço da Presidência e Apoio aos Órgãos Colegiados (SEPRE).....	p.7
Assessoria Parlamentar (APA).....	p. 9
Assessoria de Planejamento da Presidência (APL).....	p. 12
Coordenação de Estatística e Indicadores (COEST).....	p.14
Coordenação de Comunicação Social (COCOM).....	p.16
Ouvidoria.....	p.19
Coordenação Geral de Cooperação Institucional (CGCIN)	p. 21
Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais (DEHS)	p.29
Diretoria de Cooperação Institucional (DCOI)	p.34
Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde (DABS).....	p.41
Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação (DGTI).....	p.49

Apresentação

Esse relatório dá publicidade ao que as diferentes Unidades do CNPq vêm fazendo, em termos de ações e resultados, além dos destaques da gestão, dificuldades encontradas na implementação e proposições para atuação futura.

Além de ser fundamental na composição do Relatório de Gestão Institucional, procura contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, tomada de decisão, e na constituição de importante fonte histórica da atividade realizada pela Instituição.

Edição e Revisão

Assessoria de Planejamento (APL)

Capa

Coordenação de Comunicação Social (COCOM)

SERVIÇO DA PRESIDÊNCIA E APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS (SEPRE)

O SEPRE por determinação do regimento interno do CNPq faz a gestão documental da Presidência, secretaria a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo do CNPq, bem como registra acordo de cooperação técnica, celebrado para concessão de auxílios. Por normativas internas, o serviço também atua secretariando comissões como: CIAC, ComLattes, COPAR, Fórum de Coordenadores Gerais.

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

A partir de janeiro de 2017, o SEPRE foi reestruturado para atender ao novo modelo de tramitação de documentos implantado no CNPq utilizando o sistema SEI. Essa alteração motivou o setor a estruturar suas operações com base na tramitação eletrônica de documentos e na nova dinâmica imposta pelo novo texto do Regimento Interno, que o uniu ao antigo Serviço de Apoio aos Órgãos Colegiados (SEAOC).

Como desafios iniciados no ano de 2017, o Serviço mapeou e elaborou seus modelos de Procedimento Operacional Padrão (POP), cujo objetivo é orientar os servidores e colaboradores do setor na operação de suas atividades rotineiras e redimensionou as tarefas com foco nos servidores com o apoio da equipe de colaboradores.

O Setor também foi instalado em ambiente amplo e arejado, situação que permitiu o acolhimento de novos servidores para composição da força de trabalho.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

Foram atendidas as seguintes ações:

- Implantação dos Procedimentos Operacionais Padrão;
- Secretariado de 29 reuniões da COPAR em 2017, com 9.300 processos julgados nos exercícios de 2016 e 2017;
- Secretariado da 7ª Reunião da CIAC – Novembro/17, com a instrução de seis processos e promoção da palestra sobre Integridade na Atividade Científica, com a Prof^a Dirce Guilhen, da UnB;
- Secretariado da 21ª Reunião da ComLattes – Junho/2017, com a instrução de 7 processos e a promoção do 1º Workshop da ComLattes, que abriu as discussões para a melhoria do uso da Plataforma Lattes e trouxe pesquisadores da FIOCRUZ, UFABC e IBICT, dentre outras organizações interessadas no tema. Além disso, foram abertos 13 processos de denúncias de inconsistências no CV-Lattes, 59 processos de solicitação de extração de dados da Plataforma Lattes, nove processos de solicitações de melhorias no CV-Lattes e 243 processos finalizados de bloqueios/desbloqueios e outros serviços;
- Registro de 39 acordos de cooperação técnica e o abatimento no passivo de aproximadamente 1000 acordos de exercícios anteriores;
- Secretariado de 23 reuniões da Diretoria Executiva do CNPq;
- Secretariado de quatro reuniões do Conselho Deliberativo;
- Secretariado de sete reuniões do Fórum dos Coordenadores Gerais;

- Apoio à escolha de novos membros para os Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq;
- Apoio à elaboração de critérios para as bolsas especiais;
- Atuação no suporte a demandas do Gabinete da Presidência do CNPq, bem como na preparação de expedientes diversos, que totalizaram: 636 Despachos assinados pelo SEPRE e 18 ofícios; 837 Ofícios assinados pelo Chefe de Gabinete; e 658 Minutas de despachos para a presidência.

DESTAQUES DA GESTÃO

O SEPRE internalizou as rotinas eletrônicas vinculadas ao SEI, mapeando suas rotinas com o devido registro nos Procedimentos Operacionais Padrão, que servem como ferramenta de institucionalização dos procedimentos. Foram reestruturadas as atividades das comissões, proporcionando um maior envolvimento de todos os servidores e colaboradores lotados no serviço com as atividades desenvolvidas. Como resultado dessas ações, foram promovidas atividades realizadas nestas comissões, mediante a realização de eventos com a comunidade acadêmica.

As atividades foram descentralizadas com a equipe, proporcionando uma maior agilidade nas decisões e na qualidade do trabalho, fato que permitiu ao serviço atuar como suporte às atividades do Gabinete e da Presidência, que sofreram grande baixa na equipe em comparação com o ano anterior.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

O SEPRE teve dificuldades para o desenvolvimento nas seguintes atividades:

- Como no caso das assinaturas das planilhas da COPAR na PICC, no envio das comunicações dos resultados das reconsiderações, bem como na infra-estrutura de TI disponível para as reuniões;
- As informações cadastrais nos sistemas de consulta dos membros dos comitês estão desatualizadas, situação que compromete a agilidade nas convocações das comissões;
- Fluxo dependente de outras unidades do CNPq no âmbito das comissões.

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

- Continuação da implementação de POPs;
- Apresentação de uma proposta para modernização da atuação da COPAR;
- Proposição de ações educativas para a prevenção de má conduta na atividade científica;
- Revisão da RN – 004/2013 para redefinição das atribuições da Secretaria Técnica da ComLattes;
- Conferência e digitalização de todos os acordos de cooperação técnica na base do SEPRE, para que os físicos sejam encaminhados para o arquivo (fundo SEPRE), localizado no SEGED;
- Propor melhoria no sistema de inclusão dos acordos na Plataforma Carlos Chagas, com a criação de um campo para atualização dos acordos.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

ASSESSORIA PARLAMENTAR (APA)

Responsável pela assessoria do presidente do CNPq nos assuntos concernentes ao relacionamento do CNPq junto ao Poder Legislativo Federal, na defesa de seus interesses, contatos com parlamentares, assim como acompanhar a tramitação de proposições legislativas, na sua apreciação e deliberação, e os debates de temas que se enquadrem ou repercutam no leque de ações e necessidades do CNPq.

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

- Monitorar e orientar a expedição de pareceres técnicos junto às áreas do CNPq, sobre matérias legislativas em apreciação por Comissões/Plenário do Senado e da Câmara ou de sanção pelo Poder Executivo, para instruir as manifestações e decisões pertinentes em nível de Governo.
- Zelar pelo atendimento de demandas parlamentares, com prontidão e qualidade de informação, tanto encaminhadas diretamente ao CNPq como quando intermediadas pelo MCTIC, realizando levantamentos internos e promovendo a articulação com as áreas para a obtenção desse resultado. O objetivo desses esforços e cuidados consistiu na manutenção de imagem positiva e relacionamento fácil destes órgãos com o Poder Legislativo.
- Acompanhar detalhadamente o processamento de emendas parlamentares, de execução compulsória, em tratamento normatizado para o conjunto do Governo, pelo entrosamento com os Gabinetes de Parlamentares, com setores do MCTIC, com as áreas do CNPq e com os parceiros interessados, contribuindo para agilizar o fluxo de informação e documentação.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

- Atualização da delegação de competências da Assessoria Parlamentar, para ajustar-se à evolução das atribuições e procedimentos da área, descrevendo o conteúdo e limites dessa atividade.
- Distribuição de versão digital do *Portfólio de Ações Voltado a Captação de Emendas Parlamentares do CNPq* para entidades parceiras e Gabinetes Parlamentares e orientação e fornecimento de esclarecimentos, além de subsidiar publicação análoga do MCTIC.
- Representação do CNPq, em conjunto com a Procuradoria Federal, nas fases ulteriores do GT de Regulamentação do Marco Legal de C,T&I, em funcionamento junto ao MCTIC, sucedida por negociações com entidades representativas da sociedade civil e do Governo, gerando uma proposta pronta para o aval dos Ministérios e Presidência da República.
- Assessoramento da Direção do CNPq no comparecimento a audiências públicas, comissões ou eventos similares no Senado e Câmara dos Deputados, garantindo movimentação nessas casas e colocação compatíveis com os seus preceitos protocolares e regimentais.
- Manutenção de um nível de informação político-estratégico para o conhecimento da Direção e demais níveis hierárquicos, para facilitar a identificação de tendências e de cenários, em relação a discussões e proposições legislativas de interesse do CNPq, definindo ações diretas ou colaborando com outras que estejam em instâncias superiores de ação e supervisão.

DESTAQUES DA GESTÃO

- Reconhecimento da imagem do CNPq e do seu peso no contexto histórico e de futuro da C,T&I no Brasil, com ênfase aos resultados da tramitação e negociação de proposições legislativas e na sucessão de convites para participar de debates no Legislativo.
- Fortalecimento do entrosamento com o MCTIC, com a Secretaria de Governo e com as entidades parceiras de C,T&I, para alavancar mudanças ou preservar tratamentos de interesse comum, cujos efeitos se fizeram sentir, concretamente, em situações específicas.
- Execução de quatro emendas parlamentares, que não prosperaram por despriorização dos autores.
- Apoio na representação, na participação de discussões e recepção de autoridades e entidades parceiras, coadjuvando esforços e encaminhamentos da Direção do CNPq e suplementando as suas ações, de maneira totalmente integrada às suas decisões, condução e orientações.
- Envolvimento em projetos prioritários para as atividades do CNPq, tendo em vista a visão de conjunto e o potencial de articulação proporcionado pela Assessoria Parlamentar.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

- Problemas decorrentes da crise fiscal e seus impactos sobre a operacionalidade do CNPq e sua capacidade de atendimento a todo o leque de suas atividades, bem como do atendimento de demandas, em razão do elevado contingenciamento de recursos e das limitações ou postergação da sua liberação, repercutindo na articulação político-institucional.
- Obstáculos oriundos do cenário político-parlamentar, cerceando o ritmo e o fluxo de atividade legislativa para um padrão bastante diferenciado que, enquanto contexto de atuação, acarretou perturbação ao exercício das atribuições de Assessoria Parlamentar.
- A carência de pessoal e de recursos estruturais prejudicou o desenvolvimento das atividades, para assegurar controle, capacidade de análise e previsão e meios de atuação satisfatórios, sem prejuízo ao equilíbrio do desempenho no contato e relacionamento com o Congresso Nacional e no acompanhamento e análise das proposições legislativas e debates de interesse.

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

- Revisão da Assessoria na estrutura do CNPq, para conferir-lhe destaque e condição operacional.
- Incorporação de novos membros à Assessoria, que mediante treinamento e capacitação possam dar continuidade às atividades desempenhadas, especialmente considerando-se a perspectiva de aposentadoria dos dois únicos integrantes da área.
- Automatização de rotinas e procedimentos rotineiros, sobretudo pela integração com sistemas do Senado e da Câmara.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

Os projetos específicos da área foram reprogramados para 2019, tendo em vista as dificuldades da área. Foram afetados os projetos E-13 – Formalizar sistemática de acompanhamento de emendas parlamentares ao Orçamento do CNPq ou a este repassado para execução por convênio, o E-14 – Criar sistemática de recepção e acompanhamento de demandas parlamentares ao CNPq e o E-15 – Criar sistemática de acompanhamento de proposições e pautas legislativas de interesse do CNPq, na medida em que não conseguiram cumprir as metas e indicadores correspondentes ao segundo semestre de 2017, para o qual estavam programados. A falta do provimento de uma equipe mínima para a área levou a priorização da execução em detrimento da normatização e aperfeiçoamento de rotinas, o que se agravou pelas mudanças na área de TI. Estes avanços mantêm sua relevância para qualquer direcionamento que se dê a uma Assessoria Parlamentar no CNPq.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA (APL)

Responsável pela gestão do Planejamento Institucional, envolvendo a elaboração de cenários, assim como pela coordenação do processo de elaboração das propostas institucionais relacionadas aos Planos Plurianuais (PPA) do Governo e elaboração do Relatório de Gestão Institucional.

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

- Elaboração de Portaria, a partir dos Objetivos, Iniciativas e Ações previstas no PPA 2016 – 2019, das Metas Institucionais referentes ao exercício de 2017, a serem utilizadas na Avaliação de Desempenho Institucional, em conformidade com o Decreto 7.133/2010, Portaria Interministerial 428/2012 e Resolução Normativa CNPq 001/2014.
- Colaboração com a DGTI na elaboração da Proposta de Lei Orçamentária para 2018.
- Elaboração de documento com informações a serem incluídas na Prestação de Contas da Presidência da República – exercício de 2016, encaminhado ao MCTI em janeiro de 2017.
- Elaboração de Nota Técnica à Presidência do CNPq propondo estudo de Cenários no CNPq, como subsídio para a atualização do Portfólio de Projetos para o período do próximo PPA.
- Apresentação de proposta de construção de cenários para a DEX, justificando sua necessidade a partir de uma contextualização do Planejamento Estratégico como um todo.
- Capacitação de analistas no uso de ferramentas e base de dados com vistas ao aprimoramento do processo de construção de cenários estratégicos para o CNPq (Oficina de Capacitação em Serviços e Inteligência Estratégica promovida pelo CGEE).

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

- Aprovação pela DEX da realização de um estudo de cenários prospectivos para o CNPq.

DESTAQUES DA GESTÃO

- Aprovação da proposta de realização de estudo de cenários para do CNPq. O estudo visa identificar tendências e incertezas relacionadas às sete dimensões de análise já definidas no planejamento estratégico do CNPq – Modelo de Gestão, Transversalidade, Inovação, Internacionalização, Integração e Interação com parceiros, Compromisso Social e Acompanhamento, Avaliação e Indicadores – e a partir daí criar cenários, definindo um cenário normativo (aquele que queremos alcançar). O produto esperado para essa atividade é um documento contendo a descrição dos cenários e um sumário executivo, publicado para divulgação dos cenários, assim como um artigo técnico-científico a ser publicado em 2018.
- A partir do cenário definido, pretende-se atualizar o portfólio de projetos do CNPq, bem como iniciativas associadas, como insumo para a atuação institucional no PPA 2019 – 2023.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

- A baixa capacidade institucional de atuação em projetos não rotineiros dificultou a execução do conjunto de projetos transversais. Agregue-se a isso a complexidade de questões políticas envolvidas em alguns desses projetos e mudanças na lógica de funcionamento da instituição.
- A área de Planejamento não conta com estruturação adequada aos desafios e responsabilidades a ela inerentes e não faz parte da Estrutura Organizacional desde o ano de 2001.
- O *gap* entre o número de servidores e atribuições e responsabilidades da área (especialmente com perfil de estatístico), e os problemas de carência de colaboradores e mudanças nos contratos de trabalho terceirizado da área de TI, inviabilizaram o avanço na definição das métricas dos indicadores dos Objetivos Estratégicos de Resultado do Mapa Estratégico Institucional.

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

- Dar continuidade ao estudo de cenários para o CNPq, tendo no final, além da divulgação dos cenários, portfólio de projetos transversais e específicos do CNPq, bem como iniciativas associadas, atualizados, como *input* para a atuação institucional no PPA 2019 – 2023.
- Retomar proposta de criação e implementação de sistemática de Monitoramento e Avaliação do Plano Estratégico do CNPq (incluindo sistema informatizado), estabelecendo uma Sala de Situações, onde sejam realizadas Reuniões de Avaliação da Estratégia Institucional (RAES), com acompanhamento regular da execução dos projetos. Trata-se de um instrumento metodológico de monitoramento e avaliação da estratégia que promove visão sistêmica, estimula a gestão compartilhada e propicia a preparação de sucessores. Etapas incluídas: acompanhamento *on-line* do desempenho de indicadores e metas nos diferentes níveis da estratégia; compatibilidade com outros sistemas corporativos em uso na instituição, para integração de dados e informações; emissão de relatórios gerenciais evidenciando desempenhos de áreas e projetos; e flexibilidade para customizações e ajustes sempre que necessário à dinâmica dos desafios e atividades.
- Em conjunto com a área de Informática, trabalhar na construção das métricas e desenvolvimento dos novos indicadores delineados para os Objetivos Estratégicos de Resultado do Mapa Estratégico Institucional.
- Atuar no sentido de que a área de Planejamento faça parte da estrutura formal do CNPq.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

No que se refere aos projetos específicos, a Assessoria de Planejamento está diretamente envolvida na execução dos seguintes projetos: E17: Coordenar o desdobramento do Plano Estratégico do CNPq em Planos Táticos e Planos Operacionais. Status: Projeto concluído.; E18: Construir, em articulação com as demais áreas do CNPq, o PPA para o período 2016/2019; Status: Projeto concluído; e E19: Criar sistemática de avaliação e incorporação de melhores práticas advindas de demandas da Ouvidoria, no sentido de incrementar a gestão institucional. Status: Projeto ainda não iniciado.

Além disso, a APL é responsável pela coordenação do projeto transversal T1: criar e implementar sistemática de Monitoramento e Avaliação do Plano Estratégico, subsidiando a DEX na condução das Reuniões de Análise da Estratégia. Em 2016, foram levantados sistemas informatizados disponíveis, feitos alguns contatos e foi recebida uma proposta de sistema customizado para o CNPq. No entanto, no houve avanços em 2017. Pretende-se retomar os esforços em 2018.

COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICA E INDICADORES (COEST)

Responsável pelo monitoramento dos sistemas de informações gerenciais para coletar, compatibilizar, consolidar e disseminar dados de natureza estatística, visando subsidiar o processo decisório do CNPq.

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

- No início de 2017 a gestão do Diretório de Instituições (DI) passou para o Serviço de Gestão de Documentos (SEGED). Apesar disso, e como o Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) depende de informações do DI, a equipe vem trabalhando em colaboração com o pessoal do SEGED no atendimento de algumas demandas;
- Gestão do DGP, em articulação permanente com a área de Informática, visando garantir seu funcionamento e constante aperfeiçoamento;
- Atendimento das demandas dos usuários do DGP (dirigentes institucionais de pesquisa, líderes de grupos, pesquisadores, estudantes e novos entrantes), sejam aquelas originadas na Central de Atendimento, seja pelo E-mail institucional dgp_atend@cnpq.br;
- Participação na construção do Plano Diretor da Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) do CNPq – 2017 – 2020;
- Realização de reuniões com a área de TI para tratativas acerca da realização do Censo 2018, sendo definido um cronograma de implementação e responsabilidades. Nessas reuniões, foram apresentados inventários de incidentes, problemas e melhorias adaptativas no DGP, que representam um risco ao seu funcionamento, assim como à realização do Censo. Da mesma forma, foi feita uma reunião com o Presidente do CNPq, seu Gabinete e a área de TI, onde a COEST teve a oportunidade de expor esses problemas, e alertar que se eles não forem solucionados, corre-se o risco de não haver o Censo em 2018.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

- Atendimento às demandas internas e externas de estatísticas do fomento da instituição;
- Levantamento de incidentes, problemas e melhorias adaptativas no portal DGP.

DESTAQUES DA GESTÃO

- Construção de inventário de falhas e melhorias no portal do DGP.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

- Problemas no funcionamento do DGP que redundam na geração de dados pouco confiáveis;
- Perda de pessoas da equipe, em função de aposentadorias, ocasionando dificuldades no atendimento de demandas internas e externas por estatísticas;
- Demora da área de TI no atendimento de demandas no DGP.

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

- Ajustes no Portal do DGP lançado em 2014, com vistas à melhoria das informações geradas.
- Necessidade de recomposição do quadro de pessoal da área, tendo em vista aposentadorias recentes de servidores.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

Em relação aos projetos específicos, a COEST está envolvida na execução dos projetos *E21 – Calcular e monitorar indicadores relacionados aos objetivos estratégicos e de contribuição do Plano Estratégico do CNPq*; e *E22 – Definir o novo Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP)*.

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (COCOM)

Responsável pelo planejamento, promoção, coordenação e execução das atividades de comunicação social, observada a política de comunicação adotada pelo CNPq.

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

Em 2017, a COCOM fortaleceu seu vínculo com as áreas técnicas do CNPq, a partir do planejamento de campanhas internas e ações externas para sensibilizar e estimular os servidores e aprimorar a comunicação com a sociedade.

Foram realizadas campanhas de implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com dicas diárias enviadas por meio do *localusers*, criação de uma área da Intranet para perguntas e respostas, tutoriais e outras informações e coordenação de encontros com os servidores para esclarecimentos.

Também foi realizada a campanha de Segurança da Informação, com folder eletrônico disponível na Intranet e mensagens de esclarecimentos e alertas enviadas pelo *localusers*.

Para a divulgação do CNPq junto ao público externo, foi iniciada a formatação e implementação do projeto “Pesquisa do Dia”, com matérias semanais sobre resultados de pesquisas fomentadas no âmbito da Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde (DABS) e uma nova formatação do Portal do CNPq na internet para atender essa proposta.

Para tanto, foram feitos encontros e reuniões com a área técnica para orientação quanto às necessidades da COCOM para a elaboração das notícias, incluindo *workshop* com técnicos da Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais (DEHS) e da Diretoria de Cooperação Institucional (DCOI) para ampliar o projeto a todo o CNPq.

Quanto a eventos organizados, destaque para a realização de Cerimônia do 66º Aniversário do CNPq, em parceria com a Marinha do Brasil, e de celebração dos 20 anos do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD), com a participação de autoridades internacionais, além da coordenação e realização das cerimônias de entrega dos Prêmios do CNPq e das atividades do CNPq durante a 68ª Reunião Anual da SBPC.

Na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), o CNPq apresentou a exposição “Os grandes nomes da Matemática”, com fotos e biografias de pesquisadores brasileiros de destaque na área, oferecendo, pela primeira vez, acessibilidade, com áudio-descrição da exposição e folder em formato PDF disponível em CDs distribuídos às pessoas com deficiência visual.

Em parceria com o MCTIC, a COCOM organizou *workshop* com os coordenadores de projetos aprovados pela chamada da SNCT para esclarecimentos quanto ao uso da Plataforma Carlos Chagas, prestação de contas, etc.

Ainda no âmbito da SNCT, foi realizada no CNPq, a palestra “A Matemática está em tudo”, com a participação do Diretor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e outros convidados.

Criado o canal de comunicação do Presidente do CNPq com os servidores e colaboradores por meio do “Palavra do Presidente”, com mensagens de incentivo, orientação e esclarecimentos, sem periodicidade estabelecida.

Por fim, foi concluído o processo de licitação de gráfica, para o período de cinco anos.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

- Criação do Programa de Divulgação e Disseminação Científica, de bolsas para profissionais da área de comunicação para atuarem em projetos de divulgação científica vinculados ao CNPq.
- Manutenção da taxa de crescimento do público no Twitter, com cinco mil novos seguidores de janeiro a dezembro.
- Visitas ao perfil do CNPq no Twitter tiveram sua média aumentada em relação a 2016, passando de 6,9 mil mensais para 7,3 mil.
- Produção de 241 matérias para o Portal.
- Produção/cerimonial de 66 eventos nos quais o CNPq coordenou e/ou participou, tanto para o público interno, quanto para o público externo, incluindo cobertura fotográfica, jornalística, apoio para serviços de áudio e filmagem, com destaque para:
 - o Reuniões do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), do MCTIC, com a presença do Ministro e do Presidente da República
 - o Reunião: Internacionalização das CHSSA (Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas)
 - o Workshop da Comissão de Avaliação da Plataforma Lattes (COMLATTES)
 - o Palestra da Comissão de Integridade na Atividade Científica (CIAC)
 - o Palestra “A Matemática está em tudo”
 - o Festa de fim de ano, com apresentações musicais, contação de histórias, teatro e sorteio de brindes.
- Atendimento constante à grande imprensa e local, demandas internas, cobertura jornalística e fotográfica de eventos e participação dos dirigentes do CNPq.
- Produção semanal do Programa de rádio web “CNPq em Pauta” com um resumo das notícias da semana do CNPq: divulgação interna e no Twitter, com 29 programas publicados.
- Enviadas 69 mensagens com “Dicas do Dia SEI”, informativo de orientação e esclarecimento aos usuários do SEI.
- Enviadas três mensagens no âmbito do “Palavra do Presidente”.
- Realizada sessão solene em comemoração ao PELD e palestra sobre Iniciação Científica no CNPq durante a 68ª Reunião da SBPC, além do estande expondo material de divulgação do sítio PELD da Serra do Cipó.
- Retomada a confecção de *banners*, *folderes*, diplomas e demais serviços gráficos, com a conclusão da contratação da gráfica licitada.

DESTAQUES DA GESTÃO

- Criação do Programa de Divulgação e Disseminação Científica, de bolsas para profissionais da área de comunicação para atuarem em projetos de divulgação científica vinculados ao CNPq.
- Impulso da presença do CNPq nas redes sociais.
- Restabelecimento da relação com a imprensa, com envio sistemático de *releases*, entrevistas e artigos.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

A estrutura ainda carece de melhor organização, com divisão de chefias para cada serviço oferecido, sobrecarregando o trabalho de coordenação, além de falta de mão-de-obra qualificada e equipamentos modernos para a realização de ações multimídia. A dependência da TI do CNPq, por exemplo, pela falta de profissional em *Web Design*, atrapalha os trabalhos.

Além disso, a dificuldade de alocação de pessoal qualificado existente na casa, mas em outras áreas, também prejudica.

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

- Criação de um Núcleo Audiovisual;
- Aquisição de novos equipamentos de fotografia e informática;
- Finalização do processo de licitação de gráficas; e
- Formulação de um Plano Anual de Comunicação.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

- **E23 – Elaborar e implementar um Plano de Comunicação Social para o CNPq:** a formalização da Coordenação de Comunicação por meio da Resolução Normativa publicada foi um passo importante para dar autonomia e respaldo legal à área na formulação do Plano, mas continua na dependência de uma maior interação com todas as áreas do CNPq, que ainda não foi estabelecida de forma eficiente e de uma melhor qualificação da equipe.
- **E26 – Implementar Política de Atendimento de Imprensa:** devido a deficiências na equipe de jornalismo, não foi possível dar andamento a essa ação.

OUVIDORIA

Responsável pelo fortalecimento dos princípios do diálogo, transparência e ética nas relações com todos os públicos do CNPq, como também pela coordenação das atividades que visem acolher opiniões, sugestões, elogios, críticas, reclamações e denúncias dos servidores e colaboradores.

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

- Elaboração, junto ao Comitê de Segurança e Informação e Comunicações (CSIC) de normativo específico para regular o acesso físico ao CNPq, objetivando a redução de riscos institucionais;
- Manutenção do uso do sistema E-OUV para recebimento de demandas, o que permite o acesso do cidadão à Ouvidoria do CNPq, por meio de um portal integrado a outras Ouvidorias do Serviço Público Federal;
- Atuação para implementação do sistema SEI no CNPq, visando facilitar o acesso à informação gerada por meio de documentos;
- Atuação na Comissão para Gestão da Política de Dados Abertos do CNPq, dentro do CSIC, em atenção ao Decreto 8.777/2016. Essa comissão elabora a Política de Dados Abertos (PDA) do CNPq, aumentando a transparência pública desta Fundação;
- Auxílio na implementação do Núcleo de Correição e Corregedoria no CNPq, visando também a mediação de conflitos, com o objetivo de evitar o agravamento de conflitos que possam redundar em sindicâncias ou Processos Administrativos Disciplinares (PAD);
- Atuação em grupos de trabalho nas temáticas: Teletrabalho, Novo Controle de Frequência e Acesso às Dependências do CNPq. Com essa participação, buscou-se colaborar com a operacionalização de normas que atendam a requisitos de segurança e inovação para a gestão.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

- Atendimento de 575 demandas que chegaram à Ouvidoria;
- Respostas a 403 pedidos de acesso à informação que chegaram para o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);
- Capacitação dos servidores da Ouvidoria em novos sistemas e legislação: E-OUV, E-SIC e SEI (sistemas) e Lei 12.527/2011, Decreto 7.724/2012, Decreto 8.777/2016 (dados abertos) e Decreto 8.789/2016 (política de compartilhamento de bases de dados).

DESTAQUES DA GESTÃO

- Participação junto à CGETI e ao CSIC para melhoria na transparência ativa;
- Atuação na implantação do SEI no CNPq, visando esclarecer quanto à transparência pública de documentos inseridos naquele sistema;
- Adoção do sistema E-OUV, vinculado à CGU, para o recebimento de demandas.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

- Dificuldade de negociação com outras áreas do CNPq, tendo em vista o desconhecimento, em algumas áreas, da legislação vigente de Acesso à Informação pública e, em outros casos, dificuldades surgidas por conta de conflitos internos. Alguns desses conflitos motivaram o contato mais estreito desta Ouvidoria com a Comissão de Ética visando, em última instância, melhorar o relacionamento com a sociedade.

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

- Elaboração de treinamento para os servidores do CNPq, envolvendo uma nova abordagem sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Política de Dados Abertos em função do uso do SEI e de nova legislação em vigor.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

Em relação aos projetos específicos, a Ouvidoria está diretamente envolvida na execução do projeto *E27 – Implantar sistema informatizado de recebimento e gestão de demandas recebidas pela Ouvidoria, fornecido pela CGU (e-Ouvidoria)*. Este projeto foi concluído, estando em operação atualmente via Sistema e-OUV.

Coordenação Geral de Cooperação Institucional (CGCIN)

Responsável pela gestão da área de cooperação e parcerias internacionais. Abriga três coordenações técnicas: a Coordenação de Informação e Estudos Internacionais (COINF), a Coordenação de Negociação e Assessoramento Internacional (CONAI) e a Coordenação de Gestão de Programas Internacionais (COGEP).

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

1. PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (CsF)

1.1 Bolsas Individuais no Exterior no CSF

Em 2017 não foram realizadas chamadas do Programa Ciência sem Fronteiras, havendo apenas a manutenção de bolsas já concedidas. As bolsas de Graduação Sanduíche (SWG) e Pós-Doutorado (PDE) encerraram em 2016, não havendo remanescentes em 2017. No que diz respeito às atividades de pós-graduação do Programa, restaram vigentes, em 2017, 125 bolsas de Doutorado Pleno (GDE).

1.2 Parcerias Institucionais científicas

Em 2017 foram restauradas cotas do Programa de Pesquisador Visitante (PVE) que estavam suspensas, resultando na implementação de 82 bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (SWE) e 422 bolsas de Pós-Doutorado Júnior (PDJ). Também foram restauradas cotas do Programa de Bolsas para Jovens Talentos, que estavam suspensas, resultando na implementação de 131 Bolsas para Jovens Talentos, 136 Bolsas de Iniciação Científica (IC) e 5 Bolsas de Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI).

2. AÇÕES DE COOPERAÇÃO BILATERAL

2.1 Alemanha

BMBF/PT-DLR Ministério Alemão de Educação e Pesquisa – Agência de Gestão de Projetos do Centro Aeroespacial Alemão. Convênio vigente, assinado em abril de 2008.

Bolsas vigentes em 2017: 1 PDE

Programa CNPq/CAPES/DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico). Programa conjunto de bolsas na Alemanha, inaugurado em 1991, contemplando bolsas GDE e SWE.

Lançamento da Chamada 04/2017. Como resultado, o CNPq aprovou 30 bolsas, sendo 21 GDE e 09 SWE, além do pagamento de 09 auxílios-deslocamento dos candidatos SWE para os bolsistas a serem implementados pelo DAAD. A vigência das bolsas aprovadas é a partir de janeiro de 2018.

Bolsas vigentes em 2017: 57 GDE e 07 SWE e 09 auxílios deslocamentos de bolsistas.

2.2 Argentina

Em agosto de 2017 foi realizada a I Reunião do Comitê Executivo Brasil e Argentina de C,T&I, ficando acertada a atualização do Acordo entre o CNPq e o Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), a ser assinado em 2018.

2.3 Canadá

CALDO Programa de bolsas com o Canadá no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras assinado em 2011

Apoio: Doutorado Pleno no Exterior (GDE) e Pós Doutorado no exterior (PDE)

Bolsas vigentes em 2017: 8

2.4 Chile

CONICYT Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica. Acordo renovado em 2015, com uma chamada binacional lançada naquele ano, com recursos previstos de R\$ 566.500,00. Os dois projetos apoiados encontram-se em andamento.

2.5 China

Embora na relação bilateral com a China não tenha havido ações implementadas houve a participação do CNPq nos seguintes eventos com aquele país:

- Participação na IV Reunião da Subcomissão de C,T&I da Comissão de Coordenação de Alto-Nível Sino-Brasileira (COSBAN), em setembro de 2017.
- Participação no Workshop “Pesquisa e Método das atuais Políticas de C, T&I da China”, realizado em Pequim e Cantão, entre 22/10 e 11/11/2017. Evento promovido pela CISTRAT, resultado de parceria da UNESCO com a Academia Chinesa de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CASTED), teve pela primeira vez participação de representante brasileiro.
- Reunião com representantes do *China Science and Technology Exchange Center* (CSTEC), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia da China (MCTC), em 27 de novembro de 2017. O objetivo da visita do CSTEC ao CNPq foi divulgar oportunidades para cientistas jovens brasileiros de participar em projetos de cooperação de pesquisa na China nas áreas de Energia, Infraestrutura, Agricultura, Manufatura, Inovação em C&T e Tecnologia da Informação.

2.6 Estados Unidos

LASPAU. Novo Acordo de Cooperação e Plano de Trabalho estão sendo negociados entre as partes, com o objetivo de desenvolver e manter projetos e programas com vistas a promover a cooperação em áreas de C&T entre Brasil e Estados Unidos, no contexto de programas de intercâmbio acadêmico, por meio de estudo e pesquisa de brasileiros em instituições de ensino superior estadunidenses. Novo Acordo de Cooperação está sendo negociado para 2018

Bolsas vigentes em 2017: 104 bolsas na modalidade de Doutorado Pleno.

2.7 França

CIFRE Conventions Industrielles de Formation par la Recherche

Bolsas vigentes em 2017: 07

Cooperação CNPq-CIRAD

2017: Novo Acordo de Cooperação CNPq/CIRAD foi assinado em novembro de 2017.

Cooperação CNPq-IRD-ÁFRICA

Reunião cooperação tripartite sobre Desenvolvimento em C&T de ecossistemas do Nordeste brasileiro, com análise de novas prioridades e oportunidades de cooperação, ocorrida em Fortaleza, em 07/11/2017.

2.8 Índia

Departamento de Biotecnologia (DBT) acordo assinado em 2015.

Apoio: Custeio (material de consumo, passagens, diárias, etc.) de projetos conjuntos de Pesquisa Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) para as equipes brasileiras.

Projetos vigentes em 2017: 6

2.9 Itália

Centro Internacional para Engenharia Genética e Biotecnologia (International Centre for

Genetic Engineering and Biotechnology)- ICGEB acordo assinado em 2014 para Custeio de projetos conjuntos de Pesquisa Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) para a utilização das instalações dos laboratórios do ICGEB no exterior.

Projetos vigentes em 2017: 6

2.10 México

Tratativas foram realizadas com o Consejo Nacional de Ciencia y Tecnologia (CONACYT), do México, no sentido de atualizarmos o instrumento de cooperação vigente até 2016. Os textos finais do acordo estão prontos para assinatura por ocasião da próxima reunião da Comissão Mista Brasil-México a ser realizada no primeiro semestre de 2018.

2.11 Moçambique

CNPq/MCT-Mz Programa de Pós-Graduação Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique, que visa aprimorar o conhecimento para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Apoio: bolsas de Mestrado (GM) e Doutorado (GD)

Bolsas vigentes em 2017: 30 de Mestrado e 37 de Doutorado.

2.12 Polônia

NCBR National Centre for Research and Development acordo assinado em 2016, com objetivo de desenvolver projetos, atividades e intercâmbio de pesquisadores, cientistas e estudantes dos programas de cooperação em C,T&I dos países. Iniciada negociação para o lançamento de chamadas conjuntas em 2017.

2.13 Reino Unido

Universities UK (UUK) acordo assinado em 2011, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras para a concessão de bolsas SWG, SWE e GDE.

2017: Negociações iniciadas para lançamento de chamadas conjuntas.

Universidade de OXFORD acordo assinado em 2012, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, para a concessão de bolsas GDE

Bolsas vigentes em 2017: 6

2.14 Suíça

AIT Brazil Academia Industry Training Brazil tem como objetivo apoiar jovens cientistas a estabelecer parcerias com a indústria ou fundar companhias *start-up* – construindo parcerias internacionais.

Apoio: mobilidade de pesquisadores brasileiros: realização da 1ª Etapa de Treinamento em novembro 2017

Pesquisadores enviados à Suíça em 2017: 07

Ocorreu nova seleção onde foram selecionados mais cinco participantes, que já realizaram a primeira etapa do treinamento no Brasil em novembro de 2017, e irão à Suíça em abril de 2018.

SNSF Fundação Nacional de Ciência da Suíça: Assinatura de Acordo com o CNPq em novembro de 2017 para o apoio a projetos conjuntos. Plano de trabalho em negociação.

2017: Acordo assinado

3. AÇÕES DE COOPERAÇÃO MULTILATERAL

3.1 CNPq/TWAS Academia de Ciências para o Mundo em Desenvolvimento acordo assinado em 2004, renovado em 2013 para concessão de bolsas de Doutorado Pleno no País (GD), Pós-Doutorado Júnior (PDJ) e Doutorado Sanduíche no País (SWP) para cientistas e pesquisadores

oriundos de países em desenvolvimento.

Bolsas vigentes em 2017: 50 GD, 6 SWP e 7 PDJ

3.2 Programa de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) criado em 1984 e implementado pelo Acordo Marco, com 21 países ibero-americanos para fomentar a cooperação científico-tecnológica voltada à inovação. O marco funcional se compõe dos grupos de P&D, Universidades e Institutos de Pesquisa e Centros de P&D de empresas inovadoras nas modalidades: Redes Temáticas, Projetos de Pesquisa, Projetos de Pesquisa Consorciados e Projetos IBEROEKA. 2017: Contribuição anual.

Projetos aprovados em 2017: 03

3.3 Programa de Cooperação com Países da África (PROÁFRICA) tem por objetivo principal fortalecer a cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e países africanos, por meio do financiamento a projetos de pesquisa conjuntos e mobilidade de cientistas e pesquisadores. A última chamada realizada foi a 46/2014 com um total de R\$ 2.000.000,00.

Projetos aprovados em 2017: 15

3.4 Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação-PEC/PG - Atividade de cooperação educacional com países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos, para formação de recursos humanos de nível superior, em parceria com CAPES, MEC e MRE. As bolsas ativas em 2017 foram remanescentes das chamadas realizadas em 2014 e 2015.

2017: Chamada com 40 bolsas de mestrado e 60 bolsas de doutorado para 18 países, o que implicou em reserva orçamentária significativamente maior para o ano de 2018.

Bolsas vigentes em 2017: 177 de Mestrado (GM)

3.5 Programa Science, Technology and Innovation (STI/BRICS) acordo assinado em 2016 com as agências financiadoras de C,T&I dos países do BRICS para implementação do Programa-Quadro para financiamento de projetos de pesquisa conjuntos (STI-BRICS). A chamada CNPq/BRICS 18/2016 contou com a aprovação de sete projetos com um total de R\$ 1.298.880,00.

Projetos de pesquisa apoiados em 2017: 07

3.6 Projeto ALCUE-NET: visa estabelecer uma plataforma entre a União Européia, a América Latina e o Caribe para participação em eventos de gestão e indicação de especialistas brasileiros.

Eventos em 2017:

- CELAC-UE Workshop sobre Urbanização Sustentável, Cidades Inteligentes e Soluções de Base Natural, Lisboa 29-30 Junho 2017.
- Reunião Final do consórcio ALCUE-NET para análise de novas perspectivas e instrumentos de cooperação CELA-UE, ocorrida em Buenos Aires, de 14-17/12/2017.
- Em ambos projetos houve reuniões e vídeo-conferências sobre infra-estruturas de pesquisa, saúde e ciências marinhas, visando futuras iniciativas de cooperação e lançamento de chamadas conjuntas EU-CELAC nessas áreas.

3.7 Projeto ERANet-LAC (operado pelo CYTED): parceria em C,T&I por meio de ações conjuntas criando estrutura sustentável para atividades bi-regionais para apoio a projetos de pesquisa.

Projetos aprovados em 2ª. Chamada em 2017: 5

Eventos em 2017:

- Participação em todo o processo da iniciativa ERANETLAC, ação de cooperação entre os grupos Latinoamericano e Europeu para definição de áreas prioritárias, montagem e

lançamento da 3ª Chamada a projetos internacionais de cooperação, ocorrido em 26/12/2017. Chamada em aberto, com previsão de fechamento das inscrições em 08/03/2018.

- Reunião de Altos Funcionários da América Latina Caribe e União Européia (SOM) e do Consórcio ERANET LAC, de preparação da 3ª Chamada, ocorrida em El Salvador 01-05/10/2017.

3.8 Projeto Observatório Pierre Auger tem por objetivo descobrir os mecanismos de produção, aceleração e propagação através do espaço da radiação cósmica de energias elevadas. O Brasil participa do projeto com uma contribuição anual à Fundação do Observatório. Em 2017 o CNPq assinou acordo de cooperação com a Fundação *Ahuekna* (localizada em Buenos Aires, Argentina), nova responsável pela gestão administrativa e orçamentária do Observatório, o que possibilitou a continuidade dos trabalhos e pesquisas das equipes brasileiras lá instaladas.

Apoio: Contribuição anual em 2017.

3.9 Cooperação Brasil-UNIÃO EUROPEIA - Projetos de gestão em C&T que possibilitam a diversificação da agenda de cooperação internacional transversal, estimulando a criação e o fortalecimento de redes nacionais e internacionais e da cooperação inter-regional de longo prazo. Em 2004 foi aprovado o Acordo entre a Comunidade Europeia e o Brasil, renovado em 2007.

Eventos realizados em 2017:

- Reunião do Comitê Diretivo Brasil–União Europeia para cooperação em C,T&I, ocorrida em Bruxelas, em 28 e 29/11/2017, visando estabelecer novas prioridades temáticas e iniciativas de cooperação. Ali foram lançadas as bases para discussão e preparação do Arranjo de Cooperação em C,T&I entre CNPq, FINEP, CONFAP e a Direção de Pesquisa e Inovação da UE.
- Missão das representantes do Desk Brasil e da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral de Pesquisa e Inovação da EU e reunião no CNPq, ocorrida em 12/12/2017, com representantes deste Conselho, FINEP e CONFAP para discussão e preparação do Arranjo Interinstitucional de cooperação em C,T&I, com previsão de assinatura em março de 2018.

Cooperação Brasil-União Europeia em TICs: chamadas coordenadas MCTI/CNPq/UE desde 2009 com a participação de empresas nos consórcios de pesquisa dos lados brasileiro e europeu e a paridade dos recursos investidos pelas partes.

Apoio: projetos de pesquisa

Projetos aprovados em 2017: 4

Organização Europeia de Pesquisa Nuclear (CERN): novo Protocolo atualizado em 2016 e continua vigente em 2017 com contribuição anual para participação e treinamento de estudantes brasileiros no CERN

2017: Pagamento da contribuição anual.

4. RELACIONAMENTO COM EMPRESAS

As parcerias com o setor produtivo representam oportunidade de apoio financeiro a projetos de pesquisa, formação e capacitação de pessoal em setores especializados e áreas de interesse para a indústria brasileira. Essas parcerias justificam-se pelo avanço do setor produtivo e pela oportunidade de aproximação com as universidades e instituições de pesquisa no Brasil e parcerias científicas no exterior.

4.1 ACORDO DE PARCERIA CNPq/HYUNDAI

As restrições orçamentárias e a suspensão do lançamento de novas chamadas pelo Programa Ciência sem Fronteiras impediram a utilização do primeiro repasse dos recursos no valor de R\$1.000.000,00,

previstos no Acordo de Cooperação CNPq-Hyundai. Nesse sentido, foi assinado um Termo de Distrato encerrando a vigência do Acordo em questão.

2017: Negociação de Acordo de Parceria, em novas bases, com os recursos remanescentes.

4.1 ACORDO DE PARCERIA CNPq/ITV-VALE

Apoio: Pós-Doutorado Júnior – PDJ, Pesquisador Visitante – PV, Pesquisador Visitante Especial – PVE, Atração de Jovens Talentos – BJT, Doutorado Sanduíche – SWE, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior Junior – DEJ, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior Sênior – DES, Desenvolvimento Tecnológico e Industrial – DTI.

2017: Chamada em elaboração induzida para seleção de projetos que serão apoiados em 2018.

4.4 ACORDO DE PARCERIA CNPq/CAPES/PETROBRAS

A partir de 2018 serão implementadas até 214 bolsas nas modalidades SWE e GD.

2017: Segundo Termo Aditivo ao Acordo de cooperação e novo plano de trabalho foram assinados em dezembro.

4.2 ACORDO DE PARCERIA CNPq/PETROGAL

Apoio: bolsas de Doutorado Pleno (GDE) e Mestrado Profissional (MPE)

Bolsas vigentes em 2017: 25 bolsas nas duas modalidades

2017: Novo Acordo de Parceria e Plano de Trabalho está em negociação e deverá ser implementado em 2018.

4.3 ACORDO DE PARCERIA CNPq/SHELL

Bolsas de SWE, GDE e PDE.

2017: Acordo de Parceria está sendo negociado e será implementado em 2018.

4.6 ACORDO DE COOPERAÇÃO CNPq/VALE/MITACS

Acordo assinado em 2011 e renovado em 2015 com vigência até 2017, tem por objetivo estabelecer e reforçar redes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação internacionais em instituições canadenses parceiras da MITACS

Apoio: bolsas de pós-doutorado

Bolsas vigentes em 2017: 10

5. ESTUDOS E ATENDIMENTO A DEMANDAS DE INFORMAÇÃO

- 1 - Produção de relatórios propositivos sobre estudos prospectivos em áreas temáticas C,T&I;
- 2 - Produção de notas técnicas de recomendação segundo estudos prospectivos em C,T&I;
- 3 - Identificação de áreas do conhecimento em C,T&I de valor estratégico ao país como subsídio à melhoria às ações de cooperação internacional;
- 4 - Participação, juntamente com o IBICT e a CAPES, em estudos visando à criação de um sistema *Current Research Information System (CRIS)* para o Brasil, bem como para a adoção de um identificador persistente internacional para a Plataforma Lattes;
- 5 - Atendimento a demandas internas e externas de informação.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

- 1- Consolidação de procedimentos operacionais na nova estrutura da CGCIN, após sua fusão com a Coordenação Geral do Programa Ciência sem Fronteiras (CGCSF);
- 2- Implementação de chamadas de projetos conjuntos relativas ao Acordo com as agências financiadoras de C&T dos Países do BRICS para execução do Projeto Piloto (STI-BRICS);
- 3- Realização do Seminário de Avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito da parceria Franco-Brasileira com vistas à implementação de novos projetos de pesquisa de interesse dos países;
- 4- No Programa CsF foram continuadas as bolsas individuais de pós-graduação no exterior. Outras modalidades foram as parcerias institucionais e científicas como os programas de PVE e BJT; e
- 5- Tendo em vista as restrições orçamentárias que suspenderam cerca de 908 cotas de bolsas SWE vinculadas aos projetos do Programa Pesquisador Visitante Especial (PVE), em 2016, o CNPq envidou esforços em 2017, junto ao MCTIC, para a reativação das referidas cotas. Na oportunidade, os coordenadores dos projetos foram consultados e convidados a manifestar interesse. Esta consulta resultou na previsão de implementação de 180 cotas SWE, de 123 projetos em andamento.

No que se refere às ações de cooperação previstas para 2017, foram realizadas seis ações, a saber:

- Chile: Identificação de ações de impacto e implementação de projetos na relação Brasil/Chile. Negociação para identificação da área de concentração para a chamada binacional - Envelhecimento Populacional, lançamento de chamada binacional e eleição de quatro projetos vencedores - valor : R\$1.200.000,00;
- BRICS: Participação das etapas de construção do Programa Piloto de Cooperação em C,T&I dos BRICS, lançamento e operação da Chamada 1 do programa e definição de sete projetos brasileiro para participarem dos projetos internacionais;
- SUIÇA: Montagem do programa de formação de jovens empreendedores, lançamento da chamada 1 do Programas e definição dos 15 vencedores;
- ERANETLAC – EU: Participação em todo o processo da ERANETLAC, ação de cooperação entre os grupamentos Latino-americano e Europeu para a definição de áreas prioritárias para a montagem e definição de projetos de cooperação por meio do lançamento de chamadas internacionais;
- Austrália: Cooperação com instituições australianas na criação de programa, estabelecimento de projetos com as IES de *Queensland* e expansão para outras regiões/áreas daquele país; e
- Programa DAAD/CNPq: Implantação de ação de cooperação entre IES da Alemanha e do Brasil, centrada na formação de pesquisadores em nível pós doutoral e implementação de projetos conjuntos com rebatimento no programa nacional dos INCTs.

DESTAQUES DA GESTÃO

- 1- Retomada do Programa DAAD/CAPES;
- 2- Retorno às atividades dos Programas TWAS PEC-PG, fazendo com que o CNPq retornasse ao cenário de países que recebem estudantes de pós-graduação e pesquisadores nas IES brasileiras;
- 3- Início do diálogo entre o CNPq/CAPES para uma avaliação estratégica do Programa CsF;
- 4- Fortalecimento da parceria com o setor empresarial, com o estabelecimento de ações inovadoras com os recursos remanescentes do CsF e novos aportes financeiros em áreas estratégicas; e
5. Participação no fortalecimento das relações de cooperação com a União Europeia.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

- Restrições orçamentárias impuseram limitações à TI, que impactaram negativamente o desenvolvimento das atividades da Coordenação.
- Restrições orçamentárias impostas ao CNPq causaram retração das ações de cooperação internacional com parceiros importantes e tradicionais da Agência.
- A CGCIN sofreu forte impacto na sua capacidade operacional em razão do volume de aposentadorias, sem reposição, situação esta que deve agravar-se a partir de 2018.

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

Cooperação Brasil – EU: Assinatura do Arranjo de Cooperação em C,T&I entre CNPq, FINEP, CONFAP e a Direção de Pesquisa e Inovação da EU e elaboração de um plano de trabalho para cooperação com a UE, previsto para março de 2018.

Cooperação CELAC-EU: Fechamento (em 08/03/2018), avaliação conjunta e implementação da 3ª Chamada ERANET LAC a projetos internacionais de cooperação, lançada em 26/12/2017, com recursos alocados pelo CNPq de 300 mil euros, para as áreas de TICs, Saúde e Biorrefinaria.

Priorizar a internacionalização da C&T brasileira, como estratégia de ação do CNPq, no âmbito do MCTIC, juntamente com a inovação, bem como intensificar as relações com os parceiros tradicionais do CNPq. Ênfase especial deverá ser conferida à intensificação das atividades de cooperação com o bloco BRICS e seus integrantes. Deverá ser dada ênfase, também, à relação com os países ibero-americanos e do Atlântico Sul.

Com a consolidação do acordo Suíça - AIT *Brazil Academia Industry Training Brazil*, previsto para Abril de 2018, espera-se que se intensifique a relação Brasil - Suíça na área do empreendedorismo.

Intensificar as relações com a Austrália, no sentido de aproveitar as complementaridades entre os dois países na área de C,T&I.

Também será dada especial atenção à intensificação e diversificação das relações do CNPq com instituições congêneres nos países mais desenvolvidos, em particular: Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Japão e França.

Fazer levantamento sobre os resultados PEC - PG e TWAS, no sentido de poder acompanhar de forma mais próxima a trajetória dos egressos do Programa.

Manter a preocupação e perseguir a implementação e desenvolvimento de estudos prospectivos que possam subsidiar as ações do CNPq, intensificando a preocupação com a inovação e internacionalização como diretrizes centrais na definição das ações futuras.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

DIRETORIA DE ENGENHARIAS, CIÊNCIAS EXATAS, HUMANAS E SOCIAIS (DEHS)

Responsável pela gestão dos programas de pesquisa nas áreas de Engenharias, Ciências Exatas, Ciências Humanas e Ciências Sociais, a DEHS conta com três Coordenações Gerais: a Coordenação Geral de Engenharia, Tecnologia e Inovação (CGECT), sendo que, a esta estão vinculadas duas coordenações técnicas: a Coordenação do Programa de Pesquisa em Engenharias (COENG) e a Coordenação do Programa de Pesquisa em Energia (COENE); a Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CGCHS), que abriga duas coordenações técnicas: a Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (COCHS) e a Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação (COSAE); e, por fim, a Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Ciências Exatas (CGCEX), que abrange as seguintes coordenações técnicas: a Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Exatas (COCEX), a Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Químicas e Geociências (COCQG) e a Coordenação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicações (COAPD).

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

Além das modalidades tradicionais (PQ, Bolsas Especiais no País e no Exterior, AVG e AVP), destaca-se a gestão e implementação da chamada Universal 01/2016 e da Chamada CNPq 22/2016 - Pesquisa e Inovação em Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, ambas com julgamento concluído em 2016, mas até então sem recursos para a efetivação dos auxílios.

A Chamada CNPq Nº 09/2017 – Bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora – DT, com recursos no valor de R\$ 11.500.000,00, ficou sob a gestão da DEHS neste ano de 2017. Foram 901 propostas, 396 delas recomendadas pelo Comitê Julgador, sendo 238 atendidas. O comitê destacou o aumento na demanda. Considerando-se o foco em inovação da atual administração do CNPq, esta é uma modalidade que deve ser acompanhada com atenção.

Algumas chamadas estão em negociação para lançamento em 2018. Destaca-se aqui a chamada em parceria com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), na qual haverá a oportunidade de se aplicar a Metodologia Flexível de Apoio à Tomada de Decisão Multicritério em CT&I (DEMUCTI).

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2017

De maneira inédita durante as ações de realização da anual Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), o CNPq, em parceria com o MCTIC, lançou a Chamada Pública MCTIC/CNPq nº. 02/2017 – Apoio à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2017. Seu objetivo foi selecionar eventos de divulgação e popularização da ciência, particularmente da Matemática, em todas as unidades federativas do Brasil, com realização durante a SNCT (de 23 a 29 de outubro de 2017). Foram dispostas três linhas de financiamento: (A) Projetos de Abrangência Estadual ou Distrital, (B) Projetos de Abrangência Intermunicipal e (C) Projetos Temáticos. Foram aprovados 188 projetos com o valor global aproximado de R\$ 5.500.000,00, oriundos do MCTIC.

Esta ação foi fundamental, pois democraticamente possibilitou a realização de eventos em todas as unidades da federação, além de possibilitar o engajamento de dezenas de escolas e instituições de ensino superior nas atividades da SNCT 2017.

INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Em parceria com o Ministério do Trabalho (MTB), foi lançada a Chamada CNPq/MTB-SENAES nº. 27/2017 – Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários, que apoiou projetos de P&D e extensão de incubadoras tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Dentre seus objetivos, destacam-se o estímulo ao desenvolvimento de processos de incubação de EES e/ou redes de cooperação, a capacitação de docentes, técnicos e discentes nos projetos incubados e a articulação entre as atividades de pesquisa, desenvolvimento e aplicação de Tecnologia Social e as políticas públicas de fomento à Economia Solidária. No total, foram aprovados 67 projetos, sendo o valor global de cerca de R\$ 6.700.000,00.

NANOTECNOLOGIA

A nanotecnologia consolidou uma dinâmica de rápido desenvolvimento e aplicação diversificada em virtualmente todos os setores econômicos e não configura uma promessa ou uma ficção futurista, ela já é uma realidade observada em inúmeros produtos comercializados por diferentes setores. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que o mercado de produtos nanotecnológicos movimenta cerca de US\$ 350 bilhões. Já existem no mercado mundial diversos produtos que incorporam nanotecnologias, inclusive de consumo de uso amplo, como cosméticos e produtos de higiene pessoal.

O Brasil conta com o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO), um conjunto de laboratórios de alta excelência científica na área, e também com seis Redes Cooperativas de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanotoxicologia e duas Redes de Nanoinstrumentação, que poderão contribuir para responder perguntas e fornecer dados importantes voltados para a questão regulatória da Nanotecnologia. O SisNANO foi criado por meio da Portaria N° 245, de 5 de abril de 2012, com o objetivo de assegurar a excelência da P,D&I em nanotecnologia no país através de laboratórios multiusuários, com acesso aberto a pesquisadores e empresas. Em 2012 foram selecionados, via Chamada Pública, vinte e seis laboratórios que passaram a constituir o SisNANO, sendo oito Laboratórios Estratégicos e dezoito Laboratórios Associados, que disponibilizam, respectivamente, 50% e 15% do tempo de uso dos equipamentos aos usuários externos. Esses laboratórios devem receber financiamento prioritário do MCTIC com o objetivo de melhorar a infra-estrutura dos laboratórios e de garantir o funcionamento dos laboratórios de maneira aberta, atendendo usuários e instituições dos setores público e privado. Atualmente, o SisNANO é considerado o instrumento de maior visibilidade e impacto para impulsionar a inovação em nanotecnologia no país e é a principal ação da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), lançada pelo MCTIC em 2013.

PROGRAMA START-UP BRASIL

Em agosto de 2017 foi lançada a chamada pública CNPq/MCTIC/SEPIN N° 24/2017, com o objetivo de apoiar projetos de P,D&I de empresas emergentes, com até quatro anos de constituição, que desenvolvam *software*, *hardware* e serviços de TI ou ainda que se proponham a utilizar *software*, *hardware* e/ou serviços de TI como elementos do seu esforço de inovação. O Programa é uma parceria público-privada entre o MCTIC e 13 Aceleradoras de Empresas. Estas últimas buscam empresas com projetos com potencial para mercado em curto espaço de tempo e as capacita para atingirem seus objetivos com investimentos financeiros e não-financeiros.

Dada a complexidade do Programa Start-Up Brasil, ainda estamos com resultados preliminares, mas devem ser aprovadas 51 empresas das 367 que se submeteram ao certame. O valor aportado foi de R\$ 9.700.000,00 em bolsas DTI, sendo que cada projeto poderia pleitear até R\$ 200.000,00.

DESENVOLVIMENTO DE C,T&I E RECURSOS HUMANOS CENSIPAM

A encomenda CNPq/CENSIPAM resultou de parceria entre o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e o CNPq, tendo por finalidade fomentar pesquisas para a resolução de problemas, obtenção de novos conhecimentos e projeção de novas tecnologias de interesse do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), resultantes de programas governamentais do Ministério da Defesa. Concomitantemente, no âmbito do SIPAM, havia interesse na qualificação de recursos humanos na região Amazônica, para as áreas de monitoramento ambiental, territorial, temático e de tecnologia da informação, alinhando-se aos objetivos da Ação. Essa ação teve como instrumentos a concessão de bolsas de desenvolvimento tecnológico, bem como o fomento de despesas de Capital e Custeio. Para tanto, foi previsto um valor orçamentário global de R\$ 3.587.600,00, com um prazo de execução de oito anos.

O grupo de trabalho é constituído por equipes que abordarão uma ampla gama de temas de pesquisa de interesse do CIPAM, como: i) Monitoramento Ambiental - meteorologia, clima, descargas atmosféricas, focos de calor e hidrologia; ii) Monitoramento Territorial - dinâmica de uso, ocupação e cobertura vegetal, gestão do conhecimento e sensoriamento remoto de observação da Terra; iii) Monitoramento Temático - saúde, educação, energia, ordenamento territorial, solo e apoio às políticas públicas; iv) Inteligência Tecnológica - sensoriamento remoto, monitoramento do espectro eletromagnético, de vigilância aérea e de monitoramento flúvio-costeiro, planejamento e apoio às operações de fiscalização e de repressão a ilícitos nacionais e transnacionais; v) Tecnologia da Informação - telecomunicações, logística, infraestrutura tecnológica e aplicações para coleta, processamento, tratamento, visualização, armazenamento, catalogação e distribuição de dados e; vi) Governança e Gestão - planejamento estratégico e mapeamento de processos.

DESTAQUES DA GESTÃO

Neste ano, a fim de ajustar melhor a distribuição de trabalho entre as coordenações gerais, algumas ações foram realocadas dentro da DEHS.

CHAMADA CNPq/CAPES Nº 26/2017 – PROGRAMA EDITORIAL

O Programa Editorial é uma importante ação historicamente desenvolvida pelo CNPq e CAPES, cujo objetivo é apoiar propostas que visem incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização em todas as áreas de conhecimento, contribuindo assim para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País. Esta ação tem importância indiscutível em relação à expansão, afirmação e maior visibilidade da pesquisa científica brasileira, uma vez que as publicações em periódicos consistem em uma das formas de se demonstrar e analisar os resultados provenientes dos investimentos em pesquisa.

Em 2017, após dois anos lançando chamadas separadamente, o CNPq e a CAPES reataram a parceria que tinham na área de Editoração, e lançaram a Chamada CNPq/CAPES No 26/2017 – Programa Editorial, cujo objetivo era apoiar propostas de editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização em todas as áreas de conhecimento. A chamada foi lançada com R\$ 4.500.000,00, destinados ao financiamento de itens de Custeio. Desse montante, R\$ 2.500.000 são provenientes do orçamento do CNPq e R\$ 2.000.000,00 do orçamento da CAPES. O Comitê Editorial se reuniu na sede do CNPq, entre 02 e 06 de outubro de 2017, para julgar as 216 propostas submetidas à Chamada, as quais demandaram R\$ 14.264.237,18. Os recursos disponibilizados pela chamada são equivalentes a 32% da demanda de recursos.

Com base nos recursos disponibilizados, os membros do Comitê Editorial analisaram as propostas das Grandes Áreas em que atuam, considerando critérios gerais de elegibilidade, e critérios gerais e

específicos (para cada Grande Área) estabelecidos pelos membros do Comitê. Após o trabalho de julgamento, o Comitê recomendou a aprovação de 186 propostas, ou seja, 86% da demanda bruta. Após a análise dos recursos, mais uma proposta foi aprovada, alcançando o total de 187 propostas.

Os recursos provenientes do CNPq foram empenhados no momento da contratação das propostas, em dez./2017, totalizando 55% do valor aprovado da Chamada. O restante dos recursos será pago com recursos da CAPES, tão logo haja a sua descentralização em 2018.

CHAMADA CNPq/MCTIC/MEC Nº 15/2017 - OLIMPIADAS CIENTÍFICAS

Em agosto/2017 foi lançada a Chamada CNPq/MCTIC/MEC Nº 15/2017 - Olimpíadas Científicas, em parceria com o MCTIC e o MEC, e com recursos da ordem de R\$ 3.500.000,00. A Chamada tinha por finalidade apoiar, com recursos de Custeio, a realização de Olimpíadas Científicas como instrumento de Popularização da Ciência e melhoria dos ensinos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas e docente. As Olimpíadas foram categorizadas como Olimpíada Nacional (para apoio a eventos caracterizados como Olimpíada Científica de nível nacional) e Olimpíada Internacional (para apoio a eventos de Olimpíada Científica Internacional a ser realizada no Brasil).

Dentre as 27 propostas demandadas (25 Nacionais e 2 Internacionais), 14 foram recomendadas pelo Comitê Julgador, sendo as mesmas 14 atendidas (13 Nacionais e 1 Internacional). Para a seleção dessas propostas foram utilizados os seguintes critérios: Relevância e mérito científico-pedagógico; Abrangência da proposta; Exequibilidade da proposta; e Adequação do orçamento físico-financeiro.

CHAMADA CNPq/MCTIC/MEC 25/2017 - FEIRAS E MOSTRAS CIENTÍFICAS

Numa parceria entre o CNPq, a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED/MCTIC), o Ministério da Educação e a CAPES, foi lançada a Chamada 25/2017, que objetiva a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas nos âmbitos municipal, estadual/distrital e nacional, como instrumento de Popularização da Ciência e melhoria dos ensinos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas e docente. Além disso, visa possibilitar a seleção dos melhores trabalhos para participação em Feiras/Mostras Internacionais. O Aporte inicial foi de R\$ 3.250.000,00, sendo R\$ 1.500.000,00 oriundos da SEPED/MCTIC, R\$ 1.000.000,00 oriundos do orçamento do MEC e R\$ 750.000,00 oriundos do CNPq, na forma de bolsas de Iniciação Científica Júnior. Os demais recursos serão para Custeio dos eventos. Espera-se para 2018 um aporte de R\$ 1.000.000,00 da CAPES.

Foram aprovadas inicialmente 217 propostas, das 290 recomendadas pelo Comitê Julgador. Um total de 367 propostas foi submetido à chamada.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

As dificuldades na implementação das ações e processos de trabalho foram os seguintes:

- instabilidade da PICC, gerando atrasos no andamento dos processos e estresse aos servidores encarregados das atividades;
- instabilidades pontuais do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ocasionando atrasos e estresse aos servidores da área;
- demora no atendimento dos pedidos realizados à CSTI/CNPq;
- redução do quadro de pessoal em virtude de aposentadorias e *turnover* dos servidores recém

ingressos em 2011/2012, ocasionando elevação da demanda de trabalho por servidor e perdas nos fluxos rotineiros de trabalho;

- o serviço disponibilizado pela Central de Atendimento não tem filtrado os pedidos de atendimento, gerando alta demanda de informações para a área.

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

Ampliação da articulação com o MCTIC e diretorias/secretarias específicas, com vistas à complementaridade e continuidade de ações relevantes, além de também buscar maior aproximação com outros agentes do Sistema Nacional de C,T&I. Destaca-se aqui a necessidade de continuidade de investimentos em ações como uma nova edição da Chamada de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em 2018.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

Quanto aos projetos, iniciativas e processos do Planejamento Estratégico de 2025, informamos os seguintes avanços:

- Houve negociação e lançamento de novas chamadas e encomendas;
- Fomos bem sucedidos no acompanhamento, assessoramento e subsídio aos trabalhos dos Comitês Assessores, inclusive com a indicação de novos membros;
- Também foram desempenhadas com sucesso as tarefas de: (i) Atendimento, no âmbito da Diretoria — presencial, eletrônico ou telefônico — aos pesquisadores, aos parceiros (ministérios, fundações, outras agências de fomento, CGEE etc.) e ao público externo em geral; (ii) consolidação de julgamentos de chamadas realizados no âmbito das Coordenações Gerais e Técnicas; (iii) execução de Acordos de Cooperação; (iv) avaliação de desempenho dos servidores; (v) implementação e gestão de Chamadas, Encomendas, Bolsas e Auxílios Individuais;
- Realização de ações de capacitação respondendo a demandas das áreas técnicas, visando avanços nos procedimentos de acompanhamento e avaliação;
- Com a negociação da Chamada com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), a DEHS identificou a oportunidade de aplicar os conhecimentos dos servidores que atuaram no GT (PO 277/2016, PO 071/2018) Metodologia Flexível de Apoio à Tomada de Decisão Multicritério - em CT&I (DEMUCTI) para que a ação proposta pela OCB seja um piloto que poderá trazer grandes avanços na gestão, acompanhamento e avaliação de ações no CNPq.

DIRETORIA DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL (DCOI)

Responsável pela gestão da cooperação, fomento à inovação e parcerias nacionais, assim como de diversos prêmios de estímulo à Ciência e pelo suporte à Propriedade Intelectual. Conta com a Coordenação-Geral de Cooperação Nacional (CGNAC), sendo que, a esta estão vinculadas três coordenações técnicas: a Coordenação de Apoio a Parcerias Institucionais (COAPI), a Cooperação de Programas Acadêmicos (COPAD) e a Coordenação de Parcerias Estaduais (COPEs). Conta ainda com a Coordenação do Programa de Capacitação Tecnológica e Competitividade (COCTC), com o Serviço de Suporte à Propriedade Intelectual (SESPI) e com o Serviço de Prêmios (SEPRM).

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

1) DCOI

- Elaboração de projetos para duas mesas-redondas no 8º Fórum Mundial de Água, a realizar-se em 2018.

2) COAPI/CGNAC

- Negociação de acordos de cooperação com as FAPs para finalizar a contratação dos projetos relativos à Chamada INCT 2014 – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia.
- Negociação para captação de novas parcerias no âmbito do Programa INCT – Edição 2014.
- Finalização da contratação de 102 projetos no âmbito da Chamada INCT – MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014, envolvendo recursos da ordem de R\$ 657 milhões, oriundos do MCTI, da FINEP, do CNPq, da Capes, de FAPs, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e do Ministério da Educação.
- Acompanhamento de 122 projetos contratados em 2008 – Programa INCT, sendo que 52 ainda se encontram vigentes.
- Acompanhamento de três projetos contratados no Edital MCT/CNPq/FNDCT nº 71/2010 – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia em Ciências do Mar, também vigentes.
- Conclusão da análise de 179 relatórios de projetos da Chamada MCTI/CNPq/MEC/Capes - Nº 06/2011 – Casadinho/Procad, além do acompanhamento de 22 projetos ainda vigentes.
- Criação do Grupo de Trabalho Operacional CNPq-CAPES.
- Envio de informações de forma sistemática à Casa Civil, para acompanhamento das atividades do Programa INCT.

3) COPAD/CGNAC

- Manutenção das cotas do Programa Institucional de Iniciação Científica e Programa Institucional de Iniciação Tecnológica PIBIC, PIBIC-Af (Ações Afirmativas), PIBITI e PIBIC-EM (Ensino Médio) de 19.357 para 23.999 bolsas.
- Manutenção das cotas de bolsas GM – GD aos Programas de Pós-Graduação das instituições de ensino superior públicas e privadas e institutos de pesquisa, no total de 17.178 bolsas.
- Concessão de bolsas IC-Jr para os premiados na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e de bolsas IC para o Programa de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado (PICME), em parceria com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).
- Execução do Programa de Iniciação Científica Júnior em parceria com as FAPs, com o objetivo de conceder bolsas para estudantes do ensino médio.

4) COPES/CGNAC

- Acompanhamento de 73 convênios e de 20 acordos de cooperação técnica firmados em anos anteriores com as FAPs e Secretarias de C&T nos Estados e ainda em execução. O acompanhamento é realizado tanto no aspecto técnico, quanto no aspecto orçamentário-financeiro. Neste último caso, a COPES implementou controle orçamentário-financeiro dos convênios celebrados sob a ótica da gestão. No controle, são monitoradas as edições de todos os programas com as fundações com as quais foram celebrados os convênios para descentralização de recursos, além das implementações de bolsas dos programas DCR (Desenvolvimento Científico Regional) e RHAE-FAP (Pesquisador na Empresa).

5) COCTC

- Encomendas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) – R\$ 2.809.762,55.

Ação	Valor (R\$)	Origem
Programa Lideranças para o Futuro – Austrália	182.160,00	SETEC/MEC
Apoio à realização de workshop do setor aeronáutico	200.000,00	SETEC/MCTIC
Multiplicadores Finlândia	479.840,00	SETEC/MEC
Pró-Inova - Atualização Guia da Inovação	60.000,00	SETEC/MCTIC
SIBRATEC - CompMagnet	100.000,00	SETEC/MCTIC
Manufatura Avançada	200.000,00	SETEC/MCTIC
16ª Conferência ANPEI de Inovação	80.000,00	SETEC/MCTIC
27ª Conferência Anprotec	100.000,00	SETEC/MCTIC
Manufatura Avançada - Agronegócio	640.000,00	SETEC/MCTIC
Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas - SBRT	309.600,00	SETEC/MCTIC
22º Seminário Internacional de Alta Tecnologia	30.000,00	SETEC/MCTIC
Reunião do comitê de auxílio técnico do PNI	99.520,00	SETEC/MCTIC
Mapeamento dos mecanismos de geração de empreendimentos inovadores no Brasil	248.000,00	SETEC/MCTIC
Capacitação em Manufatura Avançada	80.642,55	SETEC/MCTIC

- Acordos:

Instituição	Objeto	Valor (R\$)
SEBRAE	Atuação conjunta do CNPq e do SEBRAE no Projeto de Agentes Locais de Inovação – ALI via concessão de Bolsa de Extensão no País - EXP do CNPq para Agentes e Orientadores.	134.600.000,00
	Atuação conjunta do CNPq e do SEBRAE no Projeto de Agentes Locais de Inovação – ALI via concessão de Bolsa de Extensão no País - EXP do CNPq para Agentes e Orientadores.	362.220.000,00
IEL	Ampliar a participação de graduados, mestres e doutores em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas no País – Inova Talentos.	15.000.000,00
	Por meio de intercâmbio empresarial, o programa permitirá enviar para o exterior e receber no Brasil, profissionais e pesquisadores que atuem em áreas de interesse da indústria – Inova Global.	21.700.000,00
	Fomentar a participação de estudantes de graduação em projetos de PD&I de interesse do setor empresarial, em parceria com instituições de ensino superior e empresas – Inova Tec.	1.920.000,00
UFABC	O Programa de Doutorado Acadêmico-Industrial (DAI) é uma modalidade do doutorado acadêmico na qual o tema do projeto de doutorado é de interesse da indústria, tendo o bolsista um tutor na empresa participante.	5.387.040,00
EMBRAPII-CAPES- IEL	Capacitar recursos humanos por meio de sua participação em projetos de P,D&I executados por intermédio das Unidades e Polos Embrapii – Talentos para Inovação.	39.960.000,00
Natura	Ampliar a participação de graduados, mestres e doutores em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas no País e exterior.	1.948.729,92

6) SESPI/COCTC

- Lançamento do Chamamento Público nº 001/2017, no âmbito do Comitê de Negociação e Relacionamento Institucional (CORI), tendo como objetivo promover a participação de interessados em aportar recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica por meio de Acordo de Parceria para P,D&I.

7) SEPRM

- Finalização dos procedimentos dos seguintes Prêmios, com as respectivas cerimônias de premiação: Prêmio Almirante Álvaro Alberto para a Ciência e Tecnologia - 29ª edição/2017; Título de Pesquisador Emérito do CNPq - edição 2017; Menção Especial de Agradecimentos do CNPq - edição 2017; Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica - 37ª edição 2017; Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica – 14ª edição 2016; e Prêmio de Fotografia – Ciência & Arte - 6ª edição 2016.
- Em fase de procedimentos preparatórios para lançamento dos prêmios: Prêmio Jovem Cientista – XXIXª edição 2018 e Prêmio Melhor Idéia – edição 2018.
- Em fase de procedimentos preparatórios para lançamento do prêmio apoiado pelo CNPq: Prêmio MERCOSUL de Ciência e Tecnologia – edição 2017.
- Parcerias para os seguintes prêmios apoiados pelo CNPq: Comenda de Mérito Acadêmico das Universidades Brasileiras (CRUB) – edição 2017; Prêmio Tecnologias de Impacto – Novas solução wireless e IoT (Qualcomm e CNI) – edição 2017; Prêmio de Métodos Alternativos à Experimentação Animal (MCTIC e Fundação Grupo Boticário) – edição 2017.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

1) COAPI/CGNAC

- Empenho e pagamento de parcelas de convênios celebrados no âmbito dos Editais 2008 e 2010 do Programa INCT
 - Edital 15/2008 - Valores Pagos: R\$ 13.283.071,75; Valores Empenhados: R\$ 3.006.559,64
 - Edital 71/2010 - Valores Pagos: R\$ 9.067.101,86; Valores Pagos: R\$ 11.941.642,84
- Pagamento da 2ª parcela dos projetos contratados no âmbito da Chamada INCT 2014.
 - Chamada 16/2014 - Valores Pagos: R\$ 37.118.502,59
- Conclusão da concessão do Selo INCT a 128 pesquisadores, com início da negociação de novas parcerias para obtenção de recursos adicionais, tendo sido concluída a contratação de um projeto com recursos da SECADI/MEC e FAP-DF.

2) COPAD/CGNAC

- Concessão e pagamento das bolsas dos projetos aprovados por meio das chamadas públicas do biênio 2016-2018 dos Programas PIBIC, PIBIC-Af, PIBITI e PIBIC-EM – 32.838 bolsas
- Concessão e pagamento das cotas de bolsas GM e GD – 18.874 bolsas
- OBMEP – 6.000 bolsas
- PICME – 650 bolsas

3) COPES/CGNAC

- Renegociação de todos os convênios firmados com as FAPs relativas às edições 2008 e 2010 dos programas Programa Primeiros Projetos (PPP), Núcleos Emergentes (PRONEM) e Núcleos de Excelência (PRONEX), com liquidação do passivo negociado para sete desses convênios no valor total de R\$ 4.565.391,31.
- Obtenção de empenho para a segunda e terceira parcelas de 41 convênios relativos à edição 2013 dos programas PPP, PRONEM e PRONEX no valor total de R\$ 30.103.587,42.
- Participação de representantes do CNPq em dois seminários e julgamentos promovidos à distância pelas FAPs e um de forma presencial, além da participação em duas reuniões de comitês de avaliação realizadas nas dependências do CNPq.

4) COCTC

- Acompanhamento das Chamadas MCTI/SETEC/CNPq nº 54/2013 - RHAE Pesquisador na Empresa (78 projetos vigentes) e MCTI/CNPq nº 61/2013 - Apoio a Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas (12 projetos vigentes).
- Acompanhamento do Programa Inova Talentos – 194 bolsas em 2017;
- Acompanhamento do Programa SEBRAE/ALI – 432 bolsas em 2017.

5) SESPI/COCTC

- 14 empresas atendidas no âmbito do CORI.

6) SEPRM - Concessão de prêmios e títulos a 43 agraciados

- Finalização dos procedimentos dos seguintes prêmios, com as respectivas cerimônias de premiação: Prêmio Almirante Álvaro Alberto para a Ciência e Tecnologia - 29ª edição/2017 (01 agraciado); Título de Pesquisador Emérito do CNPq - edição 2017 (10 agraciados); Menção Especial de Agradecimentos do CNPq - edição 2017 (01 agraciado); Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica - 37ª edição 2017 (01 agraciado); Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica – 14ª edição 2016 (07 agraciados); e Prêmio de Fotografia – Ciência & Arte - 6ª edição 2016 (06 agraciados).
- Assinatura de acordo de cooperação entre CNPq, Fundação Roberto Marinho, Fundação Grupo Boticário e Banco do Brasil: Prêmio Jovem Cientista – XXIXª edição 2018.
- Assinatura de acordos de cooperação e ações de parcerias técnicas dos seguintes prêmios: Comenda de Mérito Acadêmico das Universidades Brasileiras – CRUB - edição 2017 (01 agraciado); Prêmio Tecnologias de Impacto – Novas solução *wireless* e IoT – Qualcomm e CNI - edição 2017 (10 agraciados); Prêmio Experimentação Animal – MCTIC e Fundação Grupo Boticário - edição 2017 (06 agraciados).

DESTAQUES DA GESTÃO

1) DCOI

- Promoção da capacitação de servidores em temas relacionados à avaliação e ao acompanhamento de políticas, com análise de indicadores de C,T&I.
- Interlocução para fins de estabelecimento de parceria com a Fundação Eliseu Alves.
- Renegociação da parceria com as empresas Statoil Brasil Óleo e Gás e Natura.
- Estabelecimento de nova parceria no âmbito do CORI: Associação A.B.E.L.H.A.

2) COAPI/CGNAC

- Busca pelo CNPq de novas parcerias para o Programa INCT, tendo sido acertada a contratação do INCT Inclusão Social com recursos do MEC/SECADI e FAP-DF.
- Participação na ação com o CGEE para dar continuidade à avaliação dos projetos do Programa INCT.

3) COPAD/CGNAC

- Preparação das chamadas de programas institucionais PIBIC e PIBITI.

4) COPES/CGNAC

- Implementação de novo modelo de gestão e acompanhamento de convênios.
- Reativação do Grupo de Trabalho CNPq-CONFAP.

5) COCTC

- Negociação de novas parcerias como o IEL, destacando-se as ações Inova Tec e Inova Global;
- Ampliação do programa de doutorado acadêmico industrial – DAI, com a inclusão de projetos pilotos com a UFMS e a FAPEAL;
- Montagem do GT Inovação com as seguintes instituições: IEL, SEBRAE, SENAI, ANPROTEC, FORTEC e CONFAP.

6) SESPI

- Atendimento e negociação com empresas, para apoio a projetos de pesquisa.

7) SEPRM

- Negociação de novo contrato de patrocínio para o Prêmio Jovem Cientista;
- Apoio do CNPq a prêmios oriundos de novas parcerias;
- Realização, em colaboração com a COCOM/GAB/PRE, da organização da participação do CNPq na SBPC 2017.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

1) COAPI/CGNAC

- Informatizar o procedimento de mudança de titularidade de projetos na PICC.

2) COPAD/CGNAC

- Dificuldade de cadastramento dos Representantes Institucionais de Iniciação Científica e Coordenadores no Cadastro de Informações Institucionais – Diretório de Instituições, quando das substituições de reitores e pró-reitores ao fim do mandato.
- Demora na alteração da normativa aplicável às normas de bolsas no País (RN-017/2006).

3) COPES/CGNAC

- Restrição, sobretudo do FNDCT, para o repasse de restos a pagar dos convênios.

4) COCTC

- Restrição orçamentária, sobretudo FNDCT, para o pagamento de projetos vinculados aquele fundo;
- Dificuldade na execução das ações no ambiente da Plataforma Integrada Carlos Chagas.

5) SEPRM

- Informatizar os procedimentos de inscrição relativos ao Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica.

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

1) COAPI/CGNAC

- Avaliação parcial do Programa INCT 2014 e conclusão da avaliação das edições 2008 e 2010.
- Revisão e racionalização dos processos, visando ao redimensionamento da equipe de trabalho.

2) COPAD/CGNAC

- Concluir a revisão e a alteração das normativas aplicáveis a bolsas no País.
- Criar ferramenta de acompanhamento dos egressos dos programas de ICT.
- Restabelecimento da CONAIC e CONAIT (Comissão Nacional de Iniciação Científica e Comissão Nacional de Iniciação Tecnológica).
- Reformulação dos processos e formulários do Comitê Externo (Programas de ICT).
- Visitas técnicas às IES previamente selecionadas.
- Ampliar o número de bolsas dos programas institucionais de ICT.
- Implementar os relatórios institucionais das IES diretamente na PICC, permitindo que eles sejam utilizados pelos técnicos na pré-seleção e pelos membros dos Comitês de Julgamento.
- Implementar eletronicamente na PICC (Plataforma Integrada Carlos Chagas), os formulários de avaliação e seleção para permitir aos consultores externos o acesso a esses instrumentos.
- Divulgar informações relativas às cotas concedidas de bolsas de Mestrado e Doutorado.

- Formar uma comissão de especialistas da comunidade científica e tecnológica para debater e propor nova política de concessão de bolsas de mestrado e doutorado por cota institucional, definindo diretrizes, normas, critérios e modalidades de concessão, mecanismos de acompanhamento e avaliação (GT FOPROP).
- Divulgar os programas OBMEP e PICME e realizar o acompanhamento dos egressos, incluindo a avaliação de ambos os programas.
- Criar uma comissão de especialistas da comunidade científica e tecnológica, a fim de repensar o programa ICJr, considerando um novo modelo de gestão.

3) COPES/CGNAC

- Aperfeiçoamento da gestão de convênios.
- Elaboração de novo plano de monitoramento e avaliação de convênios.
- Realização de curso relativo ao SICONV (Portal de Convênios), destinado às FAPs.

4) COCTC

- Lançar o Programa Nacional Doutorado Acadêmico Industrial.
- Lançar a 1ª Chamada Pública do Programa Inova Global.
- Lançar a 1ª Chamada Pública do Programa InovaTec.
- Lançar nova Chamada do Programa Inova Talentos.
- Lançar a 1ª Chamada do Programa Talentos para Inovação, em parceria com EMBRAPPII, IEL e CAPES.
- Lançar chamada piloto de bolsas de pós-graduação e ITI com pesquisas desenvolvidas por Programas de Pós-Graduação em parceria com empresas, conjuntamente com a FAPEAL.
- Buscar alternativas junto à área de TI do CNPq para otimizar o fluxo e os instrumentos do Programa Inova Talentos e demais programas no mesmo formato de operação.

5) SEPRM

- Viabilizar a informatização dos procedimentos de inscrição relativos ao Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica;
- Viabilizar a geração de relatórios gerenciais dos Prêmios, com dados extraídos da PICC.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

- Cidadãos qualificados em C,T&I.
- Geração de conhecimentos, novas tecnologias, produtos e processos inovadores.
- Brasil em destaque entre os países inovadores.
- Transversalidade na promoção de pesquisa e na formação e capacitação de pessoas.

DIRETORIA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, BIOLÓGICAS E DA SAÚDE (DABS)

Responsável pela gestão dos programas de pesquisa nas áreas de Ciências da Terra, Meio Ambiente, Agropecuária, Biotecnologia e Saúde, a DABS conta com três Coordenações Gerais: a Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Ciências da Terra e do Meio Ambiente (CGCTM), sendo que, a esta estão ligadas duas coordenações técnicas: a Coordenação do Programa de Pesquisa em Gestão de Ecossistemas (COGEC) e a Coordenação do Programa de Pesquisa Oceanográfica e Impactos Ambientais (COIAM); a Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Agropecuária e Biotecnologia (CGAPB), que abriga duas coordenações técnicas: a Coordenação do Programa de Pesquisa em Biotecnologia e Recursos Genéticos (COBRG) e a Coordenação do Programa de Pesquisa em Agropecuária e do Agronegócio (COAGR); e, por fim, a Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Saúde (CGSAU), com as seguintes coordenações técnicas: a Coordenação do Programa de Pesquisa em Saúde (COSAU) e a Coordenação do Programa de Pesquisa em Biociências (COBIO).

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

AGROPECUÁRIA E BIOTECNOLOGIA

Biotecnologia: lançamento de chamada para apoio a Cursos de Cooperação Internacional em Biotecnologia, do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB), no valor de R\$ 500 mil. A ação é fruto de parceria com o MCTIC, que em 2017 aportou mais R\$ 150 mil para a gestão do CBAB, destinados às reuniões nacionais do Centro, à participação dos membros brasileiros nas reuniões na Argentina e no Uruguai, e ao envio de estudantes brasileiros para participarem de cursos em Biotecnologia nos demais países integrantes do CBAB. O projeto teve início em 2016, com aporte de R\$ 320 mil.

Uso e Manejo de Animais de Laboratório: lançamento de chamada para elaboração e realização de um curso de ensino a distância com o objetivo de capacitar técnicos e usuários ligados à produção e manutenção de animais experimentais, no valor de R\$ 54,5 mil.

Polinização: lançamento de chamada de R\$ 2,8 milhões, em parceria com MCTIC, IBAMA e a A.B.E.L.H.A., para financiar projetos de pesquisa sobre insetos polinizadores. A ação visa suprir lacunas de conhecimento por meio de pesquisa integrada ao setor produtivo, com aplicação direta no desenvolvimento de metodologias de avaliação de risco de agrotóxicos, na valoração do serviço ambiental de polinização e no conhecimento sobre a biodiversidade de polinizadores no Brasil.

Ações Estratégicas:

- Iniciados os procedimentos para celebração de cinco acordos de parceria com a Fundação Eliseu Alves. Os acordos darão suporte ao financiamento de bolsas do fomento tecnológico a projetos conduzidos por pesquisadores da Embrapa. As temáticas dos projetos serão: a) desenvolvimento e produção de enzimas e leveduras para produção de etanol a partir da biomassa da cana; b) desenvolvimento de ferramentas biotecnológicas para aumento de biomassa e produção de etanol de segunda geração; c) serviço ambiental de polinização em sistemas de produção de soja; d) sensibilidade de espécies de fungos a fungicidas; e) agrobiodiversidade do semiárido brasileiro; e f) plataforma de desenvolvimento de algodoeiro transgênico resistente ao bicudo.
- Financiamento de R\$ 600 mil ao projeto "Pesquisa e inovação para aplicação da Técnica do Inseto Estéril (TIE) no controle do vetor *aedes aegypti* em condições de semi-campo e campo", que está sendo executado pela Biofábrica Moscamed Brasil.

- Continuidade do projeto “Plataforma Regional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais de Experimentação do MERCOSUL” (PREMASUL). O projeto objetiva inserir o tema "Métodos alternativos" no MERCOSUL e promover a criação de infraestrutura laboratorial e cursos de capacitação para as metodologias de métodos alternativos ao uso de animais de experimentação, com participação de alunos brasileiros e de demais países do MERCOSUL. O projeto iniciou em 2016 e teve grande êxito, o que levou à decisão de ampliar o apoio com aporte adicional de R\$ 140 mil para financiar mais cinco cursos em 2018.

MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE

Pesquisa em Unidades de Conservação da Caatinga e Mata Atlântica: Financiamento de projetos de pesquisa interdisciplinares e formação de recursos humanos em manejo, uso sustentável e conservação da biodiversidade, e à proteção do patrimônio cultural e dos recursos naturais em Unidades de Conservação federais e seu entorno, nos Biomas Caatinga e Mata Atlântica. O objetivo é fortalecer a inserção das Unidades de Conservação no desenvolvimento regional. Foram contratadas oito propostas com R\$ 4 milhões oriundos do ICMBio. Negociações com as FAPs estão em andamento para ampliar o apoio.

Apoio a Redes de Pesquisa em Biodiversidade na Amazônia Legal: R\$ 1,96 milhões, oriundos do MCTIC e do CNPq, para a articulação de competências regionais voltados ao conhecimento da biodiversidade e dos ecossistemas brasileiros.

NEXUS I e II: P&D em Ações Integradas e Sustentáveis para a Garantia da Segurança Hídrica, Energética e Alimentar nos Biomas Caatinga, Cerrado, Pampa, Pantanal e Mata Atlântica: apoio a projetos para o desenvolvimento de soluções sustentáveis visando garantir, de forma integrada, as seguranças hídrica, energética e alimentar nos biomas Caatinga e Cerrado. Para a chamada Nexus I foram aportados R\$ 5,4 milhões, que garantiram a contratação de 10 projetos para a Caatinga e 5 para o Cerrado e, para a chamada Nexus II, foram alocados R\$ 5,9 milhões, o que permitiu contratar 7 projetos para o Pampa, 1 projeto para o Pantanal e 7 para a Mata Atlântica.

Pesquisa e Desenvolvimento em Ações Integradas e Sustentáveis nas Baías do Brasil: apoio a projetos voltados à produção e agregação de conhecimento sobre as baías do Brasil. O MCTIC destinou R\$ 3,92 milhões, valor que permitiu contratar 4 projetos para as Baías de Todos os Santos, Guanabara e São Marcos, e de 5 projetos para outras baías.

Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR): Suplementação de R\$ 1 milhão do MCTIC e R\$ 553,8 mil do CNPq que quitou os 15 projetos contratados e garantiu a participação de pesquisadores brasileiros na Operação Antártica XXXVI, do verão de 2017/2018.

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN): aporte adicional de R\$ 1,8 milhão, do CEMADEN, para a implementação de bolsas de fomento tecnológico, permitindo a inserção de novos profissionais ao projeto "Desenvolvimentos científicos e tecnológicos para monitoramento e alertas de desastres naturais".

Conservação da biodiversidade brasileira/diagnóstico da fauna” (parceria ICMBio/CNPq): R\$ 823,5 mil, do ICMBio, para suplementar os projetos e bolsas a eles vinculadas, visando a continuidade da elaboração dos diagnósticos e planos de ação para espécies ameaçadas de extinção, além do monitoramento, sistematização e gestão dos dados e informações sobre a biodiversidade gerados nas Unidades de Conservação federais. Essas atividades estão em conformidade com a ação.

Centro de Síntese em Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos: estabelecimento de um consórcio entre agências para o financiamento da iniciativa, em articulação com renomados Centros de Síntese do exterior, de forma a estruturar no país um centro voltado à produção de sínteses científicas de alto impacto em questões relacionadas à biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Valor aportado pelo CNPq: R\$ 360 mil.

Herbário Virtual Reflora: R\$ 223,8 mil oriundos do Programa Inova Global, da empresa Natura, para: a) ampliar o conhecimento visando o uso sustentável e a conservação da flora brasileira; b) consolidar a lista da flora do Brasil *online* e capacitar e treinar recursos humanos em taxonomia; c) avaliar o impacto do repatriamento realizado até o momento no atendimento das metas do Brasil na Estratégia Global para a Conservação de Plantas, da Convenção sobre a Diversidade Biológica (GSPC-CDB); d) avaliar o uso dos dados do Reflora e da Flora do Brasil 2020 para o reconhecimento de padrões biogeográficos nos diferentes biomas e tipos de vegetação do Brasil; e e) avaliar o incremento obtido através do repatriamento na suficiência amostral do território brasileiro.

SAÚDE

1. Celebração dos TEDs para execução de ações em parceria com o MS: TED 30/2017 (CNPq/DECIT), no valor de R\$ 51.180.000,00; TED 33/2017 (CNPq/SVS), no valor de R\$ 1.500.000,00; TED 137/2017 (CNPq/SAS), no valor de R\$ 10.000.000,00; e TED 148/2017 (CNPq/FIOCRUZ), no valor de R\$ 630.000,00.
2. Edição 2017 do PPSUS (02 novos convênios com SE e ES).
3. PROEP FAR – instituir o Programa de Excelência em Pesquisa na Unidade de Farmanguinhos da Fiocruz.
4. PROEP PEC – instituir o Programa de Excelência em Pesquisa Clínica e Ensaio Clínicos da Fiocruz.
5. Chamada CNPq/ANVISA 17/2017 – Objetivo: Apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País em Vigilância Sanitária. (R\$ 3.000.000,00).
6. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/SAS/DAB/CGAN nº 10/2017 - Objetivo: Apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País nas áreas de Alimentação e Nutrição, por meio da realização de Revisões Sistemáticas da literatura. (R\$ 400.000,00).
7. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/SAS/DAB/CGAN nº 11/2017 - Objetivo: Selecionar proposta para apoio financeiro a um inquérito nacional de avaliação do consumo alimentar, estado nutricional e carências de micronutrientes em crianças brasileiras menores de cinco anos.(R\$ 15.000.000,00)
8. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/SAS/DAB/CGAN Nº 13/2017 - Objetivo: Apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País em Pesquisa em Alimentação e Nutrição. (R\$ 5.600.000,00)
9. Chamamento Público MS-SCTIE-Decit/ MCTIC-SEPEDDEPPD/CNPq Nº 14/2017 – Objetivo: identificar ensaios pré-clínicos concluídos e ensaios clínicos fases I, II ou I/II, finalizados ou em andamento, com previsão de término até dezembro de 2017, que receberam financiamento público e apresentem resultados preliminares e promissores que justifiquem a continuidade da pesquisa em uma nova fase de desenvolvimento clínico. Esperam-se selecionar estudos com potencial de desenvolvimento de tecnologias em saúde estratégicas para o SUS e que contribuam para o fortalecimento do complexo industrial da saúde. Os ensaios pré-clínicos e clínicos fase I, fase II ou fase I/II considerados habilitados comporão uma lista para possível financiamento pelo DECIT/SCTIE/MS, CNPq e futuros parceiros. A habilitação terá validade de até dois anos contados a partir da divulgação do resultado da Chamada. (Chamamento de prospecção sem o comprometimento de recursos)
10. Contratação direta de projetos de interesse do MS: HIV/AIDS; WhatsApp do Sertão; Leite Liofilizado para Recém Nascidos com Alto Risco de Vida; Chikungunya; Identificação de Variantes Gênicas em Pacientes Portadores de Arritmias Cardíacas; Coortes de Nascimento de

Ribeirão Preto (SP), Pelotas (RS) e São Luis (MA); determinantes precoces do processo saúde doença no ciclo vital; Terapia Celular com células-tronco mesenquimais multipotentes e células T geneticamente modificadas (Total: R\$ 13.058.013,56).

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

AGROPECUÁRIA E BIOTECNOLOGIA

O Agronegócio vem sendo o principal responsável pelo desempenho da balança comercial brasileira. Em 2017, a balança comercial do Agronegócio registrou o segundo maior superávit da série histórica, inferior apenas ao ano de 2013, sendo responsável por 44,1% do total das vendas externas do Brasil. Fator decisivo para este desempenho foi o investimento de décadas em pesquisas de ponta, principalmente em Biotecnologia. Os investimentos do CNPq em Agropecuária e Biotecnologia ocorrem tanto em chamadas universais, apoiando qualquer projeto que tenha relevância em termos científicos, assim como em ações estratégicas específicas. A forma de medir e validar os resultados, tanto em termos científicos como econômicos, sociais e ambientais, é proceder à avaliação dos projetos concluídos. Em 2017, foi finalizado o processo de avaliação e acompanhamento, em reunião presencial no CNPq, de 23 projetos contratados em parceria com o MAPA por meio de chamada pública que objetivava fomentar boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico de produtos florestais não madeireiros, assim como a qualidade orgânica destes produtos.

MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE

O Brasil possui a maior biodiversidade do planeta. No entanto, conhecemos muito pouco desse ativo estratégico. Um dos grandes desafios para a Ciência é mapear essa biodiversidade, saber como conservá-la, protegê-la e descobrir como utilizá-la de forma sustentada para gerar emprego e renda. Em parceria com outras instituições, o CNPq vem investindo recursos em ações (de projetos individuais a redes de pesquisa) voltadas para o conhecimento e uso econômico e social da biodiversidade brasileira. Outro componente importante é a avaliação dos resultados das ações financiadas. Foram executadas atividades de acompanhamento e avaliação do Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas - PROARQUIPELAGO/PROTRINDADE e da Chamada "Pesquisa em Mudança do Clima". No caso do PROARQUIPELAGO/PROTRINDADE, um *workshop* avaliou 46 projetos, evento que contou com a participação dos coordenadores dos projetos, de representantes da Marinha e do MCTIC e de um comitê avaliador especialmente composto para o evento. Aspectos dos projetos foram debatidos, assim como ações e perspectivas para o Programa. Para a Chamada "Pesquisa em Mudança do Clima" em um evento realizado na Agência Nacional de Águas (ANA), um comitê avaliador, a ANA, CNPq e MCTIC, após ouvidos os coordenadores dos projetos, verificou-se necessária a prorrogação da ação, uma vez que a maioria dos projetos contratados não foi concluída.

SAÚDE

O setor de Saúde, juntamente com a Educação e a Segurança Pública, são pautas recorrentes na agenda de qualquer governante. Os problemas de saúde que afetam o cidadão também afetam o desempenho econômico nação. O CNPq vem financiando pesquisas que buscam a solução para várias enfermidades e o destaque é a parceria estratégica iniciada em 2003 com o Ministério da Saúde, em particular com seu Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT). A parceria consolidou uma forma de gestão compartilhada e inovadora de financiar projetos cujo alvo é solucionar grandes desafios que afetam a saúde da população brasileira. Pesquisas em temas sensíveis e estratégicos já foram financiadas, como câncer, hipertensão e as doenças negligenciadas, que são aquelas causadas por agentes infecciosos ou parasitas e que são consideradas endêmicas em populações de baixa renda, caso da doença de Chagas, da dengue e da malária.

1. Celebração de dois convênios PPSUS 2017: FAPES (R\$ 2.100.000,00) e FAPITEC (R\$ 1.200.000,00).
2. Suplementação de cinco convênios do PPSUS Edição 2015, com recursos do TED 23/2015: AL – R\$ 500.000,00; AP – R\$ 200.000,00 ; DF – R\$ 260.000,00; PR – R\$ 365.000,00 e RO – R\$ 400.000,00.
3. Chamada PROEP FAR – 16 propostas aprovadas no valor total de R\$ 1.829.810,00.
4. Chamada PROEP PEC – 09 propostas aprovadas no valor total de R\$ 2.764.388,99.
5. Chamada CNPq/ANVISA 17/2017 – 16 propostas aprovadas no valor total de R\$ 1.602.487,94.
6. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/SAS/DAB/CGAN nº 10/2017 - Revisões Sistemáticas em Alimentação e Nutrição - 13 propostas aprovadas no valor total de R\$ 303.721,00.
7. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/SAS/DAB/CGAN nº 11/2017 - Inquérito Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil - 1 proposta aprovada no valor total de R\$ 14.992.684,73.
8. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/SAS/DAB/CGAN Nº 13/2017 - Pesquisas em Alimentação e Nutrição - 38 propostas aprovadas no valor total de R\$ 4.613.258,37.
9. Chamamento Público MS- SCTIE-Decit/ MCTIC-SEPEDDEPPD/CNPq Nº 14/2017 – Prospecção de ensaios clínicos e pré-clínicos – divulgado resultado preliminar com 65 propostas consideradas aptas.
10. Contratações diretas/suplementações concluídas:
 - HIV/AIDS - R\$ 100.000,00
 - WhatsApp do Sertão – R\$ 467.200,00
 - Leite Liofilizado para Recém Nascidos com Alto Risco de Vida – R\$ 1.215.557,12
 - Chikungunya – R\$ 9.665.440,00- Identificação de Variantes Gênicas em Pacientes Portadores de Arritmias Cardíacas – R\$ 716.349,00
 - Coortes de Nascimento de Ribeirão Preto (SP), Pelotas (RS) e São Luis (MA); determinantes precoces do processo saúde doença no ciclo vital – R\$ 678.840,00
 - Terapia Celular com células-tronco mesenquimais multipotentes e células T geneticamente modificadas – R\$ 214.627,44
 - Suplementação do projeto “Transtornos Neuropsiquiátricos Maternos” - R\$ 297.003,00
 - Suplementação do projeto “Busca do Bacilo de Hansen na fauna da Amazônia brasileira” – R\$ 90.000,00
 - Suplementação do projeto “Certificação da Qualidade das Células do Banco Nacional de Células-Tronco de Pluripotência Induzida (iPS) Paciente-Específico” – R\$ 301.693,31
 - Suplementação do projeto “Formação de pesquisadores e recrutamento de voluntários para aprovação expressa de estudos em Zika, Chikungunya e Dengue fases I a IV no Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos” – R\$ 264.586,12
11. Ação CNPq/ANVISA - Reuniões em 2017: 1ª Reunião: 20 pesquisadores; 21 dossiês; 2ª Reunião: 21 pesquisadores; 23 dossiês; 3ª Reunião: 14 pesquisadores; 18 dossiês.

Outros resultados:

1. Expedição Científica: a autorização para estrangeiros desenvolverem atividades em território brasileiro é concedida pelo ministro MCTIC mediante análise técnico-científica do CNPq, e ouvido órgãos afins, como a FUNAI, para ingresso em terras indígenas, para emissão de autorizações prévias às do MCTIC. Em 2017, foram registradas 31 solicitações de autorização, sendo necessárias 45 autorizações prévias, e emitidas 18 autorizações.

2. **Programa de Capacitação Institucional do MCTIC (PCI):** O Programa tem por objetivo a implementação de subprogramas de capacitação institucional nas unidades de pesquisa (UPs) do MCTIC, por meio da concessão de bolsas para viabilizar a execução de projetos de C&T de interesse do Ministério. Cabe ao CNPq receber as indicações dos bolsistas, realizar análise de pertinência, enquadramento e pagamento das bolsas. Em 2017 foram implementadas 1.015 bolsas distribuídas entre as 21 UPs do MCTIC. Deste universo, 389 bolsas (38,3%) foram concedidas a pesquisadores com título de doutor ou equivalente, 223 bolsas (22%) foram concedidas a pesquisadores com grau de mestrado ou equivalente e 272 (26,8%) àqueles com título de graduação. Foram ainda concedidas 49 bolsas de curta duração, cerca de 5%, para as atividades de mobilidade e de cooperação do PCI.
3. **Importações para pesquisa:** O Programa Ciência Importa Fácil, serviço executado também pela DEHS, registrou em 2017 149 solicitações de credenciamento de pesquisadores cujas áreas de atuação são afetadas à DABS. Deste total, foram 108 habilitações, 33 foram indeferidas e outras 8 canceladas.

DESTAQUES DA GESTÃO

BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS

Iniciado trabalho de prospecção visando a indicação de áreas prioritárias para a formação de recursos humanos e fomento à pesquisa em Biotecnologia e Recursos Genéticos e assim subsidiar o CNPq na formulação de ações estratégicas para o setor no biênio 2018/2019.

MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE

- Em parceria com a agência alemã Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, realização da Oficina "Conectando a Ciência à Prática: Adaptação da Metodologia NoPa". A Oficina capacitou servidores na metodologia de implementação de novas parcerias com diversas entidades, quer de governo, academia, iniciativa privada ou terceiro setor.
- Programa Ecológico de Longa Duração (PELD): Realização do evento "PELD 20 anos - Sínteses do Conhecimento", que propôs ação específica para desenvolvimento de sínteses temáticas partindo da base de conhecimento acumulada ao longo dos 20 anos do Programa PELD, apoiada na expertise dos pesquisadores que compõem os grupos de pesquisa dos sítios de pesquisa. O projeto pretende envolver outros atores potencialmente interessados nos resultados das sínteses, como gestores públicos e representantes de instituições do terceiro setor. Formalização do PELD/CNPq/Brasil, como membro, do International Long Term Ecological Research (ILTER), uma associação científica sem fins lucrativos que congrega 40 países-membros e suas redes nacionais, visando promover a colaboração científica em pesquisa ecológicas de longa duração.
- Elaboração de 22 Acordos de Cooperação Técnica com as FAPs, no âmbito dos Programas PELD e Protax, para viabilizar o cofinanciamento de projetos aprovados em dois chamamentos públicos lançados pelo CNPq.
- Parceria CNPq/CGEE para avaliação dos resultados do Programa Sisbiota Brasil e capacitação de analistas no uso de ferramentas e base de dados com vistas ao aprimoramento do processo de avaliação de resultados de programas (Oficina de Capacitação em Serviços e Inteligência Estratégica promovida pelo CGEE).
- Colaboração na revisão e elaboração da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente – MMA, com a compilação e a análise das várias ações do CNPq que contribuem para o alcance e cumprimento das Metas Nacionais de Biodiversidade (Meta 17 de Aichi) 2011-2020.
- Pesquisa de Avaliação do Programa de Capacitação em Taxonomia (PROTAX), em parceria

com a Sociedade Brasileira de Zoologia, para avaliar os principais resultados do PROTAX quanto à formação de taxonomistas e ao avanço do conhecimento sobre a biodiversidade brasileira. Os resultados preliminares serão apresentados no XXXII Congresso Brasileiro de Zoologia, que ocorrerá em 2018.

- Palestras e apresentação de poster no IX Seminário de Pesquisa e no IX Encontro de Iniciação Científica, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). As palestras foram: “A trajetória do CNPq no fomento à pesquisa para a conservação no Brasil” e “O fomento à pesquisa em biodiversidade integrado à educação e divulgação científica: possibilidades para a apropriação social da ciência”.
- Participação na reunião preparatória para o 8º Fórum Mundial da Água, que ocorrerá em 2018, em Brasília, visando a organização da sessão temática "Financiamento continuado de pesquisas na temática água", para identificar formas efetivas, para financiar de maneira estável e continuada as melhores experiências, como Foundations, Networking – JPIs, Private sectors, Seed Money).

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

- Núcleo de Extração de Impactos (NEI): seleção pelos analistas da DABS de cerca de 150 projetos cujos resultados apresentam potencial de impacto socioeconômico ou ambiental, para divulgação pelo CNPq por meio de matérias jornalísticas. O NEI é um projeto-piloto da DABS.
- Parceria CNPq/Rede Giga Natal: iniciada negociação com a RNP/UFRN para transmitir palestras ao vivo aos alunos da rede pública de ensino da grande Natal. As palestras serão feitas por renomados pesquisadores brasileiros por ocasião de sua vinda ao CNPq às cerca de 350 escolas conectadas à Rede Giga Natal.
- Parceria CNPq/GDF: iniciada negociação com a Secretaria de Educação do GDF para alunos da rede pública de ensino conhecerem o CNPq e assistirem palestras de renomados pesquisadores.
- Realização de Oficina de Divulgação Científica: a oficina capacitou os participantes para escrever, em formato jornalístico e para várias mídias, textos curtos sobre as pesquisas com potencial de impacto socioeconômico e midiático.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

- Acompanhamento dos TEDs no que se refere à gestão de recursos orçamentários e financeiros;
- Sucessivos cortes nos últimos anos no orçamento do CNPq, impedindo o investimento em programas estratégicos e de formação de pessoal, gerando desmotivação dos servidores;
- Tramitação em papel das solicitações de autorização de Expedição Científica (participação de estrangeiros em atividades de pesquisa no Brasil), que torna burocrática e morosa a gestão, e cuja demanda para integrar a PICC, com formulários *on line*, não é atendida pelo PDTIC, com questões de baixa prioridade.
- Problemas constantes com TI, principalmente relacionados às ações vinculadas à PICC, como demora no atendimento às demandas, acarretando atrasos no lançamento de chamadas, projetos e encomendas, causando prejuízos e constantes transtornos aos servidores e aos que dependem da Plataforma. No caso de encomendas, houve dificuldades em todas as etapas do processo, desde a configuração da encomenda à assinatura do Termo de Aceitação; e
- O ambiente de trabalho, envolvendo desde a baixa qualidade do único restaurante disponível que serve a alimentação, até o sistema de ar condicionado que possui circulação pelo piso, causando problemas respiratórios generalizados nos servidores.

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

AGROPECUÁRIA E BIOTECNOLOGIA

- Biotecnologia e Recursos Genéticos: iniciada prospecção visando indicar áreas prioritárias para a formação de recursos humanos e fomento à pesquisa em Biotecnologia e Recursos Genéticos e assim subsidiar o CNPq na formulação de ações estratégicas para o biênio 2018/2019.

MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE

- Taxonomia: Apresentação dos dados do Programa de Capacitação em Taxonomia – PROTAX no Simpósio "Protax: resultados e perspectivas"
- Biodiversidade: Participação na Organização de uma sessão especial durante o 8º Fórum Mundial da Água; Chamada no âmbito do Programa SISBIOTA; Suplementar em R\$ 476 mil a Chamada do Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas.
- Meio Ambiente: Concessão de bolsas de fomento tecnológico para o CEMADEN e para o desenvolvimento do inventário de emissão de Gases de Efeito Estufa, pela Embrapa e IFAL;

GESTÃO DE C,T&I

- Promover seminários sobre o cenário nacional em C,T&I frente à fronteira do conhecimento, e sobre a interação entre setor produtivo e a produção do conhecimento acadêmico.
- Inserir no Portal do CNPq, *link* para o "Projeto Piloto Patentes ICTs", do INPI, visando estimular e apoiar os pesquisadores no processo de patenteamento, em complementação às atividades desempenhadas pelos NITs das ICTs brasileiras.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

- Implantar em parceria com a COCOM, a "Pesquisa do Dia", matérias jornalísticas sobre resultados dos projetos com potencial de impacto socioeconômico, e cuja divulgação será no Portal do CNPq e nas mídias sociais.
- Implantar o "Ciclo de Palestras sobre C,T&I", ministradas por renomados pesquisadores brasileiros, no formato TED, e voltado para estudantes do ensino médio, utilizando a infraestrutura da RNP para divulgação e disseminação. A ação faz parte do projeto "Alfabetização Científica" aprovado pela Diretoria Executiva.
- Promover oficina de equipes matriciais e virtuais de trabalho, tendo como modelo as equipes de referência e apoio especializado matricial, arranjo organizacional utilizado pelo Ministério da Saúde em várias de duas ações.
- Disseminar a metodologia da Oficina de Divulgação Científica, de identificação de projetos cujos resultados tenham potencial midiático, tanto para a imprensa tradicional, como para as redes sociais. A atividade pode ser feita por servidores que realizaram a Oficina, com multiplicadores.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

No planejamento estratégico CNPq 2025 não há nenhum projeto específico da DABS. No entanto, ela estará diretamente envolvida na execução dos projetos transversais, especialmente o projeto T2: *Criar e implementar novo Modelo de Monitoramento, Avaliação e disponibilização de resultados de Bolsas, no País e no Exterior, de Auxílios Individuais, de Chamadas e Encomendas, e de Projetos de Pesquisa* e o projeto T4: *Avaliar e propor a reestruturação do Modelo de Fomento, contemplando inovação, transversalidade e transdisciplinaridade na promoção da pesquisa e desenvolvimento tecnológico.*

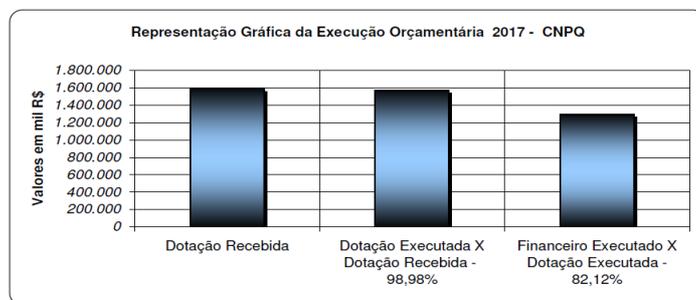
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DGTI)

Responsável pela gestão das áreas de Logística e Infra-estrutura, Recursos Materiais, Pessoas, Execução Financeira e de Tecnologia da Informação. Para o desenvolvimento dos trabalhos sob sua gestão, a DGTI conta com as seguintes Coordenações Gerais: Coordenação Geral de Administração e Finanças – CGADM; Coordenação Geral de Apoio Operacional – CGEAO; Coordenação Geral de Recursos Humanos – CGERH e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGETI. Além disso, é no âmbito desta Diretoria que são elaborados e editados os normativos internos do CNPq.

Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGADM)

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

- Execução de 98,98% da dotação orçamentária recebida no CNPq.

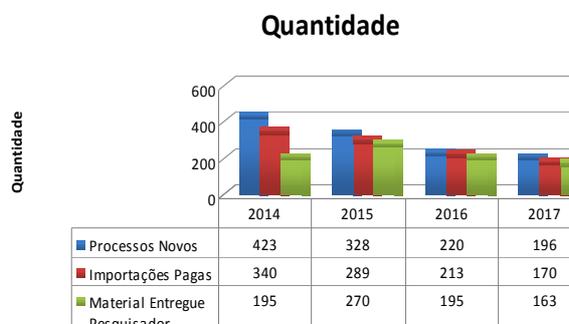


- Sistema CONFIO já em produção, para empenho, contabilização, pagamento, consulta e extração dos documentos de arrecadação.
- A implantação do SEI-CNPq coloca o órgão em fase como muitos outros da Administração Pública Federal na adoção de moderno mecanismo de gestão de processos e documentos e atende a diversas portarias e decretos governamentais, publicados desde 2011. A implantação do sistema prosseguirá em 2018, com a consolidação da mudança de hábitos em todas as áreas do Conselho.
- Desativação do Arquivo Interno da Coordenação de Prestação de Contas, face à implantação, em 2012, do Sistema de Prestação de Contas *On Line*, sendo que atualmente 99% dos processos são analisados e baixados de forma virtual, eliminando a emissão e impressão de documentos.
- Início da digitalização dos registros impressos das empresas (SICAF) pelo Serviço de Gestão de Documentos (SEGED). Até o momento, 113 arquivos de empresas foram digitalizados, em um universo de 350 empresas cadastradas. Esse cadastro teve a seguinte movimentação em 2017: 591 atualizações e 28 novos cadastramentos.
- No âmbito financeiro, foi realizada, junto às áreas técnicas, a análise de restos a pagar 2015.

Atividades realizadas – Serviço de Análise Financeira (SEAFI)	Quantidade			
	2014	2015	2016	2017
Entrada Prestação de Contas	7.737	5.160	7.229	5.585
Pareceres de Auxílio	7.834	5.087	6.138	5.988
Pareceres de Convênio	20	7	32	30
Processos em Diligências	1.571	1.620	2.000	2.618
Processos em Estoque - A Analisar	234	461	1.172	2.866
Processos a Distribuir	47	114	186	230
Memorandos Emitidos	1.401	1.391	982	763
Ofícios Emitidos	2.915	2.748	2.663	2.879
Processos Enviados ao SETCE/SECOA	360	376	166	56

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

- Em 2017 foram abertos 196 novos processos de importação para a pesquisa, foram pagas as importações de 170 processos e entregues ao destinatário final o objeto de 163 processos, conforme se observa no gráfico abaixo:



- Atualmente 424 entidades e 2.680 pesquisadores mantêm-se com seu credenciamento vigente. Em 2017, foram credenciadas quatro novas entidades, além de terem sido revalidados os credenciamentos de 58 instituições.
- Conclusão do Sistema Financeiro com o Módulo para gerar Relatórios Gerenciais de Controle de Entradas e Produção para as Prestações de Contas de Auxílio Individual, permitindo o acompanhamento da produção e das atividades para melhor distribuição do fluxo de trabalho e planejamento para as atividades futuras;
- Análise de 99% das prestações de contas de Auxílios Individuais e Convênios via sistema On Line da PICC e Portal Siconv, para os Convênios firmados entre o CNPq e as FAPs;
- Celebração do Termo de Rescisão da Cessão de Uso, Precário e Gratuito para devolução, pelo MCTIC, ao CNPq, do prédio da SEPN 507 Norte.

DESTAQUES DA GESTÃO

- Redução de 14,9 % nas despesas com passagens em comparação com o ano de 2016, quando se realizou uma despesa de R\$ 169.601,04 e um aumento de 21,36% nas despesas com diárias, que no mesmo período computou-se no total de R\$ 107.795,87.
- Redução de cerca de 30% do valor do aluguel do edifício-sede do CNPq com a inclusão de contratos de manutenção elétrica, sala segura, brigada de incêndio, representando uma economia de R\$ 6 milhões anuais.
- Cessão onerosa de espaço físico para uso da Finep: aluguel de cerca de R\$ 2.010,00 m², no valor-ano de R\$ 286.205,00.
- Realização de sorteios mensais das vagas temporárias, entre servidores e colaboradores, com o preenchimento pleno da capacidade da garagem. Complementou-se o atendimento à normativa específica, além de proporcionar maior conforto aos servidores e colaboradores.
- Implantação em tempo recorde do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A agilização dos processos e a economia no uso de papel já foram sentidas em 2017.
- Maior execução orçamentária percentual dos últimos anos com um total de 137% em relação ao valor aprovado na LOA. Com isso pagamos dívidas anteriores como o Universal de 2014, recompusemos as Bolsas de Iniciação Científica que haviam sido cortadas, evitamos cortes nas cotas de bolsas PQ e contratamos os projetos dos INCTs.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

Os constantes problemas, principalmente na PICC, dificultaram o desempenho das atividades de atendimento, distribuição e análise das prestações de contas financeiras dos Auxílios Individuais. Estes problemas continuam, sendo alguns antigos e outros que surgem inesperadamente. Essa situação de instabilidade dificulta qualquer planejamento e implantação de ações de melhorias.

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

- Continuação da força-tarefa para tratar as prestações de contas de convênios que tiveram a sua vigência expirada em 2016, realizando a análise e/ou diligências em 100% destes processos.
- No âmbito da gestão de recursos renováveis e sustentabilidade ambiental, prosseguir com a execução do programa CNPq-Sustentável.
- Dar prosseguimento às ações de preservação e destinação futura do prédio da SEPN 507.
- Conforme a Portaria Nº 293, de 01/04/2013, devem ser elaborados os seguintes instrumentos:
 - i. Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública e a Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, aprovados pela Resolução nº 14, de 2001, do CONARQ;
 - ii. Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-fim;
 - iii. Manual e Programa de Gestão de Documentos.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

- Conforme o Decreto 7.746/2012 e a IN 10/MPOG/2012, o CNPq elabora, desde 2013, seu Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS-CNPq), como parte do Programa CNPq-Sustentável, associadas com as atividades de Promoção da Qualidade de Vida da CGERH.
- As ações que colocam a CGADM em alinhamento com essa estratégia são, dentre outras, o Programa CNPq-Sustentável e o SEI-CNPq. Para 2018, a perspectiva é de maior envolvimento e integração do CNPq com o programa Agenda Ambiental da Administração Pública, do Ministério do Meio-Ambiente.
- Buscar ampliação dos recursos financeiros e orçamentários do CNPq.
- Buscar uma maior articulação com as agências CAPES e FINEP. Da mesma forma, estabelecendo uma relação positiva com as agências estaduais através do CONFAP. As ações nacionais e internacionais de C,T&I ganham eficácia, eficiência e apresentam melhores resultados para a comunidade acadêmica com esta importante articulação.

Coordenação Geral de Apoio Operacional (CGEAO)

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

- Concretização de retorno à CGEAO da atividade de Regerar Nada Consta. Objetivo: agilidade nas demandas e economia de gastos;
- Absorção da atividade de geração do ISAM (Folha de pagamento dos bolsistas). Objetivo: Cumprimento de prazos, agilidade nas demandas e economia de gastos;
- Internalização junto à CGETI para retorno de atividades à CGEAO. Objetivo: agilidade no atendimento, economia de gastos, otimização da força de trabalho;
- Operacionalização da Central de Atendimento através da nova empresa. Objetivo: Continuidade ao atendimento à comunidade científica e ao Art. 11 da IN 02/2008 – MPOG;
- Elaboração de novo Termo de Referência da Central de Atendimento. Objetivo: Contratação de empresa para prestação de serviços de central de atendimento (Contact Center) para iniciar os serviços em 28/01/2018, dado que a atual contratada desinteressou-se em renovar o contrato;
- Filtragem das demandas que entram por e-mail no SECAT. Objetivo: eliminação de SPAM, *postmasters* e *mail delivery system*, redução de gastos, otimização da força de trabalho;
- Realização de 491.536 atividades executadas manualmente, não previstas nos normativos, tais como: atendimento de ligações, encaminhamento de e-mails, pagamentos indevidos, publicações no DOU, repagamento (acerto no sistema), emissão de correspondências oficiais, digitalização;
- Continuidade à diversificação do conhecimento. Objetivo: Preparar os servidores/colaboradores para atuar em todas as atividades da COSAO;
- Auxílios aos servidores/colaboradores junto ao SEI. Objetivo: Utilização efetiva do sistema SEI;
- Trabalhos conjuntos realizados com a COFIN, para o cumprimento dos prazos relativos às folhas de pagamento de bolsistas no País e no Exterior;
- Criação de mecanismo de controle para os casos de cobrança. Objetivo: Obter maior controle e possibilidade de acompanhamento dos casos de cobrança, para atendimento dos requisitos estabelecidos no Manual de Cobrança e Recuperação de Créditos;
- Implantação de novos procedimentos da folha de pagamento dos bolsistas. Objetivo: Agilizar as alterações de Discriminação Orçamentária nas áreas técnicas enviando planilhas previamente;
- Análise e cobrança da avaliação de desempenho, do relatório técnico e de documentos do passivo de processos físicos. Objetivo: Encerrar os processos;
- Conferência dos documentos indispensáveis ao encerramento dos processos de bolsas no exterior. Objetivo: diminuição do passivo de processos a serem encerrados no arquivo geral e estabelecimento da rotina para os processos eletrônicos, com o intuito de cumprir o disposto nas normas vigentes;
- Levantamento de processos pendentes de encerramento localizados no Arquivo Geral – SEDOC, com a elaboração de plano de trabalho para o devido tratamento. Objetivo: Encerramento dos processos depositados no Arquivo Geral que são de responsabilidade da CGEAO, a fim de verificar e cumprir as exigências normativas para os casos;
- Análise e execução mensal da folha de bolsas do FNDCT. Objetivo: otimização da folha, negociação de recursos, consolidação de dados, repasse de recursos orçamentários e financeiros, controle de prazos e pagamentos, transparência de ações, arquivamentos de documentos, prestação de contas e informatização de procedimentos.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

- Elaboração de novo Termo de referência adaptando-o à nova legislação, após manifestação em 06/06/2017 da intenção da não renovação contratual por parte da empresa atual contratada;
- Foram realizadas 267 unificações de cadastros e CV-Lattes pelo SECAT;
- Ação de cobrança de encerramento de 19.846 processos sendo: 5.344 Ofícios, 2.742 retornados para situação 71, 407 enviados ao SECOA, 11.353 analisados;
- 269.879 *e-mails* respondidos, 120.390 ligações atendidas e 701 atendimentos presenciais;
- Providências diversas: 200 notas técnicas, 186 SLRs, 12.576 publicações no DOU, 1.200 emissões de declarações, cerca de 6.718 operacionalizações de processos no SEI, 1.397 digitalizações de documentos, 9.270 empenhos e cerca de 140 repagamentos;
- Pagamento integral de todas as bolsas vigentes ao longo do ano de 2017;
- Pagamento integral de todas as faturas de taxas escolares e de bancada recebidas em 2017;
- Consolidação de planilhas de dados de mais de 942.340 bolsas no país, 5.335 bolsas no exterior e 11.655 auxílios;
- Consolidação das chamadas e encomendas abertas e aprovadas no total de R\$ 257.166.524,38;
- Consolidação da folha de pagamento no país no total de R\$ 1.113.187.718,43;
- Treinamento de equipe técnica na operação do sistema SIAFI;
- Transferência de recursos orçamentários do FNDCT, no valor aproximado de R\$ 183 milhões;
- Inclusão da ação INCT 2014/16 financiada com recursos do FNDCT na LOA.
- Levantamento de créditos recebidos e notas de empenho emitidas por instrumento para fins de prestação de contas do FNDCT no período de 2009 a 2013.

DESTAQUES DA GESTÃO

- Economia de no mínimo R\$ 137.216,00/ano para o órgão quando da transferência da geração do ISAM (Folha de pagamento dos bolsistas) solicitada pela CGEAO à CGETI;
- Economia de R\$ 279.380.20/ano com a filtragem de SPAM, *postmasters* e *mail delivery system*;
- Continuidade à agilização das alterações de Discriminação Orçamentária junto às áreas técnicas enviando planilhas previamente as Coordenações Técnicas;
- Estreitamento no relacionamento com a Informática e demais áreas do CNPq;
- Participação no grupo de trabalho para revisão do Manual de Recuperação de Créditos do CNPq, junto ao SECOA, SETCE e Procuradoria Federal – PF/CNPq;
- Revisão nos normativos referentes ao cumprimento de interstício por parte dos bolsistas egressos, resultando em proposta formal de alteração da resolução normativa de bolsas no exterior vigente;
- Continuidade de sistemática de controle de cobranças de recursos, elaborada por base de dados com interface para controle dos procedimentos de cobrança de recursos no âmbito da CGEAO;
- Continuidade da organização de sistemática manual de conferência de pagamentos individualizados de todos os processos implementados no período de 2011 a 2016;
- Continuidade da alteração e regularização nos procedimentos de pagamento de Taxas Escolares e Taxas de Bancada no Exterior. Revisão dos normativos referentes à Taxa Escolar e Taxas de Bancada e estabelecimento de novas rotinas para o pagamento das mesmas, visando dirimir as ocorrências de atrasos.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

- Morosidade nas demandas direcionadas à CGETI;
- Morosidade das áreas técnicas quando do pedido de alteração de Discriminação Orçamentária;
- Comunicação ineficiente e/ou falta de informação prévia à equipe do SECAT;
- Existência de normativos de dúbia interpretação, contraditórios ou incoerentes, gerando conflitos com usuários externos;
- Dificuldade de operacionalização de dispensa de prestação de contas técnica e/ou financeira;
- Uso de no mínimo três diferentes sistemas eletrônicos para a execução dos trabalhos;
- Em conformidade com o disposto no Decreto nº 8.866/2016, o SEBFT foi extinto e incorporado ao SEPPQ em 10/2017, se tornando o SEPFT, que até o presente não foi adequado na PICC, gerando problemas no sistema de publicação no DOU, lotação errônea da equipe, etc;
- Existência de duplicidade dos empenhos realizados através da ferramenta de “Empenho em lote” da PICC, ocasionando pagamentos superiores aos valores aprovados;
- Ferramenta de solicitação de empenho e cancelamentos com funcionalidade reduzida, restrita aos processos com Termos de Aceite assinados, ocasionando problemas nos cancelamentos e nos empenhos dos processos, gerando retrabalho e ocasionando atraso nas demandas e sobrecarregando o setor de Informática;
- A concessão, implementação, pagamento, acompanhamento e encerramento de bolsas no país e exterior no âmbito da CGEAO ainda dependem de uma série de procedimentos e rotinas que não são formalmente estabelecidas e são executadas de forma manual, de modo a arriscar a qualidade envolvida no atendimento das missões da Coordenação-Geral;
- A CGEAO enfrenta limitações referentes à força de trabalho e recursos tecnológicos disponíveis para execução de suas tarefas, visto que o número de servidores e colaboradores disponível é pequeno e decresce a cada exercício. Muitas das ferramentas de trabalho e sistemas encontram-se obsoletas e comprometem a celeridade da execução das tarefas sob sua responsabilidade;
- Dificuldade de execução de procedimentos a cargo da CGEAO que dependem de prévia execução ou aprovação de área externa à Coordenação-Geral. Uma vez que não existem institutos jurídico-normativos estabelecendo prazo para uma série de responsabilidades da CGEAO que dependem de outros setores, parte significativa dos procedimentos é executada em prazos poucos razoáveis, o que resulta no comprometimento da imagem externa do CNPq e, em casos mais severos, conflitos judiciais;
- Dificuldades em inserir a base de dados do FNDCT no sistema E-fomento, o que prejudica a gestão e o acompanhamento das ações financiadas pelos Fundos Setoriais.

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

- Retorno e inserções de atividades básicas que se encontram vinculadas ao CSTI;
- Prover previamente a equipe do SECAT das novas informações e das alterações que por ventura sejam efetuadas nos editais/chamadas;
- Viabilizar junto à CGETI:
 - i. a implementação de um sistema de cobrança automática de relatório técnico das bolsas com vigência expirada e cancelamento de bolsa;
 - ii. a implementação de ferramenta na PICC para prorrogação de bolsa por parto;

- iii. a implementação de ferramenta na PICC para cancelamento de bolsa PJD quando a mesma é prorrogada;
 - iv. a implementação de ferramenta na PICC para cancelamento das bolsas IT e SWP;
 - v. adequação do SEPFT/COETP na PICC;
 - vi. a correção da ferramenta de “Empenho em Lote” e a potencialização da ferramenta de Solicitação de Empenho e Cancelamentos, para que o fluxo permita atendimento das demandas, mesmo antes da assinatura do Termo de Aceite;
 - vii. o processamento das Folhas de Pagamento na PICC e também a criação de ferramentas para as atividades executadas de forma manual no âmbito da CGEAO;
 - viii. ferramenta de consulta e acompanhamento de chamadas/editais com a situação individual de cada projeto;
 - ix. o processamento e análise eletrônica da folha de bolsas do FNDCT;
 - x. o processamento das Folhas de Pagamento na PICC.
- Finalizar a análise e a cobrança da avaliação de desempenho e/ou relatório técnico, referente ao passivo de processos físicos pendentes no SEGED;
 - Revisão dos normativos vigentes com o apoio da PF-CNPq, de forma a evitar conflitos jurídicos oriundos da concessão de bolsas por parte do CNPq;
 - Revisão do fluxo de concessão de bolsas no país e exterior, com o objetivo de estabelecer procedimentos-padrão para as atividades inerentes no processo que não estão padronizadas, sobretudo ao encerramento do processo, cobrança e acompanhamento com reformulação das situações de processo;
 - Inserir as ações do FNDCT na base de dados do CNPq para gestão e acompanhamento dos recursos repassados desde a origem até a execução final, permitindo o controle dos destaques recebidos, dos saldos empenhados e pagos por instrumento de repasse.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

Sem comentários

Coordenação Geral de Recursos Humanos (CGERH)

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

- Validação do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT). Objetivo: Validar o dimensionamento realizado em 2016. O DFT visa incrementar a qualidade na execução dos serviços prestados, em decorrência da alocação de pessoas, no quantitativo ideal, de acordo com as competências necessárias para o desempenho eficaz das atividades;
- Participação em seminário realizado pela ASCON para discussão da carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em C&T no CNPq. Objetivo – discutir a Carreira, abordando questões como a retirada das atribuições dos servidores da Carreira, evasão e desvalorização dos servidores, bem como propostas para a sua reformulação;
- Realização de estudos sobre a carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em C&T no CNPq. Objetivo – elaborar propostas para atualização e reformulação da Carreira;

- Formalização de processo de pedido de autorização para realização de concurso público. Objetivo – obter autorização para realizar concurso público para substituição de terceirizados e recomposição do quadro de pessoal;
- Apostilamentos de portarias devido a alterações na Estrutura. Objetivo – adequar os documentos publicados à estrutura vigente, em decorrência das alterações normativas;
- Normatização e implementação do Processo Seletivo Interno para cargos e funções comissionadas. Objetivo – criar norma e implementar sistemática de seleção de candidatos, visando oportunizar e uniformizar o acesso dos servidores com perfis gerenciais aos cargos propostos;
- Adoção do sistema de integração tarifária no transporte público do DF para redução do auxílio transporte do Programa de Iniciação ao Trabalho. Objetivo – redução dos custos administrativos e operacionais, sem impacto para os participantes do programa de Iniciação ao Trabalho;
- Curso Avançado SEI. Objetivo: Tornar os instrutores aptos a executar tarefas de administração do SEI e aprofundar a utilização de blocos de assinatura, reunião interna e adequação de rotinas de trabalho ao SEI;
- Semana Jurídica do CNPq. Objetivo: Atualizar os servidores acerca das legislações que respaldam os atos administrativos do CNPq;
- Elaboração e encaminhamento para aprovação da nova RN de Capacitação. Objetivo: Promover ações de capacitação para servidores em efetivo exercício no CNPq, para o desenvolvimento de competências, produção e disseminação do conhecimento necessários ao cumprimento da missão institucional, mediante a implementação de programas e projetos que atendam efetivamente as necessidades de formação, aperfeiçoamento, pós-graduação *lato e stricto sensu* e pós-doutorado;
- Participação de 10 servidores da CGERH na 27ª edição do Encontro Anual de Recursos Humanos do Planalto Central, evento organizado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos. Objetivo: A capacitação técnica dos servidores do RH culminará com a amplitude do conhecimento, com o aperfeiçoamento e a qualificação relacionadas à área de recursos humanos, a fim de auxiliar nas resoluções de problemas bem como na tomada de decisões;
- Curso Básico SEI, turmas 4, 5, 6 e 7. Objetivo: Capacitar servidores para utilizar o sistema SEI e permitir ao servidor a produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do sistema.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

- Publicação do livro “Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Diagnóstico, Política e Programa”;
- Constituição do Comitê Gestor dos Projetos de Qualidade de Vida no Trabalho do CNPq;
- Elaboração e aprovação do Portfólio de Qualidade de Vida no Trabalho – 2017;
- Preenchimento de todas as vagas oferecidas nas oficinas de Qualidade de Vida, indicando mudança positiva na percepção da importância da atividade física para a saúde e o bem-estar no trabalho;
- Parcerias com SESC e FIPECq Vida, resultando em ações de promoção e prevenção da saúde dos servidores e colaboradores;
- Revisão de rotinas e adequação ao SEI para adequação das rotinas internas do Serviço aos novos procedimentos exigidos pela implantação do SEI;
- Estudos sobre legislação de pessoal, visando adequar os procedimentos internos às alterações ocorridas na legislação vigente;
- Manifestações técnicas para fundamentar a manutenção da competência do CNPq para

nomear/exonerar/dispensar/designar gestores e seus substitutos. O objetivo é evitar a procrastinação da publicação de portarias;

- Participação de servidor da CGERH no grupo de trabalho para elaboração do PDTIC 2017/2020, visando contribuir com a visão do RH;
- Realização de dois processos seletivos internos;
- Adequação do quantitativo de vagas dos programas de Estágio Supervisionado e de Iniciação ao Trabalho. Objetivo – recalculando e redistribuir as vagas dos programas, visando ajustar o quantitativo à previsão normativa, no primeiro caso, e à redução de custos administrativos, no segundo caso;
- Atividades por demanda e de rotina (cessões, redistribuições, vacâncias, licenças e progressões), dando cumprimento às atribuições quanto à movimentação externa do Serviço e atendimento a requerimentos de servidores e de outras áreas do CNPq;
- Concessão de Licença para Capacitação de Servidores. Essas licenças visam proporcionar aos servidores, no interesse da Administração, oportunidade de se afastar de suas atividades desempenhadas na instituição para participar de ação de capacitação que promova a qualificação e a experiência desejáveis ao pleno desenvolvimento do profissional na carreira de Gestão e Planejamento em C&T;
- Curso Indicadores de C,T&I. Visa contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos dos participantes sobre boas práticas e métodos de mensuração dos principais indicadores de C,T&I;
- Oficina de Divulgação Científica. Objetivo: Transmitir conhecimento aos técnicos do CNPq sobre os potenciais impactos que os relatórios apresentados pelos pesquisadores podem ter junto à Comunidade Social da Instituição, à mídia e à sociedade brasileira, bem como dotá-los de capacidade para escrever textos claros e atraentes, que poderão servir de conteúdo para ampla divulgação;
- Curso Avaliação de Políticas Públicas: Introdução e Conceitos Básicos. Objetivo: Descrever e analisar o campo de estudos de avaliação de políticas para o corpo técnico da instituição. Introduzir a noção da importância da avaliação de processos, desenvolver conhecimento teórico e conceitual da gestão da avaliação e qualificar o corpo técnico para avaliar as ações da instituição;
- Curso Gestão de Riscos na Administração Pública. Objetivo: Auxiliar os servidores do CNPq a adotar processos de gestão de riscos de forma eficaz, eficiente e coerente, sistemática, transparente e confiável;
- Oficina Dimensionamento da Força de Trabalho - Gestão por Competências. Objetivo: Descrever metodologia e etapas necessárias ao dimensionamento da força de trabalho e sua validação;
- Curso Desenvolvimento Gerencial – Projeto Formando Lideranças. Objetivo: Desenvolver competências e habilidades sócio-técnicas esperadas em gestores da Instituição, com foco em atividades de grupo, orientadas por apresentação e debate de situações críticas relacionadas aos temas em questão;
- Oficina Levantamento de Necessidades de Treinamento - Gestão por Competências. Objetivo: Descrever metodologia e etapas necessárias ao levantamento de necessidades de treinamento com base na análise de lacunas de competências profissionais relacionadas ao posto ocupacional;
- Otimização e redução de gastos no pagamento de vale-transporte aos participantes do programa de Iniciação ao Trabalho;
- Elaboração e aprovação do Projeto Piloto Teletrabalho. O projeto foi aprovado pela DEX, porém, com várias recomendações ainda pendentes de saneamento pela CGERH;

- Implementação e gestão do novo sistema de registro e controle de frequência dos servidores, estagiários e bolsistas de iniciação ao trabalho;
- Assentamento Funcional Digital. Objetivo: padronizar os documentos digitais que devem compor os dossiês funcionais;
- Lançamentos e controles de pagamentos de Ativos, Inativos e Pensionistas realizados com pontualidade e correição.

DESTAQUES DA GESTÃO

- Reformulação da Política e do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho;
- Participação em Seminário realizado pela ASCON para discussão da carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em C&T no CNPq;
- Formalização de processo com pedido de autorização para realização de concurso público. Objetivo;
- Normatização e implementação do PSI para cargos e funções comissionadas;
- Capacitação dos servidores para a utilização do Sistema SEI em curto prazo de tempo;
- Desenvolvimento do Projeto Formando Lideranças, com quatro módulos para gestores, totalizando 60 h/a: “Desenvolvimento de Equipes de Trabalho”, “Habilidades e Técnicas de Negociação”, “Desenvolvimento de Lideranças”, “Estratégias para Gestão do Trabalho”;
- Descentralização do processo de definição de cursos e eventos de capacitação no Plano Anual de Capacitação (PAC), que destinou um percentual de recursos para as necessidades das Diretorias e Presidência, permitindo o planejamento e execução de cursos específicos.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

- Movimentação Interna: o CNPq carece de instrução normativa relativa à Remoção Interna de Servidores. Aliado a isso, há uma política de retenção de servidores nas áreas da instituição;
- 4º Ciclo da Avaliação de Desempenho Individual;
- Dificuldade na elaboração de relatórios gerenciais da Avaliação de Desempenho, o que gerou atraso no fechamento do ciclo avaliativo;
- Carência de um sistema eletrônico que possibilite o cadastramento e consulta de informações e geração de relatórios gerenciais com informações relativas à CGERH;
- Ausência de relatórios e ferramenta para cadastro de informações relativas à carreira, progressão, avaliação de desempenho e capacitação de servidores no Sistema de Gestão de Pessoas;
- Carência de finalização do mapeamento de competências, para identificar lacunas, com vistas a subsidiar o PAC, identificação de perfil para concurso, movimentação interna de servidores;
- Carência na atualização da Política de RH do CNPq;
- Carência de normatização com delegação e descrição das competências e atribuições internas da CGERH;
- Carência de servidores, principalmente considerando os riscos de perda de servidores por aposentadoria, que possibilitaria melhor distribuição das tarefas;
- Levantamento de dados específicos para finalização das pendências para implantação do Projeto Piloto de Teletrabalho. A maior dificuldade encontrada pela CGERH diz respeito ao dimensionamento de todas as atividades do CNPq, considerando a heterogeneidade das áreas.

Esta CGERH se propõe a finalizar a respectiva Regulamentação Normativa e encaminhá-la para apreciação ainda no primeiro semestre de 2018;

- Implementação do Sistema de Frequência ainda pendente de alterações necessárias que surgiram ao longo do ano. A receptividade dos servidores ao novo Sistema é boa. Entretanto, foram reportados vários erros e sugestões de melhorias ao longo do exercício para os quais foram demandados vários ajustes técnicos para a TI;
- Necessidade de sala maior e mais adequada para a realização dos cursos, inclusive com a disponibilidade de equipamentos (projetor e computadores).

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

- Criar o Escritório de Processos;
- Dar continuidade ao Mapeamento de Processos;
- Publicar a nova Resolução Normativa da Avaliação de Desempenho;
- Aprovar e implementar a Instrução de Serviço de Remoção Interna de Servidores;
- Aplicar novo Inventário de Qualidade de Vida no Trabalho em parceria com a ErgoPublic-UnB;
- Apresentar um quadro consolidado do Dimensionamento da Força de Trabalho;
- Obter a autorização de edital para concurso público;
- Conseguir que o Sistema Informatizado de Gestão de Pessoas permita a entrega de resultados mais céleres na gestão dos processos internos da CGERH;
- Avaliar a continuidade do Programa de Pós-Graduação *In Company*;
- Firmar acordos de cooperação com órgãos da Administração Pública para parceria de treinamento e capacitação de servidores;
- Reformular o Projeto de Capacitação em Idiomas (PCI);
- Implantar o Projeto Piloto Teletrabalho;
- Elaborar proposta de reativação da Comissão do Plano de Carreira (CPC);
- Elaborar proposta para alteração das regras de progressão funcional da carreira de C&T;
- Elaborar proposta para atualização das atribuições dos analistas e assistentes em C&T;
- Identificar as lacunas de competências técnicas e transversais;
- Alinhar o programa de capacitação às competências gerenciais, técnicas e transversais;
- Realizar estudo de viabilidade para implantação de sistema de Educação à Distância;
- Realizar programa de capacitação básica para os terceirizados;
- Solução dos problemas ou implantação de novo Sistema de Frequência que atenda a regras internas.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

Projeto DGTI/CGERH E1 - Definir e implementar modelo de Gestão de Desempenho e Bem-estar por Competências: definido e ainda não implementado na totalidade, haja vista a complexidade das variáveis envolvidas. **Projeto DGTI/CGERH E1.1** – Finalizar a implementação do modelo de Avaliação de Desempenho: desenvolvido, restando disponibilizar algumas funcionalidades no sistema informatizado.

Indicadores: Sistema de Avaliação de Desempenho - realizado; **Metas:** Sistema de Avaliação de Desempenho com todos os módulos entregues - realizado parcialmente; Projeto DGTI/CGERH E1.3

- Realizar Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) do CNPq: realizado considerando as aposentadorias previstas.

Indicadores: Perfil quantitativo atual do CNPq identificado - realizado parcialmente; Perfil quantitativo futuro do CNPq identificado - realizado parcialmente. **Metas:** Rever e consolidar; Projeto DGTI/CGERH E1.6 - Implementar nova sistemática de Movimentação de Pessoal com base em Competências: realizado parcialmente, resta aprovar normativo.

Indicadores: Rever e consolidar. **Metas:** Rever; Projeto DGTI/CGERH E1.7 - Criar banco de Talentos por competências: a realizar.

Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGETI)

PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS NO EXERCÍCIO E SEUS OBJETIVOS

- Implantação do Sistema SEI, que tem por objetivo a tramitação de processos administrativos no CNPq. Sua instalação ocorreu no parque tecnológico do MCTIC, provando uma parceria para futuras ações. Substituiu algumas funções referentes;
- Implantação do novo sistema de Folha de Ponto Eletrônico;
- Apoio ao Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do CNPq (CSIC), na realização de campanhas de conscientização em Segurança da Informação (SI), e uso adequado dos ativos de TI, com o objetivo de estabelecer diretrizes e suporte das iniciativas de SI; aprovação de políticas, normas e procedimentos gerais relacionados à SI; e acompanhamento e proposição de planos de ação para a aplicação da Política de Segurança da Informação. Participação em eventos e remodelagem da ETIR;
- Apoio ao Comitê de Tecnologia da Informação (CTI), na elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC;
- Publicação do PDTIC 2017/2020, plano dedicado ao direcionamento das ações de TIC;
- Disponibilização do novo canal de atendimento TI@tende, para recepção das demandas de TI, possibilitando a abertura, acompanhamento e pesquisa de satisfação;
- Elaboração e assinatura do Acordo de Cooperação com a Gigacandanga/RNP, com vistas à manutenção do *link* de Internet e parceria estratégica do CNPq na área de infraestrutura;
- Concepção e assinatura do Acordo de Cooperação com o Ministério do Planejamento para a utilização do CV-Lattes como base do Banco de Talentos da Administração Pública Federal;
- Disponibilização de funcionalidade para inclusão do nome social no CV-Lattes e outros sistemas do CNPq, conforme decreto e aprovação pelo CTI;
- Integração entre o CV-Lattes e a base de dados de Cultivares Protegidas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sistema CultivarWeb, no sentido de cumprir o Acordo de Cooperação Técnica entre os órgãos voltados para a ampliação da integração e certificação dos dados registrados no CV-Lattes e CultivarWeb;
- Funcionalidade para extração de relatórios de projetos e bolsas avaliados com prioridade secundária pelo CNPq, mas que podem ser aproveitados por outras instituições como as FAPs;
- Aquisição de *blowers* para os atuais servidores que estavam sem o devido funcionamento, com isso, garante-se o devido resfriamento dos equipamentos efetuados;
- Aquisição de certificados digitais tipos SSL e e-CPF padrão ICP-Brasil e *tokens* criptográficos;

- Abertura dos Documentos de Oficialização de Demanda para aquisição de servidores, *firewall*, antivírus, *antispam*, serviços de desenvolvimento de *software*, em substituição ao atual contrato 032/2016, serviços de CSTI em substituição ao atual contrato 059/2016 e 059/2013 com o objetivo de modernizar o parque tecnológico e substituir equipamentos com baixa performance;
- Renovação do contrato de *outsourcing* de impressão, gerando economia significativa ao erário;
- Renovação do contrato de manutenção e desenvolvimento de *software* com vistas à nova licitação em substituição ao contrato atual;
- Renovação do contrato de manutenção e desenvolvimento de infraestrutura de TI nível 3 (059/2016) e engenharia (061/2016) com vistas a nova licitação do primeiro;
- Finalização do contrato da CSTI, visando a unificação de contratos de manutenção da infraestrutura;
- Disponibilização em Dados Abertos de arquivos sobre pagamentos efetuados pelo CNPq, de modo a manter e ampliar a transparência e divulgação de informações ao cidadão;
- Criação, revisão e aperfeiçoamento de modelos de dados com o objetivo de documentar os modelos de dados dos sistemas CONFIO, Pagamentos, Prestação de contas;
- Elaboração de relatórios e extração de dados para o MCTIC, TCU, ANEEL e outras instituições; com o objetivo de atender demandas externas de extração de dados;
- Respostas aos questionamentos da CGU, Auditoria Interna, Procuradoria Federal quanto à aplicação de controles internos e ações relacionadas a esses controles;
- Acompanhamento e gestão dos projetos previstos no Plano de Trabalho do SISP 2017 em parceria com a Coordenação-Geral de Governança de Tecnologia da Informação – CGGO/MCTIC;
- Gestão do Acordo de Cooperação Técnica entre o CNPq e a Fiocruz;
- Mapeamento e cadastramento dos serviços públicos de atendimento pelo CNPq via Plataforma de Cidadania Digital;
- Liderança do Fórum de Coordenadores de TIC do MCTIC.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

- Realização de um novo processo de contratação de sustentação de Infraestrutura de TI com serviços de suporte aos usuários internos de TI, serviços do Centro de Operações de Rede - NOC 24x7 (Network Operation Center), serviços de mensageria (correio eletrônico), de middleware (serviços de aplicação), banco de dados, internet data center (rede, servidores, directory service e backup & storage), uma vez que o serviço anterior não estava sendo realizado nos padrões aceitáveis para atendimento aos usuários;
- Instalação e conclusão da migração dos dados para o serviço de storage isilon, a partir da necessidade de ampliar a atual solução de armazenamento associativo - CAS (Content Addressable Storage), que se encontrava defasado e sem garantia, visando proporcionar a sua disponibilidade e obter melhorias na qualidade desse serviço;
- Administração de directory services. Trata-se de gestão do acesso dos usuários aos recursos disponíveis na rede CNPq, garantindo a detecção e prevenção das tentativas de acessos não autorizados;
- Gerenciamento das informações armazenadas pelos sistemas do CNPq, visando manter sua integridade, performance, segurança e auditoria;
- Controle das atividades de todos os servidores de aplicação e os objetos responsáveis pela

conexão e integração dos sistemas ou aplicações, por meio do serviço de gerenciamento de *middleware*;

- PDTIC 2017-2020 publicado e metodologia de gestão de projetos implantada;
- Otimização dos processos de trabalho e realocação dos recursos para aumentar a efetividade.

DESTAQUES DA GESTÃO

- O CNPq possui mais de 44 sistemas de informação/módulos, disponibilizados aos usuários internos e externos, e em 2017, a CGETI resolveu/fechou 45.691 incidentes e 16.569 requisições, podendo estes incidentes ser abertos e fechados automaticamente pelos sistemas:

Serviço	Incidentes	Problemas	Mudanças	Requisições	Decisões	Tarefas	TOTAL
Administradores do assyst	1257	4	0	65	4	20	1.350
Aprovadores de Relatorios	0	0	0	4	0	0	4
Aprovadores de mudança desenv	1	0	0	0	0	0	1
Automation Svd	5485	128	50	5687	0	2	11.352
Autorizadores de Mudanças	16	0	0	41	113	9	179
BD - Banco de Dados	15329	3	3	112	0	121	15.568
CSTI - Acesso Remoto	424	0	0	652	5	476	1.557
CSTI -Central de Serviço de TI	13731	6	1	457	1262	861	16.318
Contas de sistema	118	0	2	86	0	0	206
DGP - Diretório de Grupos de P	51	1	0	66	0	0	118
IDC - Sup Op Serviços Diret	13	0	3	400	1	143	560
IDC - Sup Op Storage Archive	50	12	11	189	0	1	263
IDC - Sup Operação da Rede	684	0	16	1234	7	286	2.227
IDC - Sup e Op de Servidores	198	26	17	400	1	19	661
IFTI - Infra Física de TI	49	1	0	355	0	0	405
Integração - Desenvolvimento	3878	99	190	3027	0	1	7.195
MID - Aplicações Web	2527	6	128	157	0	1	2.819
MSG - Correio Eletrônico	328	4	3	1036	106	600	2.077
SEGDA - Admin de Gestão Dados	9	2	0	9	0	0	20
SEGPT- Serv Gerenc de Projetos	0	0	0	3	1	0	4
SEGSJ - Segurança de TI	3	0	0	3	0	0	6
SEODC - Op Monitoram e Prod	567	2	133	702	0	0	1.404
SEOUS - Agendamento de Eventos	4	0	0	219	2	2	227
SEOUS - Cadastro Equip de TI	2	0	0	2	0	8	12
SEOUS - Certificado Digital	2	0	0	31	0	0	33
SEOUS - Grupo de Apoio	1	0	0	13	0	296	310
SEOUS - Sup Desk Note Perif	877	2	0	1465	162	754	3.260
SEOUS - Sup equipamentos de TI	2	0	0	3	0	2	7
SEOUS Outsourcing de Impressão	70	0	0	130	0	161	361
SUP - Desenv e Integ de Aplic	6	31	1	12	0	0	50
Workflow	9	0	1	9	0	1	20
TOTAL	45691	327	559	16569	1664	3764	68574

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

- Carência de servidores para atendimento das legislações relacionadas a planejamento e gestão dos contratos relacionados aos ativos da tecnologia da informação;
- Carência de servidores para atendimento das legislações relacionadas à ETIR;
- Carência de servidores para atendimento das legislações relacionadas à Segurança da Informação e Comunicação;
- Carência de servidores para atendimento das legislações relacionadas à Gestão de Riscos;
- Grande parte dos servidores da CGETI não possui formação em gestão de TI, mas em desenvolvimento técnico. Disso decorre a real necessidade de capacitação continuada, em

conflito com atividades técnicas e comuns do dia-a-dia da TI;

- A descontinuidade de prestação de serviços na área de manutenção de sistemas devido ao tempo decorrido entre o encerramento do contrato vigente no início do ano e o início da execução do novo contrato ocasionou acúmulo de demandas de sustentação de sistemas e impactou o desenvolvimento de novas funcionalidades;
- A adaptação ao novo modelo de execução, fiscalização e gestão do novo contrato de manutenção de sistemas de informação e do contrato de manutenção da infraestrutura nível 3, com a utilização de novas métricas e observância aos requisitos impostos pela IN 04 SLTI/MP, potencializados pela carência de servidores, impactou na sustentação e no desenvolvimento de funcionalidades nos sistemas de informação;
- A CGETI é responsável por gerir um dos ativos estratégicos mais importantes do CNPq e que muito depende da capacitação e preparo dos gestores das áreas técnicas/negócios em relação a planejamento e gestão de projetos. Muitas vezes, as demandas chegam sem previsibilidade ou detalhamento adequado das regras de negócios e escopo, o que acarreta retrabalho, não atendimento das expectativas e estresse no processo de comunicação, dentre outros fatores;
- Entendimento limitado dos demais servidores do CNPq em temas relacionados à gestão de projetos e processos, gestão de riscos da informação, legislações básicas e usuais bem como nas próprias Resoluções Normativas do CNPq e suas ferramentas.

PROPOSTA DE AÇÕES FUTURAS

- Integração entre o CV-Lattes e o Banco de Teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, visando ampliar a integração e a certificação dos dados registrados no CV-Lattes;
- Realizar processo simplificado de contratação de servidores temporários para a área de TI;
- Adequar a estrutura organizacional da área de TI, buscando o melhor desempenho, segregação de atividades e aderência ao modelo de gestão implantado;
- Selecionar novos servidores para aumentar o número de profissionais especializados na equipe da CGETI, principalmente a lotação de um servidor com conhecimento jurídico para otimizar os processos administrativos de contratação;
- Repensar os processos de operacionalização da TI;
- Implementar boas práticas de gestão de TI;
- Ampliar a articulação com outros órgãos da Administração Pública Federal;
- Adotar procedimentos de reuso de *software* e compartilhamento de soluções;
- Adotar procedimentos e iniciativas que melhorem o relacionamento e a comunicação com outras áreas do CNPq.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

- O PDTIC foi alinhado ao Plano Estratégico da Instituição. Embora o período de elaboração do PDTIC (abrangência de três anos) tenha sido diferente do estabelecido para os projetos do Planejamento Estratégico (período de quatro anos do PPA) é atribuição do CTI, dentre outras, realizar revisões do plano no sentido de mantê-lo alinhado às estratégias e prioridades do CNPq.
- A CGETI é responsável pela execução do Objetivo 19, constante do Mapa de Contribuição da DGTI: Manter infraestrutura de TI adequada aos desafios institucionais.